



Tribunal de Contas
Mato Grosso

4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7668 / 7653 / 7667

E-mail: quartasecex@tce.mt.gov.br

RELATÓRIO SOBRE AS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO - 2021
MUNICÍPIO DE SAO JOSE DO POVO

PROCESSO N.º:	412279/2021
PRINCIPAL:	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO POVO
CNPJ:	32.972.424/0001-04
ASSUNTO:	CONTAS ANUAIS DE GOVERNO MUNICIPAL
ORDENADOR DE DESPESAS	IVANILDO VILELA DA SILVA
RELATOR:	GUILHERME ANTONIO MALUF
MUNICÍPIO DO FISCALIZADO:	SAO JOSE DO POVO
NÚMERO OS:	4059/2022
EQUIPE TÉCNICA:	RAQUEL JORGE



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. INFORMAÇÕES GERAIS DO MUNICÍPIO	1
2.1. CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO	1
2.2. PARECER PRÉVIO PELO TCE-MT DE 2016 A 2020	1
2.3. IGF-M - ÍNDICE DE GESTÃO FISCAL DOS MUNICÍPIOS – 2016 A 2020	2
2.4. GESTORES E RESPONSÁVEIS	3
2.5. PERFIL DA ENTIDADE PÚBLICA	3
3. PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	4
3.1. PROCESSO ORÇAMENTÁRIO (Dados Consolidados do Município)	4
3.1.1. PLANO PLURIANUAL - PPA	4
3.1.2. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO	5
3.1.3. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA	7
3.1.3.1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	9
4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	12
4.1. RECEITA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA	12
4.1.1. CONSISTÊNCIA ENTRE O VALOR DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E OS VALORES INFORMADOS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS	12
4.1.1.1. TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS – VALORES INFORMADOS PELA STN	12
4.1.2. EVOLUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	13
4.1.3. RECEITA TRIBUTÁRIA PRÓPRIA	15
4.1.4. GRAU DE AUTONOMIA FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS	17
4.1.5. PROGRAMA FEDERATIVO DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS	18
4.2. DESPESA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA	19
4.2.1. EVOLUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA	20
4.2.2. PROGRAMAS OU AÇÕES ESPECÍFICAS RELACIONADAS AO ENFRENTAMENTO DA COVID - 19	21
5. ANÁLISE DOS BALANÇOS CONSOLIDADOS	22
5.1. SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	22
5.1.1. RESULTADO DA ARRECADAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA (QER)	23
5.1.2. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA (QED)	24
5.1.3. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	24
5.1.3.1. QUOCIENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CORRENTE (QEOCO)	25
5.1.3.2. QUOCIENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CAPITAL (QEOCA)	25
5.1.3.3. REGRA DE OURO (Art. 167, III, CF)	26
5.1.3.4. QUOCIENTE DO RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (QREO)	26
5.2. SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL	28
5.2.1. QUOCIENTE DE RESTOS A PAGAR	28
5.2.1.1. QUOCIENTE DE DISPONIBILIDADE FINANCEIRA PARA PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR	28
5.2.1.2. QUOCIENTE DE INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	29
5.2.1.3. QUOCIENTE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA (QSF) - EXCETO RPPS	30
5.2.1.4. QUOCIENTE DA LIQUIDEZ CORRENTE	30
6. LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	31



6.1. DÍVIDA PÚBLICA	31
6.1.1. QUOCIENTE DO LIMITE DE ENDIVIDAMENTO (QLE)	31
6.1.2. QUOCIENTE DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA (QDPC)	32
6.1.3. QUOCIENTE DE DISPÊNDIO DA DÍVIDA PÚBLICA (QDDP)	33
6.2. EDUCAÇÃO	33
6.2.1. FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB	36
6.3. SAÚDE	38
6.4. DESPESAS COM PESSOAL	39
6.4.1. REGIME PREVIDENCIÁRIO	40
6.4.1.1. NORMAS GERAIS - UNIDADE GESTORA ÚNICA	40
6.4.1.1.1. ADIMPLÊNCIA DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PATRONAIS E DOS SEGURADOS	41
6.4.1.1.2. PARCELAMENTOS DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	42
6.4.1.1.3. ANÁLISE DO CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA - CRP	42
6.4.2. PESSOAL - LIMITES LRF	43
6.4.2.1. LIMITE PRUDENCIAL E LEGAL DO PODER EXECUTIVO	44
6.5. LIMITES DA CÂMARA MUNICIPAL	45
6.6. LIMITE - DESPESAS CORRENTES/RECEITAS CORRENTES - Art. 167-A CF	47
7. CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS	49
7.1. RESULTADO PRIMÁRIO	50
7.2. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS PARA AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS	51
8. PRESTAÇÃO DE CONTAS	52
8.1. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GOVERNO AO TCE	52
9. RESULTADO DOS PROCESSOS DE FISCALIZAÇÃO	53
10. CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO TCE/MT RELATIVOS AOS ATOS DE GOVERNO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	54
11. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS DE GOVERNO	57
11.1. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO	57
11.2. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DESTE RELATÓRIO TÉCNICO	58
Anexo 1 - ORÇAMENTO	60
Quadro 1.1 - Créditos Adicionais do Período por Unidade Orçamentária	60
Quadro 1.2 - Superávit Financeiro Exercício anterior X Créditos Adicionais Financiados por Superávit	65
Quadro 1.3 - Excesso de Arrecadação X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação/Operação de Crédito	67
Quadro 1.4 - Créditos Adicionais - por Fonte de Financiamento (Agrupados por Destinação de Recursos)	69
Quadro 1.5 - Alterações de Fontes de Recursos das dotações orçamentárias	71
Quadro 1.6 - Alterações Orçamentárias - Leis Autorizativas/Fontes de Financiamento	72
Anexo 2 - RECEITA	74
Quadro 2.1 - Resultado da arrecadação orçamentária. Origem de recursos da receita	74
Quadro 2.2 - Resultado da arrecadação orçamentária. Origem de Receitas (Valores Líquidos)	75
Quadro 2.3 - Receita Corrente Líquida (RCL)	75
Quadro 2.4 - Deduções da Receita Corrente (Exceto deduções para FUNDEB)	76
Quadro 2.5 - Receita Tributária Própria (Valores Líquidos)	76
Quadro 2.6 - [AUXILIAR] - Totalização do FPM (Valores Líquidos)	77
Anexo 3 - DESPESA	78
Quadro 3.1 - Despesa por Categoria Econômica	78
Quadro 3.2 - Despesa por Função de Governo	79



Quadro 3.3 - Programas de Governo - Previsão e Execução	81
Anexo 4 - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	83
Quadro 4.1 - Resultado da Execução Orçamentária Ajustado – 2021 - Poderes e Órgãos Integrantes do OFSS	83
Quadro 4.2 - Resultado Orçamentário do RPPS Individualizado	84
Quadro 4.3 - Execução Orçamentária por Fonte X Superávit Financeiro (Exercício Corrente) - Inclusive RPPS	86
Quadro 4.4 - Execução Orçamentária por Fonte X Superávit Financeiro (Exercício Corrente) - Somente RPPS	90
Anexo 5 - RESTOS A PAGAR	91
Quadro 5.1 - Restos a Pagar Processados e Não Processados	91
Quadro 5.2 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - Poder Executivo - Exceto RPPS (Inclusive Intra)	92
Quadro 5.3 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - RPPS (Inclusive Intra)	94
Quadro 5.4 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - Poder Legislativo (Inclusive Intra)	95
Quadro 5.5 - [AUXILIAR] - Disponibilidade Caixa e Restos a Pagar - Exceto RPPS	96
Anexo 6 - DÍVIDA PÚBLICA	97
Quadro 6.1 - Superávit/Déficit Financeiro - Total - Exceto RPPS	97
Quadro 6.2 - Quociente da Situação Financeira por Fonte - Exceto RPPS	98
Quadro 6.3 - Quociente da Situação Financeira por Fonte - RPPS	101
Quadro 6.4 - Dívida Consolidada Líquida (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") Exceto RPPS	102
Quadro 6.5 - Quociente de Dispendio da Dívida Pública (QDDP) - Exceto RPPS	103
Quadro 6.6 - Dívida Pública Contratada (art. 7º, I, da Resolução do Senado nº 43/2001)	103
Anexo 7 - EDUCAÇÃO	105
Quadro 7.1 - Receita base para Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (art.212, CF)	105
Quadro 7.2 - Disponibilidade financeira de recursos próprios para pagamento de Restos a Pagar do ensino em 31/12	105
Quadro 7.3 - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino (art.212,CF)	106
Quadro 7.4 - Despesas não consideradas como Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	108
Quadro 7.5 - Despesas Empenhadas que se enquadram como MDE classificadas em outras funções	109
Quadro 7.6 - Receita do Fundeb	110
Quadro 7.7 - Despesa do Fundeb	111
Quadro 7.8 - Indicadores do Fundeb	112
Anexo 8 - SAÚDE	113
Quadro 8.1 - Receita base para verificação da aplicação mínima de recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde	113
Quadro 8.2 - Disponibilidade financeira de recursos próprios para pagamento dos Restos a Pagar das ASPS em 31/12	113
Quadro 8.3 - Cálculo da aplicação de recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (art.198 CF)	114
Quadro 8.4 - Despesas não consideradas como Ações e Serviços Públicos de Saúde	116
Quadro 8.5 - Despesas Empenhadas que se enquadram como ASPS classificadas em outras Funções	117
Anexo 9 - PESSOAL	118
Quadro 9.1 - Gastos com Pessoal. Poderes Executivo e Legislativo (Arts. 18 a 22 da LRF)	118
Quadro 9.2 - Gastos com Pessoal - Poder Legislativo (Arts. 18 a 22 LRF)	118
Quadro 9.3 - Apuração do Cumprimento do Limite Legal Individual - MCASP - STN	119
Quadro 9.4 - Gastos com Pessoal - Detalhado	120
Anexo 10 - REPASSE À CÂMARA MUNICIPAL	122



Quadro 10.1 - Limite de repasse para a Câmara Municipal. Receita Base (art. 29-A, CF)	122
Quadro 10.2 - Índices e Limites Câmara Municipal (artigo 29-A da CF)	122
Anexo 11 - METAS FISCAIS	124
Quadro 11.1 - Resultado Primário e Nominal	124
Anexo 12 - COVID	125
Quadro 12.1 - Recursos Recebidos para enfrentamento da pandemia da Covid-19	125
Quadro 12.2 - Recursos Aplicados para enfrentamento da pandemia da Covid-19	125
Quadro 12.3 - Outros recursos aplicados no enfrentamento da pandemia e/ou mitigação dos efeitos financeiros	127
Quadro 12.4 - Ações para enfrentamento da Pandemia Covid-19	127
Anexo 13 - LIMITE CONSTITUCIONAL ART. 167-A	128
Quadro 13.1 - Relação entre Despesas e Receitas Correntes - Art. 167-A CF	128
APÊNDICE - A - Relatório de Acompanhamento LDO/2021	129
APÊNDICE - B - Relatório de Acompanhamento LOA/2021	156
APÊNDICE - C - Parecer Conclusivo da Unidade de Controle Interno	175
APÊNDICE - D - Declaração de Veracidade das Contribuições Previdenciárias	189
APÊNDICE - E - ACOMPANHAMENTO DE ACORDO DE PARCELAMENTO	196
APÊNDICE - F - CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA - CRP	208
APÊNDICE - G - Repasse Câmara - Anexo 15	210



1. INTRODUÇÃO

Em atendimento aos arts. 31, 71, inciso I e 75 da Constituição Federal, ao art. 210 da Constituição Estadual, bem como aos arts. 1º, inciso I e 26 da Lei Complementar Estadual nº 269/2007 e aos art. 29, inciso I, da Resolução Normativa nº 14/2007/TCE-MT, apresenta-se o Relatório Preliminar de Instrução de Contas com o resultado do exame das contas anuais e da Previdência Municipal do Município de SAO JOSE DO POVO - exercício financeiro de 2021 - com o objetivo de subsidiar a emissão do Parecer Prévio sobre as Contas de Governo prestadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

A análise das contas considerou as informações e os documentos apresentados nas prestações de contas mensais encaminhadas pelos responsáveis dos Poderes Executivo e Legislativo, assim como os demais órgãos da Administração Indireta que prestam contas individualmente ao TCE-MT, e a carga especial de Contas de Governo, encaminhadas via Aplic em atendimento à Resolução Normativa nº 03/2020.

Destaca-se ainda que nos casos em que a equipe técnica detectou irregularidades nos registros contábeis de receitas e despesas houve alteração dos valores para efeito de todos os cálculos dos limites constitucionais e legais, prevalecendo o valor considerado correto após fiscalização realizada em valores específicos, conforme detalhamento que será apresentado em cada tópico deste Relatório.

2. INFORMAÇÕES GERAIS DO MUNICÍPIO

2.1. CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO

Data de Criação do Município	04/07/1989
Área Geográfica	448.285
Distância Rodoviária do Município à Capital	263 km
Estimativa de População do Município - IBGE - 2021	4.102

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt>

2.2. PARECER PRÉVIO PELO TCE-MT DE 2016 A 2020

Exercício 2016	Favorável
Exercício 2017	Favorável
Exercício 2018	Favorável
Exercício 2019	Favorável
Exercício 2020	Favorável

https://www.tce.mt.gov.br/resultado_contas/tjur/tipo_jur/prefeituras



Ressalta-se que está disposta no Tópico 10 deste Relatório Técnico a síntese da verificação do cumprimento das recomendações propostas nos Pareceres Prévios dos exercícios de 2019 e 2020.

2.3. IGF-M - ÍNDICE DE GESTÃO FISCAL DOS MUNICÍPIOS – 2016 A 2020

O Índice de Gestão Fiscal dos Municípios - IGF-M trata-se de indicador que permite mensurar a qualidade da gestão pública dos municípios de Mato Grosso, subsidiado pelos dados recebidos por meio do Sistema Auditoria Pública Informatizada de Contas – Aplic, pelo TCE durante análise das Contas Anuais de Governo Municipal.

É importante ressaltar que os índices apresentados neste relatório para os exercícios anteriores podem ter sofrido alterações, quando comparados aos índices apresentados nos relatórios técnicos e pareceres prévios dos respectivos exercícios, devido à correção dos dados que consideraram os dados do Aplic sem a devida atualização após apontamentos feitos durante as análises das contas anuais.

Ressalta-se ainda que o IGF-M do exercício em análise (2021) não será apresentado neste relatório devido à impossibilidade de consolidação dos cálculos antes da análise conclusiva sobre as contas de governo, podendo existir alterações nos índices nas fases de instrução e análise das manifestações de defesa. Dessa forma, o IGF-M deste exercício comporá a série histórica deste indicador apenas no exercício seguinte.

A análise da evolução do IGF-M nos últimos cinco anos permite compreender qual é o cenário da gestão fiscal do município, bem como averiguar se houve ou não melhoria do índice.

Portanto, o indicador final é o resultado da média ponderada dos seguintes índices:

1. Índice da Receita Própria Tributária: Indica o grau de dependência das transferências constitucionais e voluntárias de outros entes.
2. Índice da Despesa com Pessoal: Representa quanto os municípios comprometem da sua receita corrente líquida (RCL) com o pagamento de pessoal.
3. Índice de Liquidez: Revela a capacidade da Administração de cumprir com seus compromissos de pagamentos imediatos com terceiros.
4. Índice de Investimentos: Acompanha o valor investido pelos municípios em relação à receita corrente líquida.
5. Índice do Custo da Dívida: Avalia o comprometimento do orçamento com pagamentos de juros, encargos e amortizações de empréstimos contraídos em exercícios anteriores.
6. IGF-M Resultado Orçamentário do RPPS: Avalia o quanto o fundo de previdência do município é superavitário ou deficitário.

Os índices e o indicador do Município serão classificados nos conceitos A, B, C e D, de acordo com os seguintes valores de referência:

- a) Conceito A (GESTÃO DE EXCELÊNCIA): resultados superiores a 0,80 pontos.
- b) Conceito B (BOA GESTÃO): resultados compreendidos de 0,61 a 0,80 pontos.
- c) Conceito C (GESTÃO EM DIFICULDADE): resultados compreendidos de 0,40 a 0,60 pontos.
- d) Conceito D (GESTÃO CRÍTICA): resultados inferiores a 0,40 pontos.



Destaca-se que o detalhamento dos índices e classificação dos conceitos deste indicador encontram-se no endereço eletrônico <http://cidadao.tce.mt.gov.br/igfmtce>.

Segue quadro que apresenta o resultado histórico do IGF-M do município de SAO JOSE DO POVO :

Exercício	IGFM - Receita própria	IGFM - Gasto de Pessoal	IGFM - Liquidez	IGFM - Investimento	IGFM - Custo Dívida	IGFM - RES. ORÇ. RPPS	IGFM Geral	Ranking
2016	0,23	0,59	1,00	0,33	0,00	0,45	0,48	121
2017	0,37	0,20	1,00	0,71	0,00	0,34	0,49	94
2018	0,36	0,39	1,00	0,22	0,00	0,18	0,41	121
2019	0,22	0,53	1,00	0,42	0,00	0,18	0,45	125
2020	0,48	0,49	1,00	0,34	0,00	0,16	0,48	121

Site TCE/MT > Espaço do Cidadão > IGFM TCE/MT

2.4. GESTORES E RESPONSÁVEIS

As contas do Município no exercício de 2021 estiveram sob gestão dos agentes responsáveis:

ENTIDADE	CARGO	NOME	PERÍODO
GESTORES E RESPONSÁVEIS			
PREFEITURA MUNICIPAL	ORDENADOR DE DESPESAS	IVANILDO VILELA DA SILVA	01/01/2021 a 31/12/2021
PREFEITURA MUNICIPAL	RESPONSÁVEL CONTÁBIL	CARLA PATRICIA MOREIRA LUSTOZA	01/01/2021 a 31/12/2021
CÂMARA MUNICIPAL	ORDENADOR DE DESPESAS	JOSE ROBERTO DOS SANTOS	01/01/2021 a 31/12/2021
CÂMARA MUNICIPAL	RESPONSÁVEL CONTÁBIL	GLEISON SILVA BROCUA	01/01/2021 a 31/12/2021

Sistema Control-P

2.5. PERFIL DA ENTIDADE PÚBLICA

Compõem a estrutura da administração pública municipal:

ENTIDADE
PODER EXECUTIVO
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE SAO JOSE DO POVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO POVO



ENTIDADE
PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO POVO

Sistema APLIC

3. PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

O processo de planejamento consiste em procedimentos permanentes e dinâmicos de que os Entes Federativos se utilizam para demonstrar quais planos e programas de trabalho, definidos para um período determinado, serão necessários para atender objetivos previamente estabelecidos. O processo orçamentário refere-se à manutenção das atividades dos Entes e viabiliza a execução dos projetos estabelecidos no processo de planejamento.

A Constituição Federal de 1988 definiu em seu art. 165 os seguintes instrumentos de planejamento e de orçamento:

- Plano Plurianual - PPA;
- Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO;
- Lei Orçamentária Anual – LOA.

Essas peças de planejamento formam uma cadeia lógica de procedimentos que se complementam e devem ser elaboradas em sintonia para que se tenha uma gestão orçamentária de qualidade.

Ressalta-se que as peças de planejamento (PPA, LDO, LOA e suas alterações) são encaminhadas ao TCE-MT, conforme estabelecido no art. 166, incisos I e II, da Resolução Normativa TCE-MT nº 14/2007, para subsidiar a emissão do parecer prévio sobre as Contas Anuais de Governo.

Assim, foram realizados exames nas referidas peças e em suas alterações, a fim de verificar as situações encontradas com os critérios estabelecidos pelas normas que tratam a matéria.

3.1. PROCESSO ORÇAMENTÁRIO (Dados Consolidados do Município)

A seguir, serão descritas as informações de interesse à emissão do Parecer Prévio, bem como as irregularidades e seus respectivos achados resultantes dos exames efetuados.

3.1.1. PLANO PLURIANUAL - PPA



O Plano Plurianual-PPA, conforme determina a Constituição Federal de 1988, no art. 165, § 1º, é instituído por lei a cada quatro anos, para vigor no quadriênio subsequente. Este instrumento de planejamento estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

O PPA do Município de SAO JOSE DO POVO para o quadriênio 2018 a 2021, foi instituído pela Lei nº **731 de 18 de setembro de 2017**, a qual foi protocolada sob o nº **531/2018** no TCE-MT.

Em 2021, segundo dados do Sistema Aplic, o PPA foi alterado pelas seguintes leis: 838/2021 e 840/2021.

3.1.2. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO

A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, conforme determina a Constituição Federal de 1988, no art. 165, § 2º, é uma peça de planejamento que dispõe sobre as metas e prioridades do Poder Público, incluindo as despesas de capital para o exercício seguinte, disciplina a elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA, dispõe sobre as modificações da legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

A LDO do Município de SAO JOSE DO POVO para o exercício de 2021, foi instituída pela Lei Municipal nº **810**, de **26 de junho de 2020**, a qual foi protocolada sob o nº **2232/2021** no TCE-MT.

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, dispõe no § 1º do artigo 4º, que o Anexo de Metas Fiscais integrará o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias. Neste anexo serão estabelecidas as metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultado nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

De acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais, as metas fiscais são o elo entre o planejamento e a elaboração do orçamento e sua execução. Dessa forma, se verificado, ao final de um bimestre, que *a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais*, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, *limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias* (Manual de Demonstrativos Fiscais: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios. Válido a partir do exercício financeiro de 2021, Secretaria do Tesouro Nacional – 11ª Edição, pág. 257).

Entende-se por:

Dívida Consolidada Líquida: Valor obtido deduzindo-se da Dívida Consolidada o valor do Ativo Disponível e dos haveres financeiros líquidos dos Restos a Pagar Processados.


Resultado Nominal: representa o conjunto das operações fiscais realizadas pela administração pública acrescentando ao resultado primário o saldo da conta de juros, ou seja, a diferença entre os juros ativos e juros passivos (método acima da Linha).

Resultado Primário: Diferença entre os totais das receitas e despesas não-financeiras, demonstrando a capacidade de pagamento do serviço da dívida.



Consta na LDO/2021 o Anexo de Metas Fiscais, conforme o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 4º, §1º), estabelecendo para o exercício de 2021 as seguintes metas:

- a. a meta de resultado primário para o Município é de déficit de -R\$ 535.700,00, significando que as receitas primárias projetadas serão insuficientes para bancar as despesas primárias projetadas para o exercício;
- b. a meta de resultado nominal para o Município é de R\$ 0,00;



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

CNPJ: 32.972.424/0001-04

SALMEN HANZE, Nº 914, CENTRO, SÃO JOSÉ DO POVO-MATO GROSSO

quinta-feira, 30 de abril de 2020

Página 1 de 2

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS - DEMONSTRATIVO I - METAS ANUAIS

2021


AMF - Tabela 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	2021			2022			2023		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100
RECEITA TOTAL	18.029.756,56	17.336.304,38	768.761,481	18.541.410,63	17.142.576,40	193.236,786	19.033.419,10	16.920.098,76	324.796,552
RECEITA PRIMÁRIAS (I)	17.042.656,56	16.387.169,77	709.602,222	17.554.310,63	16.220.945,96	939.665,357	18.046.319,10	16.042.598,54	386.895,517
DESPESA TOTAL	18.029.756,56	17.336.304,38	768.761,481	18.541.410,63	17.142.576,40	193.236,786	19.033.419,10	16.920.098,76	324.796,552
DESPESA PRIMÁRIAS (II)	17.578.356,56	16.902.265,92	950.242,963	18.090.010,63	16.725.231,72	971.808,214	18.582.019,10	16.518.818,65	759.279,310
RESULTADO PRIMÁRIO (III) = (I - II)	-535.700,00	-1515.096,15	940.740,741	-535.700,00	-465.264,76	132.142,857	-535.700,00	-476.220,11	472.413,793
RESULTADO NOMINAL	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000

O cumprimento da meta fiscal de resultado primário estabelecida na LDO será objeto de análise específica pela equipe técnica e as conclusões serão apresentadas no Capítulo 7 deste Relatório.

Além do Anexo de Metas Fiscais, a LDO deve conter o Anexo de Riscos Fiscais, nos termos do art. 4º, §3º, da LRF, a fim de evidenciar os principais riscos capazes de influenciar no alcance das metas fiscais propostas e informar as opções escolhidas para enfrentar.

Assim, para que esses riscos não afetem as metas fiscais propostas, foram definidas na LDO/2021 do Município as seguintes providências:



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

CNPJ: 32.972.424/0001-04

SALMEN HANZE, Nº 914, CENTRO, SÃO JOSÉ DO POVO-MATO GROSSO

quarta-feira, 13 de janeiro de 2021

Página 1

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE RISCOS FISCAIS - DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

2021

AMF (LRF, art. 4º, §3º)

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIA	
IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS	2021	PROVIDÊNCIA	2022
7 Frustração de Arrecadação	500.000,00	DELIMITAÇÃO DESPESAS E MELHORIA DA ARRECAÇÃO PRÓPRIA	500.000,00
SUBTOTAL	500.000,00	SUBTOTAL	500.000,00
TOTAL	500.000,00	TOTAL	500.000,00

Fonte: Sistema STN Nº 407 de 2006/2011

Fonte: Portaria STN Nº 407 de 20/06/2011

Sobre a elaboração do LDO é possível afirmar que:

- 1) As metas fiscais de resultado primário para os exercícios de 2021, 2022 e 2023 foram previstas na LDO. No entanto, as metas fiscais de resultado nominal não foram previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, exercício 2021, em desacordo com o art. 4º, §1º da LRF e art. 5º, II da Lei 10.028/2000 - Doc. 568/2021, fl. 34.

Considerando que a LDO/2021 (Lei nº 810/2020) foi aprovada no exercício de 2020 e que houve troca de gestor em virtude da realização das Eleições Municipais 2020, informa-se que a irregularidade será convertida em recomendação, uma vez que não há como atribuir responsabilização ao atual prefeito do Município de São José do Povo, Sr. Ivanildo Vilela da Silva.

Assim, recomenda-se que as metas de Resultado Nominal (valores correntes e constantes) sejam previstas na LDO (Anexo de Metas Fiscais) conforme determina o art. 4º, § 1º da LRF e art. 5º, inciso II, da Lei 10.028/2000.



2) A LDO estabelece as providências que devem ser adotadas caso a realização das receitas apuradas bimestralmente não comporte o cumprimento das metas de resultado primário e nominal (art. 4º, I, b e art. 9º da LRF), conforme Relatório de Acompanhamento da LDO/2021 - apêndice A.

3) Não houve comprovação da realização de audiências públicas durante os processos de elaboração e de discussão da LDO, em desconformidade com o art. 48, § 1º, inc. I da LRF.

Considerando que a LDO/2021 (Lei nº 810/2020) foi aprovada no exercício de 2020 e que houve troca de gestor em virtude da realização das Eleições Municipais 2020, informa-se que a irregularidade será convertida em recomendação, uma vez que não há como atribuir responsabilização ao atual prefeito do Município de São José do Povo, Sr. Ivanildo Vilela da Silva.

Assim, recomenda-se que no processo de discussão da proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) sejam realizadas audiências públicas a fim de propiciar a participação e a interação popular em cumprimento às regras estabelecidas no art. 48, § 1º, inciso I, da LRF.

4) Não houve divulgação/publicidade da LDO nos meios oficiais e no Portal Transparência do Município, art. 37, CF e art. 48, LRF, conforme Relatório de Acompanhamento da LDO/2021.

Considerando que a LDO/2021 (Lei nº 810/2020) foi aprovada no exercício de 2020 e que houve troca de gestor em virtude da realização das Eleições Municipais 2020, informa-se que a irregularidade será convertida em recomendação, uma vez que não há como atribuir responsabilização ao atual prefeito do Município de São José do Povo, Sr. Ivanildo Vilela da Silva.

Assim, recomenda-se que os Anexos Obrigatórios da LDO devem ser disponibilizados no site da Prefeitura/Portal Transparência desde que seja informado na publicação da LEI o endereço eletrônico onde poderão ser acessados.

5) Consta da LDO o Anexo de Riscos Fiscais com a avaliação dos passivos contingentes e outros Riscos, conforme estabelece o artigo 4º, §3º da LRF.

6) Consta da LDO o percentual de até 6% para a Reserva de Contingência, conforme art.48.

3.1.3. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA

A Constituição Federal, no art. 165, inciso III e § 5º, determina que lei de iniciativa do Poder Executivo estabeleça o orçamento anual, o qual compreenderá os Orçamentos Fiscal, de Investimento e da Seguridade Social, abrangendo as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

A LOA do Município de SAO JOSE DO POVO para o exercício de 2021 foi publicada em conformidade com a Lei Municipal nº 821, de 11 de novembro de 2020, a qual foi protocolada sob o nº 4006/2021



no TCE-MT.

A LOA/2021 estimou a receita e fixou a despesa no montante de R\$ 18.029.756,56, conforme seu art 1º sendo este valor desdobrado nos seguintes orçamentos:

- Orçamento Fiscal: **não destacado na lei**
- Orçamento da Seguridade Social: R\$ 7.111.848,76

Sobre a elaboração da LOA é possível afirmar que:

1) O texto da lei não destaca os recursos dos orçamentos fiscais (art. 165, § 5º da CF).

Considerando que a LOA/2021 (Lei nº 821/2020) foi aprovada no exercício de 2020 e que houve troca de gestor em virtude da realização das Eleições Municipais 2020, informa-se que a irregularidade será convertida em recomendação, uma vez que não há como atribuir responsabilização ao atual prefeito do Município de São José do Povo, Sr. Ivanildo Vilela da Silva.

Assim, recomenda-se que o valor do Orçamento Fiscal seja destacado expressamente no texto das próximas Leis Orçamentárias, conforme estabelece o art. 165, § 5º da CF.

2) Não houve comprovação da realização de audiências públicas durante os processos de elaboração e de discussão da LOA, em desacordo com o art. 48, § 1º, inc. I da LRF.

Considerando que a LOA/2021 (Lei nº 821/2020) foi aprovada no exercício de 2020 e que houve troca de gestor em virtude da realização das Eleições Municipais 2020, informa-se que a irregularidade será convertida em recomendação, uma vez que não há como atribuir responsabilização ao atual prefeito do Município de São José do Povo, Sr. Ivanildo Vilela da Silva.

Assim, recomenda-se que no processo de discussão da proposta da Lei Orçamentária Anual (LOA) sejam realizadas audiências públicas a fim de propiciar a participação e a interação popular em cumprimento às regras estabelecidas no art. 48, § 1º, inciso I, da LRF.

3) Não houve divulgação da LOA no Portal Transparência do Município, conforme estabelece o art. 48, LRF, bem como, os demonstrativos dos Anexos obrigatórios que integram a Lei não foram divulgados no Portal da Transparência.

Considerando que a LOA/2021 (Lei nº 821/2020) foi aprovada no exercício de 2020 e que houve troca de gestor em virtude da realização das Eleições Municipais 2020, informa-se que a irregularidade será convertida em recomendação, uma vez que não há como atribuir responsabilização ao atual prefeito do Município de São José do Povo, Sr. Ivanildo Vilela da Silva.

Assim, recomenda-se a divulgação da Lei Orçamentária Anual e dos Anexos Obrigatórios que a integram no site da Prefeitura/Portal Transparência desde que seja informado na publicação da LEI o endereço eletrônico onde os Anexos poderão ser acessados.



4) Não consta na LOA autorização para transposição, remanejamento e transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, obedecendo assim, ao princípio da exclusividade (art. 165, §8º, CF/1988), conforme Relatório de Acompanhamento da LOA/2021.

3.1.3.1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

A Lei Municipal (LOA/2021) definiu os parâmetros para as alterações orçamentárias.

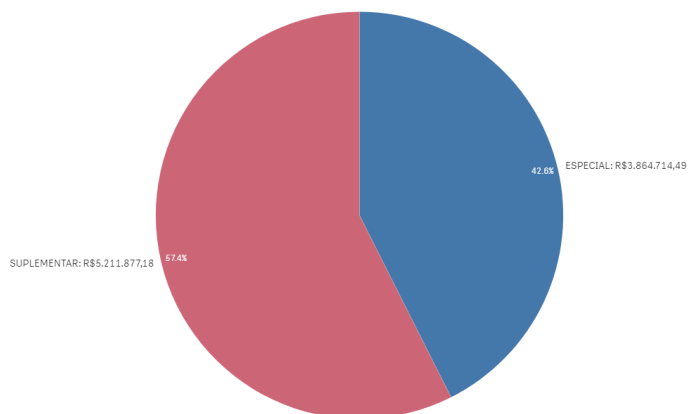
Na tabela abaixo demonstra-se as alterações realizadas no orçamento por meio da abertura de créditos adicionais, nas respectivas unidades orçamentárias do Município e o correspondente orçamento final.

ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
	SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
R\$ 18.029.756,56	R\$ 5.211.877,18	R\$ 3.864.714,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.409.077,18	R\$ 21.697.271,05	20,34%
Percentual de alteração em relação ao orçamento inicial	28,90%	21,43%	0,00%	0,00%	30,00%	20,34%	-

Relatório Contas de Governo > Anexo: Orçamento > Quadro – Créditos Adicionais do Período por Unidade Orçamentária

Apresenta-se a seguir de forma gráfica a participação dos créditos adicionais em relação ao total dos créditos abertos no exercício.

Créditos Adicionais do Período



* O conjunto de dados contém valores negativos ou iguais a zero que não podem ser mostrados neste gráfico.



O Balanço Orçamentário apresentado pelo Chefe do Poder Executivo em sua prestação de contas (Doc nº 160136/2022, pg 06) apresenta como valor atualizado para fixação das despesas o montante de R\$ 22.595.883,27, apresentando valor superior ao detectado na análise conjunta do orçamento inicial e o orçamento final após as suplementações autorizadas e efetivadas, conforme informações do Sistema Aplic.

Considerando a obrigatoriedade de envio de todas as alterações orçamentárias e suas respectivas autorizações nas prestações de contas mensais encaminhadas ao TCE-MT, conclui-se pela existência de registros contábeis incorretos que comprometeram a consistência do Balanço Orçamentário. (Irregularidade CB02)

Ano	Valor Total LOA Município	Valor Total das Alterações do Município	Percentual das Alterações
2021	R\$ 18.029.756,56	R\$ 9.076.591,67	50,34%

Relatório Contas de Governo > Anexo: Orçamento > Quadro – Créditos Adicionais do Período por Unidade Orçamentária

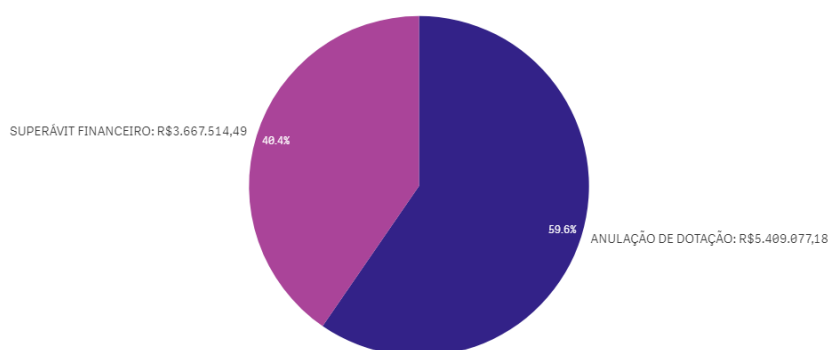
De acordo com o quadro acima, constata-se que as alterações orçamentárias em 2021 totalizaram 50,34% do Orçamento Inicial.

Na tabela a seguir, constam as fontes de financiamento desses créditos adicionais abertos no exercício em análise:

RECURSOS / FONTE DE FINANCIAMENTO	TOTAL
ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	R\$ 5.409.077,18
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	R\$ 0,00
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	R\$ 0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	R\$ 3.667.514,49
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 0,00
RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES	R\$ 0,00
TOTAL CRÉDITOS ADICIONAIS	R\$ 9.076.591,67

Relatório Contas de Governo > Anexo: Orçamento > Quadro – Créditos Adicionais por Fonte de Financiamento (Agrupados por Destinação de Recursos).

Créditos Adicionais por Fonte de Financiamento



* O conjunto de dados contém valores negativos ou iguais a zero que não podem ser mostrados neste gráfico.



A partir da análise das alterações orçamentárias realizadas, por meio de créditos adicionais, constatou-se o que segue:

1) Não houve a abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes de Excesso de Arrecadação (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, § 1º, inc. II da Lei nº 4.320/1964).

2) Houve a abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes de Superávit Financeiro (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, § 1º, inc. I da Lei nº 4.320/1964). FB03.

Dispositivo Normativo:

Art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, § 1º, inc. I da Lei nº 4.320/1964

2.1) Houve a abertura de R\$ 1.245.070,89 em créditos adicionais por superávit financeiro sem recursos disponíveis nas fontes 02, 15, 29, 30, 43 e 46. - FB03

Ao analisar o quadro 1.2 - Superávit Financeiro Exercício anterior X Créditos Adicionais Financiados por Superávit, detectou-se que houve a abertura de R\$ R\$ 1.245.070,89 em créditos adicionais por superávit financeiro sem recursos disponíveis nas fontes 02, 15, 29, 30, 43 e 46.

3) Divergência do Saldo da Despesa Orçamentária Atualizada

Houve divergência entre o Saldo Atualizado das Despesas Orçamentárias e Saldo Registrado no Balanço Orçamentário. CB02.

Dispositivo Normativo:

arts. 83 a 106 da Lei 4.320/1964.

3.1) Houve divergência entre o Saldo Atualizado das Despesas Orçamentárias e saldo registrado no Balanço Orçamentário. - CB02

O Balanço Orçamentário apresentado pelo Chefe do Poder Executivo em sua prestação de contas (Doc nº 160136/2022, fl. 06) apresenta como valor atualizado para fixação das despesas o montante de R\$ 22.595.883,27, apresentando valor superior ao detectado na análise conjunta do orçamento inicial e o orçamento final do Sistema Aplic, no valor de R\$ 21.697.271,05.

A diferença entre o balanço orçamentário e o dados informados no sistema Aplic é de R\$ 898.612,22, o qual foi apresentado em sua prestação de contas como Amortização da Dívida/Refinanciamento (Interferências Passivas), conforme pode se observar a seguir:



	ESTADO DE MATO GROSSO PPC21-PREFEITURA MUNICIPAL SÃO JOSÉ POVO CNPJ: 32.972.424/0001-04 SALMEN HANZE, Nº 914, CENTRO, SÃO JOSÉ DO POVO-MATO GROSSO	segunda-feira, 21 de fevereiro de 2022 Página 3 de 5
--	--	---

MCASP - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO						
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL						
EXERCÍCIO DE 2021						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-g)
DESPESAS CORRENTES (IX)	17.129.950,56	20.383.269,98	16.526.454,96	16.526.997,88	16.401.532,75	3.856.805,02
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.420.835,40	11.122.010,56	10.288.778,89	10.288.321,81	10.192.137,32	833.231,67
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	44.250,00	43.291,07	43.291,07	43.291,07	43.291,07	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.664.865,16	9.217.958,35	6.194.385,00	6.194.385,00	6.166.104,36	3.023.573,35
DESPESAS DE CAPITAL (X)	240.806,00	856.237,07	367.305,06	367.223,58	367.305,06	488.932,01
INVESTIMENTOS	227.656,00	845.789,87	356.857,86	356.776,38	356.857,86	488.932,01
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	13.150,00	10.447,20	10.447,20	10.447,20	10.447,20	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XI)	394.000,00	192.774,00	0,00	0,00	0,00	192.774,00
RESERVA DO RPPS (XII)	265.000,00	265.000,00	0,00	0,00	0,00	265.000,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	18.029.756,56	21.597.271,05	16.893.760,02	16.893.221,46	16.768.837,81	4.803.511,03
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XIV)	898.612,22	898.612,22	906.929,67	906.929,67	906.929,67	8.317,45
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	898.612,22	898.612,22	906.929,67	906.929,67	906.929,67	8.317,45
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	18.928.368,78	22.695.883,27	17.800.689,69	17.800.151,13	17.675.767,48	4.795.193,58
SUPERÁVIT (XVI)	0,00	0,00	2.529.107,31	0,00	0,00	2.529.107,31
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	18.928.368,78	22.695.883,27	20.329.797,00	17.800.151,13	17.675.767,48	2.266.086,27

Considerando a obrigatoriedade de envio de todas as alterações orçamentárias e suas respectivas autorizações nas prestações de contas mensais encaminhadas ao TCE-MT, conclui-se pela existência de registros contábeis incorretos que comprometeram a consistência do Balanço Orçamentário.

4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. RECEITA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA

Para o exercício de 2021, a Receita total prevista, após as deduções e considerando a receita Intraorçamentária, foi de R\$ 20.429.756,56, sendo arrecadado o montante de R\$ 20.329.797,00, conforme demonstrado no Quadro 2.1 do Anexo 2 deste Relatório.

4.1.1. CONSISTÊNCIA ENTRE O VALOR DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E OS VALORES INFORMADOS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Dentre as receitas auferidas no exercício de 2021, foram selecionadas as decorrentes de Transferências Constitucionais e Legais efetuadas pela União para verificação da consistência entre os valores informados na prestação de contas e os dados públicos divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

4.1.1.1. TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS – VALORES INFORMADOS PELA STN



A STN disponibiliza, no link <http://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2600:1>, consulta aos valores repassados pela União aos municípios como transferências constitucionais e legais.

O total dos valores repassados no decorrer do exercício foram comparados com os valores registrados como receita arrecadada:

Transferências Constitucionais e Legais	STN (A)	Receita Arrecadada (B)	Diferença (A-B)
Cota Parte FPM	R\$ 7.838.572,59	R\$ 7.838.572,59	R\$ 0,00
Transferência da LC 87/96 (Desoneração ICMS)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Cota-Parte IPI Exportação (LC 61/89)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Cota-Parte ITR	R\$ 80.638,70	R\$ 80.636,14	R\$ 2,56
Cota-Parte CIDE	R\$ 9.630,73	R\$ 9.630,73	R\$ 0,00
IOF - Ouro	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
FUNDEB	R\$ 1.372.695,39	R\$ 1.372.695,39	R\$ 0,00
Cessão Onerosa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	R\$ 171.936,66	R\$ 172.078,42	-R\$ 141,76
Transf. da Comp. Fin. pela Exploração de Rec. Naturais (União)	R\$ 171.936,66	R\$ 172.078,42	-R\$ 141,76
Transf. da Comp. Fin. pela Exploração de Rec. Naturais (Estado)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Coluna A: STN - Transferências Constitucionais - link Coluna B: Receita Arrecadada. Valores obtidos na Consulta APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária > Dados Consolidados do Ente.

Conforme demonstrado no quadro acima, consta uma divergência de valores informados no sistema Aplic pelo município de São José do Povo e o disponibilizado no site da STN referentes às Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais (União) no valor de R\$ 141,76 e Cota-Parte ITR no valor de R\$ 2,56.

Face à diferença de valor não gerar impacto nos cálculos dos limites constitucionais, recomenda-se atenção ainda maior quando da contabilização dessas receitas para que não haja divergência entre o valor contabilizado e o informado na Secretaria do Tesouro nacional - STN.

4.1.2. EVOLUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

A série histórica das receitas orçamentárias, no período de 2017/2021, revela crescimento na arrecadação, conforme demonstrado no quadro a seguir:



Origens das Receitas	2017	2018	2019	2020	2021
RECEITAS CORRENTES (Exceto intra)	R\$ 14.798.391,82	R\$ 15.821.305,03	R\$ 17.576.406,90	R\$ 19.082.458,80	R\$ 22.191.943,52
Receitas de Impostos, Taxas e Contrib. de Melhoria	R\$ 562.118,68	R\$ 685.802,92	R\$ 464.951,98	R\$ 1.117.052,41	R\$ 1.123.235,63
Receita de Contribuição	R\$ 400.687,49	R\$ 421.181,12	R\$ 459.368,05	R\$ 443.333,92	R\$ 545.612,73
Receita Patrimonial	R\$ 834.367,28	R\$ 231.971,53	R\$ 68.314,70	R\$ 43.312,73	R\$ 317.280,45
Receita Agropecuária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Receita Industrial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Receita de serviço	R\$ 197.809,77	R\$ 247.254,88	R\$ 278.876,95	R\$ 22.837,28	R\$ 3.941,56
Transferências Correntes	R\$ 12.751.920,80	R\$ 14.208.290,82	R\$ 16.084.109,74	R\$ 17.438.219,23	R\$ 20.180.145,72
Outras Receitas Correntes	R\$ 51.487,80	R\$ 26.803,76	R\$ 220.785,48	R\$ 17.703,23	R\$ 21.727,43
RECEITAS DE CAPITAL (Exceto intra)	R\$ 562.872,44	R\$ 538.235,48	R\$ 151.155,16	R\$ 22.475,00	R\$ 300.000,00
Operações de crédito	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Alienação de bens	R\$ 21.153,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Amortização de empréstimos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Transferências de capital	R\$ 541.719,44	R\$ 538.235,48	R\$ 151.155,16	R\$ 22.475,00	R\$ 300.000,00
Outras receitas de capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL DAS RECEITAS (Exceto Intra)	R\$ 15.361.264,26	R\$ 16.359.540,51	R\$ 17.727.562,06	R\$ 19.104.933,80	R\$ 22.491.943,52
DEDUÇÕES	-R\$ 1.805.689,31	-R\$ 1.959.748,28	-R\$ 2.122.512,64	-R\$ 2.137.630,11	-R\$ 2.939.289,81
RECEITA LÍQUIDA (Exceto Intra)	R\$ 13.555.574,95	R\$ 14.399.792,23	R\$ 15.605.049,42	R\$ 16.967.303,69	R\$ 19.552.653,71
Receita Corrente Intraorçamentária	R\$ 772.562,03	R\$ 791.537,80	R\$ 863.734,88	R\$ 873.794,44	R\$ 777.143,29
Receita de Capital Intraorçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total das Receitas Orçamentárias e Intraorçamentárias	R\$ 14.328.136,98	R\$ 15.191.330,03	R\$ 16.468.784,30	R\$ 17.841.098,13	R\$ 20.329.797,00
Receita Tributária Própria	R\$ 617.193,31	R\$ 685.802,92	R\$ 464.951,98	R\$ 1.117.052,41	R\$ 1.123.235,63
% de Receita Tributária Própria em relação ao total da receita corrente	4,17%	4,33%	2,64%	5,85%	5,06%

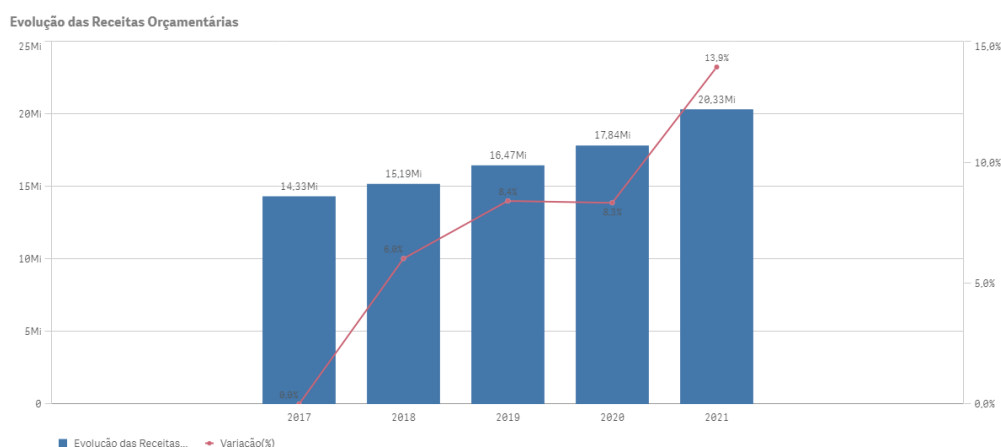


Origens das Receitas	2017	2018	2019	2020	2021
% Média de RTP em relação ao total da receita corrente	4,41%				

Fonte: Parecer Prévio (exercícios anteriores), Sistema Aplic (exercício atual) OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores) e Sistema Aplic.

Verifica-se no quadro acima que as receitas referentes às Transferências Correntes representaram em 2021 a maior fonte de recursos na composição da receita municipal, totalizando o valor de R\$ 20.180.145,72, o que corresponde a 89,72% do total da receita orçamentária - Exceto a intra (corrente e de capital) contabilizada pelo Município, cujo montante foi de R\$ 22.491.943,52.

Segue demonstrado graficamente essa evolução das Receitas Orçamentárias nos últimos cinco exercícios, considerando os valores informados no quadro anterior:



4.1.3. RECEITA TRIBUTÁRIA PRÓPRIA

A receita tributária própria, em relação ao total de receitas correntes arrecadadas, já descontada a contribuição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), atingiu o percentual de 5,06%.

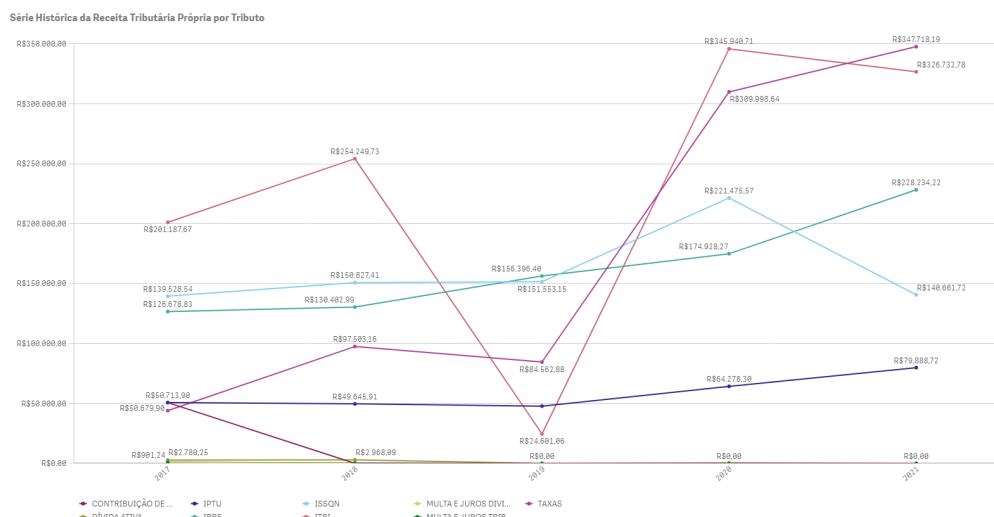
A tabela e o gráfico a seguir apresentam a composição da receita tributária própria arrecadada no período de 2017 a 2021, destacando-se, individualmente, os impostos:

Origens das Receitas	2017	2018	2019	2020	2021
IPTU	R\$ 50.713,90	R\$ 49.645,91	R\$ 47.759,97	R\$ 64.278,30	R\$ 79.888,72

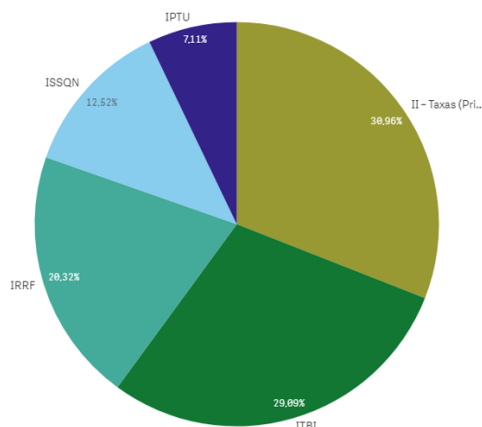


Origens das Receitas	2017	2018	2019	2020	2021
IRRF	R\$ 126.678,83	R\$ 130.402,99	R\$ 156.396,40	R\$ 174.928,27	R\$ 228.234,22
ISSQN	R\$ 139.528,54	R\$ 150.827,41	R\$ 151.553,15	R\$ 221.475,57	R\$ 140.661,72
ITBI	R\$ 201.187,67	R\$ 254.249,73	R\$ 24.601,06	R\$ 345.940,71	R\$ 326.732,78
TAXAS	R\$ 44.009,74	R\$ 97.503,16	R\$ 84.562,88	R\$ 309.998,64	R\$ 347.718,19
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA +CIP	R\$ 50.679,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
MULTA E JUROS TRIBUTOS	R\$ 901,24	R\$ 205,63	R\$ 6,73	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DÍVIDA ATIVA	R\$ 2.780,25	R\$ 2.968,09	R\$ 55,10	R\$ 430,92	R\$ 0,00
MULTA E JUROS DIVIDA ATIVA	R\$ 713,24	R\$ 0,00	R\$ 16,69	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 617.193,31	R\$ 685.802,92	R\$ 464.951,98	R\$ 1.117.052,41	R\$ 1.123.235,63

Fonte: Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual (Aplic) OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores) e Sistema Aplic.



Segue ilustrado no gráfico abaixo a composição da Receita Tributária Própria em 2021:



4.1.4. GRAU DE AUTONOMIA FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS

O art. 30, III, da Constituição Federal, estabelece a competência dos Municípios em instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas. Além disso, os municípios dispõem do recebimento das receitas não tributárias as quais se somam ao montante de recursos arrecadados pelo município para a consecução de seus objetivos.

Por outro lado, a previsão constitucional de repasses financeiros da União e do Estado para o Município garante uma receita mínima independentemente de sua capacidade financeira de arrecadação própria, podendo fazer com que os municípios dependam de recursos externos para manutenção de sua estrutura político-administrativa.

O Grau de Autonomia Financeira do Município é caracterizada pelo percentual de participação das **receitas próprias do município** em relação à receita total arrecadada. Em outras palavras, a autonomia financeira é a capacidade do município de gerar receitas, sem depender das receitas de transferências.

Descrição	Valor - R\$
Receita Orçamentária Executada (Exceto Intra) (A)	R\$ 22.491.943,52
Receita de Transferência Corrente (B)	R\$ 20.180.145,72
Receitas Próprias do Município C = (A-B)	R\$ 2.311.797,80
Índice de Participação de Receitas Próprias D = C/A	10,27%
Percentual de Dependência de Transferências E = (B/A)*100	89,72%

Receita Orçamentária Executada (exceto intra)" – Relatório Contas de Governo >Anexo: Receita> Quadro: Resultado da Arrecadação Orçamentária. Origem de recursos da receita> Total Receita Bruta exceto intra Relatório Contas de Governo >Anexo: Receita> Quadro: Resultado da Arrecadação Orçamentária. Origem de recursos da receita> Transferências Correntes.

A autonomia financeira de indica que, a cada R\$ 1,00 arrecadado, o município contribuiu com R\$ 0,10 de receita própria. Assim, o grau de dependência do município em relação às receitas de transferência foi de 89,72%.



4.1.5. PROGRAMA FEDERATIVO DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS

A Lei Complementar nº 173, de 27/05/2020, estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19) (PFEC). De modo geral, esse programa tem por finalidade: suspensão dos pagamentos das dívidas contratadas entre a União, os Estados, o Distrito Federal, e os Municípios; reestruturação de operações de crédito interno e externo junto ao sistema financeiro e instituições multilaterais de crédito; e entrega de recursos da União, na forma de auxílio financeiro, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2020.

No que se refere ao auxílio financeiro, o art. 5º dessa lei determinava que a União repassaria, na forma de auxílio financeiro, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em 4 (quatro) parcelas mensais e iguais, no exercício de 2020, o valor de R\$ 60.000.000.000,00 (sessenta bilhões de reais) para aplicação, pelos Poderes Executivos locais, em ações de enfrentamento à Covid-19 e para mitigação de seus efeitos financeiros, da seguinte forma:

I - R\$ 10.000.000,00 (dez bilhões de reais, sendo:

a - R\$ 7.000.000.000,00 (sete bilhões de reais) aos Estados e ao Distrito Federal; e

b - R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) aos Municípios;

II - R\$ 50.000.000,00 (cinquenta bilhões de reais, sendo:

a - R\$ 30.000.000.000,00 (trinta bilhões de reais) aos Estados e ao Distrito Federal; e

b - R\$ 20.000.000.000,00 (vinte bilhões de reais) aos Municípios;

Os critérios de rateio desses valores constam nos parágrafos 1º a 5º do art. 5º da LC nº 173/2020 e, de acordo com o §6º do art. 5º, a Secretaria do Tesouro Nacional - STN é responsável para efetuar o cálculo das parcelas que caberiam a cada um dos entes federativos, sendo que os valores foram creditados pelo Banco do Brasil S.A. na conta bancária em que são depositados os repasses regulares do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Além disso, a Lei Federal nº 14.041, de 18/08/2020 (Conversão da Medida Provisória nº 938, de 02/04/2020) instituiu apoio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, por meio da entrega do valor correspondente à variação nominal negativa entre os valores creditados a título dos Fundos de Participação de que tratam as alíneas "a" e "b" do inciso I do caput do art. 159 da Constituição Federal nos meses de março a novembro do exercício de 2020 e os valores creditados no mesmo período de 2019, anteriormente à incidência de descontos de qualquer natureza, de acordo com os prazos e as condições estabelecidos neste artigo e no art. 2º desta Lei e limitado à dotação orçamentária específica para essa finalidade.

Por essa lei, no seu art. 2º, §1º, foi fixado o valor de R\$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais), nos meses de março a junho de 2020 e R\$ 2.050.000.000,00 (dois bilhões e cinquenta milhões de reais), nos meses de julho a novembro de 2020, sendo que o valor referente a cada ente federativo seria calculado pela Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia e creditado pelo Banco do Brasil S.A. na conta bancária em que são depositados os repasses regulares dos Fundos de Participação dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios.



Já a Lei Federal nº 13.995, de 05/05/2020, criou a prestação de auxílio financeiro pela União às santas casas e hospitais filantrópicos, sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), no exercício de 2020, com o objetivo de permitir-lhes atuar de forma coordenada no combate à pandemia da Covid-19. Nesta lei foi disposto no seu art. 1º que a União entregaria o montante de até R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), com o objetivo de prepará-los para trabalhar, de forma articulada com o Ministério da Saúde e com os gestores estaduais, distrital e municipais do SUS, no controle do avanço da epidemia da Covid-19 no território brasileiro e no atendimento à população, distribuídos de acordo com as regras definidas pelo Ministério da Saúde.

Fora esses recebimentos, o Município também possui autonomia para aplicar o produto de sua arrecadação nas ações de enfrentamento do Covid-19.

Dessa forma, o Município SAO JOSE DO POVO recebeu no exercício de 2021 o valor relativo às ações de combate ao Covid-19, conforme quadro abaixo:

Detalhamento Fonte TCE/MT	Descrição do Recurso	Valor Arrecadado (R\$)
-	Mitigação dos efeitos financeiros	-
077000	Transferência de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavírus - LC 173/2020, art. 5., II (Mitigação dos efeitos financeiros)	R\$ 0,00
080000	Apoio financeiro prestado pela União aos entes federativos que recebem do FPM (MP n. 938, de 2/4/2020 -Lei n. 14.041/2020) (Mitigação dos efeitos financeiros)	R\$ 0,00
-	Enfrentamento da pandemia	-
072000	Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais-Coronavirus	R\$ 0,00
073000	Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de bancada-Coronavírus	R\$ 0,00
074000	Ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus - COVID 19	R\$ 0,00
075000	Auxílio financeiro pela União às santas casas e hospitais filantrópicos, sem fins lucrativos (Lei n. 13.995/2020)	R\$ 0,00
076000	Transferência de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavírus - LC 173/2020, art. 5., I	R\$ 0,00
-	Outras ações emergenciais	-
078000	Transferência de recursos para aplicação em outras ações emergenciais (Lei n. 14.017/2020)	R\$ 43.619,28

APLIC

4.2. DESPESA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA

Para o exercício de 2021, a despesa autorizada, inclusive intraorçamentária, foi de R\$ 21.697.271,05, sendo realizado (empenhado) o montante de R\$ 16.893.760,02, liquidado R\$ 16.893.760,02 e pago R\$ 16.768.837,81.



4.2.1. EVOLUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

A série histórica das despesas orçamentárias do Município, no período de 2017/2021, revela aumento da despesa realizada, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Grupo de despesas	2017	2018	2019	2020	2021
Despesas correntes	R\$ 12.068.679,79	R\$ 13.417.060,43	R\$ 14.672.125,70	R\$ 14.620.010,24	R\$ 15.832.169,81
Pessoal e encargos sociais	R\$ 6.973.993,54	R\$ 7.559.653,83	R\$ 8.040.995,32	R\$ 8.599.406,34	R\$ 9.594.493,74
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 31.635,05	R\$ 38.310,35	R\$ 37.629,20	R\$ 45.068,32	R\$ 43.291,07
Outras despesas correntes	R\$ 5.063.051,20	R\$ 5.819.096,25	R\$ 6.593.501,18	R\$ 5.975.535,58	R\$ 6.194.385,00
Despesas de Capital	R\$ 980.256,81	R\$ 703.947,68	R\$ 718.986,29	R\$ 862.081,51	R\$ 367.305,06
Investimentos	R\$ 969.810,21	R\$ 693.500,48	R\$ 705.922,54	R\$ 851.634,31	R\$ 356.857,86
Inversões Financeiras	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Amortização da Dívida	R\$ 10.446,60	R\$ 10.447,20	R\$ 13.063,75	R\$ 10.447,20	R\$ 10.447,20
Total Despesas Exceto Intra	R\$ 13.048.936,60	R\$ 14.121.008,11	R\$ 15.391.111,99	R\$ 15.482.091,75	R\$ 16.199.474,87
Despesas Intraorçamentárias	R\$ 721.273,91	R\$ 667.731,78	R\$ 685.962,88	R\$ 737.329,50	R\$ 694.285,15
Total das Despesas	R\$ 13.770.210,51	R\$ 14.788.739,89	R\$ 16.077.074,87	R\$ 16.219.421,25	R\$ 16.893.760,02
Variação - %		7,39%	8,71%	0,88%	4,15%

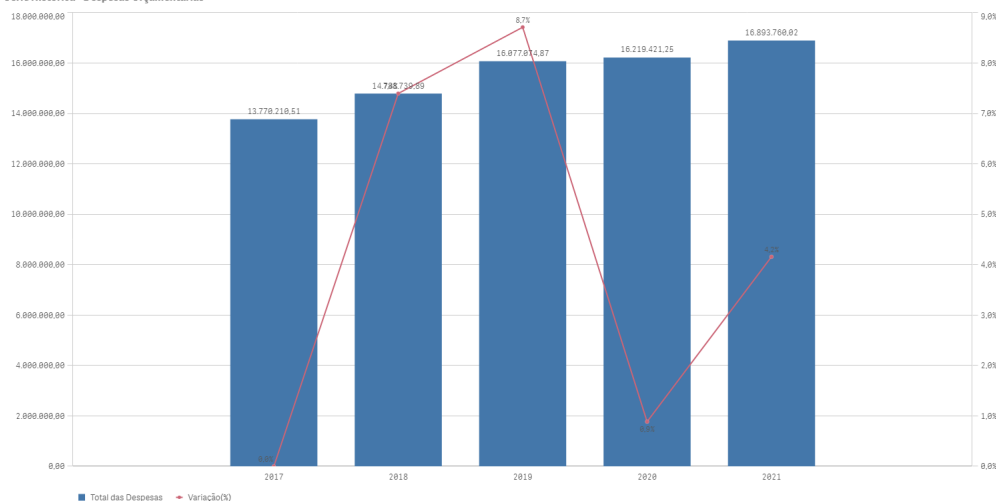
Fonte: Parecer Prévio (exercícios anteriores), sistema Aplic (exercício atual) OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores) e Sistema Aplic

Verifica-se, no quadro acima, que o grupo de natureza de despesa que teve maior participação em 2021 na composição da despesa orçamentária municipal foi Pessoal e encargos sociais, totalizando o valor de R\$ 9.594.493,74, o que corresponde a 56,79% do total da despesa orçamentária (Exceto a intra) contabilizada pelo Município, cujo montante foi de R\$ 16.893.760,02.

Segue demonstrado graficamente a evolução das despesas orçamentárias ocorridas nos últimos cinco exercícios, verificada no quadro acima:



Série Histórica - Despesas Orçamentárias



Ressalta-se que consta demonstrado no Anexo 3, Quadro 3.3, o resultado da execução dos programas de governo previstos no orçamento.

4.2.2. PROGRAMAS OU AÇÕES ESPECÍFICAS RELACIONADAS AO ENFRENTAMENTO DA COVID - 19

A Resolução Normativa nº 4/2020-TP, alterada pela Resolução Normativa nº 08/2020-TP, estabeleceu procedimentos de contabilização, transparência e prestação de contas dos atos de gestão e/ou de governo no enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional - ESPIN - decorrente do coronavírus - Covid-19.

Por essa norma, os gestores públicos, em procedimentos, atos e contratos que tenham por fundamento o estado de calamidade pública instalado em decorrência do Covid-19, deverão adotar, no âmbito municipal, a criação de programas ou ações específicas para contabilização das despesas relacionadas ao enfrentamento da Covid-19 e utilizar detalhamentos de fonte específicos, criados no Sistema Aplic, para identificar os recursos recebidos para essa finalidade.

Atendendo à Resolução Normativa nº 4/2020-TP, o Município criou **01** projeto/atividade, cuja totalização da execução é apresentada a seguir:

TOTAL	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago
TOTAL AÇÕES COVID	R\$ 62.364,00	R\$ 62.364,00	R\$ 62.364,00

APLIC

A apresentação individualizada por projeto/atividade consta no Anexo 12 - Quadro 12.4 - Ações para



enfrentamento da Pandemia COVID-19.

Em termos de fontes de recursos, foram executados os seguintes valores:

Detalhamento Fonte TCE/MT	Descrição do Recurso	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
077000	Transferência de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavírus - LC 173/2020, art. 5., II (Mitigação dos efeitos financeiros)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
080000	Apoio financeiro prestado pela União aos entes federativos que recebem do FPM (MP n. 938, de 2/4/2020 -Lei n. 14.041/2020) (Mitigação dos efeitos financeiros)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
072000	Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais-Coronavírus	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
073000	Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de bancada-Coronavírus	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
074000	Ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus - COVID 19	R\$ 62.364,00	R\$ 62.364,00	R\$ 62.364,00
075000	Auxílio financeiro pela União às santas casas e hospitais filantrópicos, sem fins lucrativos (Lei n. 13.995/2020)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
076000	Transferência de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavírus - LC 173/2020, art. 5., I	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
078000	Transferência de recursos para aplicação em outras ações emergenciais (Lei n. 14.017/2020)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
>>>>>	TOTAL RECURSOS APLICADOS	R\$ 62.364,00	R\$ 62.364,00	R\$ 62.364,00

APLIC

Fonte	Descrição do Recurso	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
	Outros recursos aplicados no enfrentamento da pandemia da Covid-19 e/ou mitigação de seus efeitos financeiros			
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
>>>>>	TOTAL	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC

5. ANÁLISE DOS BALANÇOS CONSOLIDADOS

Este Tópico tem por objetivo fornecer um diagnóstico acerca da situação financeira, patrimonial, orçamentária e econômica do Município e é por meio dos balanços consolidados que são feitas as análises.

5.1. SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Abaixo, segue a análise de alguns quocientes da situação orçamentária referente ao exercício de 2021



do Município de SAO JOSE DO POVO, com base nos demonstrativos e nas informações prestadas pelo gestor, bem como ajustes efetuados pela equipe quanto a receitas e/ou despesas.

5.1.1. RESULTADO DA ARRECAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA (QER)

Este quociente tem por objetivo verificar se houve excesso de arrecadação (indicador maior que 1), ou déficit de arrecadação (indicador menor que 1).

1) quociente de execução da receita (QER)

A	RECEITA LÍQUIDA PREVISTA - Exceto intra	R\$ 18.455.556,56
B	RECEITA LÍQUIDA ARRECADADA - Exceto intraorçamentaria	R\$ 19.552.653,71
QER	B/A	1,0594

Esse resultado indica que a receita arrecadada é maior do que a prevista – excesso de arrecadação.

2) Quociente de execução da receita corrente (QERC) - Exceto Intra

A	Total Receitas Correntes - prevista	R\$ 20.657.490,56
B	Total Receitas Correntes - Arrecadada	R\$ 22.191.943,52
QERC	B/A	1,0742

Esse resultado indica que a receita corrente arrecadada foi maior do que a prevista, correspondendo a 107,42% do valor estimado (excesso de arrecadação).

3) Quociente de execução da receita de capital (QRC) - Exceto Intra

A	Total Receita de Capital - Prevista	R\$ 20.000,00
B	Total Receita de Capital - Arrecadada	R\$ 300.000,00
QRC	B/A	15,0000

Esse resultado indica que a receita de capital arrecadada foi maior do que a prevista (excesso de arrecadação).



5.1.2. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA (QED)

Este quociente relaciona a Despesa Orçamentária Executada em confronto com a Despesa Orçamentária Atualizada com o objetivo de verificar se houve economia orçamentária (indicador menor que 1) ou excesso de despesa (indicador maior que 1).

1) Quociente de execução da despesa (QED)

A	DESP ORÇAMENTÁRIA (Exceto Intra) - Previsão Atualizada	R\$ 20.861.247,11
B	DESP ORÇAMENTÁRIA (Exceto Intra) - Execução	R\$ 16.199.474,87
QED	B/A	0,7765

Esse resultado indica que despesa realizada é menor do que a autorizada – economia orçamentária.

As despesas foram realizadas com observância ao limite do crédito orçamentário (art. 167, inc. II, CF).

2) Quociente de execução da Despesa Corrente (QEDC) - Exceto Intra

A	Despesas Correntes - Previsão Atualizada	R\$ 19.812.236,04
B	Despesas Correntes - Execução	R\$ 15.832.169,81
QEDC	B/A	0,7991

Esse resultado indica que a despesa corrente realizada foi menor do que a prevista, correspondendo a 79,91% do valor estimado.

3) Quociente de execução da Despesa de Capital - Exceto Intra (QDC)

A	Despesa de Capital - Previsão Atualizada	R\$ 856.237,07
B	Despesa de Capital - Execução	R\$ 367.305,06
QDC	B/A	0,4289

Esse resultado indica que a despesa de capital realizada foi menor do que a prevista, correspondendo a 42,89% do valor estimado.

5.1.3. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA



A partir de 2015, os valores da Receita e da Despesa Orçamentárias estão ajustados conforme Anexo Único da Resolução Normativa TCE/MT nº 43/2013, a qual dispõe sobre as diretrizes para apuração e valoração do Resultado da Execução Orçamentária nas Contas de Governo dos Fiscalizados, conforme demonstrados no Anexo 4 – Análise da Situação Orçamentária, Quadro 4.1 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO CONSOLIDADO - Exceto Operações Intraorçamentárias.

5.1.3.1. QUOCIENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CORRENTE (QEOCO)

Este quociente da Execução Orçamentária Corrente é resultante da relação entre a Receita Realizada Corrente Ajustada e a Despesa Empenhada Corrente Ajustada. A interpretação desse quociente indica se as receitas correntes suportaram as despesas correntes (indicador maior que 1) ou se foi necessário utilizar receitas de capital para financiar despesas correntes.

1) Quociente da execução orçamentária corrente (QEOCO)

A	F_TOTAL_REC_CORRENTE_AJUSTADA	R\$ 20.029.797,00
B	M_TOTAL_DESP_CORRENTE_AJUSTADO	R\$ 16.526.454,96
C	O_DESP_CORRENTE_CRED_ADIC	R\$ 659.501,11
QEOCO	(A+C)/B	1,2518

Esse resultado indica que a receita corrente arrecadada foi suficiente para cobrir as despesas correntes - Superávit Corrente.

5.1.3.2. QUOCIENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CAPITAL (QEOCA)

Este quociente da Execução Orçamentária Capital é resultante da relação entre a Receita Realizada de Capital Ajustada e a Despesa Empenhada de Capital Ajustada. A interpretação desse quociente indica quanto da receita de capital foi utilizada para pagamento da despesa de capital. Ressalta-se que se o quociente for igual a 1, indica que a receita de capital foi igual a despesa de capital. Caso o quociente seja maior que 1, indica que houve excesso de alienação de bens e valores ou operações de créditos. Já se o quociente for menor que 1, indica que uma parte das despesas de capital foram pagas com receitas correntes.

1) Quociente da execução orçamentária de capital (QEOCA)

A	F_TOTAL_REC_CAPITAL_AJUSTADA	R\$ 300.000,00
B	M_TOTAL_DESP_CAPITAL_AJUSTADO	R\$ 367.305,06
C	O_DESP_CAPITAL_CRED_ADIC	R\$ 167.599,05



QEOCA	(A+C)/B	1,2730
-------	---------	--------

Este resultado que indica que houve excesso de alienação de bens e valores ou operações de créditos.

5.1.3.3. REGRA DE OURO (Art. 167, III, CF)

O art. 167, III, da CF, determina que é vedada a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade específica, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.

Complementar a esse ditame, a Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 32, § 3º, enfatiza que são consideradas para essa análise, em cada exercício financeiro, o total dos recursos de operações de crédito ingressados e o das despesas de capital executadas.

Assim, denomina-se Regra de Ouro a vedação de que os ingressos financeiros provenientes de endividamento (operações de crédito) sejam superiores às despesas de capital (investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida).

O objetivo é impedir que o ente se endivide para o pagamento de despesas correntes como: pessoal, benefícios sociais, juros da dívida e o custeio da máquina pública. Categoricamente a regra determina que a Receita de Capital não deve ultrapassar o montante da Despesa de Capital.

1) REGRA DE OURO

B	Despesa de Capital - Execução	R\$ 367.305,06
A	Operações de Crédito - Arrecadada	R\$ 0,00

REGRA DE OURO	A/B	0,0000
---------------	-----	--------

Houve obediência da regra de ouro, uma vez que as receitas de operações de créditos não ultrapassaram o montante das despesas de capital, conforme estabelece o Art. 167, III, CF.

5.1.3.4. QUOCIENTE DO RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (QREO)

A seguir, apresenta-se histórico da execução orçamentária de 2017 a 2021:

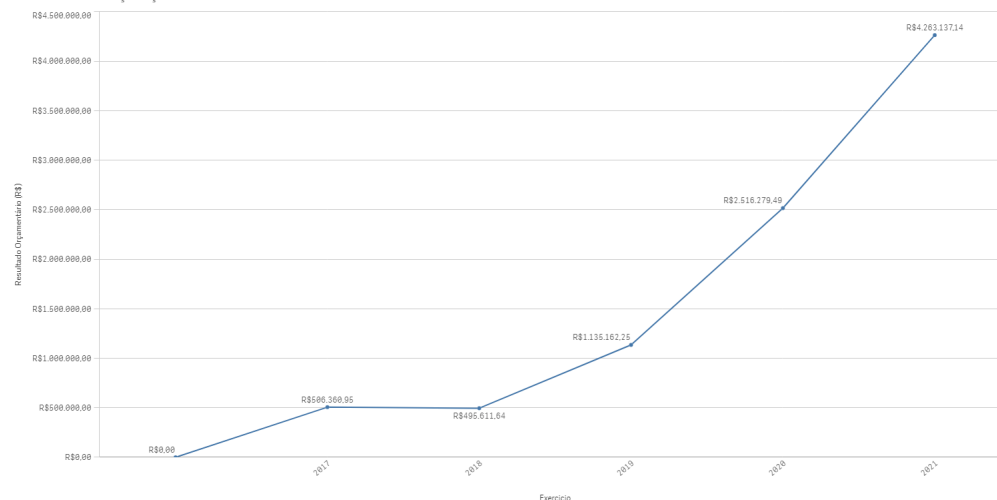
	2017	2018	2019	2020	2021
Receita Arrecadada Ajustada (A)	R\$ 12.480.984,28	R\$ 14.616.619,75	R\$ 16.526.274,24	R\$ 17.998.371,24	R\$ 20.329.797,00



	2017	2018	2019	2020	2021
Despesa Realizada Ajustada (B)	R\$ 11.974.623,33	R\$ 14.121.008,11	R\$ 15.391.111,99	R\$ 15.482.091,75	R\$ 16.893.760,02
Desp. Empenhada decorrentes de Créditos Adicionais Superávit Financeiro (C)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 827.100,16
Resultado Orçamentário (R\$) (D) = (A - B + C)	R\$ 506.360,95	R\$ 495.611,64	R\$ 1.135.162,25	R\$ 2.516.279,49	R\$ 4.263.137,14

Fonte: Parecer Prévio e Relatórios técnicos de Contas de Governo (exercícios anteriores), Aplic (exercício atual) OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores) No exercício de 2021 as despesas empenhadas decorrentes dos Créditos Adicionais por Superávit Financeiro foram demonstradas de forma segregada conforme Linha C do Quadro.

Série Histórica - Execução Orçamentária



O quociente do resultado da execução orçamentária tem por objetivo verificar se houve superávit orçamentário (indicador maior que 1), ou déficit orçamentário (indicador menor que 1).

A partir da análise dos quocientes da situação orçamentária, constatou-se o que segue:

1) Quociente do Resultado da Execução Orçamentária - QREO

B	M_TOTAL_DESPESA_AJUSTADO	R\$ 16.893.760,02
A	F_TOTAL_RECEITA_AJUSTADA	R\$ 20.329.797,00
C	O_TOTAL_DESP_CRED_ADIC	R\$ 827.100,16
QREO	(A+C)/B	1,2523

Esse resultado indica que receita arrecadada é maior do que a despesa realizada – superávit orçamentário de



execução.

Não houve déficit de execução orçamentária (arts. 169, CF e 9º, LRF).

5.2. SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

Abaixo, segue a análise de alguns quocientes da situação financeira e patrimonial referente ao exercício de 2021 do Município de SAO JOSE DO POVO, com base nos demonstrativos e informações prestadas pelo gestor, bem como ajustes apurados pela equipe técnica.

5.2.1. QUOCIENTE DE RESTOS A PAGAR

Trata-se de compromissos assumidos, porém não pagos durante o Exercício, podendo ser classificados como processados (despesas liquidadas e não pagas) e não processados (despesas apenas empenhadas). Destaca-se que os saldos dos Restos a Pagar são cumulativos e consideram todas as despesas empenhadas ou liquidadas em exercícios anteriores sem o devido pagamento.

O Quadro 5.1 - Restos a Pagar Processados e Não Processados, do Anexo 5. (Restos a Pagar) apresentam os valores existentes de Restos a Pagar Processados de R\$ 184.720,26, e de Restos a Pagar Não Processados de R\$ 24.514,92.

5.2.1.1. QUOCIENTE DE DISPONIBILIDADE FINANCEIRA PARA PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR

O cálculo da Disponibilidade Financeira por Fonte de recursos encontra-se detalhado nos Quadros 5.2 e 5.4 do Anexo 5 (Restos a Pagar) deste Relatório de Contas de Governo.

Este quociente tem por objetivo medir a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo (Restos a Pagar Processados e Não Processados).

O Município deve garantir recursos para quitação das obrigações financeiras, incluindo os restos a pagar não processados do exercício ao final de 2021.

Disciplinando o assunto, a Secretaria do Tesouro Nacional esclarece da seguinte forma sobre o controle da disponibilidade de caixa:

“como regra geral, que as despesas devem ser executadas e pagas no exercício financeiro e, extraordinariamente, podem ser deixadas obrigações a serem cumpridas no exercício seguinte, por meio da inscrição em restos a pagar, com a suficiente disponibilidade de caixa. Assim, o controle da disponibilidade de caixa e da geração de



obrigações deve ocorrer simultaneamente à execução financeira da despesa em todos os exercícios". (**Manual de Demonstrativos Fiscais: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios**. Válido a partir do exercício financeiro de 2021, Secretaria do Tesouro Nacional. – 11ª ed., pág. 607).

De modo a garantir o princípio do equilíbrio financeiro, neste mesmo sentido há decisão deste Tribunal de Contas sobre a necessidade de garantir recursos para o pagamento tanto dos restos a pagar processados quanto não processados do exercício, conforme transcrição a seguir:

1. Para efeito de verificação do cumprimento das disposições constantes no art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a relação entre a assunção de obrigação de despesa e a suficiente disponibilidade de caixa deve ser calculada, individualmente, por fontes de recursos. Incluem-se como assunção de obrigação de despesa tanto os restos a pagar processados quanto os não processados, inscritos no exercício." (Contas Anuais de Governo. Relator: Conselheiro Substituto Moisés Maciel. Parecer Prévio nº 41/2017-TP. Julgado em 03/10/2017. Publicado no DOC/TCE-MT em 24/10/2017. Processo nº 8.385-2/2016).(item 7.8 **Boletim de Jurisprudência**. Edição Consolidada | fevereiro de 2014 a junho de 2019, página 30)

1) Quociente de disponibilidade financeira - Exceto RPPS

A	TOTAL_DISP_BRUTA_EXCETO_RPPS	R\$ 8.722.517,68
B	TOTAL_DEMAIS_OBRIGAÇÕES_EXCETO_RPPS	R\$ 227.184,57
C	TOTAL_RPP_EXCETO_RPPS	R\$ 183.942,04
D	TOTAL_RPNP_EXCETO_RPPS	R\$ 24.514,92
QDF	(A-B)/(C+D)	40,7534

Esse resultado indica que para cada R\$ 1,00 de restos a pagar inscritos, há R\$ 40,7534 de disponibilidade financeira, conforme quadro 5.2 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar Poder Executivo - Exceto RPPS.

5.2.1.2. QUOCIENTE DE INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR

Este indicador tem por objetivo verificar a proporcionalidade de inscrição de Restos a Pagar no exercício em relação ao total das despesas executadas (despesas empenhadas no exercício).

1) quociente de inscrição de restos a pagar



A	TOTAL DESPESAS - EXECUÇÃO	R\$ 16.893.760,02
B	B_TOTAL_INSCRIÇÃO	R\$ 124.922,21
QIRP	B/A	0,0073

Esse resultado indica que para cada R\$ 1,00 de despesa empenhada, R\$ 0,0073 foram inscritos em restos a pagar.

5.2.1.3. QUOCIENTE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA (QSF) - EXCETO RPPS

Este indicador é obtido da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, com o objetivo de apurar a ocorrência de déficit (indicador menor que 1) ou superávit financeiro (indicador maior que 1).

O superávit financeiro pode ser utilizado como fonte de recursos para abertura de Créditos Adicionais no exercício seguinte, desde que respeitadas a fonte e a destinação de recursos específicas. No entanto, para fins de abertura de crédito adicional, deve-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, em cumprimento ao parágrafo 1º, I do artigo 43 da Lei nº 4.320/64.

O Cálculo detalhado da Situação Financeira por Fonte de Recursos, exceto RPPS, encontra-se no Quadro 6.2 do Anexo 6 (Dívida Pública) deste Relatório de Contas de Governo.

1) Quociente da Situação Financeira (QSF)

A	TOTAL ATIVO FINANCEIRO - EXCETO RPPS	R\$ 8.722.517,68
B	TOTAL PASSIVO FINANCEIRO - EXCETO RPPS	R\$ 420.346,24
QSF	A/B	20,7507

Esse resultado indica que houve superávit financeiro no valor de R\$ 8.302.171,44, considerando todas as fontes de recursos, conforme quadro 6.1 - Superávit/Déficit Financeiro - Total - Exceto RPPS.

5.2.1.4. QUOCIENTE DA LIQUIDEZ CORRENTE

O índice de Liquidez Corrente (LC) é resultante da relação entre o Ativo Circulante e Passivo Circulante, e demonstra o quanto o Município dispõe de recursos a curto prazo (caixa, bancos, créditos, estoques, etc.) para pagar suas dívidas circulantes (fornecedores, empréstimos e financiamentos a curto prazo, etc). Caso o



quociente de liquidez corrente seja maior que 1, indica a capacidade de pagamento de suas obrigações de curto prazo. Já se o quociente for menor que 1, indica a existência de passivos circulantes superiores aos ativos da mesma natureza e revela restrições na capacidade de pagamento do Município dos seus compromissos de curto prazo.

1) Quociente da Liquidez Corrente - Exceto RPPS

A	Valor_Total_Ativo_Circulante	R\$ 8.820.199,84
B	Valor_Total_Passivo_Circulante	R\$ 395.831,32
Liquidez Corrente		A/B
		22,2827

Este resultado demonstra que o total de recursos aplicados em ativos correntes supera o total das obrigações de curto prazo.

6. LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

Abaixo, seguem análises dos cumprimentos dos limites constitucionais e legais, que devem ser observados pelo Município:

6.1. DÍVIDA PÚBLICA

Conforme estabelecido no art. 29, inc. I, e § 3º, da LRF e art. 1º, §1º, inc. III, da Resolução nº 40/2001, do Senado Federal, a Dívida Pública Consolidada (DC) corresponde ao montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas para amortização em prazo superior a doze meses, decorrentes de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito. Também integram a dívida pública consolidada as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento.

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) representa o montante da Dívida Consolidada (DC) deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros. O entendimento sobre a composição dos demais haveres financeiros engloba os valores a receber líquidos e certos (devidamente deduzidos das respectivas provisões para perdas prováveis reconhecidas nos balanços), como empréstimos e financiamentos concedidos (art. 1º, § 1º, inc. V, da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal).

6.1.1. QUOCIENTE DO LIMITE DE ENDIVIDAMENTO (QLE)



O Quociente do Limite de Endividamento (QLE) verifica os limites de endividamento de que trata a legislação e outras informações relevantes, quanto à Dívida Consolidada Líquida (DCL), demonstrada no Quadro 6.4 deste Relatório.

Conforme art. 52, inc. VI, da Constituição Federal, compete ao Senado Federal fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, fixados em percentual da receita corrente líquida para cada esfera de governo e aplicados igualmente a todos os entes da Federação que a integrem, constituindo, para cada um deles, limites máximos (Art. 30, § 3º, LRF).

Assim, o art. 3º, II, da Resolução nº 40/2001, do Senado Federal, estabeleceu, no caso dos Municípios, que a dívida consolidada líquida (DCL) não poderá exceder a 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes a receita corrente líquida (RCL).

1) Quociente do Limite de Endividamento - QLE

B	RCL_AJUSTADA_ENDIVIDAMENTO	R\$ 18.680.939,07
A	DCL	-R\$ 8.504.783,55
QLE	if(A<=0,0,A/B)	0,0000

Este resultado indica que a dívida consolidada líquida é negativa, pois as disponibilidades são maiores que a dívida pública consolidada conforme demonstrado no Quadro 6.4 deste Relatório.

Este resultado indica cumprimento do limite legal (art. 3º, II, da Resolução do Senado Federal nº 40/2001).

6.1.2. QUOCIENTE DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA (QDPC)

A Dívida Pública Contratada baseia-se em contratos de empréstimo ou financiamentos com organismos multilaterais, agências governamentais ou credores privados.

Constitui as chamadas "operações de crédito", definida no art. 3º, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001, como "os compromissos assumidos com credores situados no País ou no exterior, em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros".

O art. 7º, I, da supracitada Resolução do Senado Federal, determina que deve ser observado, pelos Entes da Federação, que o montante global das operações realizadas em um exercício financeiro não poderá ser superior a 16% (dezesesseis por cento) da receita corrente líquida (RCL).

1) Quociente da Dívida Pública Contratada no exercício (QDPC)



B	RCL_AJUSTADA_ENDIVIDAMENTO	R\$ 18.680.939,07
A	TOTAL DA DÍVIDA	R\$ 0,00
QDPC	A/B	0,0000

Não houve dívida contratada no exercício.

Esse resultado indica o cumprimento do limite legal (art. 7º, I, da Resolução do Senado nº 43/2001).

6.1.3. QUOCIENTE DE DISPÊNDIO DA DÍVIDA PÚBLICA (QDDP)

Os dispêndios da Dívida Pública constituem-se nas despesas realizadas com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos a valores a desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar, e, de acordo com o art. 7º, II, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal, não poderá exceder a 11,5% (onze inteiros e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida.

1) Quociente de Dispêndios da Dívida Pública (QDDP)

B	RCL_AJUSTADA_ENDIVIDAMENTO	R\$ 18.680.939,07
A	Total Dispêndios da Dívida Pública	R\$ 53.738,27
QDDP	A/B	0,0028

Este resultado indica que os dispêndios da dívida pública efetuados no exercício representaram 0,28% da receita corrente líquida

Esse resultado indica o cumprimento do limite legal (art. 7º, II, da Resolução do Senado nº 43/2001).

6.2. EDUCAÇÃO

A Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, dispõe em seu art. 212 sobre o percentual mínimo que o município deverá aplicar com manutenção e desenvolvimento do ensino em cada ano.

Esse mínimo é fixado para o município em 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências.

Quanto à formação da base de cálculo da MDE, é importante ressaltar que a tese prejudgada contida no Acórdão TCE-MT nº 1.098/2004 e constante do inciso VIII do artigo 1º da Decisão Administrativa TCE-MT nº 16/2005, que excluía o IRRF da referida base de cálculo, foi revogada pela Resolução de Consulta TCE-MT nº 16/2018.



Essa Resolução modulou os efeitos do novo entendimento para aplicação a partir de 1º de janeiro de 2020, com a inclusão do IRRF na Receita Base para Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

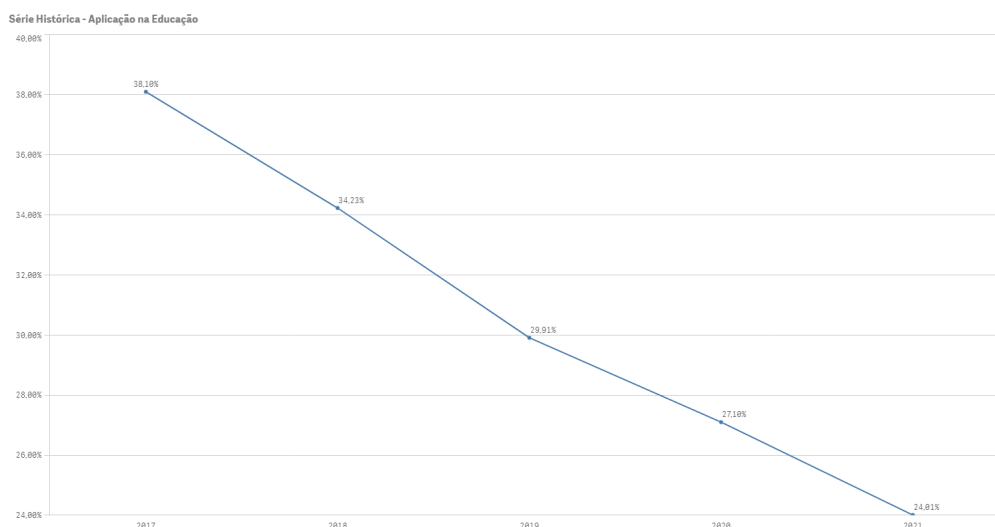
Até o exercício de 2020, o TCE-MT para verificação anual do cumprimento do limite constitucional de aplicação em gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do ensino considerava as despesas após a sua regular liquidação conforme Resolução Normativa TCE-MT n. 14/2012. Todavia, em função da revogação do item que trata do cálculo da aplicação em MDE da citada Resolução, ocorrida na Sessão Presencial realizada em 3/maio/2022, por ocasião do julgamento de Embargos de Declaração opostos pelo Governo do estado de Mato Grosso, o cálculo passou a ser pela despesa empenhada, conforme item c.1 do Acórdão 207/2022-TP (Sessão de Julgamento 3-5-2022 – Tribunal Pleno - Processo nº 22.153-8/2020) transcrito abaixo:

c.1) para efeito de verificação anual do cumprimento dos limites referentes à aplicação em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino e Fundeb, deve-se considerar as despesas empenhadas, conforme critério previsto no art. 24, II, da LC nº 141/2012, que dispõe sobre os gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde; e, c.2) para efeito de verificação anual do cumprimento do limite constitucional de aplicação em gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino do Estado de Mato Grosso, deve-se incluir as despesas empenhadas com o ensino superior, sendo inaplicável, neste caso, o que dispõe a Resolução de Consulta nº 21/2008.

A série histórica da aplicação de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, no período de 2017/2021, indica que a administração municipal de **SAO JOSE DO POVO** **cumpriu até 2020** a exigência constitucional, exceto em 2021, conforme se pode observar:

HISTÓRICO - APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO (art. 212 CF) - Limite Mínimo fixado 25%					
	2017	2018	2019	2020	2021
Aplicado - %	38,10%	34,23%	29,91%	27,10%	24,01%

Fonte: Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual (Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino) - art.212,CF OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores).





Nesse sentido, da análise das informações, das quais é possível verificar o descumprimento desse dever constitucional por parte do Município, constatou-se que:

1) ENSINO 25%

Esse resultado indica que o limite mínimo não foi cumprido.

O percentual aplicado (24,01) não assegura o cumprimento do percentual mínimo de 25% da receita de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em desacordo com o estabelecido no art. 212 da Constituição Federal. AA01.

Dispositivo Normativo:

art. 212 da Constituição Federal.

1.1) O percentual aplicado (24,01%) não assegura o cumprimento do percentual mínimo de 25% da receita de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em desacordo com o estabelecido no art. 212 da Constituição Federal. - AA01

No exercício financeiro de 2021 o município de São José do Povo aplicou em MDE 24,01% não assegura o cumprimento do percentual mínimo de 25% da receita de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em desacordo com o estabelecido no art. 212 da Constituição Federal.

Contudo, foi editado a EC nº 119 de 27 de abril de 2022 prevendo que os agentes públicos desses entes federados não poderão ser responsabilizados administrativa, civil ou criminalmente pelo descumprimento, exclusivamente nos exercícios financeiros de 2020 e 2021, do disposto no caput do art. 212 da Constituição Federal.

A EC nº 119/2022 prevê que o ente deverá complementar na aplicação da manutenção e desenvolvimento do ensino, até o exercício financeiro de 2023, a diferença a menor entre o valor aplicado, conforme informação registrada no sistema integrado de planejamento e orçamento, e o valor mínimo exigível constitucionalmente para os exercícios de 2020 e 2021.

Responsável 1: IVANILDO VILELA DA SILVA - ORDENADOR DE DESPESAS

Conduta do Responsável:

.

Nexo de Causalidade do Responsável:

.

Culpabilidade do Responsável:

Foi excluído a culpabilidade em virtude da edição da EC nº 119 de 27 de abril de 2022, que prevê que os agentes públicos desses entes federados não poderão ser responsabilizados administrativa, civil ou criminalmente pelo descumprimento, exclusivamente nos exercícios financeiros de 2020 e 2021, do disposto no caput do art. 212 da Constituição Federal.



Excludente de Culpabilidade:

SIM

6.2.1. FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB

O FUNDEB foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006, regulamentado pela Lei nº 11.494, de 20/06/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, trata-se de um fundo especial, de natureza contábil, formado, na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e das transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal.

A Emenda Constitucional 108, de 26/08/2020, dá nova redação ao art. 212-A, da Constituição Federal:

Art. 212-A. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 desta Constituição à manutenção e ao desenvolvimento do ensino na educação básica e à remuneração condigna de seus profissionais, respeitadas as seguintes disposições:

I - a distribuição dos recursos e de responsabilidades entre o Distrito Federal, os Estados e seus Municípios é assegurada mediante a instituição, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de natureza contábil;

O inciso XI, dessa EC, determina que a proporção não inferior a 70% (setenta por cento) do Fundeb será destinada ao pagamento dos profissionais da educação básica em efetivo exercício. (Antes era 60%)

Diante disso, a Lei nº 14.113, de 25/12/2020, regulamenta o Fundeb e revoga, a partir de 1º de janeiro de 2021, a Lei nº 11.494/2007, ressalvado o *caput* do art. 12 e mantidos seus efeitos financeiros no que se refere à execução dos Fundos relativa ao exercício de 2020. Além disso, o Decreto nº 10.656, de 22/03/2021, revoga o Decreto nº 6.253/2007, sendo a nova norma regulamentadora do Fundeb.

Essa lei definiu os seguintes parâmetros:

a) haverá complementação da União aos recursos do Fundeb, sendo que a proporção de 50% (cinquenta por cento) dos recursos globais, será destinada à educação infantil (art. 3º, § 2º; art. 4º, art. 5º, art. 13, art. 16, § 2º, art. 28, da Lei nº 14.113/2020);

b) até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional. (art. 25, § 3º) (antes era 5%)

Ressalta-se que o superávit de 10% se refere somente ao Fundeb 30%, sendo que a parte de 70%, destinada à remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, deve ser aplicado integralmente até o final do exercício em que os recursos forem recebidos.



Nesse sentido, a jurisprudência do TCE/MT, na vigência da Lei 11.494/2007:

Educação. Superávit nos recursos do Fundeb 40%. Aplicação no exercício subsequente. Parte Fundeb 60%. Utilização exclusiva no exercício corrente.

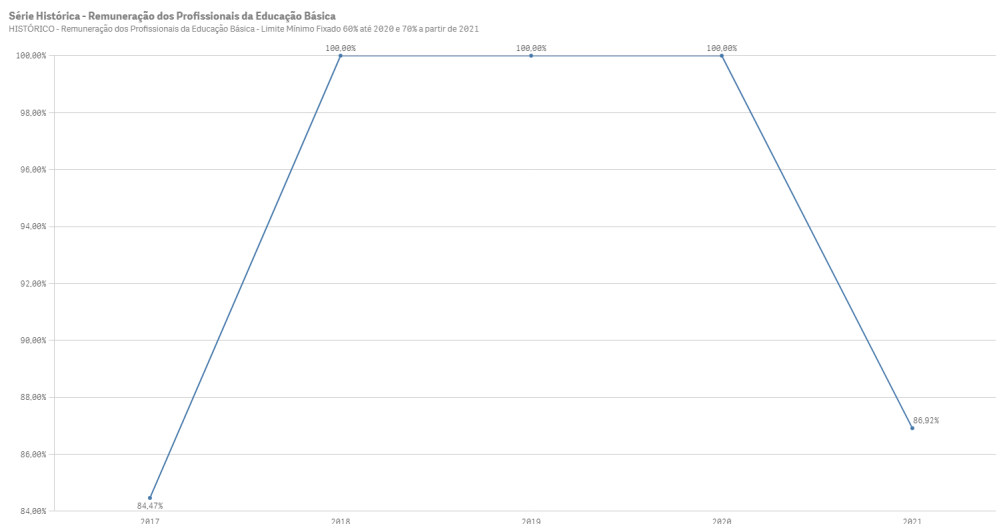
1. Sendo apurado superávit financeiro de até 5% nos recursos recebidos do Fundeb no exercício corrente, poderá ser aplicado no primeiro trimestre do exercício subsequente, mediante abertura de créditos adicionais (art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007). Tal previsão legal aplica-se exclusivamente à parte disponível do Fundeb 40%.

2. A parte do Fundeb 60%, vinculada ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, deve ser aplicada anualmente, sendo incabível, neste caso, a possibilidade prevista no art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007. (Contas Anuais de Governo. Relator: Conselheiro Substituto João Batista Camargo. Parecer Prévio nº 81/2017-TP. Julgado em 28/11/2017. Publicado no DOC/TCE-MT em 14/12/2017. Processo nº 7.816-6/2016). (Boletim de Jurisprudência. Edição Consolidada. fevereiro de 2014 a dezembro de 2020, p. 39)

Apresenta-se abaixo série histórica de remuneração dos profissionais do magistério, período 2017/2021, sendo possível concluir o quanto, percentualmente, o município investiu na remuneração dos educadores, nos últimos anos:

HISTÓRICO - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica - Limite Mínimo Fixado 60% até 2020 e 70% a partir de 2021					
	2017	2018	2019	2020	2021
Aplicado - %	84,47%	100,00%	100,00%	100,00%	86,92%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual (Gastos com remuneração e valorização dos profissionais do magistério. Recursos do FUNDEB). OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores). A partir de 2021 o % mínimo de Aplicação é de 70%



Nesse sentido, da análise das informações, das quais é possível verificar o cumprimento desse dever por parte do Município no atual exercício, constata-se que:

1) FUNDEB 70%



Este resultado indica que o limite mínimo foi cumprido.

O percentual destinado para os profissionais da educação básica em efetivo exercício (86,92) assegura o cumprimento do percentual mínimo de 70% estabelecido pela legislação.

2) FUNDEB 50% - COMPLEMENTAÇÃO UNIÃO

Não houve registro de recebimento de Recursos do Fundeb/Complementação da União.

3) FUNDEB 15% - COMPLEMENTAÇÃO UNIÃO

Não houve registro de recebimento de Recursos do FUNDEB/Complementação da União.

6.3. SAÚDE

O art. 77, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, estabelecia que os municípios deveriam aplicar, anualmente, no mínimo, 15% da receita de impostos refere o artigo 156 e dos recursos de que tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alínea “b” e § 3º, todos da Constituição Federal.

A referida imposição deveria ser observada até que viesse a Lei Complementar, descrita no art. 198, § 3º, da Constituição Federal. Fato esse que ocorreu até o ano de 2011.

Atendendo ao comando do art. 77, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, foi publicada a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, estabelecendo em seu art. 7º que os municípios deverão aplicar anualmente, no mínimo, 15 % da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea “b” do inciso I do caput e o § 3º do art. 159, todos da Constituição Federal.

Quanto à formação da base de cálculo para as ASPS, é importante ressaltar que a tese prejudgada contida no Acórdão TCE-MT nº 1.098/2004 e constante do inciso VIII do artigo 1º da Decisão Administrativa TCE-MT nº 16/2005, que exclui o IRRF da base de cálculo, foi revogada pela Resolução de Consulta TCE-MT nº 16/2018.

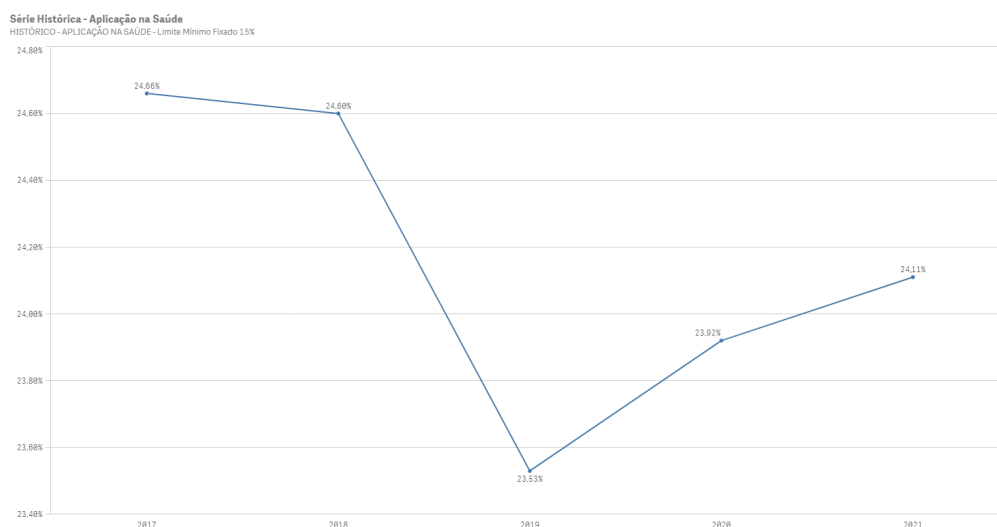
Essa Resolução modulou os efeitos do novo entendimento para aplicação a partir de 1º de janeiro de 2020, com a inclusão do IRRF na Receita Base para verificação da aplicação mínima de recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde.



No período 2017/2021, os gastos com ações e serviços públicos de saúde, **atenderam** à exigência constitucional, **superando** o percentual de aplicação obrigatória, conforme demonstrado a seguir:

HISTÓRICO - APLICAÇÃO NA SAÚDE - Limite Mínimo Fixado 15%					
	2017	2018	2019	2020	2021
Aplicado - %	24,66%	24,60%	23,53%	23,92%	24,11%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual (Despesas com ações e serviços públicos de saúde - APLIC). OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores).



1) SAÚDE 15%

Esse resultado indica que o limite mínimo foi cumprido.

O percentual aplicado (24,11) assegura o cumprimento do percentual mínimo de 15%, de acordo com o que determina o art. 7º da Lei Complementar nº 141/2012.

6.4. DESPESAS COM PESSOAL

A Lei Complementar nº 101/2000, em seu art. 20, III, da LRF, fixou limite baseado em percentual da Receita Corrente Líquida, de 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo e 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo.

O Poder Executivo totalizou , em 2021, R\$ 7.897.545,97 em despesas com pessoal, o que



corresponde a 42,27% da Receita Corrente Líquida Ajustada (R\$ 18.680.939,07), o que **assegura** o cumprimento do limite fixado na LRF.

6.4.1. REGIME PREVIDENCIÁRIO

Os servidores efetivos do município estão vinculados ao regime próprio de previdência social e os demais ao regime geral (INSS).

6.4.1.1. NORMAS GERAIS - UNIDADE GESTORA ÚNICA

A Portaria MPS nº 402/2008, art. 10, § 1º, bem como a Nota Técnica SEI nº 11/2017/CGACI/SRPPS/SPREV-MF, regulamentam a obrigatoriedade da existência de uma unidade gestora única, com o objetivo de administrar, gerenciar e operacionalizar suas atividades, abrangendo, entre outras, a arrecadação, a gestão de recursos e fundos previdenciários, a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios, nos termos transcritos a seguir:

Portaria MPS nº 402/2008 (...)

Art. 10. É vedada a existência de mais de um RPPS para os servidores titulares de cargos efetivos e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente federativo.

§ 1º Entende-se por unidade gestora a entidade ou órgão integrante da estrutura da Administração Pública de cada ente federativo, que tenha por finalidade a administração, o gerenciamento e a operacionalização do RPPS, incluindo a arrecadação e gestão de recursos e fundos previdenciários, a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios.

A Emenda Constitucional nº 103/2019 registrou como mandamento constitucional a referida obrigação, estabelecendo:

Constituição Federal de 1988

Art.40.(...)

§ 20. É vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social e de mais de um órgão ou entidade gestora desse regime em cada ente federativo, abrangidos todos os poderes, órgãos e entidades autárquicas e fundacionais, que serão responsáveis pelo seu financiamento, observados os critérios, os parâmetros e a natureza jurídica definidos na lei complementar de que trata o § 22. [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019\)](#)



Da análise da previdência social dos servidores do Município SAO JOSE DO POVO, verifica-se que esses estão vinculados ao Fundo Municipal de Previdência Social de São José do Povo, não sendo constatados outros Regimes Próprios de Previdência Social.

6.4.1.1.1. ADIMPLÊNCIA DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PATRONAIS E DOS SEGURADOS

O *caput* do art. 40 e inc. I do art. 198 da Constituição Federal/1988 determinam que será assegurado o regime de previdência de caráter contributivo e solidário, a fim de que se preserve o equilíbrio financeiro e atuarial e que o financiamento da seguridade social será de responsabilidade de toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Portanto, é determinação constitucional o recolhimento, tempestivo, da contribuição previdenciária pelo ente público.

De acordo com os dispositivos citados, extrai-se que a Administração Municipal tem a obrigação de contribuir com o custeio do RPPS e o administrador público tem o dever de cumprir os prazos de pagamento de suas obrigações previdenciárias e, caso configurada a situação de atraso e/ou inadimplência no recolhimento das contribuições patronais e segurados, é de sua responsabilidade arcar com os juros e multas dele oriundos.

Portanto, os repasses das contribuições previdenciárias são uma obrigação constitucional, sendo necessário o seu recolhimento dentro do prazo, a fim de não ocasionar o pagamento de **juros e multas por atraso**, não podendo ser tratado como despesas flexíveis de pagamento ou como uma forma de financiamento de outras despesas.

Registra-se que a inadimplência previdenciária prejudica a saúde financeira dos RPPS e, por via de consequência, sua capacidade de pagar eventuais benefícios aos seus segurados.

De acordo com o Parecer Técnico Conclusivo emitido pela Unidade de Controle Interno, nos termos da Resolução Normativa nº 12/2020-TP, o Controlador Interno não informou a inadimplência ou Inadimplência das contribuições previdenciárias patronais e dos segurados do exercício de 2021, conforme demonstrado no Apêndice C deste Relatório Técnico.

Consta no documento denominado Declaração de Veracidade das Contribuições Previdenciárias (Apêndice D, deste Relatório), enviado ao Sistema Aplic, conforme consulta realizada em 15/07/2022, a inadimplência de contribuições previdenciárias.

- 1) Assim, com base nos documentos e informações citados, é possível concluir pela inadimplência das Contribuições Previdenciárias dos Segurados devidas ao RPPS.
- 2) Assim, com base nos documentos e informações citados, é possível concluir pela inadimplência das Contribuições Previdenciárias Patronais devidas ao RPPS.



6.4.1.1.2. PARCELAMENTOS DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Por meio do acesso ao Sistema CADPREV, constatou-se a existência de parcelamentos efetuados com o Regime Próprio de Previdência Social.

Consultar Acordo de Parcelamento
Os campos precedidos com asterisco(*) são de preenchimento obrigatório.

Dados da Consulta

Ente: Município de São José do Povo
Situação do Acordo: Todos

☐ Não sou um robô

Consultar **Cancelar**

Número do Acordo	Natureza	Situação do Acordo	Natureza do Acordo	Tipos de Parcelamento	Visualizar DCP	Visualizar Acompanhamento do Acordo
00005/2005	Cultura Crêntica	Ativo	Antigo			
00016/2009	Cultura Crêntica	Quilado	Antigo			
00032/2012	Cultura Crêntica	Quilado	Antigo			

1) Por meio do acesso ao Sistema CADPREV, constatou-se a adimplência das parcelas do Acordo nº 00005/2005 (Lei autorizativa nº 315/2005) devidas pela Prefeitura Municipal ao RPPS - apêndice E.

6.4.1.1.3. ANÁLISE DO CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA - CRP

O Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP é um documento fornecido pela Secretaria de Previdência, do Ministério da Economia, que atesta o cumprimento dos critérios e exigências estabelecidos na Lei nº 9.717/1998, pelo Regime Próprio de Previdência Social de um Estado, do Distrito Federal ou de um Município, ou seja, atesta que o ente federativo segue normas de boa gestão, de forma a assegurar o pagamento dos benefícios previdenciários aos seus segurados.

O Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP é um documento fornecido pela Secretaria de Previdência, do Ministério da Economia, que atesta o cumprimento dos critérios e exigências estabelecidos na Lei nº 9.717/1998, pelo Regime Próprio de Previdência Social de um Estado, do Distrito Federal ou de um Município, ou seja, atesta que o ente federativo segue normas de boa gestão, de forma a assegurar o pagamento dos benefícios previdenciários aos seus segurados.

Na análise das informações extraídas em 15/07/2022, no endereço eletrônico da Secretaria de Previdência (<https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/publico/crp/pesquisarEnteCrp.xhtml>), constatou-se que o Município de SAO JOSE DO POVO, por meio do CRP nº 986087-205228, encontra-se REGULAR com o Certificado de Regularidade Previdenciária (via administrativa, Apêndice F deste Relatório).



Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP

Ente Federativo: São José do Povo UF: MT
CNPJ Principal: 32.972.424/0001-04

É CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 9º DA LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998, NO DECRETO Nº 3.788, DE 11 DE ABRIL DE 2001, E NA PORTARIA Nº 204, DE 10 DE JULHO DE 2008, QUE O MUNICÍPIO ESTÁ EM SITUAÇÃO REGULAR EM RELAÇÃO A LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998.

FINALIDADE DO CERTIFICADO

Os órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união deverão observar, previamente, a regularidade dos estados, do Distrito Federal e dos municípios quanto ao seu regime Próprio de Previdência Social, nos seguintes casos, conforme o disposto no art 7º da lei nº 9.717, de 1998:

- i. Realização de transferências voluntárias de recursos pela união;
- ii. Celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união;
- iii. Liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais;

Certificado emitido em nome do Ente Federativo e válido para todos os órgãos e entidades do município

A aceitação do presente certificado está condicionada à verificação, por meio da internet, de sua autenticidade e validade no endereço: <http://www.previdencia.gov.br>, pois está sujeito a cancelamento por decisão judicial ou administrativa.

Este certificado deve ser juntado ao processo referente ao ato ou contrato para o qual foi EXIGIDO.



EMITIDO EM 21/12/2021
VÁLIDO ATÉ 19/06/2022

N.º 986087 -
205228

1) Foi emitido Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) pelo MPAS ao RPPS – art. 7º, Lei nº 9.717/98 e Portaria MPS nº 204/08

6.4.2. PESSOAL - LIMITES LRF

A Lei Complementar nº 101/2000, em seu art. 20, III, da LRF, fixou limite baseado em percentual da Receita Corrente Líquida, de 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo e 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo.

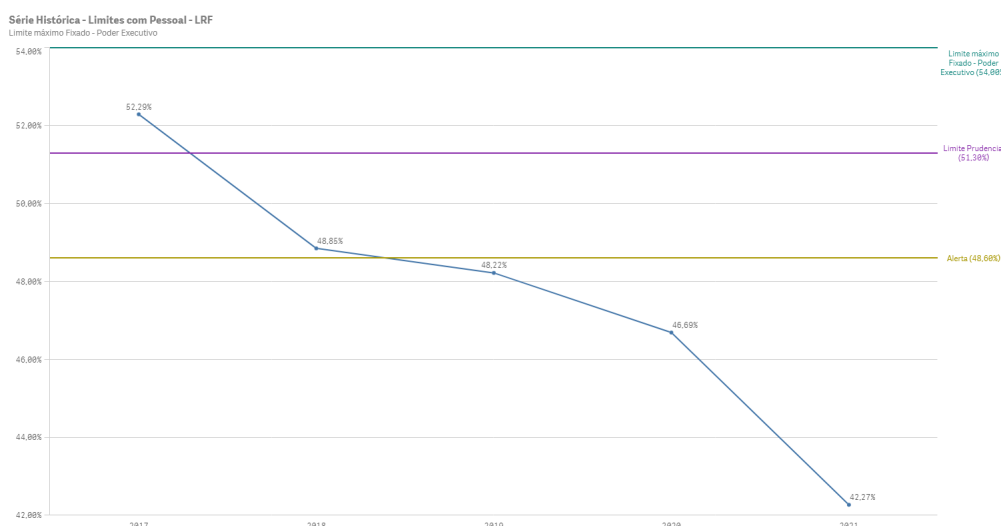
A série histórica de percentuais dos gastos com pessoal do Poder Executivo e Legislativo em relação à Receita Corrente Líquida, no período 2017/2021, **mantiveram-se** abaixo do valor máximo permitido, conforme se observa a seguir:

LIMITES COM PESSOAL - LRF					
	2017	2018	2019	2020	2021
Limite máximo Fixado - Poder Executivo					
Aplicado - %	52,29%	48,85%	48,22%	46,69%	42,27%
Limite máximo Fixado - Poder legislativo					



LIMITES COM PESSOAL - LRF					
	2017	2018	2019	2020	2021
Aplicado - %	3,68%	3,32%	3,65%	3,46%	3,31%
Limite máximo Fixado - Município					
Aplicado - %	55,97%	52,17%	51,87%	50,15%	45,59%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual: Quadro: Apuração do Cumprimento do limite legal individual. OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores).



Em resposta ao Ofício Circular nº 2/2021 expedido por esta SECEX, a Prefeitura Municipal de São José do Povo declarou não haver despesas com contratações de Cooperativas, OSCIP, OS referentes à mão-de-obra que se enquadram no conceito de gasto com pessoal. Tal Declaração encontra-se à fl. 03 do Documento Digital nº 127047/2022 deste processo de Contas de Governo.

A partir da análise das informações sobre o total de gastos com pessoal do Poder Executivo é possível verificar o que segue:

6.4.2.1. LIMITE PRUDENCIAL E LEGAL DO PODER EXECUTIVO

O total da despesa com pessoal e encargos do Poder Executivo (Quadros 9.3 e 9.4 do Anexo 9 - Pessoal) foi de R\$ 7.897.545,97, que correspondeu a **42,27%** da Receita Corrente Líquida Ajustada, **estando abaixo do** Limite de Alerta (48,6%) estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que corresponde a 90% do valor máximo permitido para gastos com pessoal.

1) PESSOAL_LIMITE EXECUTIVO



Nos gastos com pessoal do Poder Executivo foi assegurado o cumprimento do limite de 54%.

Os gastos com pessoal do Poder Executivo totalizaram o montante de R\$ 7.897.545,97, correspondente a 42,27% da RCL Ajustada, assegurando o cumprimento do limite máximo de 54% estabelecido no art. 20, inc. III, "b" da LRF.

6.5. LIMITES DA CÂMARA MUNICIPAL

A Constituição Federal dispõe, em seu art. 29A, sobre o Poder Legislativo Municipal, sendo que o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior:

- I - 7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes;*
- II - 6% (seis por cento) para Municípios com população entre 100.000 (cem mil) e 300.000 (trezentos mil) habitantes;*
- III - 5% (cinco por cento) para Municípios com população entre 300.001 (trezentos mil e um) e 500.000 (quinhentos mil) habitantes;*
- IV - 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento) para Municípios com população entre 500.001 (quinhentos mil e um) e 3.000.000 (três milhões) de habitantes;*
- V - 4% (quatro por cento) para Municípios com população entre 3.000.001 (três milhões e um) e 8.000.000 (oito milhões) de habitantes;*
- VI - 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) para Municípios com população acima de 8.000.001 (oito milhões e um) habitantes.*

Além disso, constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal:

- I - efetuar repasse que supere os limites definidos no artigo 29A, CF;*
- II - não enviar o repasse até o dia vinte de cada mês; ou*
- III - enviá-lo a menor em relação à proporção fixada na Lei Orçamentária.*

No caso do Município de SAO JOSE DO POVO, com Estimativa de População do Município - IBGE - 2021 de 4.102 habitantes, o percentual de repasse fica estabelecido 7,00% em da Receita Base.

A série histórica de percentuais dos repasses para o Poder Legislativo, no período de 2017/2021 está apresentada a seguir:

REPASSE PARA O LEGISLATIVO					
	2017	2018	2019	2020	2021
Percentual máximo Fixado	7,00%				
Aplicado - %	6,82%	7,00%	7,00%	6,96%	7,06%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e APLIC (Exercício Atual). OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores).



A partir da análise dos quadros 10.1 e 10.2, constantes no Anexo 10 - Repasse à Câmara Municipal deste relatório, constata-se:

1) Os repasses ao Poder Legislativo foram superiores aos limites definido no art. 29-A da Constituição Federal. AA05.

Dispositivo Normativo:

Art. 29-A da Constituição Federal.

1.1) Os repasses ao Poder Legislativo foram superiores aos limites definidos no art. 29-A da Constituição Federal.
- AA05

Os repasses ao Poder Legislativo foram superiores aos limites definidos no art. 29-A da Constituição Federal, já que o valor máximo de repasse deveria ser de R\$ 895.172,99 (Quadro 10.1), e foi repassado pelo Poder Executivo o montante de R\$ 902.862,24.

De acordo com o Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais, exercício de 2021, da Câmara Municipal de São José do Povo, apêndice G, foi detectado o repasse do Poder Executivo ao Legislativo no valor de R\$ 902.862,24, no entanto, houve a devolução do valor de R\$ 4.317,43, ensejando assim, um Repasse Líquido do Poder Executivo de R\$ 898.544,81, sendo esse valor maior do que o limite definido no art. 29-A da Constituição Federal (R\$ 895.172,99).

2) Os repasses ao Poder Legislativo foram inferiores à proporção estabelecida na LOA (art. 29-A, § 2º, inc. III, CF).

Inicialmente, destaca-se que o limite percentual de gastos do Poder Legislativo Municipal para o exercício seguinte, é definido a partir da aplicação de percentuais incidentes sobre uma base de cálculo decorrente da arrecadação da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior. Esse limite é definido em função da população de cada ente municipal.

No caso em questão, foi repassado à Câmara Municipal o montante de R\$ 898.544,81. O limite máximo estabelecido no art. 29-A da Constituição Federal foi de R\$ 895.172,99 e o valor fixado na LOA e créditos adicionais foi de R\$ 898.612,22 (quadros 10.1 e 10.2 deste relatório técnico).

Entende-se que, o gestor se viu impedido de repassar o montante fixado na LOA e créditos adicionais pois ultrapassaria o limite máximo estabelecido na Constituição Federal e de fato aconteceu, conforme relatado no item anterior.

Diante disso, sugere-se ao Conselheiro Relator que apresente a seguinte recomendação ao Chefe do Poder Executivo Municipal:

1) Ao elaborar a Lei Orçamentária Anual estipule o valor de repasse de acordo com o limite estabelecido no art. 29-A da CF, bem como realize os repasses de acordo com o valor estabelecido na LOA.

3) Os repasses ao Poder Legislativo não ocorreram até o dia 20 de cada mês (art. 29-A, § 2º, inc. II, CF). AA05.



desta Constituição; e

d) as reposições de temporários para prestação de serviço militar e de alunos de órgãos de formação de militares;

V - realização de concurso público, exceto para as reposições de vacâncias previstas no inciso IV deste caput;

VI - criação ou majoração de auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza, inclusive os de cunho indenizatório, em favor de membros de Poder, do Ministério Público ou da Defensoria Pública e de servidores e empregados públicos e de militares, ou ainda de seus dependentes, exceto quando derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior ao início da aplicação das medidas de que trata este artigo;

VII - criação de despesa obrigatória;

VIII - adoção de medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação, observada a preservação do poder aquisitivo referida no inciso IV do caput do art. 7º desta Constituição;

IX - criação ou expansão de programas e linhas de financiamento, bem como remissão, renegociação ou refinanciamento de dívidas que impliquem ampliação das despesas com subsídios e subvenções;

X - concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária

§ 1º Apurado que a despesa corrente supera 85% (oitenta e cinco por cento) da receita corrente, sem exceder o percentual mencionado no caput deste artigo, as medidas nele indicadas podem ser, no todo ou em parte, implementadas por atos do Chefe do Poder Executivo com vigência imediata, facultado aos demais Poderes e órgãos autônomos implementá-las em seus respectivos âmbitos.

§ 2º O ato de que trata o § 1º deste artigo deve ser submetido, em regime de urgência, à apreciação do Poder Legislativo.

§ 3º O ato perde a eficácia, reconhecida a validade dos atos praticados na sua vigência, quando:

I - rejeitado pelo Poder Legislativo;

II - transcorrido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias sem que se ultime a sua apreciação; ou

III - apurado que não mais se verifica a hipótese prevista no § 1º deste artigo, mesmo após a sua aprovação pelo Poder Legislativo.

§ 4º A apuração referida neste artigo deve ser realizada bimestralmente

§ 5º As disposições de que trata este artigo.

I - não constituem obrigação de pagamento futuro pelo ente da Federação ou direitos de outrem sobre o erário;

II - não revogam, dispensam ou suspendem o cumprimento de dispositivos constitucionais e legais que disponham sobre metas fiscais ou limites máximos de despesas.

§ 6º Ocorrendo a hipótese de que trata o caput deste artigo, até que todas as medidas nele previstas tenham sido adotadas por todos os Poderes e órgãos nele mencionados, de acordo com declaração do respectivo Tribunal de Contas, é vedada:

I - a concessão, por qualquer outro ente da Federação, de garantias ao ente envolvido;

II - a tomada de operação de crédito por parte do ente envolvido com outro ente da Federação, diretamente ou por intermédio de seus fundos, autarquias, fundações ou



empresas estatais dependentes, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente, ressalvados os financiamentos destinados a projetos específicos celebrados na forma de operações típicas das agências financeiras oficiais de fomento. (grifo nosso)

Em linhas gerais, o artigo 167-A da Constituição Federal prevê que nos casos em que a relação entre as despesas e receitas correntes do Ente atingir o limite de 95%, algumas restrições deverão ser adotadas visando controlar as despesas com pessoal, como, por exemplo, a concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de membros de Poder ou de órgão, de servidores e empregados públicos e de militares, exceto dos derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior, criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa e alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa (...).

Importa constar que conforme redação do dispositivo constitucional mencionado, trata-se de uma "faculdade" aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e à Defensoria Pública do ente, enquanto permanecer a situação, aplicar o mecanismo de ajuste fiscal de vedação prevista nos incisos I ao X, quando apurado que, no período de 12 (doze) meses, a relação entre despesas correntes e receitas correntes supera 95% (noventa e cinco por cento).

Todavia, se o ente que extrapolar o limite de 95% informado não poderá tomar empréstimos com a União e nem com outros entes, o que torna o dispositivo obrigatório de cumprimento e de verificação nos casos de análises e concessões de créditos pelos Órgãos e Poderes a que se refere.

Os tribunais de contas serão responsáveis por atestar o percentual da relação entre a receita e a despesa corrente e, caso esse percentual supere 95% (noventa e cinco por cento), atestar a adoção dos mecanismos de ajustes fiscal estabelecidos.

Assim, apresenta-se a seguir os montantes das receitas e despesas correntes e da inscrição de Restos a Pagar Não processados em 31/12/2021:

1) Limite Art. 167-A CF/88

A	A_Receita_Corrente	R\$ 20.029.797,00
B	B_Desp_Corrente_Liquidada	R\$ 16.526.454,96
C	C_Desp_Insc_RPNP	R\$ 0,00
Limite Art. 167-A CF	((B+C)/A)	0,8250

Este resultado indica que o limite foi cumprido.

7. CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS



De acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais, as metas fiscais representam os resultados a serem alcançados para variáveis fiscais visando atingir os objetivos desejados pelo ente da Federação quanto à trajetória de endividamento no médio prazo. *Pelo princípio da gestão fiscal responsável, as metas representam a conexão entre o planejamento, a elaboração e a execução do orçamento. Esses parâmetros indicam os rumos da condução da política fiscal para os próximos exercícios e servem de indicadores para a promoção da limitação de empenho e de movimentação financeira* (**Manual de Demonstrativos Fiscais: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios**. Válido a partir do exercício financeiro de 2021, Secretaria do Tesouro Nacional. – 11ª ed., pág. 61).

7.1. RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário é calculado com base somente nas receitas e nas despesas não-financeiras e tem por objetivos demonstrar a capacidade de pagamento do serviço da dívida.

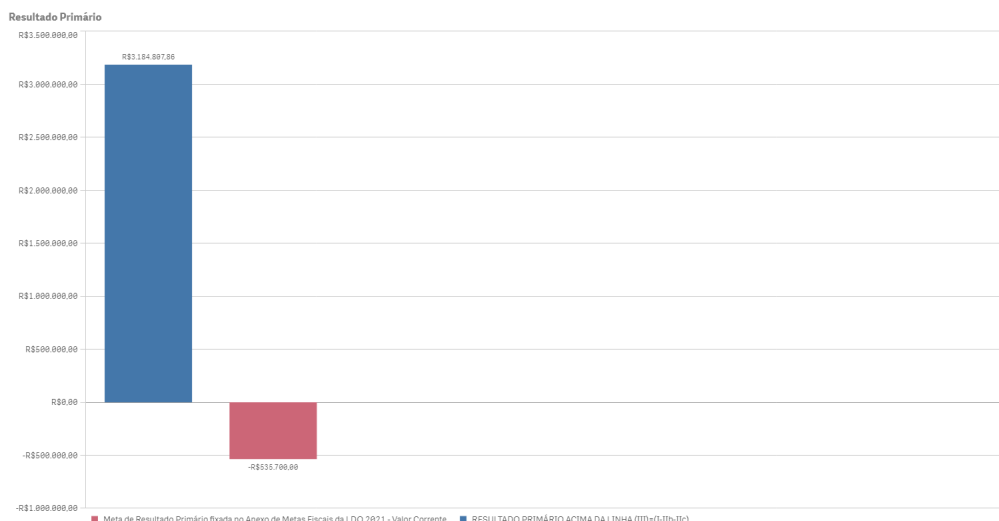
Receitas Não-Financeiras – RNF ou Primárias: corresponde ao total da receita orçamentária deduzidas as operações de crédito, as provenientes de rendimentos de aplicações financeiras e retorno de operações de crédito (juros e amortizações), recebimento de recursos oriundos de empréstimos concedidos, as receitas de privatização e aquelas relativas a superávits financeiros. Para evitar a dupla contagem, não devem ser consideradas como receitas não-financeiras as provenientes de transferências entre as entidades que compõem o Ente federativo.

Despesas Não-Financeiras – DNF ou Primárias: corresponde ao total da despesa orçamentária deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida interna e externa, com aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.

Déficits primários indicam que o Município não possui recursos para pagamento de suas despesas não-financeiras, tendo que recorrer a operações de crédito para pagar suas despesas, elevando, assim, o seu nível de endividamento. Superávits primários significa que possui recursos para pagamento de suas despesas não-financeiras e ainda para honrar os seus compromissos decorrentes de operações financeiras, tais como juros e amortizações (estoque da dívida).

A meta fixada, em valores correntes, no Anexo de Metas Fiscais da LDO para 2021 é de -R\$ 535.700,00 e o Resultado Primário alcançou o montante de R\$ 3.184.807,86, ou seja, o valor alcançado está acima da meta estipulada na LDO, conforme demonstra o Quadro 11.1 -Resultado Primário constante no Anexo 11 - Metas Fiscais (Resultado Primário e Nominal - Acima da Linha).

Ressalta-se que se utiliza, para fins de análise, o Resultado “Acima da Linha”, ou seja, a partir da mensuração dos fluxos de ingressos (receitas) e saídas (despesas). Essa metodologia permite a avaliação dos resultados da política fiscal corrente por meio de um retrato amplo e detalhado da atual situação fiscal.



1) Houve o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida na LDO/2021.

Contudo, é necessário registrar que houve superávit primário no montante de R\$ 3.184.807,86 e foi previsto na Lei de Diretrizes Orçamentária (anexo de Metas Fiscais) um déficit na importância de -R\$ 535.700,00, ou seja, bem abaixo do resultado efetivado no exercício, evidenciando que a meta estabelecida na LDO foi mal dimensionada.

Assim, sugere-se ao Conselheiro Relator que apresente a seguinte recomendação ao Chefe do Poder Executivo Municipal:

1)- Aprimore as técnicas de previsões de valores para as metas fiscais, adequando-as à realidade fiscal/capacidade financeira do município e compatibilize as metas com as peças de planejamento.

7.2. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS PARA AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS

O artigo 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal determina que no final dos meses de maio, setembro e fevereiro o Poder Executivo deve demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais em audiência pública.

Destaca-se que a faculdade estabelecida pela LRF aos municípios com população inferior a 50 mil habitantes para publicação do RGF semestralmente não se estende às audiências públicas, devendo ser realizadas audiências quadrimestrais, conforme estabelece o Boletim de Jurisprudência do TCE-MT em seu item 21.2:

“21.2) Transparência. Metas fiscais. Necessidade de realização de audiências públicas quadrimestrais. Divulgação de relatórios e demonstrativos (art. 63, LRF).1. A realização de audiências públicas quadrimestrais, pelo Poder Executivo, para demonstrar a avaliação do cumprimento de metas fiscais, conforme dispõe o art. 9º, § 4º, da LRF, deve ocorrer independentemente da opção pelo prazo semestral facultado aos Municípios com



população inferior a cinquenta mil habitantes para a divulgação dos relatórios e demonstrativos previstos no art. 63 dessa mesma Lei.”(Item 21.2. Boletim de Jurisprudência. Edição Consolidada | fevereiro de 2014 a junho de 2019, página 145)

A verificação da realização das audiências públicas para avaliação das metas fiscais referente ao exercício de 2021 foi efetuada pela então Secex de Governo por meio de Relatório de Acompanhamento e eventuais irregularidades serão objeto de Representação de Natureza Interna - RNI.

1) O cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre foi avaliado em audiência pública na Câmara Municipal, conforme o art. 9º, § 4º, da LRF.

8. PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GOVERNO AO TCE

O Chefe do Poder Executivo deve prestar contas ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, conforme dispõe os incisos I e II, do artigo 71 da Constituição Federal; nos incisos I e II do artigo 47 e artigo 210 da Constituição Estadual; nos artigos 26 e 34 da Lei Complementar nº 269/2007.

As contas anuais de governo demonstram a conduta do Prefeito no exercício das funções políticas de planejamento, organização, direção e controle das políticas públicas e devem ser remetidas ao Tribunal de Contas do Estado no dia seguinte ao prazo estabelecido no art. 209, da Constituição do Estado de Mato Grosso (sessenta dias, a partir do dia quinze de fevereiro), para emissão do parecer prévio (Resolução Normativa nº 10/2008-TCE/MT-TP), ou seja, até 16 de abril do exercício seguinte.

A Resolução Normativa nº 03/2020 -TCE/MT-TP, em seu art. 1º, XI, determina que a remessa das Contas Anuais de Governo prestadas pelo Chefe do Poder Executivo seja feita exclusivamente por meio eletrônico, via internet, conforme informações/documentos detalhados no leiaute do Anexo 1 desse normativo.

Além disso, a Orientação Normativa nº 04/2016, do Comitê Técnico deste Tribunal de Contas, prescreve que a elaboração dos relatórios de contas de governo dos Poderes Executivos Municipais deve ser realizada por meio do sistema Conex-e, com base nas informações mensalmente encaminhadas por meio do sistema Aplic.

O quadro a seguir apresenta o resumo dos envios de informações e documentos, referentes ao exercício de 2021. Ressalta-se que os envios intempestivos serão objeto de RNI em momento oportuno, cabendo neste processo apenas a apuração quanto a prestação de contas de governo.



Tribunal de Contas
Mato Grosso

4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7668 / 7653 / 7667

E-mail: quartasecex@tce.mt.gov.br

APLIC (Módulo Auditoria) - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO - CNPJ: 1207342000104 - (Prestação de contas)

Sistema | Págs de Planejamento | Prestação de Contas | Informes Mensal | Informes Equiv Inediato | Auditoria | Impressões | @ Cruzamento de Dados | Ajuda...

Contabilidade Pública | Folha de Pagamento | Patrimônio e Administrativo | Contratos e Comissões | Recebimento eletrônico

Resolução Normativa Nº 31/2014

Obs: caso não tenha ocorrido prorrogação de prazo a data será a mesma do prazo regimental

Origem	Competência	Prazo Prorrogado *	Prazo Individual	Data do 1º Envio	Último Envio	Situação
PLUC-Cidade	Pagto de planejamento	15/01/2021		09/04/2021	09/04/2021	FORADO PRAZO
	Carga inicial	20/03/2021		21/05/2021	21/05/2021	FORADO PRAZO
	Janerio	31/03/2021		21/05/2021	12/07/2021	FORADO PRAZO
	Fevereiro	12/04/2021		28/07/2021	28/07/2021	FORADO PRAZO
	Margo	30/04/2021		06/08/2021	06/08/2021	FORADO PRAZO
	Abril	31/05/2021		30/08/2021	30/08/2021	FORADO PRAZO
	Mai	30/06/2021		09/09/2021	09/09/2021	FORADO PRAZO
	Junho	30/06/2021		22/09/2021	22/09/2021	FORADO PRAZO
	Julho	31/08/2021		04/10/2021	04/10/2021	FORADO PRAZO
	Agosto	30/08/2021		29/10/2021	29/10/2021	FORADO PRAZO
	Setembro	03/10/2021		03/12/2021	03/12/2021	FORADO PRAZO
	Outubro	30/11/2021		21/12/2021	21/12/2021	FORADO PRAZO
	Novembro	03/10/2022		11/01/2022	11/01/2022	FORADO PRAZO
	Dezembro	02/03/2022		03/05/2022	03/05/2022	FORADO PRAZO
	Encerramento	10/03/2022		15/05/2022	15/05/2022	FORADO PRAZO
	Contas de Control	18/04/2022				FORADO PRAZO
	Contas Especiais - LDO	18/01/2021		15/01/2021	15/01/2021	NÃO PRAZO
	Contas Especiais - LOA	18/01/2021		18/01/2021	18/01/2021	FORADO PRAZO

1) O Chefe do Poder Executivo não encaminhou ao TCE/MT a Prestação de Contas Anuais dentro do prazo legal e de acordo com a Resolução Normativa nº 36/2012. MB02.

Dispositivo Normativo:

Resolução Normativa nº 36/2012

1.1) O Chefe do Poder Executivo não encaminhou ao TCE/MT a Prestação de Contas Anuais dentro do prazo legal e de acordo com a Resolução Normativa nº 36/2012 - TCE/MT-TP. - **MB02**

O Chefe do Poder Executivo não encaminhou ao TCE/MT a Prestação de Contas Anuais dentro do prazo legal e de acordo com a Resolução Normativa nº 36/2012 - TCE/MT-TP

2) As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo foram colocadas à disposição dos cidadãos na Câmara Municipal e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, art. 49 da LRF, conforme informação apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal (doc. digital 137471/2022).

9. RESULTADO DOS PROCESSOS DE FISCALIZAÇÃO

De acordo com a Orientação Normativa nº 02/2016 TCE/MT, as irregularidades relevantes identificadas nos processos de fiscalização do Poder Executivo municipal devem ser elencadas no relatório das contas de governo com a finalidade de formar o convencimento do relator sobre o parecer prévio e subsidiar o julgamento pela Câmara Municipal.

Assim, segue abaixo quadro contendo o Resultado dos Processos de Fiscalização, incluindo os processos de RNI e RNE de inadimplência de Contribuição Previdenciária:

Processos		Objeto da Fiscalização	Existe decisão no Processo?
Assunto	Número		
Resultado dos Processos de Fiscalização			
MONITORAMENTO	11053/2021	MONITORAMENTO REFEFENTE AS DETERMINACOES/RECOMENDACOES: 14222	SIM
REPRESENTACAO (NATUREZA INTERNA)	510971/2021	REPRESENTACAO DE NATUREZA INTERNA REFERENTE AO DESCUMPRIMENTO DE REQUISITOS DE TRANSPARENCIA NA GESTAO FISCAL EXERCICIO DE 2020.	NÃO



10. CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO TCE/MT RELATIVOS AOS ATOS DE GOVERNO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Entre outras atribuições, o TCE-MT exerce a atividade de monitoramento que consiste em verificar se suas determinações e recomendações decorrentes de decisões anteriores foram observadas pelo gestor municipal.

Nesse sentido, a seguir é descrita a postura do gestor diante das recomendações relevantes contidas no Parecer Prévio dos exercícios de 2019 e 2020:

EXERCÍCIO	Nº PROCESSO	PARECER	DT PARECER	RECOMENDAÇÃO	SITUAÇÃO VERIFICADA
2020	100609/2020	220/2021	07/12/2021	1) destaque explicitamente na Lei Orçamentária Anual o valor dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social conforme expressamente previsto na CF/88;	Recomendação não atendida, conforme item 3.1.3
				2) providencie a devida regularização do Certificado de Regularidade Previdenciária;	Recomendação atendida, conforme item 6.4.1.1.3
				3) efetue o repasse dos valores devidos ao poder legislativo de acordo com o estabelecido na Lei Orçamentária Anual, dando cumprimento ao artigo 29-A, § 2º, inc. III, da Constituição Federal;	Recomendação não atendida, conforme item 6.5
				4) atente-se aos registros contábeis sobre fatos relevantes, implicando na inconsistência dos demonstrativos contábeis (artigos 83 a 106 da Lei nº 4.320/1964 ou Lei nº 6.404/1976), especialmente de recursos referentes ao Apoio Financeiro do Governo Federal para enfrentamento ao Covid-19;	Não foi objeto de análise
				5) divulgue em meio eletrônico de acesso público todas as informações exigidas pelo artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal;	Recomendação atendida
				6) realize o efetivo controle das despesas em confronto com os recursos disponíveis em cada fonte, de modo que seja garantida, ao final do exercício, suficiência financeira para promover a integral quitação dos restos a pagar processados e não processados;	Não foi objeto de análise



EXERCÍCIO	Nº PROCESSO	PARECER	DT PARECER	RECOMENDAÇÃO	SITUAÇÃO VERIFICADA
				7) observe o dispositivo constitucional exposto no artigo 167 da Constituição Federal c/c o artigo 43 da Lei nº 4.320/1964, evitando a abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes;	Recomendação não atendida, conforme item 3.1.3
				8) ao elaborar os Anexos de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias, estabeleça a meta de resultado nominal prevista para o exercício a que se refere e para os dois seguintes, conforme determina o artigo 4º, § 1º, da LRF; e,	Recomendação atendida, conforme item 7.1
				9) elabore o Anexo de Riscos Fiscais consoante estabelece o artigo 4º, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal.	Recomendação atendida, conforme item 7.1
2019	88226/2019	109/2021	24/06/2021	Recomendando ao Poder Legislativo de São José do Povo que: a) determine ao Chefe do Poder Executivo Municipal que: 1) efetue os registros contábeis de forma a garantir a consistência das demonstrações contábeis, com a devida publicação, nos termos dos artigos 109 e 111 da Lei nº 4.320/64;	Recomendação atendida
				2) observe os artigos 167 da Constituição Federal e 43 da Lei nº 4.320/1964, a fim de não realizar a abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes;	Recomendação não atendida, conforme item 3.1.3
				3) atenda a todas as solicitações de informações provenientes deste Tribunal, permitindo, dessa forma, o pleno exercício do controle externo, em observância ao artigo 215 da Constituição do Estado de Mato Grosso, artigo 36, § 1º, da Lei Complementar nº 269/2007 e artigo 284-A, VI, da Resolução nº 14/2007-TCE/MT;	Recomendação não atendida, conforme item 8.1
				4) cumpra fielmente o prazo estipulado no artigo 209 da Constituição Estadual, a fim de assegurar o envio da prestação das contas anuais de governo, via Sistema Aplic, de forma tempestiva;	Recomendação não atendida, conforme item 8.1
				5) insira corretamente e de forma completa as informações obrigatórias no Sistema Aplic do TCE/MT;	Recomendação atendida



EXERCÍCIO	Nº PROCESSO	PARECER	DT PARECER	RECOMENDAÇÃO	SITUAÇÃO VERIFICADA
				6) adote medidas visando aprimorar o planejamento governamental, de modo a estabelecer metas fiscais que reflitam o desempenho da administração pública em relação à sustentabilidade fiscal, promovendo, durante a execução orçamentária, as medidas do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, se necessárias ao cumprimento da meta do Resultado Primário;	Recomendação não atendida, conforme item 7.1
				7) na elaboração da Lei Orçamentária Anual, destaque os recursos dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos, conforme preceitua o artigo 165, § 5º, da Constituição Federal;	Recomendação não atendida, conforme item 3.1.3
				8) adote as medidas necessárias para estabelecer as metas anuais, nos termos do artigo 4º, § 1º, de Lei de Responsabilidade Fiscal;	Não foi objeto de análise
				9) apresente, na avaliação atuarial do próximo exercício, um efetivo planejamento previdenciário, com metas e providências concretas que visem à melhoria do índice de cobertura das reservas matemáticas, bem como a melhoria gradativa da situação atuarial do RPPS;	Não foi objeto de análise
				10) realize as medidas necessárias à atualização legislativa no que se refere ao plano de amortização do déficit atuarial vigente, para conter aportes finais factíveis, considerando a razoabilidade na sua distribuição, de modo a garantir o equilíbrio do plano previdenciário, em respeito ao art. 69 da Lei de Responsabilidade Fiscal; e,	Não foi objeto de análise
				11) elabore o demonstrativo de viabilidade orçamentária e financeira para o próximo exercício, observando as normas vigentes; e,	Não foi objeto de análise
				b) recomende ao Chefe do Poder Executivo que: 1) implemente as medidas necessárias à adequação do Plano de Amortização, de forma a atender os artigos 54 da Portaria MF nº 464/2018, 9º da Instrução Normativa ME/SPREV nº 7/2018 e 6º, III, da Portaria ME nº 14.816/2020, pois a obrigação de implementar as condutas descritas nos citados dispositivos legais inicia-se no exercício de 2022;	Não foi objeto de análise



EXERCÍCIO	Nº PROCESSO	PARECER	DT PARECER	RECOMENDAÇÃO	SITUAÇÃO VERIFICADA
				2) mencione expressamente a fonte de recurso utilizada para abertura de créditos adicionais; e,	Não foi objeto de análise
				3) reduza o percentual de autorização para abertura de créditos adicionais nas próximas leis orçamentárias anuais.	Não foi objeto de análise

Control-p

11. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS DE GOVERNO

11.1. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Por fim, sugere-se ao Relator que apresente as seguintes recomendações ao Chefe do Poder Executivo Municipal:

- 1)- as metas de Resultado Nominal (valores correntes e constantes) sejam previstas na LDO (Anexo de Metas Fiscais) conforme determina o art. 4º, § 1º da LRF e art. 5º, inciso II, da Lei 10.028/2000 (tópico 3.1.2);
- 2)- no processo de discussão da proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) sejam realizadas audiências públicas a fim de propiciar a participação e a interação popular em cumprimento às regras estabelecidas no art. 48, § 1º, inciso I, da LRF (tópico 3.1.2);
- 3)- os Anexos Obrigatórios da LDO devem ser disponibilizados no site da Prefeitura/Portal Transparência desde que seja informado na publicação da LEI o endereço eletrônico onde poderão ser acessados (tópico 3.1.2);
- 4)- o valor do Orçamento Fiscal seja destacado expressamente no texto das próximas Leis Orçamentárias, conforme estabelece o art. 165, § 5º da CF (tópico 3.1.3);
- 5)- no processo de discussão da proposta da Lei Orçamentária Anual (LOA) sejam realizadas audiências públicas a fim de propiciar a participação e a interação popular em cumprimento às regras estabelecidas no art. 48, § 1º, inciso I, da LRF. (tópico 3.1.3);
- 6)- a divulgação da Lei Orçamentária Anual e dos Anexos Obrigatórios que a integram no site da Prefeitura/Portal Transparência desde que seja informado na publicação da LEI o endereço eletrônico onde os Anexos poderão ser acessados. (tópico 3.1.3);
- 7)- atenção ainda maior quando da contabilização dessas receitas para que não haja divergência entre o valor contabilizado e o informado na Secretaria do Tesouro nacional - STN (tópico 4.1.1.1);
- 8)- que o percentual não aplicado no MDE no exercício de 2021, para atingir o mínimo de 25%, seja aplicado até o final do exercício de 2023, de forma complementar à aplicação anual de MDE dos exercícios de 2022 e 2023,



conforme parágrafo único, art. 119 da ADCT, CF (tópico 6.2);

9)- ao elaborar a Lei Orçamentária Anual estipule o valor de repasse de acordo com o limite estabelecido no art. 29-A da CF, bem como realize os repasses de acordo com o valor estabelecido na LOA (tópico 5.5);

10)- aprimore as técnicas de previsões de valores para as metas fiscais, adequando-as à realidade fiscal/capacidade financeira do município e compatibilize as metas com as peças de planejamento (tópico 7.1).

11.2. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DESTE RELATÓRIO TÉCNICO

No entendimento desta equipe, o Senhor IVANILDO VILELA DA SILVA Prefeito do Município de SAO JOSE DO POVO - exercício 2021, deve ser citado para prestar esclarecimentos sobre as seguintes irregularidades, das quais decorrem achados, constantes deste relatório sobre as contas anuais de governo:

IVANILDO VILELA DA SILVA - ORDENADOR DE DESPESAS / Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

1) AA05 LIMITES CONSTITUCIONAIS/LEGAIS_GRAVÍSSIMA_05. Repasses ao Poder Legislativo em desacordo com art. 29-A, § 2º, da Constituição Federal.

1.1) *Os repasses ao Poder Legislativo não ocorreram até o dia 20 de cada mês, contrariando o que determina o art. 29-A, § 2º, inc. II, CF. - Tópico - 6.5. LIMITES DA CÂMARA MUNICIPAL*

1.2) *Os repasses ao Poder Legislativo foram superiores aos limites definidos no art. 29-A da Constituição Federal. - Tópico - 6.5. LIMITES DA CÂMARA MUNICIPAL*

2) CB02 CONTABILIDADE_GRAVE_02. Registros contábeis incorretos sobre fatos relevantes, implicando na inconsistência dos demonstrativos contábeis (arts. 83 a 106 da Lei 4.320/1964 ou Lei 6.404/1976).

2.1) *Houve divergência entre o Saldo Atualizado das Despesas Orçamentárias e saldo registrado no Balanço Orçamentário. - Tópico - 3.1.3.1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS*

3) FB03 PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO_GRAVE_03. Abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes: excesso de arrecadação, superávit financeiro, anulação total ou parcial de dotações e operações de crédito (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43 da Lei 4.320/1964).

3.1) *Houve a abertura de R\$ 1.245.070,89 em créditos adicionais por superávit financeiro sem recursos disponíveis nas fontes 02, 15, 29, 30, 43 e 46. - Tópico - 3.1.3.1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS*

4) MB02 PRESTAÇÃO DE CONTAS_GRAVE_02. Descumprimento do prazo de envio de prestação de contas, informações e documentos obrigatórios ao TCE-MT (art. 70, parágrafo único, da Constituição Federal; arts. 207, 208 e 209 da Constituição Estadual; Resolução Normativa TCE nº 36/2012; Resolução Normativa TCE nº 01/2009; art. 3º da Resolução Normativa TCE nº 12/2008; arts. 164, 166, 175 e 182 a 187 da Resolução Normativa TCE nº 14/2007).



Tribunal de Contas
Mato Grosso

4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7668 / 7653 / 7667

E-mail: quartasecex@tce.mt.gov.br

4.1) O Chefe do Poder Executivo não encaminhou ao TCE/MT a Prestação de Contas Anuais dentro do prazo legal e de acordo com a Resolução Normativa nº 36/2012 - TCE/MT-TP. - Tópico - 8.1. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GOVERNO AO TCE

Em Cuiabá-MT, 28 de Julho de 2022.

RAQUEL JORGE
AUDITOR PÚBLICO EXTERNO
COORDENADORA DA EQUIPE TÉCNICA



Tribunal de Contas
Mato Grosso

4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7668 / 7653 / 7667

E-mail: quartasecex@tce.mt.gov.br

ANEXOS

RELATÓRIO PRELIMINAR SOBRE AS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO MUNICIPAL - 2021
MUNICÍPIO DE SAO JOSE DO POVO - EXERCÍCIO 2021

Anexo 1 - ORÇAMENTO

Quadro 1.1 - Créditos Adicionais do Período por Unidade Orçamentária

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPosição	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
Orçamentários								
CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO POVO	R\$ 346.308,00	R\$ 123.419,76	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 60.487,40	R\$ 409.240,36	18,17%
CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO POVO	R\$ 443.231,00	R\$ 81.045,05	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 61.684,76	R\$ 462.591,29	4,36%
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - DAE	R\$ 305.576,00	R\$ 43.533,47	R\$ 19.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 175.200,00	R\$ 192.909,47	-36,87%
FUNDO DE MAN. E DESENV. EDUC. BASICA - FUNDEB	R\$ 943.132,00	R\$ 145.827,26	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.000,00	R\$ 1.085.959,26	15,14%
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	R\$ 365.700,00	R\$ 58.580,28	R\$ 605.918,37	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 235.156,72	R\$ 795.041,93	117,40%



Tribunal de Contas
Mato Grosso

4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7668 / 7653 / 7667

E-mail: quartasecex@tce.mt.gov.br

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA - FUNPREV	R\$ 2.399.900,00	R\$ 1.226,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.226,00	R\$ 2.399.900,00	0,00%
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	R\$ 1.202.626,20	R\$ 353.721,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 175.126,24	R\$ 1.381.221,40	14,85%
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	R\$ 2.236.722,56	R\$ 1.554.972,31	R\$ 1.406.790,71	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 827.990,93	R\$ 4.370.494,65	95,39%
FUNDO MUNICIPAL DO SALARIO EDUCACAO	R\$ 102.500,00	R\$ 0,00	R\$ 24.701,33	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.000,00	R\$ 122.201,33	19,22%
GABINETE DO PREFEITO	R\$ 775.262,00	R\$ 161.514,21	R\$ 55.100,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 198.264,97	R\$ 793.611,24	2,36%
RESERVA DE CONTINGENCIA	R\$ 200.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 200.000,00	R\$ 0,00	-100,00%
SECRETARIA MUN. DE TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS	R\$ 2.293.074,60	R\$ 1.504.512,72	R\$ 839.200,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.534.795,05	R\$ 3.101.992,27	35,27%
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	R\$ 1.057.338,00	R\$ 240.986,72	R\$ 158.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 313.979,01	R\$ 1.142.345,71	8,04%
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E M. AMBIENTE	R\$ 530.037,00	R\$ 171.864,55	R\$ 163.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 72.099,10	R\$ 792.802,45	49,57%
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO, LAZER E TURISMO	R\$ 145.090,00	R\$ 759,00	R\$ 90.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 36.624,51	R\$ 199.224,49	37,31%



Tribunal de Contas
Mato Grosso

4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7668 / 7653 / 7667

E-mail: quartasecex@tce.mt.gov.br

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA	R\$ 2.124.048,00	R\$ 512.253,87	R\$ 254.764,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.044.611,32	R\$ 1.846.454,63	-13,06%
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	R\$ 968.929,00	R\$ 127.053,98	R\$ 248.240,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 202.105,66	R\$ 1.142.117,32	17,87%
SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOCÃO SOCIAL	R\$ 618.350,00	R\$ 92.300,96	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 87.511,65	R\$ 623.139,31	0,77%
	R\$ 17.057.824,36	R\$ 5.173.571,58	R\$ 3.864.714,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.234.863,32	R\$ 20.861.247,11	285,83%
Intraorçamentários								
CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO POVO	R\$ 34.639,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 7.858,43	R\$ 26.780,57	-22,68%
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - DAE	R\$ 10.250,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.000,00	R\$ 7.250,00	-29,26%
FUNDO DE MAN. E DESENV. EDUC. BASICA - FUNDEB	R\$ 224.300,00	R\$ 240,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 224.540,00	0,10%
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	R\$ 21.300,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 7.481,49	R\$ 13.818,51	-35,12%
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA - FUNPREV	R\$ 100,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 100,00	0,00%



Tribunal de Contas
Mato Grosso

4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7668 / 7653 / 7667

E-mail: quartasecex@tce.mt.gov.br

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	R\$ 13.000,00	R\$ 11.869,09	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 24.869,09	91,30%
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	R\$ 225.250,00	R\$ 15.771,51	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 29.000,00	R\$ 212.021,51	-5,87%
GABINETE DO PREFEITO	R\$ 51.520,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 42.495,46	R\$ 9.024,54	-82,48%
SECRETARIA MUN. DE TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS	R\$ 93.642,00	R\$ 7.196,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 100.838,00	7,68%
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	R\$ 95.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 13.235,96	R\$ 82.264,04	-13,86%
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E M. AMBIENTE	R\$ 15.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 15.000,00	0,00%
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO, LAZER E TURISMO	R\$ 1.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.000,00	0,00%
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA	R\$ 133.331,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 65.528,03	R\$ 67.803,17	-49,14%
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	R\$ 19.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.614,49	R\$ 16.385,51	-13,76%



Tribunal de Contas
Mato Grosso

4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7668 / 7653 / 7667

E-mail: quartasecex@tce.mt.gov.br

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL	R\$ 34.100,00	R\$ 3.229,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.000,00	R\$ 34.329,00	0,67%
	R\$ 971.932,20	R\$ 38.305,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 174.213,86	R\$ 836.023,94	-152,43%
TOTAL	R\$ 18.029.756,56	R\$ 5.211.877,18	R\$ 3.864.714,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.409.077,18	R\$ 21.697.271,05	20,34%

APLIC > Peças de Planejamento>Créditos Adicionais > Por Unidade Orçamentária



Tribunal de Contas
Mato Grosso

4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7668 / 7653 / 7667

E-mail: quartasecex@tce.mt.gov.br

Quadro 1.2 - Superávit Financeiro Exercício anterior X Créditos Adicionais Financiados por Superávit

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO ANTERIOR (c)	CRÉDITOS ADICIONAIS POR SUPERÁVIT FINANCEIRO (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS SEM RECURSOS DISPONÍVEIS (R\$) =SE(C<0;D;SE(C>=D;0;(C-D)*-1))
Superávit/Déficit Financeiro X Créditos Adicionais por Superávit				
00	Recursos Ordinários	R\$ 4.578.621,02	R\$ 2.422.443,60	R\$ 0,00
01	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	-R\$ 14.896,03	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	-R\$ 68.874,32	R\$ 150.000,00	R\$ 150.000,00
14	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - União (até 2018)	-R\$ 4.031,38	R\$ 0,00	R\$ 0,00
15	Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	R\$ 0,00	R\$ 73.456,31	R\$ 73.456,31
18	Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica)	-R\$ 64.202,59	R\$ 0,00	R\$ 0,00
21	Transferências de Convênios – Assistência Social	R\$ 2.625,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
22	Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse - Educação	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
25	Demais Recursos Vinculados Destinados à Educação	-R\$ 10.099,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00
26	Demais Recursos Vinculados Destinados à Saúde	-R\$ 992,46	R\$ 0,00	R\$ 0,00
29	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	-R\$ 10.360,00	R\$ 457.437,60	R\$ 457.437,60



Tribunal de Contas
Mato Grosso

4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7668 / 7653 / 7667

E-mail: quartasecex@tce.mt.gov.br

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO ANTERIOR (c)	CRÉDITOS ADICIONAIS POR SUPERÁVIT FINANCEIRO (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS SEM RECURSOS DISPONÍVEIS (R\$) =SE(C<0;D;SE(C>=D;0;(C-D)*-1))
30	Recursos provenientes do Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB	R\$ 0,00	R\$ 146.009,10	R\$ 146.009,10
42	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Estado	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
43	Transferência de recursos do Estado para ações de Assistência Social	R\$ 0,00	R\$ 61.377,17	R\$ 61.377,17
46	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	-R\$ 4.686,83	R\$ 356.790,71	R\$ 356.790,71
50	Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)	R\$ 7.716.192,51	R\$ 0,00	R\$ 0,00
82	Demais Recursos Vinculados (não relacionados à Educação/ Saúde/ Assist. Social)	-R\$ 15.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		R\$ 12.104.295,22	R\$ 3.667.514,49	R\$ 1.245.070,89
		R\$ 12.104.295,22	R\$ 3.667.514,49	R\$ 1.245.070,89

APLIC>Peças de Planejamento>Créditos Adicionais > Financiados por Superávit Financeiro > Dados Consolidados do Ente.



Tribunal de Contas
Mato Grosso

4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7668 / 7653 / 7667

E-mail: quartasecex@tce.mt.gov.br

Quadro 1.3 - Excesso de Arrecadação X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação/Operação de Crédito

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	PREVISÃO INICIAL DA RECEITA (c)	RECEITA ARRECADADA (R\$) (d)	EXCESSO/DÉFICIT ARRECADADO (R\$) (e)=d-c	CRÉDITOS ADICIONAIS EXCESSO DE ARRECADADO (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g)=Se (e<0; f; Se (e>=f; 0; f-e))
Excesso de Arrecadação X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação						
00	Recursos Ordinários	R\$ 12.214.962,60	R\$ 12.346.287,23	R\$ 131.324,63	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	-R\$ 953.502,80	-R\$ 1.392.594,39	-R\$ 439.091,59	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	R\$ 2.243.806,20	R\$ 2.916.445,15	R\$ 672.638,95	R\$ 0,00	R\$ 0,00
15	Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	R\$ 183.148,00	R\$ 198.986,41	R\$ 15.838,41	R\$ 0,00	R\$ 0,00
17	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 121.575,00	R\$ 67.079,98	-R\$ 54.495,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00
18	Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica)	R\$ 1.167.432,00	R\$ 1.445.958,38	R\$ 278.526,38	R\$ 0,00	R\$ 0,00
22	Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse - Educação	R\$ 515.300,00	R\$ 331.372,97	-R\$ 183.927,03	R\$ 0,00	R\$ 0,00
23	Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse - Saúde	R\$ 0,00	R\$ 300.476,77	R\$ 300.476,77	R\$ 0,00	R\$ 0,00
24	Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse da União (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	R\$ 0,00	R\$ 344.592,72	R\$ 344.592,72	R\$ 0,00	R\$ 0,00



Tribunal de Contas
Mato Grosso

4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7668 / 7653 / 7667

E-mail: quartasecex@tce.mt.gov.br

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	PREVISÃO INICIAL DA RECEITA (c)	RECEITA ARRECADADA (R\$) (d)	EXCESSO/DÉFICIT ARRECADADO (R\$) (e)=d-c	CRÉDITOS ADICIONAIS EXCESSO DE ARRECADADO (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g)=Se (e<0; f; Se (e>=f; 0; f-e))
29	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	R\$ 319.200,00	R\$ 139.204,75	-R\$ 179.995,25	R\$ 0,00	R\$ 0,00
30	Recursos provenientes do Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB	R\$ 864.663,00	R\$ 1.006.950,75	R\$ 142.287,75	R\$ 0,00	R\$ 0,00
42	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Estado	R\$ 185.347,56	R\$ 363.936,34	R\$ 178.588,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00
43	Transferência de recursos do Estado para ações de Assistência Social	R\$ 43.500,00	R\$ 8.666,04	-R\$ 34.833,96	R\$ 0,00	R\$ 0,00
46	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 1.124.325,00	R\$ 859.628,96	-R\$ 264.696,04	R\$ 0,00	R\$ 0,00
50	Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)	R\$ 2.400.000,00	R\$ 1.349.185,66	-R\$ 1.050.814,34	R\$ 0,00	R\$ 0,00
82	Demais Recursos Vinculados (não relacionados à Educação/ Saúde/ Assist. Social)	R\$ 0,00	R\$ 43.619,28	R\$ 43.619,28	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		R\$ 20.429.756,56	R\$ 20.329.797,00	-R\$ 99.959,56	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		R\$ 20.429.756,56	R\$ 20.329.797,00	-R\$ 99.959,56	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC>Peças de Planejamento>Créditos Adicionais > Financiados por Excesso de Arrecadação > Dados Consolidados do Ente.



Tribunal de Contas
Mato Grosso

4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7668 / 7653 / 7667

E-mail: quartasecex@tce.mt.gov.br

Quadro 1.4 - Créditos Adicionais - por Fonte de Financiamento (Agrupados por Destinação de Recursos)

FONTE	DESCRIÇÃO DA DESTINAÇÃO DE RECURSO	VALOR (R\$)
FONTE DE FINANCIAMENTO: ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
		R\$ 5.409.077,18
00	Recursos Ordinários	R\$ 2.742.136,42
01	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	R\$ 227.646,42
02	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	R\$ 1.597.008,53
15	Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	R\$ 32.414,75
18	Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica)	R\$ 146.067,26
29	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 58.580,28
30	Recursos provenientes do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB	R\$ 383.744,70
42	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Estado	R\$ 14.811,95
46	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 205.440,87
50	Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)	R\$ 1.226,00
FONTE DE FINANCIAMENTO: EXCESSO DE ARRECADAÇÃO		
		R\$ 0,00
FONTE DE FINANCIAMENTO: OPERAÇÕES DE CRÉDITOS		
		R\$ 0,00
FONTE DE FINANCIAMENTO: SUPERÁVIT FINANCEIRO		
		R\$ 3.667.514,49



Tribunal de Contas
Mato Grosso

4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7668 / 7653 / 7667

E-mail: quartasecex@tce.mt.gov.br

FONTE	DESCRIÇÃO DA DESTINAÇÃO DE RECURSO	VALOR (R\$)
00	Recursos Ordinários	R\$ 2.422.443,60
02	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	R\$ 150.000,00
15	Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	R\$ 73.456,31
29	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	R\$ 457.437,60
30	Recursos provenientes do Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB	R\$ 146.009,10
43	Transferência de recursos do Estado para ações de Assistência Social	R\$ 61.377,17
46	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 356.790,71
FONTE DE FINANCIAMENTO: RESERVA DE CONTINGÊNCIA		
		R\$ 0,00
FONTE DE FINANCIAMENTO: RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES		
		R\$ 0,00
		R\$ 9.076.591,67

APLIC>Peças de Planejamento>Créditos Adicionais por Fonte/Financiamento



Quadro 1.5 - Alterações de Fontes de Recursos das dotações orçamentárias

TIPO UG	LEI	DECRETO	DESTINAÇÃO DE RECURSOS	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO
Alterações de Fontes de Recursos das dotações orçamentárias					
				R\$ 0,00	R\$ 0,00
				R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC > Peças de Planejamento > Créditos Adicionais > Alterações de Fontes de Recursos/Destações de Recursos.



Tribunal de Contas
Mato Grosso

4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7668 / 7653 / 7667

E-mail: quartasecex@tce.mt.gov.br

Quadro 1.6 - Alterações Orçamentárias - Leis Autorizativas/Fontes de Financiamento

LEI	DECRETO	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO					
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		ANULAÇÃO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES
Alterações Orçamentárias											
00821/2020	00014/2021	R\$ 104.285,32	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 104.285,32	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00821/2020	00019/2021	R\$ 655.511,69	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 655.511,69	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00821/2020	00021/2021	R\$ 92.668,64	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 92.668,64	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00821/2020	00030/2021	R\$ 115.690,62	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 115.690,62	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00821/2020	00042/2021	R\$ 539.878,67	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 539.878,67	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00821/2020	00053/2021	R\$ 560.038,09	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 560.038,09	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00821/2020	00059/2021	R\$ 586.192,47	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 586.192,47	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00821/2020	00060/2021	R\$ 114.188,29	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 114.188,29	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00821/2020	00062/2021	R\$ 166.369,86	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 166.369,86	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00821/2020	00065/2021	R\$ 312.922,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 312.922,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00821/2020	00072/2021	R\$ 638.186,26	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 638.186,26	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00821/2020	00074/2021	R\$ 76.208,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 76.208,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00821/2020	00075/2021	R\$ 29.922,05	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 29.922,05	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00821/2020	00076/2021	R\$ 1.120.254,46	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.120.254,46	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00821/2020	00081/2021	R\$ 5.560,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.560,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00821/2020	00085/2021	R\$ 12.387,10	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 12.387,10	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00821/2020	00087/2021	R\$ 5.952,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.952,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00827/2021	00037/2021	R\$ 0,00	R\$ 195.361,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 195.361,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00830/2021	00038/2021	R\$ 0,00	R\$ 110.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 110.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



Tribunal de Contas
Mato Grosso

4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7668 / 7653 / 7667

E-mail: quartasecex@tce.mt.gov.br

LEI	DECRETO	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO					
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		ANULAÇÃO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES
00831/2021	00039/2021	R\$ 0,00	R\$ 83.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 83.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00832/2021	00040/2021	R\$ 0,00	R\$ 2.621.805,41	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.621.805,41	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00837/2021	00044/2021	R\$ 1.226,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.226,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00838/2021	00045/2021	R\$ 0,00	R\$ 120.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 120.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00839/2021	00046/2021	R\$ 0,00	R\$ 30.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 30.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00840/2021	00047/2021	R\$ 0,00	R\$ 356.790,71	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 356.790,71	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00841/2021	00048/2021	R\$ 0,00	R\$ 61.377,17	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 61.377,17	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00843/2021	00067/2021	R\$ 74.434,22	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 74.434,22	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00850/2021	00077/2021	R\$ 0,00	R\$ 14.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 14.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00850/2021	00078/2021	R\$ 0,00	R\$ 153.200,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 153.200,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00855/2021	00082/2021	R\$ 0,00	R\$ 119.180,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 119.180,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		R\$ 5.211.877,18	R\$ 3.864.714,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.409.077,18	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.667.514,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		R\$ 5.211.877,18	R\$ 3.864.714,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.409.077,18	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.667.514,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC > Peças de Planejamento > Créditos Adicionais > Alterações orçamentárias/leis autorizativas/fontes de financiamento



Anexo 2 - RECEITA

Quadro 2.1 - Resultado da arrecadação orçamentária. Origem de recursos da receita

ORIGEM	PREVISÃO ATUALIZADA R\$	VALOR ARRECADADO R\$	% DA ARRECADÇÃO S/ PREVISÃO
I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intra)	R\$ 20.657.490,56	R\$ 22.191.943,52	107,42%
Receita de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	R\$ 1.038.910,00	R\$ 1.123.235,63	108,11%
Receita de Contribuições	R\$ 1.149.066,00	R\$ 545.612,73	47,48%
Receita Patrimonial	R\$ 1.841.900,00	R\$ 317.280,45	17,22%
Receita Agropecuária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Receita Industrial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Receita de Serviços	R\$ 3.000,00	R\$ 3.941,56	131,38%
Transferências Correntes	R\$ 16.511.614,56	R\$ 20.180.145,72	122,21%
Outras Receitas Correntes	R\$ 113.000,00	R\$ 21.727,43	19,22%
II - RECEITAS DE CAPITAL (Exceto Intra)	R\$ 20.000,00	R\$ 300.000,00	1.500,00%
Operações de Crédito	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Alienação de Bens	R\$ 20.000,00	R\$ 0,00	0,00%
Amortização de Empréstimos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Transferências de Capital	R\$ 0,00	R\$ 300.000,00	0,00%
Outras Receitas de Capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
III - RECEITA BRUTA (Exceto Intra)	R\$ 20.677.490,56	R\$ 22.491.943,52	108,77%
IV - DEDUÇÕES DA RECEITA	-R\$ 2.221.934,00	-R\$ 2.939.289,81	132,28%
Deduções para o FUNDEB	-R\$ 2.221.934,00	-R\$ 2.939.289,81	132,28%
Renúncias de Receita	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Outras Deduções	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
IV - RECEITA LÍQUIDA (exceto Intraorçamentária)	R\$ 18.455.556,56	R\$ 19.552.653,71	105,94%
V - Receita Corrente Intraorçamentária	R\$ 1.974.200,00	R\$ 777.143,29	39,36%
VI - Receita de Capital Intraorçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
TOTAL GERAL	R\$ 20.429.756,56	R\$ 20.329.797,00	99,51%

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária > Mês de dezembro > Dados Consolidados do Ente.



Quadro 2.2 - Resultado da arrecadação orçamentária. Origem de Receitas (Valores Líquidos)

ORIGEM	PREVISÃO ATUALIZADA R\$	VALOR ARRECADADO R\$	% DA ARRECAÇÃO S/ PREVISÃO
I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intra)	R\$ 18.435.556,56	R\$ 19.252.653,71	104,43%
Receita de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	R\$ 1.038.910,00	R\$ 1.123.235,63	108,11%
Receita de Contribuições	R\$ 1.149.066,00	R\$ 545.612,73	47,48%
Receita Patrimonial	R\$ 1.841.900,00	R\$ 317.280,45	17,22%
Receita Agropecuária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Receita Industrial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Receita de Serviços	R\$ 3.000,00	R\$ 3.941,56	131,38%
Transferências Correntes	R\$ 14.289.680,56	R\$ 17.240.855,91	120,65%
Outras Receitas Correntes	R\$ 113.000,00	R\$ 21.727,43	19,22%
II - RECEITAS DE CAPITAL (Exceto Intra)	R\$ 20.000,00	R\$ 300.000,00	1.500,00%
Operações de Crédito	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Alienação de Bens	R\$ 20.000,00	R\$ 0,00	0,00%
Amortização de Empréstimos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Transferências de Capital	R\$ 0,00	R\$ 300.000,00	0,00%
Outras Receitas de Capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
III - RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	R\$ 1.974.200,00	R\$ 777.143,29	39,36%
IV- SUBTOTAL DA RECEITA	R\$ 20.429.756,56	R\$ 20.329.797,00	99,51%
V - OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
TOTAL GERAL	R\$ 20.429.756,56	R\$ 20.329.797,00	99,51%

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária > Mês de dezembro > Dados Consolidados do Ente.

Quadro 2.3 - Receita Corrente Líquida (RCL)

Receitas	Total R\$
Total de Receitas Correntes (I)	R\$ 22.191.943,52
(-) Deduções da Receita Corrente (Exceto deduções para o FUNDEB) (II)	R\$ 0,00
(=) Subtotal (III) = (I - II)	R\$ 22.191.943,52
(-) Receita Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência (IV)	R\$ 488.163,48
(-) Receita Compensação Financeira entre regimes previdenciários (V)	R\$ 1.240,95
(-) Deduções da Receita para (VI) formação do FUNDEB	R\$ 2.939.289,81
(=) RCL antes da dedução da Receita de Aplicação Financeira do RPPS - Res. Consulta TCE/MT nº 19/2017 (VII) = (III-IV-V-VI)	R\$ 18.763.249,28
(-) Receita de Aplicação Financeira do RPPS - Res. Consulta TCE/MT nº 19/2017 (VIII)	R\$ 82.310,21
(=) Receita Corrente Líquida (IX) = (VII - VIII)	R\$ 18.680.939,07
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (X)	R\$ 0,00



Receitas	Total R\$
(=) Receita Corrente Líquida Ajustada para o Cálculo dos Limites de Endividamento (XI) = (IX-X)	R\$ 18.680.939,07
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (XII)	R\$ 0,00
(=) Receita Corrente Líquida Ajustada para o Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal (XIII) = (XI-XII)	R\$ 18.680.939,07

APLIC > Informes Mensais > LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal > Receita Corrente Líquida Anual (preliminar).

Quadro 2.4 - Deduções da Receita Corrente (Exceto deduções para FUNDEB)

DESCRIÇÃO	Total R\$
Receitas de Impostos, Taxas e Contrib. de Melhoria	R\$ 0,00
Receita de Contribuição	R\$ 0,00
Receita Patrimonial	R\$ 0,00
Receita Agropecuária	R\$ 0,00
Receita Industrial	R\$ 0,00
Receita de Serviços	R\$ 0,00
Transf. Correntes	R\$ 0,00
Outras receitas correntes	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 0,00

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária > Mês de dezembro > Dados Consolidados do Ente.

Quadro 2.5 - Receita Tributária Própria (Valores Líquidos)

Receita Tributária Própria	Previsão Atualizada R\$	Valor Arrecadado R\$	% Total da Receita Arrecadada
I - Impostos	R\$ 501.600,00	R\$ 775.517,44	69,04%
IPTU	R\$ 49.700,00	R\$ 79.888,72	7,11%
IRRF	R\$ 165.400,00	R\$ 228.234,22	20,31%
ISSQN	R\$ 186.500,00	R\$ 140.661,72	12,52%
ITBI	R\$ 100.000,00	R\$ 326.732,78	29,08%
II – Taxas (Principal)	R\$ 27.000,00	R\$ 347.718,19	30,95%
III - Contribuição de Melhoria (Principal)	R\$ 290.000,00	R\$ 0,00	0,00%
IV – Multas e Juros de Mora (Principal)	R\$ 3.100,00	R\$ 0,00	0,00%
V - Dívida Ativa	R\$ 215.010,00	R\$ 0,00	0,00%
VI -Multas e Juros de Mora (Dív. Ativa)	R\$ 2.200,00	R\$ 0,00	0,00%
TOTAL	R\$ 1.038.910,00	R\$ 1.123.235,63	

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Tributária Própria (a partir de 2018).



Quadro 2.6 - [AUXILIAR] - Totalização do FPM (Valores Líquidos)

DESCRIÇÃO	Total R\$
1.7.1.8.01.2 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal (alínea b)	R\$ 7.104.917,98
1.7.1.8.01.3 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios – 1% Cota entregue mês de dezembro (alínea d)	R\$ 389.548,18
1.7.1.8.01.4 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue mês de julho (alínea e)	R\$ 344.106,43
TOTAL FPM	R\$ 7.838.572,59

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária > Mês de dezembro > Dados Consolidados do Ente.



Anexo 3 - DESPESA

Quadro 3.1 - Despesa por Categoria Econômica

ORIGEM	DOTAÇÃO ATUALIZADA R\$	VALOR EMPENHADO R\$	% DA EXECUÇÃO S/ PREVISÃO
I - DESPESAS CORRENTES	R\$ 19.812.236,04	R\$ 15.832.169,81	79,91%
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 10.285.986,62	R\$ 9.594.493,74	93,27%
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 43.291,07	R\$ 43.291,07	100,00%
Outras Despesas Correntes	R\$ 9.482.958,35	R\$ 6.194.385,00	65,32%
II - DESPESA DE CAPITAL	R\$ 856.237,07	R\$ 367.305,06	0,00%
Investimentos	R\$ 845.789,87	R\$ 356.857,86	42,19%
Inversões Financeiras	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Amortização da Dívida	R\$ 10.447,20	R\$ 10.447,20	100,00%
III - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 192.774,00	R\$ 0,00	0,00%
IV – TOTAL DESPESA ORÇAMENTÁRIA (Exceto Intra)	R\$ 20.861.247,11	R\$ 16.199.474,87	77,65%
V - DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	R\$ 836.023,94	R\$ 694.285,15	83,04%
VI - Despesa Corrente Intraorçamentária	R\$ 836.023,94	R\$ 694.285,15	83,04%
VII- Despesa de Capital Intraorçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
VIII - Reserva de Contingência	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
IX– TOTAL DESPESA	R\$ 21.697.271,05	R\$ 16.893.760,02	77,86%

APLIC> Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária > Dados Consolidados do Ente> Mês: Dezembro



Tribunal de Contas
Mato Grosso

4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7668 / 7653 / 7667

E-mail: quartasecex@tce.mt.gov.br

Quadro 3.2 - Despesa por Função de Governo

FUNÇÃO	DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (R\$)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$)	EMPENHADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	PAGO (R\$)
Despesa Orçamentária por Função						
01	Legislativa	R\$ 789.539,00	R\$ 871.831,65	R\$ 871.764,24	R\$ 871.764,24	R\$ 871.764,24
03	Essencial à Justiça	R\$ 8.520,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04	Administração	R\$ 3.649.220,60	R\$ 4.795.663,08	R\$ 4.415.006,52	R\$ 4.415.006,52	R\$ 4.386.725,88
08	Assistência Social	R\$ 978.850,00	R\$ 1.409.826,24	R\$ 634.289,28	R\$ 634.289,28	R\$ 634.289,28
09	Previdência Municipal	R\$ 2.399.900,00	R\$ 2.399.900,00	R\$ 1.874.631,80	R\$ 1.874.631,80	R\$ 1.873.853,58
10	Saúde	R\$ 3.439.348,76	R\$ 5.751.716,05	R\$ 4.375.387,93	R\$ 4.375.387,93	R\$ 4.375.387,93
11	Trabalho	R\$ 200.000,00	R\$ 170.942,33	R\$ 170.942,33	R\$ 170.942,33	R\$ 170.942,33
12	Educação	R\$ 3.169.680,00	R\$ 3.054.615,22	R\$ 2.522.027,21	R\$ 2.522.027,21	R\$ 2.426.163,86
13	Cultura	R\$ 255.476,00	R\$ 192.909,47	R\$ 179.613,07	R\$ 179.613,07	R\$ 179.613,07
14	Direitos de Cidadania	R\$ 5.000,00	R\$ 8.355,00	R\$ 8.355,00	R\$ 8.355,00	R\$ 8.355,00
15	Urbanismo	R\$ 45.300,00	R\$ 521.804,95	R\$ 155.243,24	R\$ 155.243,24	R\$ 155.243,24
16	Habitação	R\$ 200,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
17	Saneamento	R\$ 81.500,00	R\$ 157.730,53	R\$ 66.746,96	R\$ 66.746,96	R\$ 66.746,96
20	Agricultura	R\$ 527.037,00	R\$ 792.802,45	R\$ 436.472,69	R\$ 436.472,69	R\$ 436.472,69
23	Comércio e Serviços	R\$ 50.100,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
25	Energia	R\$ 200.000,00	R\$ 21.063,41	R\$ 21.063,41	R\$ 21.063,41	R\$ 21.063,41
26	Transporte	R\$ 835.663,00	R\$ 449.264,32	R\$ 309.902,48	R\$ 309.902,48	R\$ 309.902,48
27	Desporto e Lazer	R\$ 145.090,00	R\$ 199.224,49	R\$ 94.430,79	R\$ 94.430,79	R\$ 94.430,79
28	Encargos Especiais	R\$ 77.400,00	R\$ 63.597,92	R\$ 63.597,92	R\$ 63.597,92	R\$ 63.597,92
99	Reserva de Contingência ou Reserva Legal do RPPS	R\$ 200.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		R\$ 17.057.824,36	R\$ 20.861.247,11	R\$ 16.199.474,87	R\$ 16.199.474,87	R\$ 16.074.552,66



Tribunal de Contas
Mato Grosso

4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7668 / 7653 / 7667

E-mail: quartasecex@tce.mt.gov.br

FUNÇÃO	DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (R\$)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$)	EMPENHADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	PAGO (R\$)
Despesa Intraorçamentária por Função						
01	Legislativa	R\$ 34.639,00	R\$ 26.780,57	R\$ 26.780,57	R\$ 26.780,57	R\$ 26.780,57
04	Administração	R\$ 259.662,00	R\$ 208.512,09	R\$ 208.510,22	R\$ 208.510,22	R\$ 208.510,22
08	Assistência Social	R\$ 55.400,00	R\$ 48.147,51	R\$ 28.440,33	R\$ 28.440,33	R\$ 28.440,33
09	Previdência Municipal	R\$ 100,00	R\$ 100,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
10	Saúde	R\$ 238.250,00	R\$ 236.890,60	R\$ 179.691,84	R\$ 179.691,84	R\$ 179.691,84
12	Educação	R\$ 357.631,20	R\$ 292.343,17	R\$ 236.405,24	R\$ 236.405,24	R\$ 236.405,24
13	Cultura	R\$ 10.250,00	R\$ 7.250,00	R\$ 406,70	R\$ 406,70	R\$ 406,70
20	Agricultura	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 14.050,25	R\$ 14.050,25	R\$ 14.050,25
27	Desporto e Lazer	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		R\$ 971.932,20	R\$ 836.023,94	R\$ 694.285,15	R\$ 694.285,15	R\$ 694.285,15
		R\$ 18.029.756,56	R\$ 21.697.271,05	R\$ 16.893.760,02	R\$ 16.893.760,02	R\$ 16.768.837,81

APLIC > Informes Mensais > Despesas > Despesa por Função/Subfunção > Mês de dezembro > Dados Consolidados do Ente.



Quadro 3.3 - Programas de Governo - Previsão e Execução

COD. PROGRAMA	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (R\$)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$)	EXECUÇÃO (EMPENHADO - R\$)	% Execução/Dotação Atualizada
9310	ABASTECIMENTO DE AGUA	R\$ 93.500,00	R\$ 172.703,53	R\$ 81.719,96	47,31%
5010	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	R\$ 29.000,00	R\$ 28.219,60	R\$ 17.136,60	60,72%
2010	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR	R\$ 745.126,00	R\$ 764.720,67	R\$ 732.346,37	95,76%
9280	APOIO A FAMILIA	R\$ 251.760,00	R\$ 630.995,10	R\$ 96.732,77	15,33%
8030	APOIO EDUCACIONAL	R\$ 1.236.800,00	R\$ 816.222,27	R\$ 442.088,85	54,16%
9130	ASSISTENCIA FARMACEUTICA	R\$ 37.911,56	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
9230	ATENÇÃO AO IDOSO	R\$ 200,00	R\$ 200,00	R\$ 0,00	0,00%
9250	ATENÇÃO AO PORTADOR DE DEFICIENCIA	R\$ 2.000,00	R\$ 500,00	R\$ 0,00	0,00%
9110	ATENÇÃO BASICA A SAUDE	R\$ 1.358.134,00	R\$ 1.332.844,68	R\$ 1.112.618,55	83,47%
9120	ATENÇÃO E MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMB. E HOSPITALAR	R\$ 1.398.914,00	R\$ 3.513.957,00	R\$ 2.652.681,56	75,49%
7020	CIDADE BONITA	R\$ 222.300,00	R\$ 92.063,41	R\$ 22.063,41	23,96%
7010	CIDADE LIMPA	R\$ 22.000,00	R\$ 257.598,45	R\$ 114.236,74	44,34%
6010	CONTROLE FINANCEIRO	R\$ 710.529,00	R\$ 923.962,58	R\$ 725.310,35	78,50%
9141	COVID - ENFRENT.DA EMERG.DE SAÚDE PÚBL.CORONAVÍRUS-COVID19	R\$ 0,00	R\$ 476.790,71	R\$ 62.364,00	13,08%
9010	DESENVOLVIMENTO AGRICOLA E PECUARIA	R\$ 545.037,00	R\$ 807.802,45	R\$ 450.522,94	55,77%
8080	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE	R\$ 6.000,00	R\$ 73.000,00	R\$ 20.468,50	28,03%
8070	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	R\$ 50.100,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
8050	DIFUSÃO CULTURAL	R\$ 265.726,00	R\$ 200.159,47	R\$ 180.019,77	89,93%
6020	ENCARGOS ESPECIAIS	R\$ 277.400,00	R\$ 234.540,25	R\$ 234.540,25	100,00%
9240	ENFRENTAMENTO A POBREZA	R\$ 20.100,00	R\$ 2.000,00	R\$ 321,97	16,09%
4010	GESTAO DO CONTROLE INTERNO	R\$ 73.136,00	R\$ 37.915,11	R\$ 34.506,09	91,00%
5020	GESTÃO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO	R\$ 1.123.838,00	R\$ 1.196.390,15	R\$ 1.082.648,38	90,49%
9260	GESTAO DO SISTEMA DE ASSISTENCIA SOCIAL	R\$ 630.150,00	R\$ 654.968,31	R\$ 572.152,45	87,35%
9290	GESTÃO DO SISTEMA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$ 135.040,00	R\$ 57.665,34	R\$ 1.877,42	3,25%
8090	GESTAO DO SISTEMA DE DESPORTO E LAZER	R\$ 140.090,00	R\$ 127.224,49	R\$ 73.962,29	58,13%



COD. PROGRAMA	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (R\$)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$)	EXECUÇÃO (EMPENHADO - R\$)	% Execução/Dotação Atualizada
7070	GESTAO DO SISTEMA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA	R\$ 1.211.253,60	R\$ 2.037.994,06	R\$ 2.016.595,95	98,95%
8040	GESTAO DO SISTEMA EDUCAÇÃO	R\$ 82.852,00	R\$ 28.567,72	R\$ 19.244,11	67,36%
5030	GESTAO DO SISTEMA PREVIDENCIARIO	R\$ 2.400.000,00	R\$ 2.400.000,00	R\$ 1.874.631,80	78,11%
9150	GESTAO DO SUS	R\$ 802.639,20	R\$ 752.334,20	R\$ 710.289,83	94,41%
7050	MALHA VIARIA RURAL	R\$ 800.663,00	R\$ 449.264,32	R\$ 309.902,48	68,98%
7030	MALHA VIARIA URBANA	R\$ 1.000,00	R\$ 193.206,50	R\$ 40.006,50	20,70%
8060	MANUTENÇÃO DE ENSINO BASICO	R\$ 1.167.432,00	R\$ 1.310.499,26	R\$ 1.193.264,00	91,05%
8010	MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	R\$ 979.807,20	R\$ 1.069.847,40	R\$ 1.000.119,96	93,48%
8020	MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO ENSINO INFANTIL	R\$ 60.420,00	R\$ 121.821,74	R\$ 103.715,53	85,13%
9270	MORAR MELHOR	R\$ 200,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
1010	PROCESSO LEGISLATIVO	R\$ 824.178,00	R\$ 898.612,22	R\$ 898.544,81	99,99%
3010	REPRESENTAÇÃO JURIDICA DO MUNICIPIO	R\$ 8.520,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
9999	RESERVA DE CONTINGENCIA	R\$ 200.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
9300	SANEAMENTO BASICO	R\$ 1.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
7040	TRANSITO RACIONAL	R\$ 35.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
9140	VIGILANCIA EM SAUDE	R\$ 80.000,00	R\$ 32.680,06	R\$ 17.125,83	52,40%
		R\$ 18.029.756,56	R\$ 21.697.271,05	R\$ 16.893.760,02	
		R\$ 18.029.756,56	R\$ 21.697.271,05	R\$ 16.893.760,02	77,86%

APLIC>Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária por Programa > Dados Consolidados do Ente.



Anexo 4 - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Quadro 4.1 - Resultado da Execução Orçamentária Ajustado – 2021 - Poderes e Órgãos Integrantes do OFSS

RECEITA ARRECADADA (Líquida das deduções)	CORRENTE (R\$)	DE CAPITAL (R\$)	SOMA (R\$)
Receitas (exceto intraorçamentárias) (a)	R\$ 19.252.653,71	R\$ 300.000,00	R\$ 19.552.653,71
Receitas (Intraorçamentárias) (b)	R\$ 777.143,29	R\$ 0,00	R\$ 777.143,29
TOTAL RECEITAS (c) = a + b	R\$ 20.029.797,00	R\$ 300.000,00	R\$ 20.329.797,00
Receitas próprias do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (d)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outros acréscimos promovidos pela equipe técnica (e)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL RECEITA AJUSTADA (f) = c - d + e	R\$ 20.029.797,00	R\$ 300.000,00	R\$ 20.329.797,00
DESPESA EMPENHADA	CORRENTE (R\$)	DE CAPITAL (R\$)	SOMA (R\$)
Despesas (exceto intraorçamentárias) (g)	R\$ 15.832.169,81	R\$ 367.305,06	R\$ 16.199.474,87
Despesas (intraorçamentárias) (h)	R\$ 694.285,15	R\$ 0,00	R\$ 694.285,15
TOTAL DESPESAS (i) = g + h	R\$ 16.526.454,96	R\$ 367.305,06	R\$ 16.893.760,02
Despesas próprias do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (j)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Despesas efetivamente realizadas, cujo fato gerador já tenham ocorrido, mas que não foram empenhadas no exercício superavitário (Item 5 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (k)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Ajustes promovidos pela equipe técnica na despesa empenhada (l)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL DESPESA AJUSTADA (m) = i - j + k + l	R\$ 16.526.454,96	R\$ 367.305,06	R\$ 16.893.760,02
RESULTADO ANTES DAS DESPESAS FINANCIADAS POR SUPERÁVIT FINANCEIRO (Conforme itens 5 e 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (n) = f - m	R\$ 3.503.342,04	-R\$ 67.305,06	R\$ 3.436.036,98
Despesas empenhadas decorrentes de créditos adicionais abertos por conta de superávit financeiro (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (o)	R\$ 659.501,11	R\$ 167.599,05	R\$ 827.100,16
Despesa Financiada por Superávit Financeiro - RPPS Superavitário (p)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



RECEITA ARRECADADA (Líquida das deduções)	CORRENTE (R\$)	DE CAPITAL (R\$)	SOMA (R\$)
RESULTADO DA EXECUÇÃO AJUSTADO (Conforme itens 5, 6 e 10 do Anexo da RN TCE-MT nº 43/2013) (q) = n + o - p	R\$ 4.162.843,15	R\$ 100.293,99	R\$ 4.263.137,14

Relatório Contas de Governo>Anexo: Receita > Quadro: Resultado da arrecadação orçamentária. Origem de recursos da receita Relatório Contas de Governo > Anexo: Despesa > Quadro: Despesa por Categoria Econômica APLIC > UG: Prefeitura > Peças de Planejamento > Créditos Adicionais > Financiado por Superávit Financeiro (Dados consolidados do ente)

Quadro 4.2 - Resultado Orçamentário do RPPS Individualizado

RECEITA ARRECADADA (Líquida das deduções)	CORRENTE (R\$)	DE CAPITAL (R\$)	SOMA (R\$)
Receitas (exceto intraorçamentárias) (a)	R\$ 572.042,37	R\$ 0,00	R\$ 572.042,37
Receitas (Intraorçamentárias) (b)	R\$ 777.143,29	R\$ 0,00	R\$ 777.143,29
TOTAL RECEITAS (c) = a + b	R\$ 1.349.185,66	R\$ 0,00	R\$ 1.349.185,66
Outros acréscimos promovidos pela equipe técnica (d)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL RECEITA AJUSTADA (e) = c + d	R\$ 1.349.185,66	R\$ 0,00	R\$ 1.349.185,66
DESPESA EMPENHADA	CORRENTE (R\$)	DE CAPITAL (R\$)	SOMA (R\$)
Despesas (exceto intraorçamentárias) (f)	R\$ 1.874.550,32	R\$ 81,48	R\$ 1.874.631,80
Despesas (intraorçamentárias) (g)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL DESPESAS (h) = f + g	R\$ 1.874.550,32	R\$ 81,48	R\$ 1.874.631,80
Despesas efetivamente realizadas, cujo fato gerador já tenham ocorrido, mas que não foram empenhadas no exercício superavitário (Item 5 do Anexo da RN TCE-MT nº 43/2013) (i)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Ajustes promovidos pela equipe técnica na despesa empenhada (j)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL DESPESA AJUSTADA (k) = h + i + j	R\$ 1.874.550,32	R\$ 81,48	R\$ 1.874.631,80
RESULTADO ANTES DAS DESPESAS FINANCIADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO (Conforme itens 5 e 10 do Anexo da RN TCE-MT nº 43/2013) (l) = e - k	-R\$ 525.364,66	-R\$ 81,48	-R\$ 525.446,14
Despesas empenhadas decorrentes de créditos adicionais abertos por conta de superávit financeiro (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43/2013) (m)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



RECEITA ARRECADADA (Líquida das deduções)	CORRENTE (R\$)	DE CAPITAL (R\$)	SOMA (R\$)
RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA AJUSTADO (Conforme itens 5, 6 e 10 do Anexo da RN TCE-MT nº 43/2013) (n) = l + m	-R\$ 525.364,66	-R\$ 81,48	-R\$ 525.446,14

APLIC > UG: RPPS > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária > Mês de dezembro - Total da Receita Realizada. APLIC > UG: RPPS > Peças de Planejamento > Créditos Adicionais > Financiado por Superávit Financeiro. APLIC > UG: RPPS > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária > Mês de dezembro - Total Empenhado.



Tribunal de Contas
Mato Grosso

4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7668 / 7653 / 7667

E-mail: quartasecex@tce.mt.gov.br

Quadro 4.3 - Execução Orçamentária por Fonte X Superávit Financeiro (Exercício Corrente) - Inclusive RPPS

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Receita Arrecadada próprias do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (b)	Despesa Orçamentária Empenhada (c)	Despesa própria do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (d)	Resultado Execução Orçamentária (e) = (a-b) - (c-d)	Despesa Empenhada com Rec. do Superávit Financeiro de Ex. Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (f)	Despesa com Recurso do Sup Financeiro RPPS Superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (g)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (h) = e + f - g	Saldo Superávit/Déficit Financeiro do Exercício (i)
Execução Orçamentária por Fonte X Superávit Financeiro (Exercício Corrente) - inclusive RPPS										
00	Recursos Ordinários	R\$ 12.346.287,23	R\$ 0,00	R\$ 7.811.821,81	R\$ 0,00	R\$ 4.534.465,42	R\$ 375.183,68	R\$ 0,00	R\$ 4.909.649,10	R\$ 7.742.663,81
01	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	-R\$ 1.392.594,39	R\$ 0,00	R\$ 1.132.147,58	R\$ 0,00	-R\$ 2.524.741,97	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 2.524.741,97	-R\$ 119.095,18
02	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	R\$ 2.916.445,15	R\$ 0,00	R\$ 3.462.651,57	R\$ 0,00	-R\$ 546.206,42	R\$ 366.000,00	R\$ 0,00	-R\$ 180.206,42	-R\$ 85.929,17
14	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - União (até 2018)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 4.031,38
15	Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	R\$ 198.986,41	R\$ 0,00	R\$ 48.985,00	R\$ 0,00	R\$ 150.001,41	R\$ 8.452,48	R\$ 0,00	R\$ 158.453,89	R\$ 0,00
17	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 67.079,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 67.079,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 67.079,98	R\$ 67.079,98



Tribunal de Contas
Mato Grosso

4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7668 / 7653 / 7667

E-mail: quartasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Receita Arrecadada próprias do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (b)	Despesa Orçamentária Empenhada (c)	Despesa própria do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (d)	Resultado Execução Orçamentária (e) = (a-b) - (c-d)	Despesa Empenhada com Rec. do Superávit Financeiro de Ex. Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (f)	Despesa com Recurso do Sup Financeiro RPPS Superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (g)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (h) = e + f - g	Saldo Superávit/Déficit Financeiro do Exercício (i)
18	Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica)	R\$ 1.445.958,38	R\$ 0,00	R\$ 1.193.264,00	R\$ 0,00	R\$ 252.694,38	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 252.694,38	-R\$ 78.784,15
21	Transferências de Convênios – Assistência Social	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.625,00
22	Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse - Educação	R\$ 331.372,97	R\$ 0,00	R\$ 7.500,00	R\$ 0,00	R\$ 323.872,97	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 323.872,97	R\$ 127.475,43
23	Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse - Saúde	R\$ 300.476,77	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 300.476,77	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 300.476,77	R\$ 300.476,77
24	Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse da União (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	R\$ 344.592,72	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 344.592,72	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 344.592,72	R\$ 344.592,72



Tribunal de Contas
Mato Grosso

4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7668 / 7653 / 7667

E-mail: quartasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Receita Arrecadada próprias do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (b)	Despesa Orçamentária Empenhada (c)	Despesa própria do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (d)	Resultado Execução Orçamentária (e) = (a-b) - (c-d)	Despesa Empenhada com Rec. do Superávit Financeiro de Ex. Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (f)	Despesa com Recurso do Sup Financeiro RPPS Superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (g)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (h) = e + f - g	Saldo Superávit/Déficit Financeiro do Exercício (i)
25	Demais Recursos Vinculados Destinados à Educação	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 10.099,70
26	Demais Recursos Vinculados Destinados à Saúde	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 992,46
29	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	R\$ 139.204,75	R\$ 0,00	R\$ 98.610,19	R\$ 0,00	R\$ 40.594,56	R\$ 15.100,00	R\$ 0,00	R\$ 55.694,56	-R\$ 10.360,00
30	Recursos provenientes do Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB	R\$ 1.006.950,75	R\$ 0,00	R\$ 441.610,69	R\$ 0,00	R\$ 565.340,06	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 565.340,06	R\$ 0,00
42	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Estado	R\$ 363.936,34	R\$ 0,00	R\$ 111.248,08	R\$ 0,00	R\$ 252.688,26	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 252.688,26	-R\$ 595,78
43	Transferência de recursos do Estado para ações de Assistência Social	R\$ 8.666,04	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 8.666,04	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 8.666,04	R\$ 8.666,04



Tribunal de Contas
Mato Grosso

4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7668 / 7653 / 7667

E-mail: quartasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Receita Arrecadada próprias do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (b)	Despesa Orçamentária Empenhada (c)	Despesa própria do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (d)	Resultado Execução Orçamentária (e) = (a-b) - (c-d)	Despesa Empenhada com Rec. do Superávit Financeiro de Ex. Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (f)	Despesa com Recurso do Sup Financeiro RPPS Superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (g)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (h) = e + f - g	Saldo Superávit/Déficit Financeiro do Exercício (i)
46	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 859.628,96	R\$ 0,00	R\$ 711.289,30	R\$ 0,00	R\$ 148.339,66	R\$ 62.364,00	R\$ 0,00	R\$ 210.703,66	-R\$ 10.139,77
50	Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)	R\$ 1.349.185,66	R\$ 0,00	R\$ 1.874.631,80	R\$ 0,00	-R\$ 525.446,14	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 525.446,14	R\$ 7.050.702,49
82	Demais Recursos Vinculados (não relacionados à Educação/ Saúde/ Assist. Social)	R\$ 43.619,28	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 43.619,28	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 43.619,28	R\$ 28.619,28
		R\$ 20.329.797,00	R\$ 0,00	R\$ 16.893.760,02	R\$ 0,00	R\$ 3.436.036,98	R\$ 827.100,16	R\$ 0,00	R\$ 4.263.137,14	R\$ 15.352.873,93
		R\$ 20.329.797,00	R\$ 0,00	R\$ 16.893.760,02	R\$ 0,00	R\$ 3.436.036,98	R\$ 827.100,16	R\$ 0,00	R\$ 4.263.137,14	R\$ 15.352.873,93

APLIC > Contabilidade > Execução orçamentária por Fonte x Superávit Financeiro - Inclusive RPPS > Dados Consolidados do Ente.



Tribunal de Contas
Mato Grosso

4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7668 / 7653 / 7667

E-mail: quartasecex@tce.mt.gov.br

Quadro 4.4 - Execução Orçamentária por Fonte X Superávit Financeiro (Exercício Corrente) - Somente RPPS

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária (a)	Despesa Orçamentária (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Despesa Empenhada com Rec. do Superávit Financeiro de Ex Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43/2013) (d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (e) = c + d	Saldo Superávit/Déficit Financeiro do Exercício (f)
Execução Orçamentária por Fonte X Superávit Financeiro (Exercício Corrente) - Somente RPPS							
50	Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)	R\$ 1.349.185,66	R\$ 1.874.631,80	-R\$ 525.446,14	R\$ 0,00	-R\$ 525.446,14	R\$ 7.050.702,49
		R\$ 1.349.185,66	R\$ 1.874.631,80	-R\$ 525.446,14	R\$ 0,00	-R\$ 525.446,14	R\$ 7.050.702,49
>>>>	>>>>	R\$ 1.349.185,66	R\$ 1.874.631,80	-R\$ 525.446,14	R\$ 0,00	-R\$ 525.446,14	R\$ 7.050.702,49

APLIC > Contabilidade > Execução orçamentária por Fonte x Superávit Financeiro - Inclusive RPPS > Dados Consolidados do Ente.



Tribunal de Contas
Mato Grosso

4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7668 / 7653 / 7667

E-mail: quartasecex@tce.mt.gov.br

Anexo 5 - RESTOS A PAGAR

Quadro 5.1 - Restos a Pagar Processados e Não Processados

Exercício	Saldo Anterior (R\$)	Inscrição (R\$)	RP não Processados Liquidados e não Pagos (R\$)	Baixa (R\$)		Saldo para o Exercício Seguinte (R\$)
				Por Pagamento (R\$)	Por Cancelamento (R\$)	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
2018	R\$ 1.400,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.400,00
2020	R\$ 23.114,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 23.114,92
	R\$ 24.514,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 24.514,92
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS						
2016	R\$ 2.548,39	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.548,39
2017	R\$ 19.268,82	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 19.268,82
2018	R\$ 23.280,64	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 23.280,64
2019	R\$ 9.255,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 9.255,00
2020	R\$ 35.196,21	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 29.751,01	R\$ 0,00	R\$ 5.445,20
2021	R\$ 0,00	R\$ 124.922,21	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 124.922,21
	R\$ 89.549,06	R\$ 124.922,21	R\$ 0,00	R\$ 29.751,01	R\$ 0,00	R\$ 184.720,26
TOTAL	R\$ 114.063,98	R\$ 124.922,21	R\$ 0,00	R\$ 29.751,01	R\$ 0,00	R\$ 209.235,18

APLIC > Informes Mensais > Restos a Pagar > Execução dos Restos a Pagar > Dados Consolidados do Ente



Tribunal de Contas
Mato Grosso

4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7668 / 7653 / 7667

E-mail: quartasecex@tce.mt.gov.br

Quadro 5.2 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - Poder Executivo - Exceto RPPS (Inclusive Intra)

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 111 e 1135 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras 2188 e 2288 (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In)Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E-F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
RECURSOS ORDINÁRIOS									
00 - Recursos Ordinários / não vinculados (I)	R\$ 7.842.982,46	R\$ 37.842,99	R\$ 28.280,64	R\$ 8.443,77	R\$ 44.566,85	R\$ 0,00	R\$ 7.723.848,21	R\$ 0,00	R\$ 7.723.848,21
	R\$ 7.842.982,46	R\$ 37.842,99	R\$ 28.280,64	R\$ 8.443,77	R\$ 44.566,85	R\$ 0,00	R\$ 7.723.848,21	R\$ 0,00	R\$ 7.723.848,21
RECURSOS VINCULADOS									
01 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 95.863,35	R\$ 0,00	R\$ 23.181,83	R\$ 0,00	-R\$ 119.045,18	R\$ 0,00	-R\$ 119.045,18
18, 19, 31 - Transferências do FUNDEB	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 75.570,53	R\$ 0,00	-R\$ 75.570,53	R\$ 0,00	-R\$ 75.570,53
15, 22, 25, 32 - Outros Recursos Vinculados à Educação	R\$ 127.475,43	R\$ 9.350,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 749,70	R\$ 0,00	R\$ 117.375,73	R\$ 0,00	R\$ 117.375,73
02 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	R\$ 0,00	R\$ 1.013,68	R\$ 0,00	R\$ 11.650,23	R\$ 74.278,94	R\$ 0,00	-R\$ 86.942,85	R\$ 0,00	-R\$ 86.942,85



Tribunal de Contas
Mato Grosso

4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7668 / 7653 / 7667

E-mail: quartasecex@tce.mt.gov.br

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 111 e 1135 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras 2188 e 2288 (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In)Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A - B - C - D - E - F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
12, 14, 23, 26, 41, 42, 44, 45, 46, 47 - Outros Recursos Vinculados à Saúde	R\$ 300.476,77	R\$ 4.031,38	R\$ 0,00	R\$ 1.620,92	R\$ 8.836,72	R\$ 0,00	R\$ 285.987,75	R\$ 0,00	R\$ 285.987,75
21, 27, 29, 33, 43 - Recursos Vinculados à Assistência Social	R\$ 11.291,04	R\$ 7.560,00	R\$ 0,00	R\$ 2.800,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 931,04	R\$ 0,00	R\$ 931,04
16, 17, 24, 30, 33, 34, 35, 36, 37, 72, 82, 93, 94 - Outros Recursos Vinculados	R\$ 440.291,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 440.291,98	R\$ 0,00	R\$ 440.291,98
	R\$ 879.535,22	R\$ 21.955,06	R\$ 95.863,35	R\$ 16.071,15	R\$ 182.617,72	R\$ 0,00	R\$ 563.027,94	R\$ 0,00	R\$ 563.027,94
RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS									
	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 8.722.517,68	R\$ 59.798,05	R\$ 124.143,99	R\$ 24.514,92	R\$ 227.184,57	R\$ 0,00	R\$ 8.286.876,15	R\$ 0,00	R\$ 8.286.876,15

APLIC> UG: Prefeitura> LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal > Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar > Mês de dezembro > Dados Consolidados do Ente (Exceto RPPS).



Tribunal de Contas
Mato Grosso

4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7668 / 7653 / 7667

E-mail: quartasecex@tce.mt.gov.br

Quadro 5.3 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - RPPS (Inclusive Intra)

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 111 e 1135 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras 2188 e 2288 (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In)Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E-F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
RECURSOS ORDINÁRIOS									
	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
RECURSOS VINCULADOS									
50, 52, 53, 54 - Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário	R\$ 2.341,80	R\$ 0,00	R\$ 778,22	R\$ 0,00	R\$ 2.438,40	R\$ 0,00	-R\$ 874,82	R\$ 0,00	-R\$ 874,82
	R\$ 2.341,80	R\$ 0,00	R\$ 778,22	R\$ 0,00	R\$ 2.438,40	R\$ 0,00	-R\$ 874,82	R\$ 0,00	-R\$ 874,82
RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS									
	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 2.341,80	R\$ 0,00	R\$ 778,22	R\$ 0,00	R\$ 2.438,40	R\$ 0,00	-R\$ 874,82	R\$ 0,00	-R\$ 874,82

APLIC> UG: RPPS > LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal > Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar > Mês de dezembro.



Tribunal de Contas
Mato Grosso

4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7668 / 7653 / 7667

E-mail: quartasecex@tce.mt.gov.br

Quadro 5.4 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - Poder Legislativo (Inclusive Intra)

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 111 e 1135 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras 2188 e 2288 (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In)Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E-F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
RECURSOS ORDINÁRIOS									
	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
RECURSOS VINCULADOS									
	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS									
	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC > UG: Câmara > LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal > Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar > Mês de dezembro



Quadro 5.5 - [AUXILIAR] - Disponibilidade Caixa e Restos a Pagar - Exceto RPPS

DESCRIÇÃO	PODER EXECUTIVO (R\$)	PODER LEGISLATIVO (R\$)	CONSOLIDADO - EXCETO RPPS (R\$)
Disponibilidade Bruta -- Exceto RPPS	R\$ 8.722.517,68	R\$ 0,00	R\$ 8.722.517,68
Demais Obrigações Financeiras - Exceto RPPS	R\$ 227.184,57	R\$ 0,00	R\$ 227.184,57
RP Processados - Ex. Anteriores	R\$ 59.798,05	R\$ 0,00	R\$ 59.798,05
RP Processados do Exercício	R\$ 124.143,99	R\$ 0,00	R\$ 124.143,99
Total RP Processados	R\$ 183.942,04	R\$ 0,00	R\$ 183.942,04
RP não Processados - Ex. Anteriores	R\$ 24.514,92	R\$ 0,00	R\$ 24.514,92
RP não Processados do Exercício	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total RP Não Processados	R\$ 24.514,92	R\$ 0,00	R\$ 24.514,92

Relatório Contas de Governo>Anexo: Restos a Pagar> Quadro: Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar Poder Executivo - Exceto RPPS (Inclusive Intra)

Relatório Contas de Governo>Anexo: Restos a Pagar> Quadro: Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar Poder Legislativo - Exceto RPPS (Inclusive Intra)



Anexo 6 - DÍVIDA PÚBLICA

Quadro 6.1 - Superávit/Déficit Financeiro - Total - Exceto RPPS

DESCRIÇÃO	PODER EXECUTIVO - EXCETO RPPS	PODER LEGISLATIVO	TOTAL
ATIVO FINANCEIRO	R\$ 8.722.517,68	R\$ 0,00	R\$ 8.722.517,68
PASSIVO FINANCEIRO	R\$ 420.346,24	R\$ 0,00	R\$ 420.346,24
SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	R\$ 8.302.171,44	R\$ 0,00	R\$ 8.302.171,44

Relatório Contas de Governo> Anexo: Dívida> Quadro: Quociente da Situação Financeira por Fonte (QSF) – Exceto RPPS



Tribunal de Contas
Mato Grosso

4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7668 / 7653 / 7667

E-mail: quartasecex@tce.mt.gov.br

Quadro 6.2 - Quociente da Situação Financeira por Fonte - Exceto RPPS

Fonte de Recursos	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
SUPERÁVIT X DÉFICIT - EXCETO RPPS						
00 - Recursos Ordinários	R\$ 7.842.982,46	R\$ 100.318,65	R\$ 7.742.663,81	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	R\$ 0,00	R\$ 119.095,18	-R\$ 119.095,18	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	R\$ 0,00	R\$ 85.929,17	-R\$ 85.929,17	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
14 - Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - União (até 2018)	R\$ 0,00	R\$ 4.031,38	-R\$ 4.031,38	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
17 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 67.079,98	R\$ 0,00	R\$ 67.079,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
18 - Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica)	R\$ 0,00	R\$ 78.784,15	-R\$ 78.784,15	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
21 - Transferências de Convênios – Assistência Social	R\$ 2.625,00	R\$ 0,00	R\$ 2.625,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
22 - Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse - Educação	R\$ 127.475,43	R\$ 0,00	R\$ 127.475,43	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



Tribunal de Contas
Mato Grosso

4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7668 / 7653 / 7667

E-mail: quartasecex@tce.mt.gov.br

Fonte de Recursos	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
23 - Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse - Saúde	R\$ 300.476,77	R\$ 0,00	R\$ 300.476,77	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
24 - Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse da União (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	R\$ 344.592,72	R\$ 0,00	R\$ 344.592,72	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
25 - Demais Recursos Vinculados Destinados à Educação	R\$ 0,00	R\$ 10.099,70	-R\$ 10.099,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
26 - Demais Recursos Vinculados Destinados à Saúde	R\$ 0,00	R\$ 992,46	-R\$ 992,46	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
29 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	R\$ 0,00	R\$ 10.360,00	-R\$ 10.360,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
42 - Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Estado	R\$ 0,00	R\$ 595,78	-R\$ 595,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
43 - Transferência de recursos do Estado para ações de Assistência Social	R\$ 8.666,04	R\$ 0,00	R\$ 8.666,04	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



Tribunal de Contas
Mato Grosso

4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7668 / 7653 / 7667

E-mail: quartasecex@tce.mt.gov.br

Fonte de Recursos	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
46 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 0,00	R\$ 10.139,77	-R\$ 10.139,77	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
82 - Demais Recursos Vinculados (não relacionados à Educação/ Saúde/ Assist. Social)	R\$ 28.619,28	R\$ 0,00	R\$ 28.619,28	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	R\$ 8.722.517,68	R\$ 420.346,24	R\$ 8.302.171,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 8.722.517,68	R\$ 420.346,24	R\$ 8.302.171,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC > Informes Mensais > Contabilidade > Ativos e Passivos Financeiros por Fontes – Acumulado até o mês de dezembro.



Tribunal de Contas
Mato Grosso

4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7668 / 7653 / 7667

E-mail: quartasecex@tce.mt.gov.br

Quadro 6.3 - Quociente da Situação Financeira por Fonte - RPPS

Fontes de Recursos	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
SUPERÁVIT X DÉFICIT - RPPS			
50 - Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)	R\$ 7.053.919,11	R\$ 3.216,62	R\$ 7.050.702,49
	R\$ 7.053.919,11	R\$ 3.216,62	R\$ 7.050.702,49
TOTAL	R\$ 7.053.919,11	R\$ 3.216,62	R\$ 7.050.702,49

APLIC: UG RPPS > Informes Mensais > Contabilidade > Ativos e Passivos Financeiros por Fontes



Quadro 6.4 - Dívida Consolidada Líquida (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") Exceto RPPS

Descrição	Valor R\$
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	R\$ 34.601,18
1. Dívida Mobiliária	R\$ 34.601,18
2. Dívida Contratual	R\$ 0,00
2.1. Empréstimos	R\$ 0,00
2.1.1. Internos	R\$ 0,00
2.1.2. Externos	R\$ 0,00
2.2. Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	R\$ 0,00
2.3. Financiamentos	R\$ 0,00
2.3.1. Internos	R\$ 0,00
2.3.2. Externos	R\$ 0,00
2.4. Parcelamento e Renegociação de Dívidas	R\$ 0,00
2.4.1. De Tributos	R\$ 0,00
2.4.2. De Contribuições Previdenciárias	R\$ 0,00
2.4.3. De Demais Contribuições Sociais	R\$ 0,00
2.4.4. Do FGTS	R\$ 0,00
2.4.5. Com Instituição Não Financeira	R\$ 0,00
2.5. Demais Dívidas Contratuais	R\$ 0,00
3. Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e Não Pagos	R\$ 0,00
4. Outras Dívidas	R\$ 0,00
DEDUÇÕES (II)	R\$ 8.539.384,73
5. Disponibilidade de Caixa	R\$ 8.539.384,73
5.1. Disponibilidade de Caixa Bruta	R\$ 8.722.517,68
5.2. (-) Restos a Pagar Processados	R\$ 183.132,95
6. Demais Haveres	R\$ 0,00
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL) (III)=(I - II)	-R\$ 8.504.783,55
RCL AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (IV)	R\$ 18.680.939,07
% da DC sobre a RCL Ajustada	0,18%
% da DCL sobre a RCL Ajustada	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL: <120%>	R\$ 22.417.126,88
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	R\$ 0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	R\$ 0,00
PASSIVO ATUARIAL - RPPS	R\$ 7.590.899,09
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	R\$ 0,00
DEPÓSITOS CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	R\$ 97.309,85
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	R\$ 24.514,92



Descrição	Valor R\$
ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	R\$ 0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	R\$ 0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	R\$ 0,00

APLIC > Informes Mensais > LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal > Dívida Consolidada Líquida Anual (Composição) > Aba: Dívida Consolidada Líquida.
APLIC > Informes Mensais > LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal > Dívida Consolidada Líquida Anual (Composição) > Aba: Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada.

Quadro 6.5 - Quociente de Dispendio da Dívida Pública (QDDP) - Exceto RPPS

DESCRIÇÃO	R\$
Amortização da Dívida	R\$ 10.447,20
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 43.291,07
TOTAL	R\$ 53.738,27
Receita Corrente Líquida - RCL Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	R\$ 18.680.939,07
% do Dispendios da Dívida Pública sobre a RCL Ajustada <11,5% RCL>	0,28%

APLIC > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária por Órgão/Unidade Orçamentária

Quadro 6.6 - Dívida Pública Contratada (art. 7º, I, da Resolução do Senado nº 43/2001)

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR R\$
Mobiliária	R\$ 0,00
Empréstimos	R\$ 0,00
Aquisição Financiada de Bens e Serviços de Arrendamento Mercantil Financeiro	R\$ 0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	R\$ 0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art.29, § 1º)	R\$ 0,00
Operações de crédito não sujeitas aos limites para fins de contratação (art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 (I))	R\$ 0,00
TOTAL (II)	R\$ 0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR (R\$)
RCL AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (III)	R\$ 18.680.939,07
OPERAÇÕES VEDADAS (IV)	R\$ 0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DE APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (V)=(II+IV-I)	R\$ 0,00
% DA DÍVIDA CONTRATADA SOBRE A RCL AJUSTADA (VI)=V / III x 100	0,00%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS <16% RCL>	R\$ 2.988.950,25



OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR R\$
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) <90% x 16% RCL>	R\$ 2.690.055,22
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	R\$ 0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA <60% RCL>	R\$ 11.208.563,44

APLIC > Informes Mensais > Dívida Pública



Anexo 7 - EDUCAÇÃO

Quadro 7.1 - Receita base para Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (art.212, CF)

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Receitas Resultantes de Impostos (I)	R\$ 775.517,44
IPTU – Imposto s/ Propriedade Territorial Urbana (Art. 156, I, da CF/88)	R\$ 79.888,72
ITBI – Imposto s/ Transmissão de Bens “Inter Vivos” (Art. 156, II, da CF/88)	R\$ 326.732,78
ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (Art. 156, III, da CF/88)	R\$ 140.661,72
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte (Art. 158, I, da CF/88)	R\$ 228.234,22
ITR – Imposto Territorial Rural (Art. 158, II c/c Art. 153, § 4º, III, da CF/88)	R\$ 0,00
Multas e Juros provenientes de Impostos (DA TCE-MT nº 16/2005)	R\$ 0,00
Dívida Ativa de Impostos (DA TCE-MT nº 16/2005)	R\$ 0,00
Multas e Juros provenientes de Dívida Ativa de Impostos (DA TCE-MT nº 16/2005)	R\$ 0,00
Transferências (II)	R\$ 15.438.354,88
Cota – Parte FPM - Fundo de Participação dos Municípios (Art. 159, I, “b”, da CF/88)	R\$ 8.887.459,01
Cota – Parte FPM – (Art. 159, I, “d”, da CF/88)	R\$ 389.548,18
Cota – Parte FPM – (Art. 159, I, “e”, da CF/88)	R\$ 344.106,43
Cota - Parte ICMS (Art. 158, IV, da CF/88)	R\$ 5.549.664,19
ICMS - Desoneração (Lei Complementar nº 87/96 - Lei Kandir)	R\$ 0,00
Cota - Parte IPI Exportação (Art. 159, § 3º, da CF/88 c/c LC 61/89)	R\$ 0,00
Cota - Parte ITR (Art. 158, II, da CF/88)	R\$ 100.798,17
Cota - Parte IPVA (Art. 158, III, da CF/88)	R\$ 166.778,90
Cota - Parte IOF s/ Ouro – Imposto sobre Operações Financeiras (DA TCE-MT nº 16/2005)	0,00
Total da Receita base – MDE (III) = (I+II)	R\$ 16.213.872,32
Valor mínimo para aplicação na MDE (25% de III)	R\$ 4.053.468,08

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária.

Quadro 7.2 - Disponibilidade financeira de recursos próprios para pagamento de Restos a Pagar do ensino em 31/12

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 1111 e 1135. Fonte 00. (A).	R\$ 7.842.982,46
Restos a Pagar Processados e não pagos, de exercícios anteriores. Fonte 00 (B)	R\$ 37.842,99
Restos a Pagar Processados e não pagos, do exercício. Fonte 00 (C)	R\$ 28.280,64
Restos a Pagar Não Processados, de exercícios anteriores. Fonte 00 (D)	R\$ 8.443,77
Restos a Pagar MDE Não Processados, inscritos no exercício. Fonte 00. Função diferente de 12 (E)	R\$ 0,00
Restos a Pagar MDE Não Processados, inscritos no exercício. Fonte 00. Função 12. Subfunções diferentes de 122, 128, 361, 362, 363, 365, 366 e 367 (F)	R\$ 0,00



DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Restos a Pagar MDE Não Processados, inscritos no exercício. Fonte 00. Função 12 Subfunções 122, 128, 361, 362, 363, 365, 366 e 367 e elementos 01, 03, 91 e 97. (G)	R\$ 0,00
Demais Obrigações Financeiras 2188 e 2288. Fonte 00 (H)	R\$ 44.566,85
(In)Disponibilidade Caixa Líquida da Fonte 00 para pagamento dos Restos a Pagar MDE Não Processados do exercício. Fonte 00 e Função 12 (I) = A-B-C-D-E-F-G-H	R\$ 7.723.848,21
Restos a Pagar MDE Não Processados, inscritos no exercício. Fonte 00. Função 12. Subfunções 122, 128, 361, 362, 363, 365, 366 e 367 e elementos diferentes de 01, 03, 91 e 97 (J).	R\$ 0,00
Restos a Pagar MDE Não Processados, sem disponibilidade financeira na Fonte 00. (K) (Se I<=0, K=J; (Se I>J, K=0, Se não K=J-I)	R\$ 0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 1111 e 1135. Fonte 01. (L)	R\$ 0,00
Restos a Pagar Processados e não pagos, de exercícios anteriores. Fonte 01 (M)	R\$ 0,00
Restos a Pagar Processados e não pagos, do exercício. Fonte 01 (N)	R\$ 95.863,35
Restos a Pagar Não Processados, de exercícios anteriores. Fonte 01 (O)	R\$ 0,00
Restos a Pagar MDE Não Processados, inscritos no exercício. Fonte 01. Função diferente de 12 (P)	R\$ 0,00
Restos a Pagar MDE Não Processados, inscritos no exercício. Fonte 01. Função 12 Subfunções diferentes de 122, 128, 361, 362, 363, 365, 366 e 367 (Q)	R\$ 0,00
Restos a Pagar MDE Não Processados, inscritos no exercício. Fonte 01. Função 12 Subfunções 122, 128, 361, 362, 363, 365, 366 e 367 e elementos 01, 03, 91 e 97. (R)	R\$ 0,00
Demais Obrigações Financeiras 2188 e 2288. Fonte 01 (S)	R\$ 23.181,83
(In)Disponibilidade Caixa Líquida da Fonte 01 para pagamento dos Restos a Pagar MDE Não Processados do exercício. Fonte 00 e Função 10 (T) = L-M-N-O-P-Q-R-S	-R\$ 119.045,18
Restos a Pagar MDE Não Processados, inscritos no exercício. Fonte 01. Função 12. Subfunções 122, 128, 361, 362, 363, 365, 366 e 367 e elementos diferentes de 01, 03, 91 e 97 (U).	R\$ 0,00
Restos a Pagar MDE Não Processados, sem disponibilidade financeira na Fonte 01. (V) (Se T<=0, V=U; (Se T>U, V=0, Se não V= U-T)	R\$ 0,00
Soma (X) = K + V	R\$ 0,00

APLIC Foram excluídos dos cálculos recursos recebidos em virtude da Pandemia - Detalhamento de fonte diferente de 072000, 073000, 074000, 075000, 076000, 077000, 078000, 080000, 081000 e 082000

Quadro 7.3 - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino (art.212,CF)

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
-----------	-------------



DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Total da Despesa MDE empenhada no exercício. Fonte de Recursos 00 - Recursos Ordinários e 01 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação (MDE). Função 12 – Educação. Subfunções 122, 128, 361, 362, 363, 365, 366 e 367 Exceto elementos 01, 03, 91 e 97 (A)	R\$ 1.133.920,52
Restos a Pagar Não Processados de MDE, inscritos no exercício corrente sem suficiente disponibilidade financeira. Fontes 00 e 01 (Conforme quadro 7.2) (B)	R\$ 0,00
Despesas que se enquadram como MDE, mas classificadas em outras funções (Inclusão pela Equipe Técnica). (C)	R\$ 0,00
Despesa Bruta da MDE (D) = (A-B+C)	R\$ 1.133.920,52
Receitas Recebidas do Fundeb mais os respectivos rendimentos financeiros (E)	R\$ 1.372.808,41
Recursos Destinados ao Fundeb (F)	R\$ 2.939.289,81
Resultado Líquido das Transferências do Fundeb (G) = E - F	-R\$ 1.566.481,40
Despesas empenhadas com recursos do Fundeb mais os respectivos rendimentos financeiros (H)	R\$ 1.193.264,00
Cancelamento, no exercício, de Restos a Pagar MDE inscritos com disponibilidade de recursos vinculados à Educação. Fonte 00 e 01 Função 12. Subfunções 122, 128, 361, 362, 363, 365, 366 e 367. Exceto elementos de despesa 01, 03, 91 e 97 (I)	R\$ 0,00
Outras Despesas que não se enquadram na MDE (Inclusão pela Equipe Técnica) (J)	R\$ 0,00
Total dos recursos aplicados na MDE (K) = (D-G+H-I-J)	R\$ 3.893.665,92
Receita base da MDE (Conforme Quadro Receita base) (L)	R\$ 16.213.872,32
Percentual aplicado na MDE (M) = (K/L) %	24,01%
Percentual mínimo de aplicação em MDE (N)	25%
Percentual aplicado a maior (menor) no exercício (O) = (M-N)	-0,98%
Situação (P)	IRREGULAR

APLIC Foram excluídos dos cálculos recursos recebidos em virtude da Pandemia - Detalhamento de fonte diferente de 072000, 073000, 074000, 075000, 076000, 077000, 078000, 080000, 081000 e 082000



Tribunal de Contas
Mato Grosso

4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7668 / 7653 / 7667

E-mail: quartasecex@tce.mt.gov.br

Quadro 7.4 - Despesas não consideradas como Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Nº Liquidação	Nº Empenho	Credor	Objeto	Valor
				R\$ 0,00

APLIC>Informes Mensais>Despesas>Liquidações



Tribunal de Contas
Mato Grosso

4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7668 / 7653 / 7667

E-mail: quartasecex@tce.mt.gov.br

Quadro 7.5 - Despesas Empenhadas que se enquadram como MDE classificadas em outras funções

Nº Liquidação	Nº Empenho	Função	Subfunção	Fonte	Elemento	Objeto	Valor
							R\$ 0,00

APLIC>Informes Mensais>Despesas>Liquidações



Quadro 7.6 - Receita do Fundeb

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Fundeb - Principal (1.7.5.8.01.1) Fontes 1.18 e 1.19 (A)	R\$ 1.372.695,39
Fundeb – Rendimento de Aplicação Financeira (1.3.2.1.00.1.1.01.02). Fontes 1.18 e 1.19 (B)	R\$ 113,02
Total recursos recebidos do Fundeb e Rendimentos de Aplicação Financeira (C) = A + B	R\$ 1.372.808,41
Fundeb - Complementação da União – Principal (1.7.1.8.09.1). Fonte 1.31 (D)	R\$ 0,00
Fundeb - Complementação da União - Rendimento Aplicação Financeira (1.3.2.1.00.1.1.01.02). Fonte 1.31 (E)	R\$ 0,00
Total recursos recebidos do Fundeb – Complementação União (F) = D + E	R\$ 0,00
Total de Recursos do Fundeb Disponíveis no Exercício (G) = C + F	R\$ 1.372.808,41

APLIC > Informes Mensais > Receita > Receita Orçamentária



Quadro 7.7 - Despesa do Fundeb

DESCRIÇÃO	EMPENHADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	PAGO (R\$)
Recursos do Fundeb - Impostos e Transferências de Impostos. Fontes 1.18 e 1.19 (A) = B+C+D	R\$ 1.193.264,00	R\$ 1.193.264,00	R\$ 1.193.264,00
1. Educação Infantil (365) (B)	R\$ 219.408,06	R\$ 219.408,06	R\$ 219.408,06
2. Ensino Fundamental (361) (C)	R\$ 973.855,94	R\$ 973.855,94	R\$ 973.855,94
3. Outras subfunções (D)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Recursos do Fundeb – Complementação da União. Fonte 1.31 (E) = F+G+H	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1. Educação Infantil (365) (F)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2. Ensino Fundamental (361) (G)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3. Outras subfunções (H)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total das despesas custeadas com recursos do Fundeb do exercício (I) = A+E	R\$ 1.193.264,00	R\$ 1.193.264,00	R\$ 1.193.264,00
Recursos do Superávit Financeiro do Fundeb - Impostos e Transferências de Impostos. Fontes 3.18 e 3.19 (J) = K+L+M	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1. Educação Infantil (365) (K)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2. Ensino Fundamental (361) (L)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3. Outras subfunções (M)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Recursos do Superávit Financeiro do Fundeb – Complementação da União. Fonte 3.31. (N) = O+P+Q	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1. Educação Infantil (365) (O)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2. Ensino Fundamental (361) (P)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3. Outras subfunções (Q)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total das despesas custeadas com recursos do Fundeb (R) = J+N	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



Quadro 7.8 - Indicadores do Fundeb

Indicador	Valor Aplicado (R\$)	Receita Base (R\$)	Percentual	Situação
Remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício (CF/88, Art. 212-A, letra "e", XI. Fontes 1.18 e 1.31 Função 12. Subfunções 361 e 365. Natureza de despesa 1. (Mínimo 70%) (A)	R\$ 1.193.264,00	R\$ 1.372.808,41	86,92%	REGULAR
Aplicação da complementação da União em despesa de capital (CF/88, Art. 212-A, letra "e", XI). Fonte 1.31. Função 12. Categoria Econômica 4 (Mínimo 15%) (B)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	REGULAR
Aplicação da complementação da União na educação infantil (CF/88, Art. 212-A, § 3º). Fonte 1.31. Subfunção 365. (Mínimo de 50%) (C)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	REGULAR



Anexo 8 - SAÚDE

Quadro 8.1 - Receita base para verificação da aplicação mínima de recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Receitas Resultantes de Impostos (I)	R\$ 775.517,44
IPTU – Imposto s/ Propriedade Territorial Urbana (Art. 156, I, da CF/88)	R\$ 79.888,72
ITBI – Imposto s/ Transmissão de Bens “Inter Vivos” (Art. 156, II, da CF/88)	R\$ 326.732,78
ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (Art. 156, III, da CF/88)	R\$ 140.661,72
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte (Art. 158, I, da CF/88)	R\$ 228.234,22
ITR – Imposto Territorial Rural (Art. 158, II c/c Art. 153, § 4º, III, da CF/88)	R\$ 0,00
Multas e Juros provenientes de Impostos (DA TCE-MT nº 16/2005)	R\$ 0,00
Dívida Ativa de Impostos (DA TCE-MT nº 16/2005)	R\$ 0,00
Multas e Juros provenientes de Dívida Ativa de Impostos (DA TCE-MT nº 16/2005)	R\$ 0,00
Transferências (II)	R\$ 14.704.700,27
Cota – Parte FPM - Fundo de Participação dos Municípios (Art. 159, I, “b”, da CF/88)	R\$ 8.887.459,01
Cota - Parte ITR (Art. 158, II, da CF/88)	R\$ 100.798,17
Cota - Parte IPVA (Art. 158, III, da CF/88)	R\$ 166.778,90
Cota - Parte ICMS (Art. 158, IV, da CF/88)	R\$ 5.549.664,19
Cota - Parte IPI Exportação (Art. 159, § 3º, da CF/88 c/c LC 61/89)	R\$ 0,00
ICMS - Desoneração (Lei Complementar nº 87/96 - Lei Kandir)	R\$ 0,00
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais (Art. 9º da LC 141/2012)	R\$ 0,00
Total da Receita base – ASPS (III) = (I+II)	R\$ 15.480.217,71
Valor mínimo para aplicação na ASPS (15% de III)	R\$ 2.322.032,65

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária > Mês de dezembro > Dados Consolidados do Ente.

Quadro 8.2 - Disponibilidade financeira de recursos próprios para pagamento dos Restos a Pagar das ASPS em 31/12

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 1111 e 1135. Fonte 00. (A).	R\$ 7.842.982,46
Restos a Pagar Processados e não pagos, de exercícios anteriores. Fonte 00 (B)	R\$ 37.842,99
Restos a Pagar Processados e não pagos, do exercício. Fonte 00 (C)	R\$ 28.280,64
Restos a Pagar Não Processados, de exercícios anteriores. Fonte 00 (D)	R\$ 8.443,77



DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Restos a Pagar ASPS Não Processados, inscritos no exercício. Fonte 00. Função diferente de 10 e Função 10 com Elementos 01, 03, 91 e 97 (E)	R\$ 0,00
Demais Obrigações Financeiras 2188 e 2288. Fonte 00 (F)	R\$ 44.566,85
(In)Disponibilidade Caixa Líquida da Fonte 00 para pagamento dos Restos a Pagar ASPS Não Processados do exercício. Fonte 00 e Função 10 (G) = A-B-C-D-E-F	R\$ 7.723.848,21
Restos a Pagar ASPS Não Processados, inscritos no exercício. Fonte 00. Função 10. Exceto Elementos 01, 03, 91 e 97 (H)	R\$ 0,00
Restos a Pagar ASPS Processados e não pagos, sem disponibilidade financeira na Fonte de Recursos 00. (I) (Se G<=0, I=H; (Se G>H, I=0, Se não I= H-G))	R\$ 0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 1111 e 1135. Fonte 02 (J)	R\$ 0,00
Restos a Pagar Processados e não pagos, de exercícios anteriores. Fonte 02. (K)	R\$ 1.013,68
Restos a Pagar Processados e não pagos, do exercício. Fonte 02. (L)	R\$ 0,00
Restos a Pagar Não Processados, de exercícios anteriores. Fonte 02 (M)	R\$ 11.650,23
Restos a Pagar ASPS Não Processados, inscritos no exercício. Fonte 02. Função diferente de 10 e Função 10 com Elementos 01, 03, 91 e 97 (N)	R\$ 0,00
Demais Obrigações Financeiras 2188 e 2288. Fonte 02 (O)	R\$ 74.278,94
(In)Disponibilidade Caixa Líquida da Fonte 00 para pagamento dos Restos a Pagar ASPS Não Processados do exercício. Fonte 02 e Função 10 (P) = J-K-L-M-N-O	-R\$ 86.942,85
Restos a Pagar ASPS Não Processados, inscritos no exercício. Fonte 02. Função 10. Exceto Elementos 01, 03, 91 e 97 (Q)	R\$ 0,00
Restos a Pagar ASPS Processados e não pagos, sem disponibilidade financeira na Fonte de Recursos 02. (R) (Se P<=0, R=Q; (Se P>Q, R=0, Se não R= Q-P))	R\$ 0,00
Soma (S) = I + R	R\$ 0,00

APLIC Foram excluídos dos cálculos recursos recebidos em virtude da Pandemia - Detalhamento de fonte diferente de 072000, 073000, 074000, 075000, 076000, 077000, 078000, 080000, 081000 e 082000

Quadro 8.3 - Cálculo da aplicação de recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (art.198 CF)

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Total da Despesa Empenhada na Função 10 – Saúde. (Fonte/destinação de Recursos 00 e 02) (A)	R\$ 3.732.542,39
Despesas Empenhadas no exercício ref. às amortizações e aos respectivos encargos financeiros decorrentes de operações de crédito contratadas exclusivamente para o financiamento de ASPS, Naturezas de Despesas 2 e 6 da Função 28 nas Fontes de Recursos 00 e 02. (Verificação pela Equipe Técnica) (B)	R\$ 0,00
Despesas Empenhadas no exercício ref. ao Saneamento Básico, observadas as condicionantes descritas nos incisos VI e VII da LC 141/2012, executadas na Função 17 nas Fontes de Recursos 00 e 02. (Verificação pela Equipe Técnica) (C)	R\$ 0,00



DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Restos a Pagar Processados e Não Processados da Saúde inscritos no exercício corrente sem suficiente disponibilidade financeira (Conforme Quadro 8.2) (D)	R\$ 0,00
Outras Despesas Empenhadas que se enquadram como ASPS, mas classificadas em outras Funções e/ou Fontes de Recursos (Inclusão pela Equipe Técnica) (E)	R\$ 0,00
Despesa Bruta com as ASPS (F) = (A+B+C-D+E)	R\$ 3.732.542,39
Despesas Empenhadas na Função 10. Fonte 00 e 02. Nos Elementos de Despesas 01, 03, 91 e 97. (G)	R\$ 0,00
Despesas Empenhadas na Função 10, com Detalhamento de Fontes 070000, 071000, 072000, 073000, 074000, 075000, 076000, 077000, 078000, 080000, 081000 e 082000. Fonte/destinação de Recursos 00 e 02. (H)	R\$ 0,00
Cancelamento, no exercício, de Restos a Pagar da ASPS inscritos, com Disponibilidade de recursos vinculados à Saúde. Função 10 e Fonte/destinação de Recursos 00 e 02. Nos Elementos de despesa diferentes 01, 03, 91 e 97. (I)	R\$ 0,00
Despesas Empenhadas de amortizações e encargos financeiros decorrentes de operações de crédito, e/ou de Saneamento Básico classificados indevidamente na Função 10 fontes de recursos 00 e 02. (Verificação pela Equipe Técnica) (J)	R\$ 0,00
Outras Despesas Empenhadas que não se enquadram nas ASPS (Inclusão pela Equipe Técnica) (K)	R\$ 0,00
Total dos recursos aplicados nas ASPS (L) = (F-G-H-I-J-K)	R\$ 3.732.542,39
Receita base das ASPS (Conforme Quadro 8.1) (M)	R\$ 15.480.217,71
Percentual aplicado nas ASPS (N) = (L/M) %	24,11%
Percentual mínimo de aplicação nas ASPS (O)	15%
Percentual aplicado a maior (menor) no exercício (P) = (N-O)	9,11%
Situação (Q)	REGULAR

APLIC APLIC Foram excluídos dos cálculos recursos recebidos em virtude da Pandemia - Detalhamento de fonte diferente de 072000, 073000, 074000, 075000, 076000, 077000, 078000, 080000, 081000 e 082000



Tribunal de Contas
Mato Grosso

4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7668 / 7653 / 7667

E-mail: quartasecex@tce.mt.gov.br

Quadro 8.4 - Despesas não consideradas como Ações e Serviços Públicos de Saúde

Nº Liquidação	Nº Empenho	Credor	Objeto	Valor
				R\$ 0,00

APLIC>Informes Mensais>Despesas>Empenhos



Tribunal de Contas
Mato Grosso

4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7668 / 7653 / 7667

E-mail: quartasecex@tce.mt.gov.br

Quadro 8.5 - Despesas Empenhadas que se enquadram como ASPS classificadas em outras Funções

Nº Liquidação	Nº Empenho	Função	Subfunção	Fonte	Elemento	Objeto	Valor
							R\$ 0,00

APLIC> Informes Mensais > Despesas > Empenhos



Anexo 9 - PESSOAL

Quadro 9.1 - Gastos com Pessoal. Poderes Executivo e Legislativo (Arts. 18 a 22 da LRF)

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(ÚLTIMOS 12 MESES)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
1 - DESPESA BRUTA COM PESSOAL = (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4)	R\$ 10.300.429,12	R\$ 0,00
1.1 - Pessoal Ativo	R\$ 8.504.421,50	R\$ 0,00
1.2 - Pessoal Inativo e Pensionista	R\$ 1.784.357,39	R\$ 0,00
1.3 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	R\$ 11.650,23	R\$ 0,00
1.4 - Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2 - DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) = (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)	R\$ 1.782.955,75	R\$ 0,00
2.1 - Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.2 - Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3 - Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	R\$ 11.650,23	R\$ 0,00
2.4 - Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	R\$ 1.771.305,52	R\$ 0,00
2.5 - Outras Deduções lançadas pela Equipe Técnica	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3 - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL = (1-2)	R\$ 8.517.473,37	R\$ 0,00
4 - DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP - STN (3a + 3b)	R\$ 8.517.473,37	

Relatório de Contas Anuais de Governo - Anexo: Pessoal - Quadro: Gastos com Pessoal Detalhado.

Quadro 9.2 - Gastos com Pessoal - Poder Legislativo (Arts. 18 a 22 LRF)

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(ÚLTIMOS 12 MESES)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
1 - DESPESA BRUTA COM PESSOAL = (1.1 + 1.2 + 1.3)	R\$ 619.927,40	R\$ 0,00
1.1 - Pessoal Ativo	R\$ 619.927,40	R\$ 0,00



DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(ÚLTIMOS 12 MESES)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
1.2 - Pessoal Inativo e Pensionista	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.3 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.4 Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2 - DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) = (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.1 - Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.2 - Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3 - Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.4 - Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.5 - Outras Deduções lançadas pela Equipe Técnica	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3 - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL = (1-2)	R\$ 619.927,40	R\$ 0,00
4 - DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP (3a + 3b)	R\$ 619.927,40	

Relatório de Contas Anuais de Governo - Anexo: Pessoal - Quadro: Gastos com Pessoal Detalhado.

Quadro 9.3 - Apuração do Cumprimento do Limite Legal Individual - MCASP - STN

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	EXECUTIVO	LEGISLATIVO
DTP - (Antes da Dedução do IRRF(I))	R\$ 8.517.473,37	R\$ 7.897.545,97	R\$ 619.927,40
RCL Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal (II)	R\$ 18.680.939,07		
% sobre a RCL Ajustada (III) = I / II x 100	45,59%	42,27%	3,31%
LIMITE MÁXIMO (inciso III do art.20 da LRF)	60%	54%	6%
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF)	57%	51,30%	5,70%

Relatório de Contas Anuais de Governo - Anexo: Pessoal - Quadro - Gastos com Pessoal Detalhado.



Tribunal de Contas
Mato Grosso

4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7668 / 7653 / 7667

E-mail: quartasecex@tce.mt.gov.br

Quadro 9.4 - Gastos com Pessoal - Detalhado

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS CONSOLIDADAS		EXECUTIVO		LEGISLATIVO	
	(últimos 12 meses)		(últimos 12 meses).		(últimos 12 meses),	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS.	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS.	LIQUIDADAS_	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS_
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	R\$ 10.300.429,12	R\$ 0,00	R\$ 9.680.501,72	R\$ 0,00	R\$ 619.927,40	R\$ 0,00
1. Pessoal Ativo	R\$ 8.504.421,50	R\$ 0,00	R\$ 7.884.494,10	R\$ 0,00	R\$ 619.927,40	R\$ 0,00
1.1 Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis:	R\$ 7.391.782,51	R\$ 0,00	R\$ 6.870.586,66	R\$ 0,00	R\$ 521.195,85	R\$ 0,00
1.2 Obrigações Patronais:	R\$ 1.112.638,99	R\$ 0,00	R\$ 1.013.907,44	R\$ 0,00	R\$ 98.731,55	R\$ 0,00
1.3 Outros Valores acrescidos pela Equipe	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2. Pessoal Inativo e Pensionistas	R\$ 1.784.357,39	R\$ 0,00	R\$ 1.784.357,39	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.1 Aposentadorias, Reserva e Reformas:	R\$ 1.566.395,39	R\$ 0,00	R\$ 1.566.395,39	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.2 Pensões:	R\$ 217.962,00	R\$ 0,00	R\$ 217.962,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3 Outros Valores acrescidos pela Equipe	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3 Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Terceirização (§1º do art. 18 da LRF):	R\$ 11.650,23	R\$ 0,00	R\$ 11.650,23	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4 Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5 DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	R\$ 1.782.955,75	R\$ 0,00	R\$ 1.782.955,75	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.1 Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária:	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



Tribunal de Contas
Mato Grosso

4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7668 / 7653 / 7667

E-mail: quartasecex@tce.mt.gov.br

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS CONSOLIDADAS		EXECUTIVO		LEGISLATIVO	
	(últimos 12 meses)		(últimos 12 meses).		(últimos 12 meses),	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS.	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS.	LIQUIDADAS_	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS_
5.2 Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração:	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.3 Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração:	R\$ 11.650,23	R\$ 0,00	R\$ 11.650,23	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.4 Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados: 319001, 319003, (Somente RPPS e Fonte igual a 50, 51, 52, 53, 54)	R\$ 1.771.305,52	R\$ 0,00	R\$ 1.771.305,52	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.5 Outras Deduções Lançadas pela Equipe	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 8.517.473,37	R\$ 0,00	R\$ 7.897.545,97	R\$ 0,00	R\$ 619.927,40	R\$ 0,00
DTP	R\$ 8.517.473,37		R\$ 7.897.545,97		R\$ 619.927,40	

APLIC > Informes Mensais > LRF > Despesa com Pessoal (Preliminar)



Anexo 10 - REPASSE À CÂMARA MUNICIPAL

Quadro 10.1 - Limite de repasse para a Câmara Municipal. Receita Base (art. 29-A, CF)

ESPECIFICAÇÃO	VALOR R\$
Receitas Tributárias	R\$ 1.117.052,41
Impostos	R\$ 807.053,77
IPTU	R\$ 64.278,30
IRRF	R\$ 174.928,27
ITBI	R\$ 345.940,71
ISSQN	R\$ 221.906,49
TAXAS	R\$ 309.998,64
Contribuição de Melhoria	R\$ 0,00
Transferências da União	R\$ 7.684.998,34
FPM	R\$ 7.596.515,30
Transf. ITR	R\$ 88.483,04
IOF s/ ouro	R\$ 0,00
ICMS Desoneração	R\$ 0,00
Transferências do Estado	R\$ 3.986.134,95
ICMS	R\$ 3.827.540,05
IPVA	R\$ 144.356,63
IPI (Exportação)	R\$ 0,00
CIDE	R\$ 14.238,27
TOTAL GERAL	R\$ 12.788.185,70
População do Município	4.102
Limite percentual autorizado - art. 29-A, CF	7,00%
Valor máximo de repasse	R\$ 895.172,99
Valor fixado na LOA e créditos adicionais	R\$ 898.612,22
Valor gasto pela Câmara Municipal	R\$ 898.544,81

APLIC > UG: Prefeitura > Exercício Anterior > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária > Mês de dezembro > Dados Consolidados do Ente > Exportar Planilha para o Excel. APLIC > UG: Câmara Municipal > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária > Mês de dezembro > Valor total da Dotação Atualizada. APLIC > UG: Câmara Municipal > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária > Mês de dezembro > Coluna Valor Empenhado.

Quadro 10.2 - Índices e Limites Câmara Municipal (artigo 29-A da CF)

DESCRIÇÃO	VALOR R\$	RECEITA BASE R\$	% S/ RECEITA BASE	LIMITE MÁXIMO (%)	SITUAÇÃO
Repasse do Poder Executivo	R\$ 902.862,24	R\$ 12.788.185,70	7,06%	7,00%	IRREGULAR
Gasto do Poder Legislativo	R\$ 898.544,81	R\$ 12.788.185,70	7,02%	7,00%	IRREGULAR
Folha de Pagamento do Poder Legislativo	R\$ 619.927,40	R\$ 902.862,24	68,66%	70%	REGULAR
Limite Gastos com Pessoal - LRF	R\$ 619.927,40	R\$ 18.680.939,07	3,31%	6%	REGULAR



Tribunal de Contas
Mato Grosso

4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7668 / 7653 / 7667

E-mail: quartasecex@tce.mt.gov.br

APLIC > Informes Mensais>Contabilidade>Lançamento Contábil>Razão Contábil> (UG: Câmara - Conta: 45112020100 e UG: Prefeitura – Conta: 35112020100). APLIC > UG: Câmara Municipal > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária > Mês de dezembro. Anexo – Pessoal - Quadro - Gastos com pessoal - Poder Legislativo (artigos 18 a 22 LRF)



Anexo 11 - METAS FISCAIS

Quadro 11.1 - Resultado Primário e Nominal

RECEITAS PRIMÁRIAS	RECEITA ARRECADADA (R\$) (a)	
Receitas Primárias Correntes	R\$ 18.935.373,26	
Receitas Primárias de Capital	R\$ 300.000,00	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (I)	R\$ 19.235.373,26	
DESPESA PRIMÁRIA	DESPESA PAGA (R\$) (b)	RESTOS A PAGAR PAGOS (R\$) (c)
Despesas Primárias Correntes	R\$ 15.663.956,53	R\$ 29.751,01
Despesas Primárias de Capital	R\$ 356.857,86	R\$ 0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (II)	R\$ 16.020.814,39	R\$ 29.751,01
RESULTADO PRIMÁRIO ACIMA DA LINHA (III)=(I-IIb-IIc)	R\$ 3.184.807,86	
Meta de Resultado Primário fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO 2021 - Valor Corrente	-R\$ 535.700,00	
JUROS NOMINAIS	VALOR (R\$)	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (IV)	R\$ 237.064,50	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (V)	R\$ 43.291,07	
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (VI) = III + (IV - V)	R\$ 3.378.581,29	
Meta de Resultado Nominal fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO 2021- Valor Corrente	R\$ 0,00	

APLIC



Anexo 12 - COVID

Quadro 12.1 - Recursos Recebidos para enfrentamento da pandemia da Covid-19

Detalhamento Fonte TCE/MT	Descrição do Recurso	Valor Arrecadado (R\$)
-	Mitigação dos efeitos financeiros	-
077000	Transferência de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavírus - LC 173/2020, art. 5., II (Mitigação dos efeitos financeiros)	R\$ 0,00
080000	Apoio financeiro prestado pela União aos entes federativos que recebem do FPM (MP n. 938, de 2/4/2020 -Lei n. 14.041/2020) (Mitigação dos efeitos financeiros)	R\$ 0,00
-	Enfrentamento da pandemia	-
072000	Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais-Coronavirus	R\$ 0,00
073000	Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de bancada-Coronavirus	R\$ 0,00
074000	Ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus - COVID 19	R\$ 0,00
075000	Auxílio financeiro pela União às santas casas e hospitais filantrópicos, sem fins lucrativos (Lei n. 13.995/2020)	R\$ 0,00
076000	Transferência de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavírus - LC 173/2020, art. 5., I	R\$ 0,00
-	Outras ações emergenciais	-
078000	Transferência de recursos para aplicação em outras ações emergenciais (Lei n. 14.017/2020)	R\$ 43.619,28

APLIC

Quadro 12.2 - Recursos Aplicados para enfrentamento da pandemia da Covid-19

Detalhamento Fonte TCE/MT	Descrição do Recurso	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
077000	Transferência de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavírus - LC 173/2020, art. 5., II (Mitigação dos efeitos financeiros)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
080000	Apoio financeiro prestado pela União aos entes federativos que recebem do FPM (MP n. 938, de 2/4/2020 -Lei n. 14.041/2020) (Mitigação dos efeitos financeiros)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
072000	Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais-Coronavirus	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
073000	Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de bancada-Coronavirus	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
074000	Ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus - COVID 19	R\$ 62.364,00	R\$ 62.364,00	R\$ 62.364,00
075000	Auxílio financeiro pela União às santas casas e hospitais filantrópicos, sem fins lucrativos (Lei n. 13.995/2020)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
076000	Transferência de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavírus - LC 173/2020, art. 5., I	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
078000	Transferência de recursos para aplicação em outras ações emergenciais (Lei n. 14.017/2020)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



Tribunal de Contas
Mato Grosso

4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7668 / 7653 / 7667

E-mail: quartasecex@tce.mt.gov.br

Detalhamento Fonte TCE/MT	Descrição do Recurso	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
>>>>>	TOTAL RECURSOS APLICADOS	R\$ 62.364,00	R\$ 62.364,00	R\$ 62.364,00

APLIC



Quadro 12.3 - Outros recursos aplicados no enfrentamento da pandemia e/ou mitigação dos efeitos financeiros

Fonte	Descrição do Recurso	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
Outros recursos aplicados no enfrentamento da pandemia da Covid-19 e/ou mitigação de seus efeitos financeiros				
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
>>>>>	TOTAL	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC

Quadro 12.4 - Ações para enfrentamento da Pandemia Covid-19

Código Proj/Ativ	Projeto / Atividade (Ação)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
Utilização de Recursos para enfrentamento da pandemia da Covid-19				
22148	COVID AÇÕES DE SAÚDE PARA ENFRENTAMENTO DO CORONAVÍRUS COVID19	R\$ 62.364,00	R\$ 62.364,00	R\$ 62.364,00
		R\$ 62.364,00	R\$ 62.364,00	R\$ 62.364,00
>>>>>	TOTAL	R\$ 62.364,00	R\$ 62.364,00	R\$ 62.364,00

APLIC



Anexo 13 - LIMITE CONSTITUCIONAL ART. 167-A

Quadro 13.1 - Relação entre Despesas e Receitas Correntes - Art. 167-A CF

Receita Corrente Arrecadada (a) R\$	Despesa Corrente Liquidada (b) R\$	Despesas Inscritas em RPNP (c) R\$	Indicador Despesa/Receita (d) %
R\$ 20.029.797,00	R\$ 16.526.454,96	R\$ 0,00	82,50%

Anexo: Receita> Quadro: Resultado da Arrecadação Orçamentária. Origem de recursos da receita (valores Líquidos) Anexo: Despesa> Quadro: Despesa por Categoria Econômica



Tribunal de Contas
Mato Grosso

4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7668 / 7653 / 7667

E-mail: quartasecex@tce.mt.gov.br

APÊNDICE - A - Relatório de Acompanhamento LDO/2021

APÊNDICE - A

Relatório de Acompanhamento LDO/2021



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE GOVERNO

Telefone(s): (65) 3613-7593 / 7692 / 7186

e-mail: secex-governo@tce.mt.gov.br

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO SIMULTÂNEO - LDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO POVO

PROCESSO N.º:	2232/2021
PRINCIPAL:	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO POVO
CNPJ:	32.972.424/0001-04
ASSUNTO:	LEI DE DIRETRIZES ORCAMENTARIAS
OBJETO:	Lei Municipal Nº 810 de 26 de junho de 2020 - Lei de Diretrizes Orçamentárias
ORDENADOR DE DESPESAS	IVANILDO VILELA DA SILVA
RELATOR:	JOSÉ CARLOS NOVELLI
MUNICÍPIO DO FISCALIZADO:	SAO JOSE DO POVO
NÚMERO OS:	7091/2021
EQUIPE TÉCNICA:	DINAMAR PIRES DE MIRANDA SILVA



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. DA ANÁLISE	1
2.1. Audiências Públicas (Art. 48, § 1º, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal)	1
2.2. Publicação e Ampla Divulgação (art. 37, Constituição Federal, art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal)	2
2.3. Anexo de Metas Fiscais	3
2.3.1. Demonstrativo de metas anuais	5
2.4. Limitação de empenho	6
2.5. Anexo de Riscos Fiscais	8
3. CONCLUSÃO	9
3.1. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO	9
APÊNDICE - A - Não divulgação da Lei e Anexos no Portal Transparência	11
APÊNDICE - B - Não comprovação de Audiência Pública	18
APÊNDICE - C - Não definição de Meta de Resultado Nominal	23



1. INTRODUÇÃO

Trata-se de Acompanhamento Simultâneo relativo a Lei Municipal Nº 810, de 26 de junho de 2020, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do município de SAO JOSE DO POVO para o exercício de 2021.

Os documentos que subsidiaram a análise contemplam:

- Lei Municipal Nº 810, de 26 de junho de 2020 – LDO 2021;
- Anexo de Metas Fiscais;
- Anexo de riscos Fiscais;
- Comprovação de publicação da LDO na imprensa oficial (AMM).

2. DA ANÁLISE

A Lei de Diretrizes Orçamentárias é o instrumento que estabelece a relação entre o planejamento de médio prazo, previsto no Plano Plurianual - PPA, e o de curto prazo, definido pela Lei Orçamentária Anual - LOA.

Dentre os objetivos constitucionais da LDO está o de apresentar metas e prioridades da administração pública para o exercício financeiro subsequente, de acordo com as orientações do PPA.

Para tanto, foi organizado o Anexo de Metas e Prioridades, que lista os programas, seus objetivos e suas ações, com os valores correspondentes, que terão prioridade na execução orçamentária do ano seguinte.

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF acrescentou novas atribuições à LDO: responsabilidade de dispor sobre o equilíbrio entre receitas e despesas; critérios e formas de limitação de empenhos; normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos; condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas (transferências voluntárias).

2.1. Audiências Públicas (Art. 48, § 1º, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal)

A audiência pública é uma das formas de participação e de controle popular da Administração Pública no Estado Social e Democrático de Direito. Ela propicia à sociedade a troca de informações com o administrador público, bem como o exercício da cidadania e o respeito ao princípio da transparência na gestão da coisa pública e sua previsão consta no art. 48, § 1º, I, da LRF.

1) Não foram realizadas audiências públicas durante os processos de elaboração e de discussão da LDO, em desconformidade com o art. 48, § 1º, inc. I da LRF. DB08.



Dispositivo Normativo:

Artigo 48, §1º, "I" da LRF

1.1) *Não houve comprovação da realização de audiência pública durante o processo de elaboração e de discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO/2021, em desconformidade com o art. 48, § 1º, inc. I da LRF/00. - DB08*

Conforme documentos encaminhados via Sistema-Aplic, deste Tribunal, consta um COMUNICADO, de 07 de abril de 2020, do Sr. Arivaldo Medeiros de Santana, prefeito em exercício, informando à população que em decorrência da pandemia do Corona Vírus a audiência pública presencial seria substituída pelo envio das sugestões ou pela solicitação de informações através do e-mail: gabinete.sjdopovo@outlook.com, até o dia 13 de abril de 2020.

Entretanto, não constam nos documentos enviados via sistema Aplic, deste Tribunal e no Portal Transparência da prefeitura, a divulgação do convite, convocando a população para participar da audiência pública para discussão do projeto da LDO, bem como, a Ata de audiência pública, documento este, que comprova a realização do evento. Desse modo, considera-se não realizada a audiência pública (art. 48, § 1º, inc. I da LRF/00), conforme demonstrado no Anexo Apêndice B. Acesso em 03/12/2021.

2.2. Publicação e Ampla Divulgação (art. 37, Constituição Federal, art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal)

O artigo 37 da Constituição Federal elenca o princípio da publicidade como um dos princípios a serem observados pela Administração Pública. Consiste na obrigação de divulgação dos atos oficiais, documentos ou informações em meio oficial, podendo ser o Diário Oficial do Ente ou outro que o Chefe do Poder Executivo decreta como oficial (Diário Oficial do Estado, Diário Oficial de Contas ou Jornal Oficial da AMM).

No caso de leis orçamentárias, além da publicidade é exigida a ampla divulgação inclusive em meios eletrônicos, como instrumento de transparência da gestão fiscal nos termos do artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, **aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos** de acesso público: os planos, orçamentos e **leis de diretrizes orçamentárias**; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

Apresenta-se a seguir informações quanto a publicação e a ampla divulgação da Lei de Diretrizes Orçamentárias:



Quadro 1 – Publicação e divulgação da Lei de Diretrizes Orçamentárias

Meio de Divulgação	Local	Data
Imprensa Oficial	Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso (AMM) - Ed. nº 3.510	30/06/2020

APLIC e Diários Oficiais

A Lei de Diretrizes Orçamentárias foi publicada em meio oficial (art. 37, CF). No entanto, não foi disponibilizada no Portal Transparência da Prefeitura (ampla divulgação inclusive em meios eletrônicos – art. 48, LRF). Os demonstrativos dos anexos obrigatórios que integram a Lei também não foram publicados e nem disponibilizados no Portal da Transparência do município.

1) Não houve divulgação da LDO no Portal Transparência do Município, conforme estabelece o art. 48, LRF, bem como, os demonstrativos dos Anexos obrigatórios que integram a Lei não foram publicados e nem divulgados no Portal da Transparência. DB08.

Dispositivo Normativo:

Art. 37, CF e art. 48, LRF

1.1) A Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021 não foi disponibilizada no Portal Transparência da Prefeitura (ampla divulgação inclusive em meios eletrônicos – art. 48, LRF/00), bem como, os demonstrativos dos Anexos obrigatórios que integram LDO/2021 não foram publicados tampouco divulgados no Portal da Transparência. - DB08

Em Consulta ao Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso (AMM), constatou-se a publicação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício de 2021. No entanto, a Lei não foi disponibilizada no Portal da Transparência da Prefeitura. Os demonstrativos dos Anexos obrigatórios que integram a LDO não foram publicados na Imprensa Oficial tampouco divulgados no site da Prefeitura, em desconformidade com o art. 37 da CF/88 e art. 48 Lei Complementar nº 101/2000, conforme demonstrado no Anexo Apêndice A. Acesso em 23/08/2021.

Por oportuno, informa-se, que os Anexos obrigatórios poderão ser somente disponibilizados no portal transparência desde que na publicação da Lei (LDO) seja informado o endereço eletrônico onde serão disponibilizados para consulta da sociedade.

2.3. Anexo de Metas Fiscais

A política fiscal do município deve promover a gestão equilibrada dos recursos públicos de forma a assegurar o crescimento sustentado, a distribuição da renda, o fortalecimento dos programas sociais, o adequado acesso aos serviços públicos, o financiamento de investimentos em infraestrutura, sem perder de vista que uma



gestão fiscal responsável, que é condição necessária para a continuidade das políticas públicas e para tal deve-se garantir a sustentabilidade intertemporal da dívida pública.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000) faz a correlação entre gestão fiscal responsável e a definição de metas de receitas e despesas:

Art. 1º. [...]

§ 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

A definição de metas razoáveis, em sintonia com a política econômica nacional e a situação fiscal do município tende a promover a gestão equilibrada dos recursos públicos de forma a assegurar o crescimento sustentado, a distribuição da renda, o fortalecimento dos programas sociais, o adequado acesso aos serviços públicos, o financiamento de investimentos em infraestrutura, sem perder de vista a sustentabilidade intertemporal da dívida pública.

Para alcançar esses objetivos, a LRF impõe regras para na elaboração da LDO. De acordo com o §1º. do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), integrará o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias o Anexo de Metas Fiscais (AMF) em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultado nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes. Também comporá o Anexo de Metas Fiscais o Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior.

A elaboração desses demonstrativos deve seguir as regras estabelecidas pela STN em atenção ao artigo 50, § 2º da LRF. O Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), estabelece orientações emanadas a todos os entes federados, para, entre outros aspectos, padronizar os demonstrativos fiscais nos três níveis de governo.

De acordo com o MDF, o Anexo de Metas Fiscais deve ser composto pelos seguintes demonstrativos:

- Demonstrativo 1 – Metas Anuais;
- Demonstrativo 2 – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- Demonstrativo 3 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais nos três exercícios anteriores;
- Demonstrativo 4 – Evolução do Patrimônio Líquido;
- Demonstrativo 5 – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- Demonstrativo 6 – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS;
- Demonstrativo 7 – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- Demonstrativo 8 - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Nesta análise do Anexo de Metas Fiscais, será verificado se o Demonstrativo 1 – Metas Anuais foi elaborado seguindo as diretrizes do MDF válido para o exercício de 2021, se consta no anexo a memória e



metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos e evidenciam a consistência das metas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Os demais demonstrativos, bem como outras análises do Demonstrativo 1 – Metas Fiscais, referente ao exercício de 2021 não compõem esta análise.

2.3.1. Demonstrativo de metas anuais

Para o exercício de 2021, o referido anexo estabeleceu como meta de resultado primário -R\$ 535.700,00 em valores correntes e -R\$ 515.096,15 em valores constantes. Há previsão de aumento no resultado primário (valores constantes) para os exercícios de 2022 e 2023. As metas anuais de resultado primário em valores correntes para os exercícios de 2021, 2022 e 2023 foram mantidas.

ESPECIFICAÇÃO	VALORES CORRENTES (em Reais - R\$)		
	2021	2022	2023
Resultado Primário	-R\$ 535.700,00	-R\$ 535.700,00	-R\$ 535.700,00

APLIC - LDO

ESPECIFICAÇÃO	VALORES CONSTANTES (em Reais - R\$)		
	2021	2022	2023
Resultado Primário	-R\$ 515.096,15	-R\$ 495.284,76	-R\$ 476.220,11

APLIC - LDO

Para o resultado nominal não foi estipulado valor corrente e valor constante para os exercícios de 2021, 2022 e 2023.

ESPECIFICAÇÃO	VALORES CORRENTES (em Reais - R\$)		
	2021	2022	2023
Resultado Nominal	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC - LDO

ESPECIFICAÇÃO	VALORES CONSTANTES (em Reais - R\$)		
	2021	2022	2023
Resultado Nominal	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC - LDO

Conforme consta no MDF, o resultado nominal é obtido acrescentando-se ao resultado primário a variação dos juros (metodologia acima da linha). Considerando que a meta de resultado nominal para o exercício de 2021 não foi estabelecida no Anexo de Metas Fiscais constante na Lei de Diretrizes Orçamentárias (art. 4º, § 1º da



LRF/00) restou prejudicada essa análise.

1) As metas fiscais de resultado primário para os exercícios de 2021, 2022 e 2023 foram previstas na LDO. No entanto, as metas fiscais de resultado nominal não foram previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, exercício 2021, em desacordo com o art. 4º, §1º da LRF e art. 5º, II da Lei 10.028/2000. FB13.

Dispositivo Normativo:

Art. 4º, §1º da LRF, art. 5º, II da Lei 10.028/2000

1.1) As metas anuais de resultado nominal valores (correntes e constantes) não foram previstas na LDO, conforme determina o art. 4º, § 1º da LRF/00 e art. 5º, II da Lei 10.028/2000, prejudicando a utilização dos mecanismos de acompanhamento e controle da gestão fiscal instituídos na CRFB e LRF/2000. - FB13

Em consulta ao anexo de metas fiscais constante da Lei de Diretrizes Orçamentárias, exercício-2021, constatou-se a não definição de meta de resultado nominal, conforme determina o art. 4º, § 1º da LRF/00 e art. 5º, II da Lei 10.028/2000, prejudicando, dessa forma, a utilização dos mecanismos de acompanhamento e controle da gestão fiscal instituídos na CRFB e LRF/2000, conforme demonstrado no Anexo Apêndice C. Acesso em 03/12/2021.

2.4. Limitação de empenho

Constituem objeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias os critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada quando a evolução da receita não comportar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, conforme determinação expressa do art. 4º I, "b" c/c art. 9º da LRF.

A LDO analisada apresenta os seguintes critérios de limitação:

Art. 6º - Para o atendimento do equilíbrio entre a receita e a despesa do Poder Executivo, a cada bimestre, avaliará o comportamento da receita real arrecadada, para que em caso negativo, aplicar o limitador de empenho, previsto no artigo 9º da Lei Complementar 101/2.000, tomando-se por base o percentual não realizado em relação à receita realizada no mesmo período do ano anterior.

§ 1º - Excluem do caput deste artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 2º - No caso de limitação de empenho e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

I – com pessoal e encargos patronais;

II – com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no artigo 45 da Lei Complementar nº 101/2000;



III – com pagamento da dívida pública e encargos.

Art.21 – Se a arrecadação da receita estimada na Lei Orçamentária não observar em cada bimestre, o comportamento estabelecido na programação financeira, ambos os Poderes determinarão limitação de suas despesas mediante a aplicação de redutor equivalente ao percentual de queda da arrecadação em face do valor programado considerado a receita acumulada do exercício, sobre o total dos créditos aprovados de cada Poder, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações: (Art. 9º da LRF)

I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III – Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV – Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

§ 1º - O Poder Executivo encaminhará ao Legislativo, no prazo estabelecido no caput do art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101/2000, as novas estimativas de receitas e despesas, demonstrando a necessidade da limitação de empenho e movimentação financeira nos percentuais e montantes estabelecidos;

§ 2º - O valor obtido será reduzido nas dotações escolhidas no âmbito de cada Poder, observado o disposto nesta Lei e na Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 3º - Quando a queda na arrecadação se der dentre as receitas oriundas do FUNDEB ou de transferências dos Fundos Federal e Estadual de Saúde, a redução será procedida pelo Executivo, no âmbito exclusivo de seus créditos orçamentários.

§ 4º - Nenhum dos Poderes poderá limitar despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do Município, inclusive as destinadas ao pagamento do serviço da dívida.

§ 5º - No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às relações efetivadas, por ato de cada Poder.

Art. 22 – Se a dívida consolidada do Município ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subseqüentes, na forma do artigo 31 da Lei Complementar nº 101/2000, cabendo a ambos os Poderes limitarem o empenhamento nas respectivas dotações, de maneira proporcional à participação no total orçamentário.



1) A LDO estabelece as providências que devem ser adotadas caso a realização das receitas apuradas bimestralmente não comporte o cumprimento das metas de resultado primário e nominal (art. 4º, I, b e art. 9º da LRF).

2.5. Anexo de Riscos Fiscais

Em atendimento ao artigo 4º, § 3º da LRF a LDO deve conter o Anexo de Riscos Fiscais com a avaliação dos passivos contingentes e outros riscos que possam afetar as contas públicas.

A LDO analisada apresenta os seguintes riscos no Anexo mencionado:

1. Demais Riscos Fiscais Passivos no valor de R\$ 500.000,00:

- Frustração de Arrecadação.

O anexo de riscos fiscais informa que serão tomadas as seguintes providências, caso se concretizem os riscos fiscais no valor de R\$ 500.000,00:

-Delimitação Despesas e Melhoria da Arrecadação Própria.

2.6. Reserva de Contingência (art. 5º, III, LRF/00)

A LDO prevê, em seu artigo 48, que a Reserva de Contingência a constar na Lei Orçamentária Anual será equivalente a no máximo, 6% (seis por cento) da receita corrente líquida, visando o atendimento de riscos fiscais e passivos contingentes. Quanto a forma de utilização da Reserva de Contingência a LDO prevê que será utilizada como:

Art. 48 - A Lei Orçamentária conterá dotação para Reserva de Contingência no valor de até 6% (seis por cento) da receita corrente líquida para o exercício de 2021, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, além de fonte de recursos destinada a abertura de Créditos Adicionais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais anexo a esta lei e legislações posteriores.

1) Consta na LDO o Anexo de Riscos Fiscais com a avaliação dos passivos contingentes e outros Riscos, conforme estabelece o artigo 4º, §3º da LRF.

2) A LDO/2021 estabeleceu o percentual para a Reserva de Contingência.



3. CONCLUSÃO

A análise verificou a inconformidade da Lei Nº 810, de 26 de junho de 2020 – Lei de Diretrizes Orçamentárias com o que determina a Constituição Federal, Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei nº 4320 de 17 de março de 1964 e Lei 10.028/2000.

Não foram observados os preceitos legais de elaboração quanto a:

o Comprovação de realização de audiências públicas no processo de discussão e elaboração da LDO/2021;

o Divulgação da Lei de Diretrizes Orçamentárias no Portal da Transparência e dos anexos obrigatórios que a integram;

o Proposição de metas fiscais de resultado nominal (valores correntes e constantes) para os exercícios de 2021, 2022 e 2023.

IVANILDO VILELA DA SILVA - ORDENADOR DE DESPESAS / Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

1) DB08 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA_GRAVE_08. Ausência de transparência nas contas públicas, inclusive quanto à realização das audiências públicas (arts. 1º, § 1º, 9º, § 4º, 48, 48-A e 49 da Lei Complementar 101/2000).

1.1) *Não houve comprovação da realização de audiência pública durante o processo de elaboração e de discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO/2021, em desconformidade com o art. 48, § 1º, inc. I da LRF/00. - Tópico - 2.1. Audiências Públicas (Art. 48, § 1º, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal)*

1.2) *A Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021 não foi disponibilizada no Portal Transparência da Prefeitura (ampla divulgação inclusive em meios eletrônicos – art. 48, LRF/00), bem como, os demonstrativos dos Anexos obrigatórios que integram LDO/2021 não foram publicados tampouco divulgados no Portal da Transparência. - Tópico - 2.2. Publicação e Ampla Divulgação (art. 37, Constituição Federal, art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal)*

2) FB13 PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO_GRAVE_13. Peças de Planejamento (PPA, LDO, LOA) elaboradas em desacordo com os preceitos constitucionais e legais (arts. 165 a 167 da Constituição Federal).

2.1) *As metas anuais de resultado nominal valores (correntes e constantes) não foram previstas na LDO, conforme determina o art. 4º, § 1º da LRF/00 e art. 5º, II da Lei 10.028/2000, prejudicando a utilização dos mecanismos de acompanhamento e controle da gestão fiscal instituídos na CRFB e LRF/2000. - Tópico - 2.3.1. Demonstrativo de metas anuais*

3.1. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO



Considerando que a LDO/2021 (Lei nº 810/2020) foi aprovada no exercício de 2020;

Considerando que houve troca de gestor em virtude da realização das Eleições Municipais 2020;

Informa-se que as irregularidades apontadas neste Relatório Técnico de Acompanhamento serão convertidas em recomendações, uma vez que não há como atribuir responsabilização ao atual prefeito do Município de SÃO JOSÉ DO POVO, Sr. IVANILDO VILELA DA SILVA:

Assim, com base no que dispõe o art. 137-A do Regimento Interno deste Tribunal, submetem-se os autos à consideração superior, propondo as seguintes medidas preliminares:

a) Juntar este relatório de acompanhamento ao Processo de Contas Anuais de Governo do Município de SÃO JOSÉ DO POVO – exercício de 2021 para subsidiar a análise referente aos atos de Governo do exercício mencionado;

b) Propor a equipe que elaborará o Relatório de Contas de Governo do Município de SÃO JOSÉ DO POVO – exercício de 2021 a inclusão das seguintes recomendações ao atual Chefe do Poder Executivo Municipal:

b.1) Que no processo de discussão da proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) sejam realizadas audiências públicas a fim de propiciar a participação e a interação popular em cumprimento às regras estabelecidas no art. 48, § 1º, inciso I, da LRF.

b.2) Que os Anexos Obrigatórios da LDO devem ser disponibilizados no site da Prefeitura/Portal Transparência desde que seja informado na publicação da LEI o endereço eletrônico onde poderão ser acessados.

b.3) Que as metas de Resultado Nominal (valores correntes e constantes) sejam previstas na LDO (Anexo de Metas Fiscais) conforme determina o art. 4º, § 1º da LRF e art. 5º, inciso II, da Lei 10.028/2000.

Em Cuiabá-MT, 3 de Dezembro de 2021.

DINAMAR PIRES DE MIRANDA SILVA
TECNICO DE CONTROLE PÚBLICO EXTERNO
COORDENADORA DA EQUIPE TÉCNICA



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE GOVERNO

Telefone(s): (65) 3613-7593 / 7692 / 7186

e-mail: secex-governo@tce.mt.gov.br

APÊNDICE - A - Não divulgação da Lei e Anexos no Portal Transparência

APÊNDICE - A

Não divulgação da Lei e Anexos no Portal Transparência

[Localizar](#)**1** Escolha o Assunto**2** Escolha o item**3** Baixe ou visualize documento

Planejamento > > LDO

Ano de Exercício

2021

Ano

2020

Mês

Escolha o Mês

Categoria

Escolha o Categoria

Subcategoria

Escolha o Categoria

Numero do documentos

Numero do Documento

Título do documento

Título do Documento

[Pesquisar](#)[Exportar CSV](#)[Imprimir](#)

Nenhum resultado encontrado!

Não encontrou a informação que procura? Faça sua solicitação ao SIC.[Exportar CSV](#)[Imprimir](#)

Informações	Documento	Baixar Visualizar
Ano Exercício: 2021 Nº: II Data: 30/06/2021 Categoria: Memória Cálculo Subcategoria: Geral	LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS II - DESPESAS - Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF Descrição LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS II - DESPESAS - Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF	Visualizar Baixar Baixado: 1 vez
Ano Exercício: 2021 Nº: 2022 Data: 30/06/2021 Categoria: Anexo Subcategoria: Geral	LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE DE RISCOS FISCAIS - DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS 2022 Descrição LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE DE RISCOS FISCAIS - DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS 2022	Visualizar Baixar Baixado: 1 vez
Ano Exercício: 2021 Nº: I Data: 30/06/2021 Categoria: Anexo Subcategoria: Geral	LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS - DEMONSTRATIVO I - METAS ANUAIS 2022 Descrição LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS - DEMONSTRATIVO I - METAS ANUAIS 2022	Visualizar Baixar Baixado: Nenhuma vez
Ano Exercício: 2021 Nº: 01a Data: 30/06/2021 Categoria: Anexo Subcategoria: Geral	ANEXO 01a - METAS FÍSICAS - LDO - 2022 Descrição ANEXO 01a - METAS FÍSICAS - LDO - 2022	Visualizar Baixar Baixado: 1 vez
Ano Exercício: 2021 Nº: 842/2021 Data: 30/06/2021 Categoria: Geral Subcategoria: Geral	LEI Nº 842/2021 - DE 29 DE JUNHO DE 2021. Descrição Dispõe sobre as DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS para elaboração da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2.022 e dá outras providências.	Visualizar Baixar Baixado: Nenhuma vez

Data: 30/06/2021

Categoria: Anexo

Subcategoria: Geral

Ano Exercício: 2021

Nº: 842/2021

Data: 30/06/2021

Categoria: Geral

Subcategoria: Geral

LEI Nº 842/2021 - DE 29 DE JUNHO DE 2021.

Descrição Dispõe sobre as DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS para elaboração da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2.022 e dá outras providências.

 Visualizar | Baixar

Baixado: Nenhuma vez

Ano Exercício: 2021

Nº: 01

Data: 29/04/2021

Categoria: AUDIÊNCIA PÚBLICA

Subcategoria: Geral

COMUNICADO DE CANCELAMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Descrição COMUNICADO DE CANCELAMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

 Visualizar | Baixar

Baixado: 1 vez

Ano Exercício: 2021

Nº: 003

Data: 26/04/2021

Categoria: AUDIÊNCIA PÚBLICA

Subcategoria: Geral

CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA - LDO 2022

Descrição CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA - LDO 2022

 Visualizar | Baixar

Baixado: 3 vezes

Ano Exercício: 2019

Nº: 2019

Data: 14/09/2020

Categoria: Geral

Subcategoria: Geral

LDO 2019

Descrição LDO 2019

 Visualizar | Baixar

Baixado: 6 vezes

Ano Exercício: 2018

Nº: 2018


Data: 14/09/2020

Categoria: Geral

Subcategoria: Geral

LDO 2018

Descrição LDO 2018

 Visualizar | Baixar

Baixado: 3 vezes

Ano Exercício: 2017

Nº: 2017

Data: 17/04/2017

Categoria: Memória Cálculo

Subcategoria: Geral

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS III - RESULTADO PRIMÁRIO

 Visualizar | Baixar

Baixado: 2 vezes

Ano Exercício: 2018

Nº: 2018

Data: 17/04/2017

Categoria: Resultado

Subcategoria: Geral

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS IV - RESULTADO NOMINAL

 Visualizar | Baixar

Baixado: Nenhuma vez

Ano Exercício: 2017

Nº: 2017

Data: 17/04/2017

Categoria: Memória Cálculo

Subcategoria: Geral

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS IV - RESULTADO NOMINA

 Visualizar | Baixar

Baixado: Nenhuma vez

Ano Exercício: 2018

Nº: 2018

Data: 17/04/2017

Categoria: Anexo

ANEXO DE METAS FISCAIS - DEMONSTRATIVO I - METAS ANUAIS

 Visualizar | Baixar

Baixado: 1 vez



PORTAL TRANSPARÊNCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

Localizar

1

Escolha o Assunto



2

Escolha o item



3

Baixe ou visualize documento

Assuntos

CONTABILIDADE

CONCURSOS

FOLHA DE PAGAMENTO

LICITAÇÕES E CONTRATOS

LEGISLAÇÃO

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

PLANEJAMENTO

GESTÃO DE PESSOAS

OUTROS SERVIÇOS

FALE CONOSCO

TELEFONES/ENDEREÇOS/HORÁRIO

FAQ - PERGUNTAS FREQUENTES

LINKS ÚTEIS



PORTAL TRANSPARÊNCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

Localizar

1

Escolha o Assunto



2

Escolha o item



3

Baixe ou visualize documento

Legislação > > Leis

Ano de Exercício

2021

Ano

2020

Mês

Escolha o Mês

Categoria

Escolha o Categoria

Subcategoria

Escolha o Categoria

Numero do documentos

Numero do Documento

Título do documento







Título do Documento

Pesquisar

Exportar CSV

Imprimir

Nenhum resultado encontrado!

Ano Exercício: 2021 Nº: 842/2021 Data: 30/06/2021 Categoria: Geral Subcategoria: Geral	LEI Nº 842/2021 - DE 29 DE JUNHO DE 2021. Descrição Dispõe sobre as DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS para elaboração da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2.022 e dá outras providências.	 Visualizar Baixar Baixado: Nenhuma vez
Ano Exercício: 2021 Nº: 832/2021 Data: 31/05/2021 Categoria: Geral Subcategoria: Geral	LEI DE 832/2021- DE 27 DE ABRIL DE 2021 Descrição "Autoriza o Poder Executivo Municipal, abertura de CREDITO ADICIONAL ESPECIAL e dá outras providências".	 Visualizar Baixar Baixado: 3 vezes
Ano Exercício: 2021 Nº: 831/2021 Data: 31/05/2021 Categoria: Geral Subcategoria: Geral	LEI N.º 831/2021 - DE 27 DE ABRIL DE 2021. Descrição "Autoriza o Poder Executivo Municipal, abertura de CREDITO ADICIONAL ESPECIAL e dá outras providências".	 Visualizar Baixar Baixado: 3 vezes
Ano Exercício: 2021 Nº: 830/2021 Data: 31/05/2021 Categoria: Geral Subcategoria: Geral	LEI N.º 830/2021 - DE 27 DE ABRIL DE 2021 Descrição "Autoriza o Poder Executivo Municipal, abertura de CREDITO ADICIONAL ESPECIAL e dá outras providências".	 Visualizar Baixar Baixado: 3 vezes
Ano Exercício: 2021 Nº: 829/2021 Data: 31/05/2021 Categoria: Geral Subcategoria: Geral	LEI N.º 829/2021 - DE 27 DE ABRIL DE 2021. Descrição "Institui o novo Conselho Municipal de Acompanhamento e Con-trole Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Edu-cação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS/ FUNDEB, e dá outras provid&ec...	 Visualizar Baixar Baixado: 2 vezes
Ano Exercício: 2021 Nº: 826/2021 Data: 31/05/2021	LEI N.º 826/2021 - DE 29 DE MARÇO DE 2021. Descrição "Dispõe sobre a autorização legislativa para renovar Convênio com a Empresa Mato-Grossense de Pesqui-sa, Assistência e Extensão Rural S/A – EMPAER, e dá outras providências"	 Visualizar Baixar Baixado: 2 vezes

Subcategoria: Geral

Ano Exercício: 2021

Nº: 826/2021

Data: 31/05/2021

Categoria: Geral

Subcategoria: Geral

LEI N.º 826/2021 - DE 29 DE MARÇO DE 2021.

Descrição "Dispõe sobre a autorização legislativa para renovar Convênio com a Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural S/A – EMPAER, e dá outras providências"

 Visualizar | Baixar

Baixado: 2 vezes

Ano Exercício: 2021

Nº: 836


Data: 31/05/2021

Categoria: Geral

Subcategoria: Geral

LEI Nº836/2021- DE 14 DE MAIO DE 2021

Descrição "Dispõe sobre denominação a Quadra de Esportes AFONSO CAMILO localizada no Distrito de Nova Catanduva Município de São José do Povo.

 Visualizar | Baixar

Baixado: 3 vezes

Ano Exercício: 2021

Nº: 835/2021


Data: 31/05/2021

Categoria: Geral

Subcategoria: Geral

LEI Nº835/2021- DE 14 DE MAIO DE 2021

Descrição "Dispõe sobre denominação a Praça Central ZILDA IG-NÁCIO GARCIA localizada no Distrito de Nova Catanduva Município de São José do Povo.

 Visualizar | Baixar

Baixado: Nenhuma vez

Ano Exercício: 2021

Nº: 834/2021

Data: 31/05/2021

Categoria: Geral

Subcategoria: Geral

LEI 834/2021- DE 14 DE MAIO DE 2021

Descrição "Dispõe sobre denominação ao Campo de Futebol JO-SÉ DA SILVA CORDEIRO (SEU TUNDÁ) localizada no Distrito de Nova Catanduva Município de São José do Povo.

 Visualizar | Baixar

Baixado: Nenhuma vez

Ano Exercício: 2021

Nº: 833/2021

Data: 31/05/2021

Categoria: Geral

Subcategoria: Geral

LEI N.º 833/2021 - DE 27 DE ABRIL DE 2021.

Descrição "Dispõe sobre a autorização legislativa para o pagamento de horas aulas excedentes lecionadas por pro-fessores no ano de 2020."

 Visualizar | Baixar

Baixado: 2 vezes

Ano Exercício: 2021







Nº: 828/2021

LEI N.º 828/2021 - DE 27 DE ABRIL DE 2021.

Descrição "Dispõe sobre a implantação de programa de subsídio de horas máquinas para instrutores filiação de alunos aos cursos de formação profissional e cursos de formação de professores."

 Visualizar | Baixar

Baixado: 3 vezes

Ano Exercício: 2021 Nº: 828/2021 Data: 31/05/2021 Categoria: Geral Subcategoria: Geral	LEI N.º 828/2021 - DE 27 DE ABRIL DE 2021. Descrição "Dispõe sobre à implantação de programa de subsídio de horas máquinas para instituições filantrópicas, sem fins lu-crativos e organizações religiosas	 Visualizar Baixar Baixado: 3 vezes
Ano Exercício: 2021 Nº: 827/2021 Data: 31/05/2021 Categoria: Geral Subcategoria: Geral	LEI N.º 827/2021 - DE 27 DE ABRIL DE 2021 Descrição "Autoriza o Poder Executivo Municipal, abertura de CREDITO ADICIONAL ESPECIAL e dá outras providências".	 Visualizar Baixar Baixado: 1 vez
Ano Exercício: 2015 Nº: 608/2015 Data: 04/03/2021 Categoria: Geral Subcategoria: Geral	LEI N.º 608/2015 - DE 29 DE ABRIL DE 2015 Descrição LEI N.º 608/2015 - DE 29 DE ABRIL DE 2015 Dispõe sobre alterar o artigo 2º, incisos I e II da Lei n.º 590/2014, e dá outras providências	 Visualizar Baixar Baixado: 5 vezes
Ano Exercício: 2020 Nº: 820/2020 Data: 16/10/2020 Categoria: Geral Subcategoria: Geral	LEI N.º 820/2020 - DE 16 DE OUTUBRO DE 2020 Descrição DISPÕE SOBRE FIXAR O SUBSÍDIO DO PREFEITO, VICEPREFEITO E SECRETÁRIOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO POVO/MT, PARA O QUADRIÊNIO 2021/2.024, A QUE SE REFERE O ARTIGO 29, INC. V, DA C.F. E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.	 Visualizar Baixar Baixado: 13 vezes
Ano Exercício: 2020 Nº: 813 Data: 05/10/2020 Categoria: Geral Subcategoria: Geral	LEI DE Nº 813 CRÉDITO ADIC.ESPECIAL PROMOÇÃO SOCIAL COVID 19 Descrição LEI DE Nº 813 CRÉDITO ADIC.ESPECIAL PROMOÇÃO SOCIAL COVID 19 "Autoriza o Poder Executivo Municipal, abertura de CREDITO ADICIONAL ESPECIAL e dá outras providências".	 Visualizar Baixar Baixado: 10 vezes
Ano Exercício: 2020 Nº: 812 Data: 05/10/2020 Categoria: Geral	LEI DE Nº 812 CRÉDITO ADIC.ESPECIAL SECR.DE SAUDE. Descrição LEI DE Nº 812 CRÉDITO ADIC.ESPECIAL SECR.DE SAUDE. "Autoriza o Poder Executivo Municipal, abertura de CREDITO ADICIONAL ESPECIAL e dá outras providências".	 Visualizar Baixar Baixado: 4 vezes



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE GOVERNO

Telefone(s): (65) 3613-7593 / 7692 / 7186

e-mail: secex-governo@tce.mt.gov.br

APÊNDICE - B - Não comprovação de Audiência Pública

APÊNDICE - B

Não comprovação de Audiência Pública



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

COMUNICADO

AUDIENCIA PUBLICA ELABORAÇÃO LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA

CONSIDERANDO a existência de pandemia do coronavírus (COVID-19), nos termos declarados pela Organização Mundial da Saúde - OMS;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID -19), com as alterações promovidas pela Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020, regulamentada pelo Decreto Federal nº 10.282, de 20 de março de 2020;

CONSIDERANDO a Portaria Ministério da Saúde nº 356, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO a Portaria Ministério da Saúde nº 454, de 20 de março de 2020, que declara, em todo território nacional, o estado de transmissão comunitária do coronavírus (COVID -19);

CONSIDERANDO que a Câmara dos Deputados, em 18 de março de 2020, e o Senado Federal, em 20 de março de 2020, reconheceram a existência de calamidade pública para os fins do artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2020, nos termos do Decreto Legislativo do Congresso Nacional nº 06, de 20 de março de 2020;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 196 da Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO que o Governador do Estado de Mato Grosso através do disposto no Decreto nº 424, de 25 de março de 2020, que declara estado de calamidade pública no âmbito da Administração Estadual, em razão dos impactos sócio-econômicos e financeiros decorrentes da

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Estadual nº 420, de 23 de março de 2020, que declara situação de emergência no Estado de Mato Grosso, decorrente de desastre natural classificado como grupo biológico/epidemias e tipo doenças infecciosas virais (COBRADE 1.5.1.1.0);

CONSIDERANDO, por fim, as medidas de restrição social e econômica adotadas por meio dos Decretos Estaduais nº 407/2020, 413/2020, 417/2020, 419/2020 e 421/2020;

CONSIDERANDO a alta escalabilidade viral do coronavírus (COVID -19);

CONSIDERANDO que ao Município cabe a adoção de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos à saúde pública, buscando evitar a disseminação da doença em seu território;

COMUNICAMOS que excepcionalmente e pelos motivos acima, não será realizada audiência pública na fase de elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do exercício de 2021.

A LDO fixa as metas e prioridades da Administração Pública para o próximo exercício financeiro, norteia a elaboração do orçamento anual entre outros assuntos.

Essa Lei também possibilita a conexão entre o planejamento de curto prazo que é a LOA (Lei Orçamentária Anual) e o planejamento de médio prazo contido no PPA (Plano Plurianual).

Assim, as audiências públicas que antes eram realizadas presencialmente, reuniam servidores públicos e eram abertas à participação da população, serão substituídas pelo envio das sugestões ou pela solicitação de informações através do e-mail: gabinete.sjpovo@outlook.com

Qualquer pessoa pode enviar as sugestões ou solicitar informações por aquele canal até o 13/04/2020. A participação da população vai auxiliar a Prefeitura a identificar quais as áreas

Rua José Salmem Hanze nº 924 – São José do Povo – MT – Centro – CEP:78773-000
Tel: (66) 3494-1113 ou (66) 3494-1137 - pref_sjpovo@hotmail.com



ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO



prioritárias e possibilitar a melhoria constante dos investimentos, proporcionando maior efetividade à gestão pública.



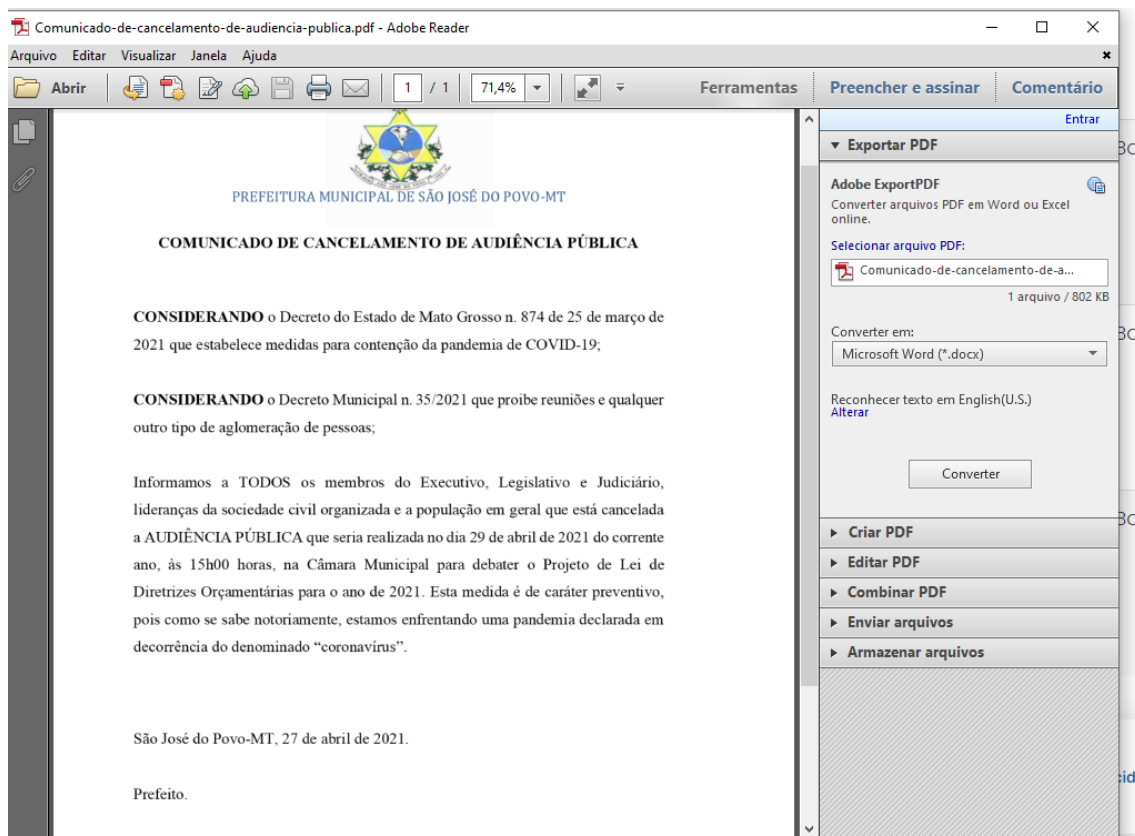
ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

prioritárias e possibilitar a melhoria constante dos investimentos, proporcionando maior efetividade à gestão pública.

As audiências públicas presenciais, neste momento substituídas pelo meio de comunicação eletrônico, funcionam como instrumentos de consulta e participação popular, sem caráter deliberativo, previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei de Transparência.

São José do Povo – MT, 07 de abril de 2020.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA
Prefeito Municipal.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

EDITAL Nº. 003/2021

CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO-MT**, juntamente com a **CÂMARA MUNICIPAL**, atendendo ao disposto na Constituição Federal, na Lei Complementar nº. 101 de 04 de maio de 2000; torna público que realizará **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, com o objetivo de discutir com a comunidade o **PROJETO DE LEI** sobre a **LDO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA PARA 2022** no dia **29 de Abril de 2021**, com início às **15h00min**, no Plenário “**Antônio Ângelo Medeiros**” na Câmara Municipal; sito á Rua Governador Castelo Branco - 715 – Centro – São José do Povo-MT; **para discussão da**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO-MT, juntamente com a CÂMARA MUNICIPAL, atendendo ao disposto na Constituição Federal, na Lei Complementar nº. 101 de 04 de maio de 2000; torna público que realizará **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, com o objetivo de discutir com a comunidade o **PROJETO DE LEI** sobre a **LDO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA PARA 2022** no dia **29 de Abril de 2021**, com início às **15h00min**, no Plenário “Antônio Ângelo Medeiros” na Câmara Municipal; sito á Rua Governador Castelo Branco - 715 – Centro – São José do Povo-MT; **para discussão da proposta da LDO, bem como proporcionar aos cidadãos a oportunidade de encaminhar seus pleitos, sugestões e opiniões acerca do assunto em pauta.**

O presente edital será disponibilizado no site desta Prefeitura Municipal www.saojosedopovo.mt.gov.br

São José do Povo-MT, 22 de Abril de 2021.

Outros Serviços > > Publicações Diversas

Ano de Exercício	Ano	Mês
2018	Selecione o Ano	Escolha o Mês
Categoria	Subcategoria	Numero do documentos
Escolha o Categoria	Escolha o Categoria	Numero do Documento
Título do documento		
Título do Documento		

Pesquisar

Exportar CSV

Imprimir

Informações	Documento	Baixar Visualizar
Ano Exercício: 0	Formulário de Declaração de Conteúdo	Visualizar Baixar
Nº:		Baixado: 1 vez
Data: 01/02/2019		



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE GOVERNO

Telefone(s): (65) 3613-7593 / 7692 / 7186

e-mail: secex-governo@tce.mt.gov.br

APÊNDICE - C - Não definição de Meta de Resultado Nominal

APÊNDICE - C

Não definição de Meta de Resultado Nominal



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS - DEMONSTRATIVO I - METAS ANUAIS
2021

AMF - Tabela 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	2021			2022			2023		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100
RECEITA TOTAL	18.029.756,56	17.336.304,38	768.761,481	18.541.410,63	17.142.576,40	193.236,786	19.033.419,10	16.920.098,76	324.796,552
RECEITA PRIMÁRIAS (I)	17.042.656,56	16.387.169,77	729.502,222	17.554.310,63	16.229.946,96	938.665,357	18.046.319,10	16.042.598,54	286.865,517
DESPESA TOTAL	18.029.756,56	17.336.304,38	768.761,481	18.541.410,63	17.142.576,40	193.236,786	19.033.419,10	16.920.098,76	324.796,552
DESPESA PRIMÁRIAS (II)	17.578.356,56	16.902.265,92	850.242,963	18.090.010,63	16.725.231,72	871.808,214	18.582.019,10	16.518.818,65	759.279,310
RESULTADO PRIMÁRIO (III) = (I - II)	-535.700,00	-515.096,15	840.740,741	-535.700,00	-495.284,76	132.142,857	-535.700,00	-476.220,11	472.413,793
RESULTADO NOMINAL	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA									

Nota:

- O Cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2021	2022	2023
PIB real (crescimento % anual)	4,00	4,00	4,00
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	8,00	8,00	8,00
Câmbio (R\$/US\$ - Fim do Ano)	3,45	3,45	3,45
Inflação média (% anual) projetada com base em índices oficiais de inflação	4,00	4,00	4,00
Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares	2,70	2,80	2,90

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

2021	2022	2023
Valor Corrente / 1,0400	Valor Corrente / 1,0816	Valor Corrente / 1,1249





Tribunal de Contas
Mato Grosso

4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7668 / 7653 / 7667

E-mail: quartasecex@tce.mt.gov.br

APÊNDICE - B - Relatório de Acompanhamento LOA/2021

APÊNDICE - B

Relatório de Acompanhamento LOA/2021



RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO SIMULTÂNEO - LOA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO POVO

PROCESSO N.º:	4006/2021
PRINCIPAL:	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO POVO
CNPJ:	32.972.424/0001-04
ASSUNTO:	LEI ORCAMENTARIA ANUAL
OBJETO:	Lei Municipal Nº 821 de 11 de novembro de 2020 - Lei Orçamentária Anual/2021
ORDENADOR DE DESPESAS	IVANILDO VILELA DA SILVA
RELATOR:	JOSÉ CARLOS NOVELLI
MUNICÍPIO DO FISCALIZADO:	SAO JOSE DO POVO
NÚMERO OS:	9749/2021
EQUIPE TÉCNICA:	DINAMAR PIRES DE MIRANDA SILVA



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. DA ANÁLISE	1
2.1. Audiências Públicas (Art. 48, § 1º, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal)	2
2.2. Publicação e Ampla Divulgação (art. 37, Constituição Federal, art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal)	2
2.3. Destaque dos recursos do orçamento (art.165, §5º da CF)	4
2.4. Alterações Orçamentárias	4
3. CONCLUSÃO	5
3.1. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO	6
APÊNDICE - A - Não divulgação da Lei e Anexos no Portal Transparência	7
APÊNDICE - B - Não comprovação de Audiência Pública	11



1. INTRODUÇÃO

O orçamento público é uma lei na qual devem estar presentes as prioridades do governo em consonância com as necessidades da sociedade. Para que a elaboração da peça orçamentária contemple as necessidades da sociedade, é muito importante a consolidação sistemática de ações participativas no processo orçamentário e nas definições das prioridades das políticas de governo.

A elaboração da Lei Orçamentária Anual -LOA deve manter consonância com a Constituição Federal/88, a Lei Federal 4.320/4964 e a Lei Complementar 101/2000, ser orientada pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e compatibilizada com o Plano Plurianual (PPA).

Diante disso, trata-se o processo de acompanhamento simultâneo relativo a Lei Municipal Nº 821, de 11 de novembro de 2020, que estima a receita e fixa a despesa do Município de SAO JOSE DO POVO, para o exercício financeiro de 2021, quanto aos aspectos de elaboração em consonância com o art. 165 da Constituição Federal, Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64 e Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) no tocante a realização de audiência pública na elaboração e discussão; publicação e ampla divulgação da lei; destaque dos recursos do orçamentos e critérios para as alterações orçamentárias.

Os documentos que subsidiaram a análise contemplam:

- Edital nº 003, de 18 de setembro de 2020, de divulgação da audiência pública;
- Lei Municipal Nº 821, de 11 de novembro de 2020 – LOA/2021;
- Comprovação de publicação da LOA na imprensa oficial (AMM).

2. DA ANÁLISE

A Lei Municipal 821/2020 que dispõe sobre o orçamento do município de SAO JOSE DO POVO estima a receita e fixa a despesa em R\$ 18.029.756,56 (dezoito milhões, vinte e nove mil, setecentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e seis centavos), para o exercício de 2021, assim distribuídos:

Quadro 1 - Distribuição da LOA/2020	
Órgão	Valor R\$
PODER LEGISLATIVO	R\$ 824.178,00
Câmara Municipal	R\$ 824.178,00
ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO	R\$ 14.805.578,56
Prefeitura Municipal	R\$ 14.805.578,56
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA DO PODER EXECUTIVO	R\$ 2.400.000,00
Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos	R\$ 2.400.000,00



Quadro 1 - Distribuição da LOA/2020

Órgão	Valor R\$
OUTROS	R\$ 0,00

LOA/2020

2.1. Audiências Públicas (Art. 48, § 1º, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal)

A audiência pública é uma das formas de participação e de controle popular da Administração Pública no Estado Social e Democrático de Direito. Ela propicia à sociedade a troca de informações com o administrador público, bem como o exercício da cidadania e o respeito ao princípio da transparência na gestão da coisa pública e sua previsão consta no art. 48, § 1º, I, da LRF.

1) Não foram realizadas audiências públicas durante os processos de elaboração e de discussão da LOA, em desacordo com o art. 48, § 1º, inc. I da LRF. DB08.

Dispositivo Normativo:

Art. 48, 1º, inc. I da LRF

1.1) *Não houve comprovação da realização de audiência pública durante o processo de elaboração e de discussão da LOA-2021, em desconformidade com o art. 48, § 1º, inc. I da LRF/00. - DB08*

O Edital de Convocação nº 003, de 18 de setembro de 2020 de audiência pública, foi divulgado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso (AMM), em 21 de setembro de 2020 - Ed. nº 3.568, convocando à comunidade para discutir o Projeto de Lei sobre a LOA, no dia 29 de setembro de 2020, no Plenário da Câmara Municipal.

No entanto, o jurisdicionado não encaminhou a Ata da audiência pública da Lei Orçamentária Anual, bem como não disponibilizou no site da Prefeitura ou comprovante da realização da audiência, documento que comprova a realização do evento. Dessa forma, considera-se não realizada a audiência pública, em desacordo com o artigo 48, § 1º, inciso I da LRF/00, conforme demonstrado no Anexo Apêndice B. Acesso em 14/12/2021.

2.2. Publicação e Ampla Divulgação (art. 37, Constituição Federal, art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal)

O artigo 37 da Constituição Federal elenca o princípio da publicidade como um dos princípios a serem observados pela Administração Pública. Consiste na obrigação de divulgação dos atos oficiais, documentos ou informações em meio oficial, podendo ser o Diário Oficial do Ente ou outro que o Chefe do Poder Executivo decreta como oficial (Diário Oficial do Estado, Diário Oficial de Contas ou Jornal Oficial da AMM).

No caso de leis orçamentárias, além da publicidade é exigida a ampla divulgação inclusive em meios eletrônicos, como instrumento de transparência da gestão fiscal nos termos do artigo 48 da Lei de Responsabilidade



Fiscal:

Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, **aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos** de acesso público: os planos, **orçamentos** e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

Apresenta-se a seguir informações quanto a publicação e a ampla divulgação da Lei Orçamentária Anual:

Quadro 2 – Publicação e divulgação da Lei Orçamentária Anual

Meio de Divulgação	Local	Data
Imprensa Oficial	Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso (AMM) - Ed. nº 3.605	13/11/2020

APLIC, Diários Oficiais e Portal Transparência

A Lei Orçamentária Anual foi publicada em meio oficial (Jornal da AMM, art. 37, CF). No entanto, não foi disponibilizada no Portal Transparência da prefeitura (ampla divulgação inclusive em meios eletrônicos – art. 48, LRF). Os demonstrativos dos anexos obrigatórios que integram a Lei também não foram disponibilizados no Portal da Transparência do município.

Destaca-se que a LOA, exercício 2021, foi protocolada neste Tribunal de Contas sob o nº 4006 em 19 de janeiro de 2021, portanto, fora do prazo estabelecido no art. 166, II, da Resolução Normativa TCE 14/2007 (Regimento Interno), que determina o prazo final de envio dessa peça de planejamento até o dia 15 de janeiro de cada ano.

1) Não houve divulgação da LOA no Portal Transparência do Município, conforme estabelece o art. 48, LRF, bem como, os demonstrativos dos Anexos obrigatórios que integram a Lei não foram divulgados no Portal da Transparência. DB08.

Dispositivo Normativo:

Art. 37, CF e art. 48, LRF

1.1) *A Lei Orçamentária Anual, para o exercício de 2021, não foi disponibilizada no Portal Transparência da prefeitura (ampla divulgação inclusive em meios eletrônicos – art. 48, LRF/00), bem como, os demonstrativos dos Anexos obrigatórios que integram LOA/2021 não foram divulgados no Portal da Transparência. - DB08*

Consta dos documentos enviados via sistema Aplic, que a Lei Orçamentária Anual, exercício 2021, foi publicada em meio oficial, Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso. No entanto, a Lei não foi disponibilizada no Portal da Transparência da prefeitura. Os demonstrativos dos Anexos obrigatórios que



integram a LOA não foram publicados na imprensa oficial tampouco divulgados no site da Prefeitura, em desconformidade com o art. 37 da CF/88 e art. 48 Lei Complementar nº 101/2000, conforme demonstrado no Anexo Apêndice A. Acesso em 27/10/2021.

Por oportuno, informa-se, que os Anexos obrigatórios poderão ser somente disponibilizados no portal transparência desde que na publicação da Lei (LOA) seja informado o endereço eletrônico onde serão disponibilizados para consulta da sociedade.

2.3. Destaque dos recursos do orçamento (art.165, §5º da CF)

A Constituição Federal, no art. 165, inciso III e § 5º, determina que lei de iniciativa do Poder Executivo estabeleça o orçamento anual, o qual compreenderá o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes dos Entes Federativos, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público; o Orçamento de Investimento das empresas em que os Entes, direta ou indiretamente, detenham a maioria do capital social com direito a voto; e o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Da análise da LOA, exercício 2021, verifica-se que o texto da lei, no artigo 4º, não destaca explicitamente o recurso do orçamento fiscal, em descumprimento ao art. 165, § 5º, da CF.

1) Não houve destaque expresso no texto da LOA dos recursos do Orçamento Fiscal, porém, o art. 4º da LOA define o valor do Orçamento da Seguridade Social de R\$ 7.111.848,76. Assim sendo, o valor do Orçamento Fiscal perfaz o montante de R\$ 10.917.907,80.

No entanto, cabe recomendar à Administração para que o valor do Orçamento Fiscal seja destacado expressamente no texto das próximas Leis Orçamentárias.

2.4. Alterações Orçamentárias

Publicada a Lei Orçamentária Anual (LOA), pode-se verificar a necessidade de ajustar a programação originalmente aprovada pelo Poder Legislativo e sancionada pelo Poder Executivo. Esses ajustes caso sejam feitos, alteram de alguma forma a posição inicial da LOA e se dividem em créditos adicionais (suplementares, especiais e extraordinários de acordo com art. 41, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964) e outras alterações orçamentárias.

O Artigo 5º da Lei Orçamentária Anual/2020 do município de SAO JOSE DO POVO, para o exercício de 2021, autoriza o Poder Executivo a abrir no curso da execução orçamentária, créditos adicionais suplementares, assim transcrito:



Artigo 5º - De acordo com o art. 41; 42 da Lei nº. 4320/64 fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES, considerando- se recursos para fim desse artigo, desde que não comprometidos, os previstos no artigo 41; 42; e 43 e seus incisos, conforme lei autorizativa nº 810 de 26 de junho de 2020, para atender o reforço de dotações insuficientes.

1) Não consta na LOA autorização para transposição, remanejamento e transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, obedecendo assim, ao princípio da exclusividade (art. 165, §8º, CF/1988).

3. CONCLUSÃO

Esta análise verificou a inconformidade da Lei Nº 821, de 11 de novembro de 2020 – Lei Orçamentária Anual com o que determina a Constituição Federal, Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei nº 4320 de 17 de março de 1964.

A análise permitiu inferir que:

- Não foram observados os preceitos legais de elaboração quanto a:

o Comprovação de realização de audiências públicas no processo de discussão e elaboração da Lei;
o Divulgação da Lei Orçamentária Anual e dos Anexos obrigatórios que a integram no Portal da Transparência do município.

IVANILDO VILELA DA SILVA - ORDENADOR DE DESPESAS / Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

1) DB08 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA_GRAVE_08. Ausência de transparência nas contas públicas, inclusive quanto à realização das audiências públicas (arts. 1º, § 1º, 9º, § 4º, 48, 48-A e 49 da Lei Complementar 101/2000).

1.1) *Não houve comprovação da realização de audiência pública durante o processo de elaboração e de discussão da LOA-2021, em desconformidade com o art. 48, § 1º, inc. I da LRF/00. - Tópico - 2.1. Audiências Públicas (Art. 48, § 1º, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal)*

1.2) *A Lei Orçamentária Anual, para o exercício de 2021, não foi disponibilizada no Portal Transparência da prefeitura (ampla divulgação inclusive em meios eletrônicos – art. 48, LRF/00), bem como, os demonstrativos dos Anexos obrigatórios que integram LOA/2021 não foram divulgados no Portal da Transparência. - Tópico - 2.2. Publicação e Ampla Divulgação (art. 37, Constituição Federal, art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal)*



3.1. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Considerando que a LOA/2021 (Lei nº 821 /2020) foi aprovada no exercício de 2020;

Considerando que houve troca de gestor em virtude da realização das Eleições Municipais 2020;

Informa-se que as irregularidades apontadas neste Relatório Técnico de Acompanhamento serão convertidas em recomendações, uma vez que não há como atribuir responsabilização ao atual prefeito do Município de SAO JOSE DO POVO, Sr. IVANILDO VILELA DA SILVA:

Assim, com base no que dispõe o art. 137-A do Regimento Interno deste Tribunal, submetem-se os autos à consideração superior, propondo as seguintes medidas preliminares:

a) Juntar este relatório de acompanhamento ao Processo de Contas Anuais de Governo do Município de SAO JOSE DO POVO – exercício de 2021 para subsidiar a análise referente aos atos de Governo do exercício mencionado;

b) Propor a equipe que elaborará o Relatório de Contas de Governo do Município de SAO JOSE DO POVO – exercício de 2021 a inclusão das seguintes recomendações ao atual Chefe do Poder Executivo Municipal:

b.1) Que no processo de discussão da proposta da Lei Orçamentária Anual (LOA) sejam realizadas audiências públicas a fim de propiciar a participação e a interação popular em cumprimento às regras estabelecidas no art. 48, § 1º, inciso I, da LRF.

b.2) Divulgação da Lei Orçamentária Anual e dos Anexos Obrigatórios que a integram no site da Prefeitura/Portal Transparência desde que seja informado na publicação da LEI o endereço eletrônico onde os Anexos poderão ser acessados.

b.3) Que o valor do Orçamento Fiscal seja destacado expressamente no texto das próximas Leis Orçamentárias, conforme estabelece o art. 165, § 5º da CF.

Em Cuiabá-MT, 14 de Dezembro de 2021.

DINAMAR PIRES DE MIRANDA SILVA
TECNICO DE CONTROLE PÚBLICO EXTERNO
COORDENADORA DA EQUIPE TÉCNICA



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE GOVERNO

Telefone(s): (65) 3613-7593 / 7692 / 7186

e-mail: secex-governo@tce.mt.gov.br

APÊNDICE - A - Não divulgação da Lei e Anexos no Portal Transparência

APÊNDICE - A

Não divulgação da Lei e Anexos no Portal Transparência



PORTAL TRANSPARÊNCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO



PORTAL TRANSPARÊNCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

Localizar

1

Escolha o Assunto



2

Escolha o item



3

Baixe ou visualize documento

Legislação > > Leis

Ano de Exercício

Selecione o Ano de Exercício

Ano

2020

Mês

Escolha o Mês

Categoria

Escolha o Categoria

Subcategoria

Escolha o Categoria

Numero do documentos

Numero do Documento

Título do documento

Título do Documento

Pesquisar

Exportar CSV

Imprimir

Informações

Documento








Baixar | Visualizar

Ano Exercício: 2020

LEI Nº 001/2020 - DE 16 DE OUTUBRO DE 2020

Visualizar | Baixar

Informações	Documento	Baixar Visualizar
Ano Exercício: 2020 Nº: 820/2020 Data: 16/10/2020 Categoria: Geral Subcategoria: Geral	LEI Nº 820/2020 - DE 16 DE OUTUBRO DE 2020 Descrição DISPÕE SOBRE FIXAR O SUBSÍDIO DO PREFEITO, VICEPREFEITO E SECRETÁRIOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO POVO/MT, PARA O QUADRIÊNIO 2021/2 024, A QUE SE REFERE O ARTIGO 29, INC. V, DA C.F. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	Visualizar Baixar Baixado: 14 vezes
Ano Exercício: 2020 Nº: 813 Data: 05/10/2020 Categoria: Geral Subcategoria: Geral	LEI DE Nº 813 CRÉDITO ADIC.ESPECIAL PROMOÇÃO SOCIAL COVID 19 Descrição LEI DE Nº 813 CRÉDITO ADIC.ESPECIAL PROMOÇÃO SOCIAL COVID 19 "Autoriza o Poder Executivo Municipal, abertura de CREDITO ADICIONAL ESPECIAL e dá outras providências".	Visualizar Baixar Baixado: 11 vezes
Ano Exercício: 2020 Nº: 812 Data: 05/10/2020 Categoria: Geral Subcategoria: Geral	LEI DE Nº 812 CRÉDITO ADIC.ESPECIAL SECR.DE SAUDE. Descrição LEI DE Nº 812 CRÉDITO ADIC.ESPECIAL SECR.DE SAUDE. "Autoriza o Poder Executivo Municipal, abertura de CREDITO ADICIONAL ESPECIAL e dá outras providências".	Visualizar Baixar Baixado: 5 vezes
Ano Exercício: 2020 Nº: 811 Data: 05/10/2020 Categoria: Geral Subcategoria: Geral	LEI DE Nº 811 CRÉDITO ADIC. SUPLEMNTAR SECR. DE EDUCAÇÃO Descrição LEI DE Nº 811 CRÉDITO ADIC. SUPLEMNTAR SECR. DE EDUCAÇÃO "Autoriza o Poder Executivo Municipal, abertura de CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR e dá outras providências".	Visualizar Baixar Baixado: 5 vezes
Ano Exercício: 2020 Nº: 809 Data: 05/10/2020 Categoria: Geral Subcategoria: Geral	LEI DE Nº 809 SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA Descrição LEI DE Nº 809 SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA "Dispõe acerca do Sistema Municipal de Cultura de São José do Povo, seus princípios, objetivos, estrutura, organização, gestão, inter-relações entre os seus componentes, recursos h...	Visualizar Baixar Baixado: 5 vezes
Ano Exercício: 2020	LEI DE Nº 808 REGIME PRÓPRIO FUNPREV	Visualizar Baixar

Ano Exercício: 2020 Nº: 808 Data: 05/10/2020 Categoria: Geral Subcategoria: Geral	LEI DE Nº 808 REGIME PRÓPRIO FUNPREV Descrição LEI DE Nº 808 REGIME PRÓPRIO FUNPREV Dispõe sobre a adequação da legislação do Regime Próprio de Previdência dos servidores públicos do Município de São José do Povo – FUNPREV em razão das ...	 Visualizar Baixar Baixado: 9 vezes
Ano Exercício: 2020 Nº: 807 Data: 05/10/2020 Categoria: Geral Subcategoria: Geral	LEI DE Nº 807 ADEQUAÇÃO DA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL Descrição LEI DE Nº 807 ADEQUAÇÃO DA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL "Dispõe sobre a adequação da legislação municipal aos novos ditames constitucionais referente aos benefícios pre-videnciários dos servidores públic...	 Visualizar Baixar Baixado: 4 vezes
Ano Exercício: 2020 Nº: 806 Data: 05/10/2020 Categoria: Geral Subcategoria: Geral	LEI DE Nº 806 UTILIDADE PUBLICA DO MUNICIPIO Descrição LEI DE Nº 806 UTILIDADE PUBLICA DO MUNICIPIO DISPÕE SOBRE, TORNAR DE UTILIDADE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO POVO, ESTADO DE MATO GOSSE, O INS-TITUTO DE DEFESA SOCIOAMBIENTAL DE SÃO JOSÉ DO POVO (INDESS).	 Visualizar Baixar Baixado: 4 vezes
Ano Exercício: 2020 Nº: 805 Data: 05/10/2020 Categoria: Geral Subcategoria: Geral	LEI DE Nº 805-AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO-FUNPREV Descrição LEI DE Nº 805-AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO-FUNPREV Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar.	 Visualizar Baixar Baixado: 2 vezes
Ano Exercício: 2020 Nº: 804 Data: 05/10/2020 Categoria: Geral Subcategoria: Geral	LEI Nº 804/2020 - DE 11 de Março de 2020 Descrição LEI Nº 804/2020 - DE 11 de Março de 2020. DISPÕE SOBRE, DENOMINAR A PRAÇA CENTRAL DA COHAB ANDRÉ MAGGI DE SÃO JOSÉ DO POVO COM O NOME DE " JOÃO BATISTA JULIO DA SILVA", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	 Visualizar Baixar Baixado: 2 vezes
Ano Exercício: 2020 Nº: 803 Data: 05/10/2020	lei nº 803 CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR CONSERVAR RESTAURAR ESTRADA VICINAIS.  lei nº 803 CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR CONSERVAR E RESTAURAR A ESTRADA VICINAIS. Autoriza o Poder Executivo Municipal, sob o nº de	 Visualizar Baixar Baixado: 3 vezes



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE GOVERNO

Telefone(s): (65) 3613-7593 / 7692 / 7186

e-mail: secex-governo@tce.mt.gov.br

APÊNDICE - B - Não comprovação de Audiência Pública

APÊNDICE - B

Não comprovação de Audiência Pública



PORTAL TRANSPARÊNCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

[Localizar](#)**1** Escolha o Assunto**2** Escolha o item**3** Baixe ou visualize documento

Planejamento > > LOA

Ano de Exercício

2020

Ano

Selecione o Ano

Mês

Escolha o Mês

Categoria

Escolha o Categoria

Subcategoria

Escolha o Categoria

Número do documentos

Número do Documento

Título do documento

Título do Documento

[Pesquisar](#)

Categoria

Escolha o Categoria

Subcategoria

Escolha o Categoria

Número do documentos

Número do Documento

Título do documento

Título do Documento

[Pesquisar](#)[Exportar CSV](#)[Imprimir](#)

Informações	Documento	Baixar Visualizar
Ano Exercício: 2020	EDITAL Nº. 003/2020 CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA	Visualizar Baixar
Nº: 2020	Descrição EDITAL Nº. 003/2020 CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA	Baixado: 3 vezes
Data: 18/09/2020		
Categoria: Geral		
Subcategoria: Geral		



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

EDITAL Nº. 003/2020

CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO-MT, juntamente com a CÂMARA MUNICIPAL, atendendo ao disposto na Constituição Federal, na Lei Complementar nº. 101 de 04 de maio de 2000; torna público que realizará AUDIÊNCIA PÚBLICA, com o objetivo de discutir com a comunidade o PROJETO DE LEI sobre a LOA – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL no dia 29 de Setembro de 2020, com início às 15h30min, no Plenário “Antônio Ângelo Medeiros” na Câmara Municipal; sito á Rua Governador

no Plenário “Antônio Angelo Medeiros” na Câmara Municipal; sito á Rua Governador Castelo Branco - 715 – Centro – São José do Povo-MT; para discussão da Lei Orçamentária Anual – LOA para o ano de 2021, bem como proporcionar aos cidadãos a oportunidade de encaminhar seus pleitos, sugestões e opiniões acerca do assunto em pauta.

O presente edital será disponibilizado no site desta Prefeitura Municipal www.saojosedopovo.mt.gov.br.

São José do Povo-MT, 18 de Setembro de 2020.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

Prefeito Municipal



PORTAL TRANSPARÊNCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

[Localizar](#)**1** Escolha o Assunto**2** Escolha o item**3** Baixe ou visualize documento

Outros Serviços > > Publicações Diversas

Ano de Exercício

2018

Ano

Selecione o Ano

Mês

Escolha o Mês

Categoria

Escolha o Categoria

Subcategoria

Escolha o Categoria

Número do documentos

Número do Documento

Título do documento

Título do Documento

[Pesquisar](#)

PORTAL TRANSPARÊNCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

[Localizar](#)**1** Escolha o Assunto**2** Escolha o item**3** Baixe ou visualize documento

Legislação > > Editais

Ano de Exercício

2020

Ano

Selecione o Ano

Mês

Escolha o Mês

Categoria

Escolha o Categoria

Subcategoria

Escolha o Categoria






Número do documentos

Número do Documento

Título do documento

Título do Documento





[Pesquisar](#)[Exportar CSV](#)[Imprimir](#)

Informações	Documento	Ações Visualizar
Ano Exercício: 2020 Nº: 03/2020 Data: 21/12/2020 Categoria: Edital Subcategoria: Geral	EDITAL DO RESULTADO FINAL DO CREDENCIAMENTO 03/2020 Descrição EDITAL DO RESULTADO FINAL DO CREDENCIAMENTO 03/2020	 Visualizar Baixar Baixado: 1 vez
Ano Exercício: 2020 Nº: 2020 Data: 21/12/2020 Categoria: Edital Subcategoria: Geral	DECLARAÇÃO Descrição DECLARAÇÃO	 Visualizar Baixar Baixado: 2 vezes
Ano Exercício: 2020 Nº: 01/2020 Data: 14/12/2020 Categoria: Edital Subcategoria: Geral	EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 01/2020 Descrição Foi publicado no dia 07 de Dezembro de 2020 o EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº02/2020 PRÊMIO ALDIR BLANC, no entanto necessita-se fazer a seguinte alteração:	 Visualizar Baixar Baixado: 2 vezes
Ano Exercício: 2020 Nº: V Data: 07/12/2020 Categoria: Geral Subcategoria: Geral	ANEXO V FORMULÁRIO PARA RECURSOS Descrição ANEXO V FORMULÁRIO PARA RECURSOS	 Visualizar Baixar Baixado: 1 vez
Ano Exercício: 2020 Nº: IV Data: 07/12/2020 Categoria: Geral	ANEXO IV TERMO DE ANUÊNCIA DOS ENVOLVIDOS Descrição ANEXO IV TERMO DE ANUÊNCIA DOS ENVOLVIDOS	 Visualizar Baixar Baixado: Nenhuma vez

ios para melhorar a experiência de navegação e disponibilizar funcionalidades adicionais

[Termos de uso](#)

[Política de privacidade](#)

Categoria: Geral Subcategoria: Geral		
Ano Exercício: 2020 Nº: III Data: 07/12/2020 Categoria: Geral Subcategoria: Geral	ANEXO III TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ Descrição ANEXO III TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ	 Visualizar Baixar Baixado: Nenhuma vez
Ano Exercício: 2020 Nº: II Data: 07/12/2020 Categoria: Geral Subcategoria: Geral	ANEXO II TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE OBRAS - DIREITOS AUTORAIS - Descrição ANEXO II TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE OBRAS - DIREITOS AUTORAIS -	 Visualizar Baixar Baixado: Nenhuma vez
Ano Exercício: 2020 Nº: 02 Data: 07/12/2020 Categoria: Edital Subcategoria: Geral	EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2020 PRÊMIO ALDIR BLANC Descrição EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2020 PRÊMIO ALDIR BLANC	 Visualizar Baixar Baixado: 4 vezes
Ano Exercício: 2020 Nº: 2020 Data: 18/09/2020 Categoria: Audiência Pública Subcategoria: Geral	CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA - LOA Descrição EDITAL Nº. 003/2020 CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA - LOA	 Visualizar Baixar Baixado: 7 vezes



Tribunal de Contas
Mato Grosso

4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

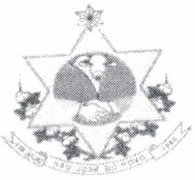
Telefone: (65) 3613-7668 / 7653 / 7667

E-mail: quartasecex@tce.mt.gov.br

APÊNDICE - C - Parecer Conclusivo da Unidade de Controle Interno

APÊNDICE - C

Parecer Conclusivo da Unidade de Controle Interno



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

000001

+PARECER CONCLUSIVO DO CONTROLE INTERNO

CONTAS DE GESTÃO DO PODER EXECUTIVO DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2.021

1- PREÂMBULO

O responsável pelo órgão de Controle Interno do Município de São José do Povo, Estado de Mato Grosso, apresenta o Parecer Conclusivo sobre as contas de Gestão do Poder Executivo Municipal, relativo ao Segundo Semestre do Exercício Econômico e Financeiro de 2.021, em conformidade com o previsto no artigo 74 da Constituição Federal, artigo 59 da Lei complementar de responsabilidade fiscal nº 101, de 04 de maio de 2.000 e, nos termos do disposto do artigo 9º da Lei complementar nº 269, de 22 de janeiro de 2.007. Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado, com redação dada pelo artigo 162 § 2º da Resolução nº 14 de 25 de setembro de 2.007, Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado.

Destaca-se, inicialmente que o órgão de Controle Interno do Município, foi instituído pela Lei Municipal nº 394/2007 de 12/12/2007 e regulamentado através de Decreto nº 05/2008 de 30 de janeiro de 2008, do Executivo Municipal, sendo a Unidade de Controle Interno, composta de 01 (um) Controlador Interno.

2- RELATÓRIO

O Controle Interno desenvolveu suas atividades através da orientação e prestação de informações visando o pleno atendimento das normas legais. Basicamente o Controle interno atuou através da sistemática de informar e fazer recomendações administrativas informais ou formais, visando a sanar inconformidades ou deficiências administrativas detectadas.

Ressalta-se, que a correção de alguns procedimentos, recomendados pelo Controle Interno, estão sendo encaminhados para o aperfeiçoamento dos métodos de trabalho em busca do atendimento dos princípios que regem a Administração Pública, art. 37 da Constituição Federal.

2-1UC PARA CORTE

Em atendimento ao Artigo 48 da Lei 101/2000 de responsabilidade fiscal que trata da transparência da Gestão Fiscal foi dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, o Plano Plurianual, a não ser a Lei de Diretrizes Orçamentárias que devido Decreto Municipal foi feito uma justificativa e a Lei Orçamentaria Anual, Orçamento Programa, as prestações de contas, e respectivo parecer prévio, realização de audiências públicas, e as versões simplificadas desses documentos.

Em relação à execução orçamentária do Segundo Semestre do Exercício Econômico de 2021, verificamos que foram atingidas as metas principais estabelecidas na Lei de diretrizes Orçamentárias.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POÇO

000002

No Segundo semestre do exercício econômico e financeiro de 2021, houve Baixa de bens integrantes do ativo permanente.

COD.BEM	PLAQUET A	TIPO	CLASSIFICAÇÃO	ORIGEM.	DESCRIÇÃO	DATA DE TOMB.	DATA DA AQUISIÇÃO	VALOR DA AQUISIÇÃO	DATA DA BAIXA	VALOR DA BAIXA
1476	1916	Moveis	DOMINICANA	COMPRA	REFRIGERADOR CONSUL 180 LITROS (FUNDIU MOTOR)	11/06/2008	11/06/2008	799,00	31/05/2021	474,60
3627	3618	Moveis	DOMINICANA	PERMUTA	VEICULO FIAT/STRAD (EMPAER)	27/11/2020	27/11/2020	40.000,00	09/06/2021	40.000,00
86	215	Moveis	DOMINICANA	INCORPO.	MESA DE MADEIRA GRANDE (ESTRAGADA)	22/02/1999	22/02/1999	150,00	17/06/2021	112,00
1898	2271	Moveis	DOMINICANA	COMPRA	LONGARINA SECRETARIA LUGARES 04	28/07/2010	13/07/2010	320,00	28/06/2021	240,00
602	1317	Moveis	DOMINICANA	INCORPO.	MACACO JACARE (FOI ROUBADO)	25/01/1993	25/01/1993	700,00	29/06/2021	327,00
662	113	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CADEIRA DIGITADOR COM BRAÇO	16/03/2007	16/03/2007	174,00	21/12/2021	62,64
663	118	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CADEIRA DIGITADOR COM BRAÇO	16/03/2007	16/03/2007	174,00	21/12/2021	62,64
668	127	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CADEIRA PRESIDENTE GIRATORIA COM BRAÇO	16/03/2007	16/03/2007	210,00	21/12/2021	75,60
56	184	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	IMPRESSORA HP LASER JET	17/04/2007	17/04/2007	600,00	21/12/2021	432,00
91	219	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	MICRO COMPUTADOR COMPLETO	30/10/2007	30/10/2007	1.800,00	21/12/2021	1.296
254	260	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	KIT/RADIO/ANTENA PARA PROVEDOR DE INTERNET	23/01/2008	23/01/2008	400,20	21/12/2021	288,16
699	675	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	BEBEDOURO INDUSTRIAL DE 100 LITROS	16/03/2007	16/03/2007	1.320,00	21/12/2021	475,20
747	724	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CADEIRA SECRETARIA FIXA LAMINADA AZUL	19/07/2007	19/09/2007	60,00	21/12/2021	21,60
748	725	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CADEIRA SECRETARIA FIXA LAMINADA AZUL	19/07/2007	19/09/2007	60,00	21/12/2021	21,60
749	726	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CADEIRA SECRETARIA FIXA LAMINADA AZUL	19/07/2007	19/09/2007	60,00	21/12/2021	21,60
754	731	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	IMPRESSORA HP DESJEKT D	13/09/2007	13/09/2007	129,00	21/12/2021	92,88
759	737	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CADEIRA SECRETARIA FIXA LAMINADA AZUL	19/09/2007	19/09/2007	60,00	21/12/2021	21,60
1543	1409	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	KIT WIRELES RADIO ANTENA EDIMAX HOMOLOGADO	31/12/2007	31/12/2007	400,20	21/12/2021	144,08
1369	1410	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	KIT WIRELES RADIO EDIMAX HOMOLOGADO/PROVEDOR DE INTERNET	23/01/2008	23/01/2008	400,20	21/12/2021	144,08
1370	1412	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	KIT WIRELES RADIO EDIMAX HOMOLOGADO	23/01/2008	23/01/2008	400,20	21/12/2021	144,08
786	1418	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	MICRO COMPUTADOR COMPLETO PROVIDEV	09/11/2007	09/11/2007	1.620,00	21/12/2021	1.166,40
784	1445	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	MOTOBOMBA BHS 512-10 15CV 22/38 TRIF. POÇO	05/09/2007	05/09/2007	6.176,80	21/12/2021	2.223,64
785	1449	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	AR CONDICIONADO 10.000 BTUS 220	16/10/2007	16/10/2007	92,00	21/12/2021	16,56
788	1450	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	APARELHO TELEFONICO CINZA GELCO	19/11/2007	19/11/2007	40,00	21/12/2021	14,40
789	1451	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	APARELHO DE PROFILAXIA JATO BICABORNATO	30/08/2007	30/08/2007	1.482,00	21/12/2021	533,52
795	1458	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	VENTILADOR DE PAREDE DELTA	27/12/2007	27/12/2007	90,00	21/12/2021	32,40
1258	1602	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CADEIRA PRESIDENTE INJETADA ESTOFADO GIRATORIA C/BRAÇOS AZUL	14/03/2008	14/03/2008	210,00	21/12/2021	75,60
1256	1691	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CADEIRA PRESIDENTE INJETADA C/BRAÇOS E BASE GIRATORIA	14/03/2008	14/03/2008	210,00	21/12/2021	75,60
1257	1692	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	SECRETARIA FIXA LAMINADA	14/03/2008	14/03/2008	51,00	21/12/2021	18,36
1267	1694	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	LONGARINA SECRETARIA LUGARES ESTOFADO AZUL 03	14/03/2008	14/03/2008	180,00	21/12/2021	64,80
1270	1697	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	LONGARINA SECRETARIA LUGARES ESTOFADO AZUL 03	14/03/2008	14/03/2008	180,00	21/12/2021	64,80
1266	1767	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	KIT WIRELES RADIO EDIMAX HOMOLOGADO	23/01/2008	23/01/2008	400,20	21/12/2021	288,16
1402	1833	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	APARELHO DE AR CONDICIONADO	28/05/2008	28/05/2008	876,00	21/12/2021	315,36
1461	1897	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CADEIRA DIGITAÇÃO GIRATORIA	21/07/2008	21/07/2008	136,00	21/12/2021	48,96



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

000003

					BRAÇO INJETADA AZUL					
1462	1898	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CADEIRA DIGITAÇÃO GIRATORIA C/ BRAÇO INJETADA AZUL	21/07/2008	21/07/2008	136,00	21/12/2021	48,96
1463	1899	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CADEIRA DIGITAÇÃO GIRATORIA C/ BRAÇO INJETADA AZUL	21/07/2008	21/07/2008	136,00	21/12/2021	48,96
1482	1922	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	COMPUTADOR COMPLETO PENTIUM 4 306 GHS	10/06/2008	10/06/2008	480,00	21/12/2021	345,60
1494	1938	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	ESCADA DE SETE METROS DE FIBRA DE VIDRO PARA ELETRICISTA 4,20 X 7,20 REFORÇADA	24/09/2008	24/09/2008	517,80	21/12/2021	186,40
1503	1947	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	KIT DE INTERNET (ANTENA WALL-4555 5GHZ) - WELLINGTON FLÁVIO COELHO	25/10/2008	25/10/2008	800,00	21/12/2021	288,00
1504	1948	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	KIT DE INTERNET (ANTENA WALL - 445 5GHZ - ESCOLA JOÃO OLIVEIRA	25/10/2008	25/10/2008	800,00	21/12/2021	288,00
1527	1968	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	APARELHO WIRELESS AP C/ VISLINK ANTENA YAG TP-LINK	19/11/2008	19/11/2008	208,00	21/12/2021	74,88
1540	1980	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	DATA SHOW	10/10/2008	10/10/2008	2.700,00	21/12/2021	972,00
1541	1981	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	QUADRO DE COMANDO PARA BOMBA SUBMERSA 40CV	09/12/2008	09/12/2008	6.000,00	21/12/2021	2.160,00
1545	1985	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	COMPUTADOR INTEL E 7200 17 LCD CORE 2 DUO 2.53 16B 3MB	17/12/2008	17/12/2008	185,00	21/12/2021	66,60
1552	1990	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	COMPUTADOR COMPLETO	02/09/2009	17/06/2009	1.020,00	21/12/2021	734,40
1551	1994	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	BALANCA DIGITAL P/ BANHEIRO	31/08/2009	02/07/2009	60,00	21/12/2021	12,80
1556	1995	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	MESA PARA COMPUTADOR COM UMA GAVETA	03/09/2009	19/06/2009	270,00	21/12/2021	97,20
1607	2023	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	VENTILADOR 30 C/ PE ALTO	27/02/2010	12/09/2009	136,00	21/12/2021	48,96
1613	2026	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	NOBREAK - 700V	27/02/2010	18/06/2009	231,60	21/12/2021	166,76
1635	2045	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	APARELHO DVD	04/03/2010	01/01/2010	120,00	21/12/2021	43,20
1639	2048	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	IMPRESSORA LASER MULTIFUNCIONAL	04/03/2010	01/01/2010	1.600,00	21/12/2021	1.152,00
1646	2055	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	AR CONDICIONADO SPLIT 9.000 BTUS	04/03/2010	22/12/2009	1.200,00	21/12/2021	432,00
1648	2057	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	VENTILADOR 30 C/ PE ALTO	04/03/2010	01/01/2010	84,00	21/12/2021	30,24
1649	2058	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	VENTILADOR 30 C/ PE ALTO	04/03/2010	22/12/2009	120,00	21/12/2021	43,20
1656	2064	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	AR CONDICIONADO SPLIT DE 60.000 BTUS	04/03/2010	01/01/2010	4.171,20	21/12/2021	1.501,64
1662	2069	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CADEIRA FIXA	04/03/2010	01/01/2010	51,00	21/12/2021	18,36
1663	2070	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CADEIRA FIXA	04/03/2010	22/12/2009	51,00	21/12/2021	18,36
1664	2071	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CADEIRA FIXA	04/03/2010	22/12/2009	51,00	21/12/2021	18,36
1665	2072	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CADEIRA FIXA	04/03/2010	01/01/2010	51,00	21/12/2021	18,36
1666	2073	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CADEIRA FIXA	04/03/2010	22/12/2009	51,00	21/12/2021	18,36
1667	2074	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CADEIRA FIXA	04/03/2010	22/12/2009	51,00	21/12/2021	18,36
1668	2075	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CADEIRA FIXA	04/03/2010	01/01/2010	51,00	21/12/2021	18,36
1669	2076	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CADEIRA FIXA	04/03/2010	01/01/2010	51,00	21/12/2021	18,36
1671	2077	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CADEIRA FIXA	04/03/2010	04/03/2010	51,00	21/12/2021	18,36
1672	2078	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CADEIRA FIXA	04/03/2010	22/12/2009	51,00	21/12/2021	18,36
1673	2079	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CADEIRA FIXA	04/03/2010	22/12/2009	51,00	21/12/2021	18,36
1674	2080	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CADEIRA FIXA	04/03/2010	01/01/2010	51,00	21/12/2021	18,36
1676	2082	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CADEIRA FIXA	04/03/2010	22/12/2009	51,00	21/08/2021	18,36
1677	2083	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CADEIRA FIXA	04/03/2010	22/12/2009	51,00	21/12/2021	18,36
1678	2084	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CADEIRA FIXA	04/03/2010	22/12/2009	51,00	21/12/2021	18,36
1681	2087	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CADEIRA FIXA	04/03/2010	22/12/2009	51,00	21/12/2021	18,36
1682	2088	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CADEIRA FIXA	04/03/2010	22/12/2009	51,00	21/12/2021	18,36
1683	2089	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CADEIRA FIXA	04/03/2010	22/12/2009	51,00	21/12/2021	18,36
1684	2090	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CADEIRA FIXA	04/03/2010	22/12/2009	51,00	21/12/2021	18,36
1685	2091	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CADEIRA FIXA	04/03/2010	22/12/2009	51,00	21/12/2021	18,36
1675	2081	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CADEIRA FIXA	04/03/2010	22/12/2009	51,00	21/12/2021	18,36
1687	2093	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CADEIRA GIRATORIA MEDICA P/ CONSULTORIO	04/03/2010	22/12/2009	126,00	21/12/2021	45,36
1688	2094	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CADEIRA GIRATORIA MEDICA P/ CONSULTORIO	04/03/2010	22/12/2009	126,00	21/12/2021	45,36
1689	2095	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CADEIRA GIRATORIA MEDICA P/ CONSULTORIO	04/03/2010	22/12/2009	126,00	21/12/2021	45,36
1701	2107	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	LONGARINA ESTOFADO 3 LUGARES	04/03/2010	22/12/2009	443,40	21/12/2021	159,64
1702	2108	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	LONGARINA ESTOFADO 3 LUGARES	04/03/2010	01/01/2010	443,40	21/12/2021	159,64
1703	2109	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	LONGARINA ESTOFADO 3 LUGARES	04/03/2010	22/12/2009	443,40	21/12/2021	159,64
1704	2110	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	LONGARINA ESTOFADO 3 LUGARES	04/03/2010	22/12/2009	443,40	21/12/2021	159,64



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

000004

1709	2115	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	LONGARINA ESTOFADO 3 LUGARES	04/03/2010	22/12/2009	443,40	21/12/2021	159,64
1710	2116	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	LONGARINA ESTOFADO 3 LUGARES	04/03/2010	22/12/2009	443,40	21/12/2021	159,64
1712	2118	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	LONGARINA ESTOFADO 3 LUGARES	04/03/2010	22/12/2009	443,40	21/12/2021	159,64
1717	2122	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	LONGARINA ESTOFADO 3 LUGARES	04/03/2010	22/12/2009	443,40	21/12/2021	159,64
1729	2133	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	ARMARIO DE ACO 02 PORTAS 1,90 X 0,80 X 0,40M	04/03/2010	22/12/2009	420,00	21/12/2021	151,20
1763	2161	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	REFLETOR PARABOLICO	23/03/2010	01/01/2010	159,00	21/12/2021	33,92
1779	2175	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	REFLETOR PARABOLICO	23/03/2010	01/01/2010	159,00	21/12/2021	33,92
1781	2177	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	BIOMBO	23/03/2010	01/01/2010	198,00	21/12/2021	42,24
1801	2194	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	DETECTOR FETAL MD 10 PORTATIL DOPPLER	23/03/2010	01/01/2010	270,00	21/12/2021	57,60
1802	2195	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	OFTALMOSCOPIO IFIELD	23/03/2010	01/01/2010	1.129,00	21/12/2021	240,84
1827	2211	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	COMPRA CADEIRA FIXA	04/05/2010	01/01/2010	54,00	21/12/2021	19,44
1829	2213	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	COMPRA CADEIRA FIXA	04/05/2010	01/01/2010	54,00	21/12/2021	19,44
1832	2215	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	COMPRA CADEIRA FIXA	04/05/2010	01/01/2010	54,00	21/12/2021	19,44
1841	2221	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	COMPRA CADEIRA FIXA	04/05/2010	01/01/2010	54,00	21/12/2021	19,44
1843	2223	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	COMPRA CADEIRA FIXA	04/05/2010	01/01/2010	54,00	21/12/2021	19,44
1870	2245	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	BEBEDOURO C/ GALAO	28/07/2010	13/07/2010	317,64	21/12/2021	114,36
1873	2248	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CADEIRA DE PLASTICO	28/07/2010	13/07/2010	30,00	21/12/2021	10,80
1884	2258	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CADEIRA DE PLASTICO	28/07/2010	13/07/2010	30,00	21/12/2021	10,80
1891	2265	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CADEIRA DE PLASTICO	28/07/2010	13/07/2010	30,00	21/12/2021	10,80
1892	2266	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CADEIRA DE PLASTICO	28/07/2010	13/07/2010	30,00	21/12/2021	10,80
1894 2	268	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	LIQUIDIFICADOR ARNO	28/07/2010	13/07/2010	90,00	21/12/2021	32,40
1898	2271	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	LONGARINA SECRETARIA 04 LUGARES	28/07/2010	13/07/2010	240,00	28/06/2021	86,40
1899	2272	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	LONGARINA SECRETARIA 04 LUGARES	13/07/2010	28/06/2021	142,80	21/12/2021	51,40
1900	2273	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL COLORIDA	28/07/2010	13/07/2010	150,00	21/12/2021	108,00
1901	2274	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL COLORIDA	28/07/2010	13/07/2010	150,00	21/12/2021	108,00
1903	2276	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	AR CONDICIONADO 7.500 BTUS	28/07/2010	13/07/2010	540,00	21/12/2021	194,40
1910	2283	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	COMPUTADOR HD250 2GB M C/ MONITOR 19 POL. LCD	28/07/2010	13/07/2010	1.020,00	21/12/2021	734,40
1917	2285	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	SWITCH 24 PORTAS 10/100	21/09/2010	31/03/2010	300,00	21/12/2021	216,00
1921	2289	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	TV 29 PL TL PLANA	21/09/2010	05/08/2010	720,00	21/12/2021	259,20
1977	2295	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	BOMBA 516-15 35CV 220/380 TR	10/11/2010	10/09/2010	11.009,60	21/12/2021	3.963,44
1983	2296	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	MICROFONE SEM FIO COMPLETO	12/11/2010	09/07/2010	300,00	21/12/2021	108,00
1986	2298	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	TOCA CD/MP3/DVD/USB C/ PEN DRIVER 6 GB	12/11/2010	09/07/2010	1.200,00	21/12/2021	432,00
2048	2321	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CADEIRA EXECUTIVA C/ BRACOS	18/08/2010	16/07/2010	204,00	21/12/2021	73,44
2076	2333	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	INCUBADORA BIOLOGICA MINI 48H	31/12/2010	29/11/2010	180,00	21/12/2021	38,40
2077	2334	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	SELADORA ONLY SEALING BRANCA	31/12/2010	29/11/2010	300,00	19/07/2021	64,00
2091	2337	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	TELA DO RETROPROJETOR 2,0 X 1,5 M	29/04/2011	18/04/2011	337,80	21/12/2021	121,60
2098	2342	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	MICRO COMPUTADOR	14/06/2011	04/05/2011	1.140,00	21/12/2021	820,80
2108	2355	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	NOBREAK 600VA COM BATERIA INTERNA	12/07/2011	04/05/2011	108,00	21/12/2021	77,76
2109	2356	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	RADIO WIRELESS NANO STATION 5.8	12/07/2011	14/01/2011	420,00	21/12/2021	302,40
2110	2357	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	RADIO WIRELESS NANO STATION 2.4	12/07/2011	14/01/2011	264,00	21/12/2021	190,08
2112	2358	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	RADIO WIRELESS NANO STATION 2.4	12/07/2011	14/01/2011	262,00	21/12/2021	188,64
2111	2359	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	RADIO WIRELESS NANO STATION 2.4	12/07/2011	14/01/2011	282,00	21/12/2021	203,04
2113	2360	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	RADIO WIRELESS NANO STATION 2.4	12/07/2011	14/01/2011	282,00	21/12/2021	203,04
2114	2361	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	RADIO WIRELESS NANO STATION 2.4	12/07/2011	14/01/2011	282,00	21/12/2021	203,04
2115	2362	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	RADIO WIRELESS NANO STATION 2.4	12/07/2011	14/01/2011	282,00	21/12/2021	203,04
2118	2363	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CONDICIONADOR DE AR 10.000 BTUS	27/07/2011	27/07/2011	720,00	21/12/2021	259,20
2207	2385	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CONDICIONADOR DE AR SPLIT 18.000 BTUS	22/12/2011	19/12/2011	1.440,00	21/12/2021	518,40
2208	2386	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	AR CONDICIONADO SPLIT PISO TETO 60000 BTU/S FRIO 220 TRIFASI	22/12/2011	19/12/2011	2.988,00	21/12/2021	1.075,68
2220	2390	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL COLORIDA	14/11/2011	27/10/2011	330,00	21/12/2021	237,60



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

000003

2222	2391	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	COMPUTADOR HD250 2GB M C/ MONITOR 19 POL. LCD	14/11/2011	27/10/2011	1.020,0 0	21/12/2021	734,40
2223	2392	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	APARELHO TELEFONICO	14/11/2011	27/10/2011	54,00	21/12/2021	19,44
2224	2393	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	APARELHO TELEFONICO	14/11/2011	27/10/2011	54,00	21/12/2021	19,44
2225	2394	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CAIXA PLASTICA DISPENSER N. 03	29/12/2011	23/12/2011	60,00	21/12/2021	21,60
2227	2396	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	AR CONDICIONADO SPLIT 9.000 BTUS	05/12/2011	28/11/2011	1.200,0 0	21/12/2021	432,00
2229	2398	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	COMPUTADOR HD250 2GB M C/ MONITOR 19 POL. LC	05/12/2011	28/11/2011	1.020,0 0	21/12/2021	734,40
2237	2399	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CAMERA DIGITAL	05/12/2011	28/11/2011	323,40	21/12/2021	116,44
2233	2404	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	LAVADORA DE ALTA PRESSAO VAZAO - 5L MIN 330 LH PRESSAO MAXIM	30/11/2011	23/11/2011	393,60	21/12/2021	141,68
2252	2417	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CADEIRA PRESIDENTE Giratória COM BRAÇOS	30/12/2011	23/12/2011	400,00	21/12/2021	144,00
2255	2420	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	COMPRA CPU C/ 2 GB	30/12/2011	23/12/2011	800,00	07/10/2021	576,00
2278	2439	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	COMPUTADOR PROC.D.15- 2310/4GB/HD500GB/D VD-RW-MON.L 18,5 191	30/12/2011	29/12/2011	1.200,0 0	21/12/2021	864,00
2283	2441	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	COMPUTADOR PROC.D.15- 2310/4GB/HD500GB/D VD-RW-MON.L 18,5 191	30/12/2011	29/12/2011	1.200,0 0	21/12/2021	864,00
2298	2455	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	IMPRESSORA DESKJET 1000 CH340C	30/12/2011	29/12/2011	90,00	21/12/2021	64,80
2299	2456	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	IMPRESSORA DESKJET 1000 CH340C	30/12/2011	29/12/2011	90,00	21/12/2021	64,80
2301	2458	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	IMPRESSORA DESKJET 1000 CH340C	30/12/2011	29/12/2011	90,00	21/12/2021	64,80
2302	2459	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	IMPRESSORA DESKJET 1000 CH340C	30/12/2011	29/12/2011	90,00	21/12/2021	64,80
2313	2468	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CONDICIONADOR DE AR SPLIT 18.000 BTUS	26/04/2012	19/04/2012	1.020,0 0	21/12/2021	367,20
2315	2469	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CONDICIONADOR DE AR SPLIT 18.000 BTUS	08/05/2012	19/04/2012	1.440,0 0	14/12/2021	518,40
2343	2478	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	BICICLETA-BIC KIT ARO26 BELISSIMA FEM.STATUS VER	08/08/2012	1/08/2012	366,60	21/12/2021	88,00
2344	2479	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	BICICLETA-BIC KIT ARO26 BELISSIMA FEM.STATUS VER.	08/08/2012	01/08/2012	366,60	21/12/2021	88,00
2349	2484	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CENTRAL DE ATEND.TEL.MOD.TI 730	13/04/2012	11/04/2012	554,40	04/10/2021	199,60
2350	2485	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	ESCADA EM AÇO COM CINCO DEGRAUS	05/09/2012	23/08/2012	66,00	21/12/2021	23,76
2617	2500	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	ESPREMEDOR DE FRUTAS INDUSTRIAL	14/11/2012	15/10/2012	104,00	21/12/2021	37,44
2618	2501	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	FERRO DE PASSAR ROUPA	14/11/2012	15/10/2012	56,00	21/12/2021	20,16
2411	2552	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CONJUNTO ALUNO/CJA - 04	13/11/2012	07/11/2012	108,00	21/12/2021	38,88
2417	2558	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CONJUNTO ALUNO/CJA - 04	13/11/2012	07/11/2012	108,00	21/12/2021	38,88
2534	2675	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CONJUNTO ALUNO/CJA - 04	14/11/2012	07/11/2012	108,00	21/12/2021	38,88
2538	2679	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CONJUNTO ALUNO/CJA - 04	14/11/2012	07/11/2012	108,00	21/12/2021	38,88
2539	2680	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CONJUNTO ALUNO/CJA - 04	14/11/2012	07/11/2012	108,00	21/12/2021	38,88
2545	2687	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CONJUNTO ALUNO/CJA - 04	14/11/2012	07/11/2012	108,00	21/12/2021	38,88
2547	2689	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CONJUNTO ALUNO/CJA - 04	14/11/2012	07/11/2012	108,00	21/12/2021	38,88
2548	2690	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CONJUNTO ALUNO/CJA - 04	14/11/2012	07/11/2012	108,00	21/12/2021	38,88
2549	2691	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CONJUNTO ALUNO/CJA - 04	14/11/2012	07/11/2012	108,00	21/12/2021	38,88
2558	2700	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CONJUNTO ALUNO/CJA - 04	14/11/2012	07/11/2012	108,00	21/12/2021	38,88
2605	2747	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CONJUNTO ALUNO/CJA - 04	14/11/2012	07/11/2012	108,00	21/12/2021	38,88
2688	2774	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CORTADOR DE GRAMA A GASOLINA MC 600G - 8HP	05/02/2013	01/02/2013	1.038,0 0	21/12/2021	249,12
2693	2777	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	BEBEDOURO GRANDE INOX 02 TORNEIRAS	14/02/2013	05/02/2013	1.320,0 0	21/12/2021	475,20
2695	2779	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASERJET M1132	08/03/2013	05/03/2013	640,00	21/12/2021	460,80
2700	2781	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	BEBEDOURO C/ GALAO	30/04/2013	17/04/2013	424,00	21/12/2021	152,64
2701	2782	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	BEBEDOURO C/ GALAO	30/04/2013	17/04/2013	424,00	21/12/2021	152,64
2702	2783	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	BEBEDOURO C/ GALAO	30/04/2013	17/04/2013	419,40	21/12/2021	151,00
2716	2788	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	NOBREAK 1000VA	20/08/2013	06/08/2013	540,00	21/12/2021	388,80
2718	2790	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	TECLADO P/ COMPUTADOR	20/08/2013	06/08/2013	30,00	21/12/2021	21,60
2712	2795	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CAMERA DIGITAL 16MP COM BATERIA RECARREGAVEL	20/08/2013	06/08/2013	1.139,4 0	21/12/2021	410,20
2723	2800	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	IMPRESSORA HP LASERJET M1132 MFP PB	20/08/2013	01/08/2013	640,00	21/12/2021	460,80
2727	2801	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	MOUSE OPTICO	20/08/2013	01/08/2013	24,00	21/12/2021	17,28
2728	2802	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	MOUSE OPTICO	20/08/2013	01/08/2013	24,00	21/12/2021	17,28

[Handwritten signature]



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

000006

2734	2809	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	RELOGIO PONTO INFORMATIZADO BIOMETRICO	20/08/2013	30/07/2013	2.392,00	21/12/2021	861,12
2753	2819	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CONJUNTO MOTOBOMBA SUBMERSA	13/11/2013	17/10/2013	2.240,00	21/12/2021	806,40
2762	2826	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	RELOGIO PONTO INFORMATIZADO BIOMETRICO	17/12/2013	21/11/2013	2.392,00	21/12/2021	861,12
2763	2827	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	RELOGIO PONTO INFORMATIZADO BIOMETRICO	17/12/2013	21/11/2013	2.392,00	21/12/2021	861,12
2837	2869	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	VENTILADOR PAREDE 60CM BIVOLT 200W 127/220.	09/12/2014	13/11/2014	144,00	21/12/2021	51,84
2838	2870	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	VENTILADOR PAREDE 60CM BIVOLT 200W 127/220.	09/12/2014	13/11/2014	144,00	21/12/2021	51,84
2839	2871	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	VENTILADOR PAREDE 60CM BIVOLT 200W 127/220	09/12/2014	13/11/2014	144,00	21/12/2021	51,84
2840	2872	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	VENTILADOR PAREDE 60CM BIVOLT 200W 127/220	09/12/2014	13/11/2014	144,00	21/12/2021	51,84
2842	2874	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	VENTILADOR PAREDE 60CM BIVOLT 200W 127/220	09/12/2014	13/11/2014	144,00	21/12/2021	51,84
2846	2878	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	VENTILADOR PAREDE 60CM BIVOLT 200W 127/220	09/12/2014	13/11/2014	144,00	21/12/2021	51,84
2847	2879	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	VENTILADOR PAREDE 60CM BIVOLT 200W 127/220	09/12/2014	13/11/2014	144,00	21/12/2021	51,84
2848	2880	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	VENTILADOR PAREDE 60CM BIVOLT 200W 127/220	09/12/2014	13/11/2014	144,00	21/12/2021	51,84
2849	2881	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	VENTILADOR PAREDE 60CM BIVOLT 200W 127/220	09/12/2014	13/11/2014	144,00	21/12/2021	51,84
2900	2910	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	APARADOR DE SOCO E CHUTE	31/12/2014	30/12/2014	137,40	21/12/2021	37,11
3009	2976	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CONJ. MOTOBOMBA SUBMERSA LEAO 3.0 HP	30/09/2015	20/07/2015	2.800,00	21/12/2021	1.008,00
3014	2982	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	NOBREAK 1400VA BATERIA INTERNA NET	04/11/2015	05/10/2015	465,00	21/12/2021	334,80
3015	2983	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	NOBREAK 1400VA BATERIA INTERNA NET	04/11/2015	05/10/2015	465,00	21/12/2021	334,80
3039	2991	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	NOBREAK 1400 VA BI/15 V	08/12/2015	21/09/2015	465,00	21/12/2021	334,80
3141	3056	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	AR CONDICIONADO ESPLINT 18.000 BTUS	28/03/2016	19/02/2016	2.280,00	21/12/2021	615,60
3158	3071	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	PRATELEIRA DE AÇO 05 REPARTIÇÕES CINZA	25/04/2016	26/02/2016	180,00	21/12/2021	48,60
3168	3076	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	VENTILADOR DE TETO	28/06/2016	18/05/2016	152,00	21/12/2021	41,04
3169	3077	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	VENTILADOR DE TETO	28/06/2016	18/05/2016	152,00	21/12/2021	41,04
3172	3080	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	AR CONDICIONADO SPLIT 9.000 BTUS	28/06/2016	18/05/2016	1.395,00	21/12/2021	376,65
3192	3095	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	POLTRONA PRESIDENTE GIRATÓRIA COURO ECOLÓGICO PRETO	30/06/2016	18/05/2016	420,00	21/12/2021	113,40
3210	3108	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	DVD	22/07/2016	23/06/2016	143,00	21/12/2021	38,61
3254	3148	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	ARMARIO 02 PORTAS DE AÇO	12/08/2016	02/06/2016	650,00	21/12/2021	175,50
3366	3215	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	VIOLÃO 8(2017)	13/12/2017	25/07/2017	309,50	21/12/2021	55,72
3367	3216	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	VIOLÃO 9(2017)	13/12/2017	27/06/2017	309,50	21/12/2021	55,72
3368	3217	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	VIOLÃO 10(2017)	13/12/2017	27/06/2017	309,50	21/12/2021	55,72
3423	3413	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	FOTOCOLORIMETRO MULTIPARAMETRO	07/12/2018	07/12/2018	2.849,00	21/12/2021	
3425	3414	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	PHMETRO	07/12/2018	07/12/2018	1.050,00	21/12/2021	
3426	3415	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	FOTOCOLORIMETRO MULTIPARAMETRO	07/12/2018	07/12/2018	2.849,00	21/12/2021	
3429	3418	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	LEITOR DE CODIGO DE BARRAS	19/12/2018	06/12/2018	184,00	21/12/2021	
3509	3516	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	ESTANTE DE AÇO COM PRATELEIRAS COM REFORÇO MEDINDO 1,98 X 0	26/12/2019	26/12/2019	210,00	21/12/2021	
3634	3625	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	ARMARIO DE AÇO COM 2 PORTAS MEDINDO 1,90X80X38	08/10/2020	08/10/2020	700,00	21/12/2021	
3639	3630	Moveis	DOMINIAIS	COMPRA	CADEIRA DIRETOR FIXA PE PALITO INJETADA COM BRAÇO ORELHA NA	26/09/2020	26/09/2020	315,00	21/12/2021	
							TOTAL:	164.070,7	TOTAL:	88.939,75

2-2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Verificamos as operações orçamentárias, contábeis e financeiras realizadas pela Contadoria no Segundo Semestre do Exercício Econômico de 2021, em relação ao



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

0000007

disposto no Capítulo II. Do título IX, da lei Federal nº 4.320/64, as escriturações contábeis foram registradas em conformidade com as normas previstas e com observância dos princípios fundamentais de contabilidade, conforme segue:

A despesa orçamentária conteve-se no limite dos créditos votados e em nenhum momento, durante a execução orçamentária, excedeu o montante autorizado, conforme demonstrativo abaixo:

Despesas	Autorizada	Créditos Especiais	Total	Despesa Realizada	Saldo
Orçamentária	17.758.122,34	3.864714,49	21.622.836,83	14.120.896,91	7.501.939,92
Interf. Financ	824.178,00	0,00	824.178,00	902.612,24	-78.434,24
Total	18.582.300,34	3.578.334,29	22.447.014,83	15.023.509,14	7.423.505,68

As notas de empenho e respectivos pagamentos foram analisados por amostragem e estão acompanhados de documentação comprobatória.

As prestações de contas dos adiantamentos foram analisadas por amostragem e estão acompanhadas dos comprovantes de despesas anexados as notas de empenho, liquidação e pagamentos conforme rege Lei Municipal nº 453/2009 que regulamenta a concessão de diárias e adiantamentos.

As prestações de contas de Diárias foram analisadas por amostragens e estão de acordo com a legislação vigente.

O Poder executivo efetuou os repasses financeiros ao Poder Legislativo de acordo com o artigo 29-A § 2º, da Constituição Federal, cumprindo o Inciso II deste mesmo paragrafo no ano de 2021 conforme demonstra quadro abaixo:

Data	Denominação	Valor
20/01/2021	DUODECIMOS CORRENTES JANEIRO 2021	R\$ 68.385,31
22/02/2021	DUODECIMOS CORRENTES FEVEREIRO 2021	R\$ 6.499,06
22/02/2021	DUODECIMOS CORRENTES FEVEREIRO 2021	R\$ 74.884,37
16/03/2021	DUODECIMOS CORRENTES MARÇO 2021	R\$ 74.884,35
16/04/2021	DUODECIMOS CORRENTES ABRIL 2021	R\$ 74.884,35
17/05/2021	DUODECIMOS CORRENTES MAIO 2021	R\$ 74.884,35
17/06/2021	DUODECIMOS CORRENTES JUNHO 2021	R\$ 78.884,35
19/07/2021	DUODECIMOS CORRENTES JULHO 2021	R\$ 74.884,35
18/08/2021	DUODECIMOS CORRENTES AGOSTO 2021	R\$ 74.884,35

[Handwritten signature]



17/09/2021	DUODECIMOS CORRENTES SETEMBRO 2021	R\$ 74.884,35
18/10/2021	DUODECIMOS CORRENTES OUTUBRO 2021	R\$ 74.884,35
12/11/2021	DUODECIMOS CORRENTES NOVEMBRO 2021	R\$ 74.884,35
15/12/2021	DUODECIMOS CORRENTES DEZEMBRO 2021	R\$ 74.884,35
TOTAL		R\$ 902.612,24

2-2-1 DEVOLUÇÃO:

Conforme planilha acima vem a UCI esclarecer que foi feito Repasse financeiro a maior no dia 17/06/2021 do Executivo ao Legislativo. No qual não foi identificado no parecer conclusivo do Primeiro Semestre, mas que foi sanado no segundo semestre com a devolução no dia 25/08/2021 conforme quadro abaixo.

Total de devoluções feita pelo Legislativo, ao Executivo devido a Repasses financeiros feitos a maior e a devolução da sobra do final do ano.

Repasse financeiros feitos a maior		Repasse financeiros devolvidos	
17/06/2021	4000,00	25/08/2021	4000,00
		31/12/2021	67,41

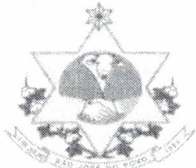
2-3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em relação às principais demonstrações contábeis que compõem os Balancetes financeiros de janeiro a Dezembro de 2021 do Município, especificamente o Anexo 12 (Balanço Orçamentário), Anexo 13 (Balanço Financeiro), Anexo 10 (Comparativo da Receita) e Anexo 11 (Comparativo da Despesa), verificamos o atendimento das normas legais vigentes especificamente a Lei 4.320/64, mediante a aplicação dos testes de consistência e elevação contábil.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

a) Balanço Orçamentário: verificamos a consistência das informações da previsão e arrecadação da receita, autorização e realização da despesa em confronto o balancete de verificação contábil do encerramento de Dezembro de 2021, conforme demonstrativo abaixo:

Receita Arrecadada	R\$ 18.991.751,35
Despesa Realizada	R\$ 15.028.509,14



R\$ 3.968.242,21

BALANCETE FINANCEIRO

O Balancete Financeiro: verificamos a consistência das informações, tanto da receita e da despesa orçamentária, quanto ao recebimento e pagamentos de natureza extra orçamentária, com os saldos do balancete de verificação contábil do encerramento do exercício do mês de Dezembro de 2021, conforme demonstrativo abaixo:

Saldo Anterior do Ativo Disponível (Caixa Bancos)	R\$ 2.780.707,24
+ Receita Orçamentária	R\$ 18.980.611,34
+ Interferências Financeiras	R\$ 11.140,01
- Despesa orçamentária	R\$ 14.120.896,91
- Interferências financeiras	R\$ 902.612,24
Saldo das Disponibilidades em 31/12/2021	R\$ 3.968.958,01

2-4 DESPESAS COM PESSOAL

A despesa total com pessoal e seus encargos, apresentada em 31 de Dezembro de 2021, de que trata os artigos 18 a 23 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, totalizou em R\$ 07.897.402,39, equivalente 42,27 % da despesa, sendo assim, não ultrapassou o limite legal artigo 71 da referida lei, conforme demonstrativo abaixo:

Receita corrente	Limite Legal 54%	Despesa com Pessoal 42,27 %
R\$18.680.611,34	R\$ 10.087.530,12	R\$ 07.897.402,39

2-5 RECURSOS VINCULADOS A EDUCAÇÃO

Verificados os recursos aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino e constata-se que o Município aplicou efetivamente no Segundo Semestre do Exercício Econômico e Financeiro de 2.021, o percentual de **25,11%**, tendo em vista que as despesas pagas totalizam o montante de R\$ 4.071.437,39, cumprindo o que determina o Artigo 212 da Constituição Federal.

FONTE	ARRECADADO	REC. VINC. 25%
IRRF	R\$ 227.957,20	
IPTU	R\$ 76.569,37	
ITBI	R\$ 326.732,72	
ISSQN- Principal	R\$ 125.725,55	



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

000010

ISSQN- Simples Nacional	R\$ 14.583,04	
Dívida Ativa de Impostos	R\$ 2.160,95	
Multas e juros da dívida ativa de impostos	R\$ 1.158,46	
FPM	R\$ 8.887.458,97	
FPM – 1% Dezembro	389.548,18	
FPM– 1% julho	344.106,43	
ITR	R\$ 100.798,20	
ICMS	R\$ 5.549.664,11	
IPVA	R\$ 166.778,94	
Total de recursos vinculados:	R\$ 16.213.242,12	R\$ 4.053.310,53
Saldo aplicado na Man. Aplic. Des. do ensino 25,11%		

2-5-1) RECURSOS DO FUNDEB

O Município, Segundo Semestre do Exercício Econômico e Financeiro de 2.021, em cumprimento do art. Da Lei Federal nº 11.494/2007 referente à aplicação de uma parcela não inferior a 70% dos recursos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do Magistério da Educação Básica, em efetivo exercício na rede pública, temos que o município efetivamente, arrecadou R\$ 1.372.680,39 e aplicou R\$ 1.193.264,00, equivalente a 86,93% dos recursos recebidos do FUNDEB, atendendo o dispositivo legal, conforme demonstrativo abaixo:

TRANSFERENCIAS	VALOR RECEBIDO	PAGO
Fundo de Manutenção e desenvolvimento do ensino	1.372.680,39	1.193.264,00

2-6) RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE

Verificamos os recursos aplicados nas ações e serviços de saúde, constatamos que o município aplicou efetivamente Segundo Semestre do Exercício Econômico e Financeiro de 2.021 compreendidas, as transferências constitucionais arrecadou o valor de R\$ 16.213.242,12, e aplicou na manutenção da Saúde o equivalente a 19,10 % sendo o valor de: R\$ 3.096.965,07 atendendo desta forma, o art. 77 do ADCT e também ao art. 198, § 2º, III da Constituição Federal, conforme demonstrativo abaixo:

FONTE	ARRECADADO	REC.VINCULADO 15%
-------	------------	----------------------

[Handwritten signature]



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

000011

IRRF	R\$ 227.957,20	
IPTU	R\$ 76.569,37	
ITBI	R\$ 326.732,72	
ISSQN- Principal	R\$ 125.725,55	
ISSQN- Simples Nacional	R\$ 14.583,04	
Dívida Ativa de Impostos	R\$ 2.160,95	
Multas e juros de impostos	R\$ 1.158,46	
FPM	R\$ 8.887.458,97	
FPM – 1% Dezembro	389.548,18	
FPM– 1% julho	344.106,43	
ITR	R\$ 100.798,20	
ICMS	R\$ 5.549.664,11	
IPVA	R\$ 166.778,94	
Total de recursos vinculados:	R\$ 16.213.242,12	R\$ 2.431.986,31
Valor aplicado nas ações da saúde 19,10%		

3 -) OUVIDORIA DA PREFEITURA DE SÃO JOSE DO POVO

A Ouvidoria da prefeitura de São Jose do Povo que foi criado pela LEI 551/2013 - de 12 de Junho de 2013.

No qual teve seu funcionamento por um período e depois ficou parado o trabalho. E ao ser identificado a irregularidade neste ano de 2021 este controlador interno notificou o Sr. Prefeito, e orientou a aderir a ouvidoria da CGU.

Ele aceitou, sendo feito a adesão no dia 07/10/2021, e partir dai foi enviado o endereço eletrônico da ouvidoria, que já se encontra no sitio da prefeitura, e desde então tem se esforçado para cumprir a exigência do Ouvidor Geral da CGU.

4 -) PLANO DE AÇÃO CONTROLADOR INTERNO

Guilherme



O executivo tem se esforçado para cumprir as metas do plano de ação, como já enviado para TCE, por este Controlador, em que muitas das metas já foram processos cumpridas e as que ainda falta cumprir esta para o ano de 2022.

5 -) PLANO DE AÇÃO DA MERENDA ESCOLAR

Quanto à merenda escolar ao fazer vistoria em loco na creche verifiquei que ainda tem algumas metas que não terminaram como a cozinha que colocaram cerâmica, fizeram a porta para dispensa para armazenarem conforme normativa, mas verifiquei que falta tela nas janelas e na porta ou cortina de ar, também coloca os botijões de gás pelo lado de fora.

Quanto a nutricionista verifiquei que algumas metas não foram cumpridas devido, falta de parceria entre a Secretaria de Saúde e Secretaria de Educação, como por exemplo teria que fazer a pesagem dos alunos e tirar as medidas e se repassado para escola e a creche dados dos alunos que tem algum tipo de intolerância alimentar.

Mas que o Secretario tem se esforçado para cumprir as metas do plano de Ação.

6 -) PARECER

A análise específica da Execução Orçamentária, com o detalhamento do orçamento, Crédito Adicionais, análise da receita e despesa, confronto entre valores realizados através da receita e os dispêndios realizados através da despesa pública, do Balanço Financeiro, do Balanço Orçamentário, do Anexo 10 (Comparativo da Receita) e Anexo 11 (Comparativo da Despesa).

Diante do exposto, o órgão de Controle Interno é de parecer que as metas previstas no Plano Plurianual, priorizadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e elencadas na Lei Orçamentária do exercício econômico e financeiro de 2.021, foram adequadamente cumpridas de acordo com as disponibilidades financeiras.

De outra parte, no que se refere a legalidade dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, salvo melhor juízo foi ela observada: Quanto ao conceito de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade, os resultados obtidos foram os previstos nas leis orçamentárias com proveito para a coletividade atendida.

Em análise da movimentação orçamentária e financeira relativa ao Segundo Semestre do Exercício Econômico e Financeiro de 2.021 foi, efetuada de acordo com as normas de controle e princípios fundamentais de contabilidade, incluindo revisões parciais dos registros e documentos contábeis.

Face ao exposto, Sou de opinião, salvo um melhor juízo, que os registros e documentos examinados traduzem adequadamente a execução orçamentária e financeira do Segundo Semestre do Exercício Econômico de 2.021, apresenta assim satisfatoriamente equilíbrio nas contas de gestão desta Prefeitura Municipal de responsabilidade do Chefe do Poder Executivo Municipal.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

000013

Quanto aos planos de ação e toda matéria acima no ano de 2021 tem que se observa e haver cautela e flexibilidade, quanto as exigência e cobranças por ofícios e processos. Pois foi um ano de muitas dificuldade devido a covid 19. **(importante não esquecer na hora de analisar os processos e oficio com relação a prefeitura de São José do Povo)**

São José do Povo, 11 de Fevereiro de 2022.

UNIDADE DE CONTROLE INTERNO


Jacob Soares de Oliveira
Controlador Interno
CPF 690.637.101-00





Tribunal de Contas
Mato Grosso

4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7668 / 7653 / 7667

E-mail: quartasecex@tce.mt.gov.br

APÊNDICE - D - Declaração de Veracidade das Contribuições Previdenciárias

APÊNDICE - D

Declaração de Veracidade das Contribuições Previdenciárias



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO
FUNPREV - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Demonstração de Veracidade (Contribuições Previdenciárias)
MÊS: DEZEMBRO - EXERCÍCIO: 2021

Página: 1 de 6

Em atendimento às exigências de envio de documentos/informações ao Sistema Aplic, atesto a veracidade das informações encaminhadas nas tabelas RPPS_CONTRIB_PREVID_DEVIDO e RPPS_CONTRIB_PREVID_PAGO, as quais demonstram a seguinte situação de contribuições previdenciárias de órgãos vinculados ao RPPS no exercício de 2021:

FUNDO MUNICIPAL PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE SÃO JOSÉ DO POVO - FUNPREV							
Mês de Competência	Tipo (Segurado ou Patronal)	Valor Devido (R\$)	Valor Pago (R\$)	Data dos Pagamentos	Multas/Juros Devido (R\$)	Multas/Juros Pagos (R\$)	Saldo Devedor (R\$)
JANEIRO	SEGURADO	1.431,88	1.431,88	27/01/2021	0,00	0,00	0,00
	PATRONAL	0,00	0,00	/ /	0,00	0,00	0,00
FEVEREIRO	SEGURADO	1.431,88	1.431,88	25/02/2021	0,00	0,00	0,00
	PATRONAL	0,00	0,00	/ /	0,00	0,00	0,00
MARÇO	SEGURADO	1.431,88	1.431,88	25/03/2021	0,00	0,00	0,00
	PATRONAL	0,00	0,00	/ /	0,00	0,00	0,00
ABRIL	SEGURADO	1.431,88	1.431,88	27/04/2021	0,00	0,00	0,00
	PATRONAL	0,00	0,00	/ /	0,00	0,00	0,00
MAIO	SEGURADO	1.431,88	1.431,88	25/05/2021	0,00	0,00	0,00
	PATRONAL	0,00	0,00	/ /	0,00	0,00	0,00
JUNHO	SEGURADO	1.524,72	1.524,72	22/06/2021	0,00	0,00	0,00
	PATRONAL	0,00	0,00	/ /	0,00	0,00	0,00
JULHO	SEGURADO	1.524,72	1.524,72	27/07/2021	0,00	0,00	0,00
	PATRONAL	0,00	0,00	/ /	0,00	0,00	0,00
AGOSTO	SEGURADO	1.524,72	1.524,72	26/08/2021	0,00	0,00	0,00
	PATRONAL	0,00	0,00	/ /	0,00	0,00	0,00
SETEMBRO	SEGURADO	1.524,72	1.524,72	24/09/2021	0,00	0,00	0,00
	PATRONAL	0,00	0,00	/ /	0,00	0,00	0,00
OUTUBRO	SEGURADO	1.524,72	1.524,72	27/10/2021	0,00	0,00	0,00
	PATRONAL	0,00	0,00	/ /	0,00	0,00	0,00
NOVEMBRO	SEGURADO	1.524,72	1.524,72	26/11/2021	0,00	0,00	0,00
	PATRONAL	0,00	0,00	/ /	0,00	0,00	0,00
DEZEMBRO	SEGURADO	1.518,93	1.518,93	17/12/2021	0,00	0,00	0,00
	PATRONAL	0,00	0,00	/ /	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL		17.826,65	17.826,65		0,00	0,00	0,00



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO
FUNPREV - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Página: 2 de 6

Declaração de Veracidade (Contribuições Previdenciárias)
MÊS: DEZEMBRO - EXERCÍCIO: 2021

Em atendimento às exigências de envio de documentos/informações ao Sistema Aplic, atesto a veracidade das informações encaminhadas nas tabelas RPPS_CONTRIB_PREVID_DEVIDO e RPPS_CONTRIB_PREVID_PAGO, as quais demonstram a seguinte situação de contribuições previdenciárias de órgãos vinculados ao RPPS no exercício de 2021:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

Mês de Competência	Tipo (Segurado ou Patronal)	Valor Devido (R\$)	Valor Pago (R\$)	Data dos Pagamentos	Multas/Juros Devido (R\$)	Multas/Juros Pagos (R\$)	Saldo Devedor (R\$)
JANEIRO	SEGURADO	34.412,35	0,00	//	0,00	0,00	0,00
	PATRONAL	52.749,60	0,00	//	0,00	0,00	0,00
FEVEREIRO	SEGURADO	34.604,17	0,00	//	0,00	0,00	0,00
	PATRONAL	53.043,69	0,00	//	0,00	0,00	0,00
MARÇO	SEGURADO	35.027,80	0,00	//	0,00	0,00	0,00
	PATRONAL	53.692,96	0,00	//	0,00	0,00	0,00
ABRIL	SEGURADO	35.394,36	0,00	//	0,00	0,00	0,00
	PATRONAL	54.254,75	0,00	//	0,00	0,00	0,00
MAIO	SEGURADO	35.769,25	0,00	//	0,00	0,00	0,00
	PATRONAL	54.829,49	0,00	//	0,00	0,00	0,00
JUNHO	SEGURADO	35.360,43	0,00	//	0,00	0,00	0,00
	PATRONAL	54.202,56	0,00	//	0,00	0,00	0,00



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO
FUNPREV - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Página: 3 de 6

Declaração de Veracidade (Contribuições Previdenciárias)
MÊS: DEZEMBRO - EXERCÍCIO: 2021

Em atendimento às exigências de envio de documentos/informações ao Sistema Aplic, atesto a veracidade das informações encaminhadas nas tabelas RPPS_CONTRIB_PREVID_DEVIDO e RPPS_CONTRIB_PREVID_PAGO, as quais demonstram a seguinte situação de contribuições previdenciárias de órgãos vinculados ao RPPS no exercício de 2021:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO							
Mês de Competência	Tipo (Segurado ou Patronal)	Valor Devido (R\$)	Valor Pago (R\$)	Data dos Pagamentos	Multas/Juros Devido (R\$)	Multas/Juros Pagos (R\$)	Saldo Devedor (R\$)
JULHO	SEGURADO	35.131,43 0,00	0,00 35.131,43	/ / 27/08/2021	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
	PATRONAL	53.852,07 0,00 0,00	0,00 33.008,81 20.843,26	/ / 27/08/2021 30/08/2021	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00
	SEGURADO	34.681,53 0,00	0,00 34.681,53	/ / 21/09/2021	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
AGOSTO	PATRONAL	53.162,37 0,00	0,00 53.161,97	/ / 21/09/2021	0,00 0,00	126,73 0,00	0,40 0,00
	SEGURADO	37.410,03 0,00	0,00 37.410,03	/ / 22/10/2021	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
SETEMBRO	PATRONAL	57.344,67 0,00	0,00 57.344,67	/ / 22/10/2021	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
	SEGURADO	33.618,45 0,00	0,00 33.618,45	/ / 24/11/2021	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
OUTUBRO	PATRONAL	51.532,85 0,00	0,00 51.532,85	/ / 24/11/2021	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
	SEGURADO	35.406,89 0,00	0,00 35.406,89	/ / 15/12/2021	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
NOVEMBRO	PATRONAL	54.274,13 0,00 0,00	0,00 53.774,14 499,99	/ / 15/12/2021 17/12/2021	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00
	SEGURADO	63.016,65 96.596,49	0,00 0,00	/ / / /	0,00 0,00	0,00 0,00	63.016,65 96.596,49
DEZEMBRO	PATRONAL	1.139.368,97	979.755,43	/ /	0,00	126,73	159.613,54
TOTAL GERAL							



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO
FUNPREV - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Página: 4 de 6

Declaração de Veracidade (Contribuições Previdenciárias)
MÊS: DEZEMBRO - EXERCÍCIO: 2021

Em atendimento às exigências de envio de documentos/informações ao Sistema Aplic, atesto a veracidade das informações encaminhadas nas tabelas RPPS_CONTRIB_PREVID_DEVIDO e RPPS_CONTRIB_PREVID_PAGO, as quais demonstram a seguinte situação de contribuições previdenciárias de órgãos vinculados ao RPPS no exercício de 2021:

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

Mês de Competência	Tipo (Segurado ou Patronal)	Valor Devido (R\$)	Valor Pago (R\$)	Data dos Pagamentos	Multas/Juros Devido (R\$)	Multas/Juros Pagos (R\$)	Saldo Devedor (R\$)
JANEIRO	SEGURADO	1.347,60	0,00	/ /	0,00	0,00	0,00
	PATRONAL	2.065,71	0,00	/ /	0,00	0,00	0,00
FEVEREIRO	SEGURADO	1.371,30	0,00	/ /	0,00	0,00	0,00
	PATRONAL	2.102,03	0,00	/ /	0,00	0,00	0,00
MARÇO	SEGURADO	1.282,47	0,00	/ /	0,00	0,00	0,00
	PATRONAL	1.965,86	0,00	/ /	0,00	0,00	0,00
ABRIL	SEGURADO	1.282,47	0,00	/ /	0,00	0,00	0,00
	PATRONAL	1.965,86	0,00	/ /	0,00	0,00	0,00
MAIO	SEGURADO	1.282,47	0,00	/ /	0,00	0,00	0,00
	PATRONAL	1.965,86	0,00	/ /	0,00	0,00	0,00
JUNHO	SEGURADO	1.282,47	0,00	/ /	0,00	0,00	0,00
	PATRONAL	1.965,86	0,00	/ /	0,00	0,00	0,00
JULHO	SEGURADO	1.282,47	0,00	/ /	0,00	0,00	0,00
	PATRONAL	1.965,86	0,00	/ /	0,00	0,00	0,00



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO
FUNPREV - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Página: 5 de 6

Declaração de Veracidade (Contribuições Previdenciárias)
MÊS: DEZEMBRO - EXERCÍCIO: 2021

Em atendimento às exigências de envio de documentos/informações ao Sistema Aplic, atesto a veracidade das informações encaminhadas nas tabelas RPPS_CONTRIB_PREVID_DEVIDO e RPPS_CONTRIB_PREVID_PAGO, as quais demonstram a seguinte situação de contribuições previdenciárias de órgãos vinculados ao RPPS no exercício de 2021:

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO							
Mês de Competência	Tipo (Segurado ou Patronal)	Valor Devido (R\$)	Valor Pago (R\$)	Data dos Pagamentos	Multas/Juros Devido (R\$)	Multas/Juros Pagos (R\$)	Saldo Devedor (R\$)
AGOSTO	SEGURADO	1.282,47	0,00	/ /	0,00	0,00	0,00
	PATRONAL	1.965,86	0,00	/ /	0,00	0,00	0,00
SETEMBRO	SEGURADO	1.282,47	0,00	/ /	0,00	0,00	0,00
	PATRONAL	1.965,88	0,00	/ /	0,00	0,00	0,00
OUTUBRO	SEGURADO	1.282,47	0,00	/ /	0,00	0,00	0,00
	PATRONAL	1.965,86	0,00	/ /	0,00	0,00	0,00
NOVEMBRO	SEGURADO	1.488,64	0,00	/ /	0,00	0,00	0,00
	PATRONAL	2.281,89	0,00	/ /	0,00	0,00	0,00
DEZEMBRO	SEGURADO	3.150,31	0,00	/ /	0,00	0,00	0,00
	PATRONAL	4.829,02	0,00	/ /	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL		44.623,16	44.623,16		0,00	0,00	0,00



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO
FUNPREV - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

Declaração de Veracidade (Contribuições Previdenciárias)
MÊS: DEZEMBRO - EXERCÍCIO: 2021

Página: 6 de 6

Informo ainda, a seguinte situação relativa a débitos ao RPPS de exercícios anteriores não parcelados:

Órgão Devedor	Exercício	Valor Devido (R\$)
---------------	-----------	--------------------

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Atenciosamente,

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 31 de dezembro de 2021

JOSÉ LUCAS CADIDÊ LELLIS
SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



Tribunal de Contas
Mato Grosso

4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7668 / 7653 / 7667

E-mail: quartasecex@tce.mt.gov.br

APÊNDICE - E - ACOMPANHAMENTO DE ACORDO DE PARCELAMENTO

APÊNDICE - E

ACOMPANHAMENTO DE ACORDO DE PARCELAMENTO



ACOMPANHAMENTO DE ACORDO DE PARCELAMENTO

1. ENTE

Nome:	Prefeitura Municipal de São José do Povo / MT	CNPJ:	32.972.424/0001-04
Endereço:	RUA JOSÉ SALMEN HANSE	Complemento:	
Bairro:	CENTRO	CEP:	78773-000
Telefone:	(XXX) XXXX-XXXX	Fax:	
		E-mail:	xxxxx@xxxxxx.com

2. REPRESENTANTE LEGAL DO ENTE

Nome:	FLORISBERTO SANTOS OLIVEIRA	CPF:	XXX.XXX.XXX-XX
Cargo:	Prefeito	Complemento do Cargo:	PREFEITO DE SÕA JOSÉ DO POVO
E-mail:	xxxxx@xxxxxx.com	Data Início de Gestão:	31/12/2020

3. UNIDADE GESTORA

Nome:	FUNPREV - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	CNPJ:	32.972.424/0002-95
Endereço:	RUA JOSÉ SALMEN HANSE	Complemento:	924
Bairro:	CENTRO	CEP:	78773-00
Telefone:	(XXX) XXXX-XXXX	Fax:	
		E-mail:	xxxxx@xxxxxx.com

4. REPRESENTANTE LEGAL DA UNIDADE GESTORA

Nome:	MARIA DE FÁTIMA BORGES DA COSTA	CPF:	XXX.XXX.XXX-XX	Data Início de Gestão:	31/12/2020
Cargo:	Gestor	Complemento do Cargo:	SUPERINTENDENTE		
Telefone:	(XXX) XXXX-XXXX	Fax:		E-mail:	xxxxx@xxxxxx.com

5. RESPONSÁVEL PELO ENVIO

Nome:	SIDNEIA CAETANO DOS SANTOS	CPF:	XXX.XXX.XXX-XX
Telefone:	(XXX) XXXX-XXXX	Fax:	(066) 3494-1113
Data de envio:	02/04/2013	E-mail:	xxxxx@xxxxxx.com



ACOMPANHAMENTO DE ACORDO DE PARCELAMENTO

6. DADOS DO ACORDO

Reparcelament Não **Número do acordo:** 00005/2005

Título TERMO DE CONFISSÃO E PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS **Valor consolidado:** 208.943,43 **Data de consolidação do termo:** 08/06/2005

Rubrica: CONTRIBUIÇÃO PATRONAL **Valor da parcela** 870,60 **Data de assinatura do Termo:** 08/06/2005

Lei autorizativa do LEI N° 315/2005 DE 16 DE JUNHO DE **Data de vencimento da 1ª** 20/06/2005

Competência: **Inicial:** 12/2001 **Final:** 10/2004 **Quantidade de** 240 **Critério de atualização:** **Lei específica:** LEI N° 315/2005 DE 16 DE JUNHO DE

Critérios de atualização para consolidação do

Índice IPCA	Taxa de juros: 0,50 am	Tipo de juros: Composto	Multa:
--------------------	-------------------------------	--------------------------------	---------------

Critérios de atualização das parcelas

Índice IPCA	Taxa de juros: 0,50 am	Tipo de juros: Composto	
--------------------	-------------------------------	--------------------------------	--

Critérios de atualização das parcelas

Índice IPCA	Taxa de juros: 1,00 am	Tipo de juros: Simples	Multa:
--------------------	-------------------------------	-------------------------------	---------------

Saldo Devedor em 190.068,75

7. DADOS DAS TESTEMUNHAS

TESTEMUNHA - 1:

CPF: XXX.XXX.XXX-XX

RG: XXXXXX

Nome: JOÃO BATISTA CARDOSO

Telefone (XXX) XXXX-XXXX

Cargo: PROFESSOR

E- xxxxx@xxxxxx.com

TESTEMUNHA - 2:

CPF: XXX.XXX.XXX-XX

RG: XXXXXX

Nome: JOESIO JOSE FERREIRA,

Telefone (XXX) XXXX-XXXX

Cargo: APOIO ADM EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO

E- xxxxx@xxxxxx.com



ACOMPANHAMENTO DE ACORDO DE PARCELAMENTO

8. DISCRIMINATIVO DE PARCELAS E VALORES PAGOS

Nº	VENCIMENTO	ÍNDICE(%)	VARIAÇÃO	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC.	JUROS	VALOR PARCELA	PAGAMENTO	VALOR PAGO
104	20/01/2014	0,55	54,15	471,43	67,15	901,17	2.243,20	21/01/2014	2.222,68
105	20/02/2014	0,69	54,99	478,74	67,98	917,28	2.266,62	21/02/2014	2.254,34
106	20/03/2014	0,92	56,06	488,06	68,82	935,03	2.293,69	18/03/2014	2.277,96
107	20/04/2014	0,67	57,50	500,60	69,67	955,32	2.326,52	23/04/2014	2.305,24
108	20/05/2014	0,46	58,55	509,74	70,52	973,42	2.353,76	21/05/2014	2.338,17
109	20/06/2014	0,40	59,28	516,09	71,37	989,68	2.376,37	23/06/2014	2.365,49
110	20/07/2014	0,01	59,92	521,66	72,23	1.005,63	2.397,89	22/07/2014	2.388,30
111	20/08/2014	0,25	59,94	521,84	73,09	1.017,73	2.410,17	21/08/2014	2.409,86
112	20/09/2014	0,57	60,34	525,32	73,95	1.032,28	2.428,20	22/09/2014	2.422,15
113	20/10/2014	0,42	61,25	533,24	74,82	1.050,35	2.454,19	21/10/2014	2.440,35
114	20/11/2014	0,51	61,93	539,16	75,70	1.067,19	2.476,95	20/11/2014	2.466,55
115	20/12/2014	0,78	62,75	546,30	76,58	1.085,06	2.501,96	23/12/2014	2.489,35
116	20/01/2015		64,02	557,36	77,46	1.106,10	2.534,06	20/01/2015	2.534,06
117	20/02/2015	1,22	66,06	575,12	78,35	1.132,72	2.578,44	20/02/2015	2.546,77
118	20/03/2015	1,32	68,08	592,70	79,24	1.159,52	2.622,82	23/03/2015	2.591,31
119	20/04/2015	0,71	70,30	612,03	80,13	1.188,03	2.670,66	22/04/2015	2.635,84
120	20/05/2015	0,74	71,51	622,57	81,03	1.209,92	2.703,09	20/05/2015	2.684,01
121	20/06/2015	0,79	72,78	633,62	81,94	1.232,56	2.736,78	22/06/2015	2.716,67
122	20/07/2015		74,15	645,55	82,85	1.256,13	2.772,28	20/07/2015	2.786,08
123	20/08/2015	0,22	75,23	654,95	83,76	1.277,80	2.803,35	20/08/2015	2.786,08
124	20/09/2015	0,54	75,61	658,26	84,68	1.294,64	2.823,50	21/09/2015	2.817,39



ACOMPANHAMENTO DE ACORDO DE PARCELAMENTO

<u>Nº</u>	<u>VENCIMENTO</u>	<u>ÍNDICE(%)</u>	<u>VARIAÇÃO</u>	<u>ATUALIZAÇÃO</u>	<u>JUROS PERC.</u>	<u>JUROS</u>	<u>VALOR PARCELA</u>	<u>PAGAMENTO</u>	<u>VALOR PAGO</u>
125	20/10/2015	0,82	76,56	666,53	85,61	1.315,94	2.853,07	20/10/2015	2.837,72
126	20/11/2015	1,01	78,01	679,16	86,53	1.341,01	2.890,77	21/12/2015	5.781,54
127	20/12/2015	0,96	79,80	694,74	87,47	1.369,20	2.934,54	20/01/2016	2.905,34
128	20/01/2016	1,27	81,53	709,80	88,40	1.397,07	2.977,47	20/01/2016	2.949,10
129	20/02/2016	0,90	83,84	729,91	89,35	1.430,06	3.030,57	19/02/2016	2.992,49
130	20/03/2016	0,43	85,49	744,28	90,29	1.458,08	3.072,96	18/03/2016	3.045,61
131	20/04/2016	0,61	86,29	751,24	91,24	1.479,77	3.101,61	20/04/2016	3.088,30
132	20/05/2016		87,42	761,08	92,20	1.504,41	3.136,09	20/05/2016	6.234,36
133	20/06/2016	0,35	88,89	773,88	93,16	1.532,00	3.176,48	20/06/2016	3.151,75
134	20/07/2016	0,52	89,55	779,62	94,13	1.553,35	3.203,57	20/07/2016	3.192,43
135	20/08/2016	0,44	90,53	788,15	95,10	1.577,47	3.236,22	20/08/2016	3.219,58
136	20/09/2016	0,08	91,37	795,47	96,07	1.600,59	3.266,66	20/09/2016	3.252,31
137	20/10/2016	0,26	91,52	796,77	97,05	1.618,18	3.285,55	20/10/2016	3.282,99
138	20/11/2016	0,18	92,02	801,13	98,04	1.638,96	3.310,69	21/11/2016	3.302,06
139	20/12/2016		92,37	804,17	99,03	1.658,52	3.333,29	20/12/2016	3.376,90
140	20/01/2017	0,38	92,95	809,22	100,02	1.680,16	3.359,98	20/02/2017	3.359,98
141	20/02/2017		93,68	815,58	101,02	1.703,38	3.389,56	20/02/2017	3.389,56
142	20/03/2017	0,25	94,32	821,15	102,03	1.726,09	3.417,84	20/03/2017	3.406,59
143	20/04/2017	0,14	94,80	825,33	103,04	1.747,49	3.443,42	19/04/2017	3.434,93
144	20/05/2017	0,31	95,08	827,77	104,05	1.767,15	3.465,52	20/05/2017	3.460,55
145	20/06/2017	-0,23	95,68	832,99	105,08	1.790,13	3.493,72	20/06/2017	3.483,02
146	20/07/2017		95,23	829,07	106,10	1.803,35	3.503,02	20/07/2017	3.511,10



ACOMPANHAMENTO DE ACORDO DE PARCELAMENTO

<u>Nº</u>	<u>VENCIMENTO</u>	<u>ÍNDICE(%)</u>	<u>VARIAÇÃO</u>	<u>ATUALIZAÇÃO</u>	<u>JUROS PERC.</u>	<u>JUROS</u>	<u>VALOR PARCELA</u>	<u>PAGAMENTO</u>	<u>VALOR PAGO</u>
147	20/08/2017	0,19	95,70	833,16	107,13	1.825,24	3.529,00	21/08/2017	3.520,53
148	20/09/2017	0,16	96,07	836,39	108,17	1.846,45	3.553,44	20/09/2017	3.546,72
149	20/10/2017	0,42	96,38	839,08	109,21	1.867,14	3.576,82	20/10/2017	3.571,19
150	20/11/2017	0,28	97,21	846,31	110,25	1.892,89	3.609,80	21/11/2017	3.594,60
151	20/12/2017	0,44	97,76	851,10	111,30	1.916,25	3.637,95	19/01/2018	3.612,55
152	20/01/2018	0,29	98,63	858,67	112,36	1.943,01	3.672,28	19/01/2018	3.656,20
153	20/02/2018	0,32	99,21	863,72	113,42	1.967,07	3.701,39	21/03/2018	3.721,94
154	20/03/2018	0,09	99,85	869,29	114,49	1.992,00	3.731,89	20/03/2018	3.719,94
155	20/04/2018		100,03	870,86	115,56	2.012,43	3.753,89	20/04/2018	3.753,89
156	20/05/2018	0,40	100,47	874,69	116,64	2.035,71	3.781,00	17/05/2018	3.772,70
157	20/06/2018	1,26	101,27	881,66	117,72	2.062,76	3.815,02	20/06/2018	3.799,85
158	20/07/2018	0,33	103,80	903,68	118,81	2.108,02	3.882,30	09/07/2018	3.834,12
159	20/08/2018	-0,09	104,48	909,60	119,91	2.134,64	3.914,84	20/08/2018	3.901,82
160	20/09/2018		104,29	907,95	121,01	2.152,22	3.930,77	20/09/2018	3.934,42
161	20/10/2018	0,45	105,27	916,48	122,11	2.182,20	3.969,28	20/10/2018	3.950,34
162	20/11/2018		106,20	924,58	123,22	2.212,02	4.007,20	20/11/2018	4.007,20
163	20/12/2018		105,76	920,75	124,34	2.227,36	4.018,71	20/12/2018	4.027,31
164	20/01/2019	0,32	106,07	923,45	125,46	2.250,82	4.044,87	20/01/2019	4.038,78
165	20/02/2019	0,43	106,73	929,19	126,59	2.278,35	4.078,14	20/02/2019	4.059,02
166	20/03/2019	0,75	107,62	936,94	127,72	2.308,59	4.116,13	20/03/2019	4.098,48
167	20/04/2019	0,57	109,18	950,52	128,86	2.346,70	4.167,82	20/04/2019	4.136,74
168	20/05/2019	0,13	110,37	960,88	130,00	2.380,92	4.212,40	21/05/2019	4.188,58



ACOMPANHAMENTO DE ACORDO DE PARCELAMENTO

<u>Nº</u>	<u>VENCIMENTO</u>	<u>ÍNDICE(%)</u>	<u>VARIAÇÃO</u>	<u>ATUALIZAÇÃO</u>	<u>JUROS PERC.</u>	<u>JUROS</u>	<u>VALOR PARCELA</u>	<u>PAGAMENTO</u>	<u>VALOR PAGO</u>
169	20/06/2019	0,01	110,64	963,23	131,15	2.405,07	4.238,90	10/07/2019	4.233,47
170	20/07/2019	0,19	110,66	963,41	132,31	2.426,58	4.260,59	19/07/2019	4.260,17
171	20/08/2019	0,11	111,06	966,89	133,47	2.452,50	4.289,99	20/08/2019	4.281,86
172	20/09/2019		111,30	968,98	134,64	2.476,81	4.316,39	19/09/2019	4.316,39
173	20/10/2019		111,21	968,19	135,81	2.497,26	4.336,05	18/10/2019	4.337,91
174	20/11/2019	0,51	111,42	970,02	136,99	2.521,47	4.362,09	20/11/2019	4.357,75
175	20/12/2019	1,15	112,50	979,43	138,17	2.556,19	4.406,22	18/12/2019	4.383,80
176	20/01/2020	0,21	114,95	1.000,75	139,37	2.608,10	4.479,45	20/01/2020	4.428,42
177	20/02/2020	0,25	115,40	1.004,67	140,56	2.635,88	4.511,15	20/02/2020	4.501,72
178	20/03/2020	0,07	115,94	1.009,37	141,76	2.665,05	4.545,02	20/03/2020	4.533,65
179	20/04/2020	-0,31	116,09	1.010,68	142,97	2.689,67	4.570,95	20/04/2020	4.567,76
180	20/05/2020		115,42	1.004,85	144,19	2.704,21	4.579,66	20/05/2020	4.579,66
181	20/06/2020		114,60	997,71	145,41	2.716,71	4.585,02	20/06/2020	4.602,54
182	20/07/2020	0,36	115,16	1.002,58	146,64	2.746,83	4.620,01	20/07/2020	4.608,00
183	20/08/2020	0,24	115,93	1.009,29	147,87	2.779,79	4.659,68	19/08/2020	4.643,05
184	20/09/2020	0,64	116,45	1.013,81	149,11	2.809,84	4.694,25	21/09/2020	4.682,99
185	20/10/2020	0,86	117,83	1.025,83	150,35	2.851,28	4.747,71	13/10/2020	4.717,62
186	20/11/2020		119,71	1.042,20	151,61	2.900,00	4.812,80	11/11/2020	4.812,80
187	20/12/2020	1,35	121,66	1.059,17	152,86	2.949,85	4.879,62	09/12/2020	4.836,71
188	20/01/2021	0,25	124,66	1.085,29	154,13	3.014,61	4.970,50	19/01/2021	4.904,12
189	20/02/2021	0,86	125,22	1.090,17	155,40	3.047,04	5.007,81	24/02/2021	4.995,34
190	20/03/2021	0,93	127,15	1.106,97	156,68	3.098,46	5.076,03	15/03/2021	5.020,38



ACOMPANHAMENTO DE ACORDO DE PARCELAMENTO

<u>Nº</u>	<u>VENCIMENTO</u>	<u>ÍNDICE(%)</u>	<u>VARIAÇÃO</u>	<u>ATUALIZAÇÃO</u>	<u>JUROS PERC.</u>	<u>JUROS</u>	<u>VALOR PARCELA</u>	<u>PAGAMENTO</u>	<u>VALOR PAGO</u>
191	20/04/2021	0,31	129,27	1.125,42	157,96	3.152,91	5.148,93	16/04/2021	5.101,34
192	20/05/2021	0,83	129,98	1.131,61	159,25	3.188,52	5.190,73	15/07/2021	5.403,11
193	20/06/2021		131,89	1.148,23	160,55	3.241,23	5.260,06	14/06/2021	5.260,06
194	20/07/2021	0,96	133,11	1.158,86	161,85	3.284,68	5.314,14	11/08/2021	5.472,46
195	20/08/2021	0,87	135,35	1.178,36	163,16	3.343,08	5.392,04	18/08/2021	5.340,73
196	20/09/2021		137,40	1.196,20	164,47	3.399,27	5.466,07	17/09/2021	5.466,07
197	20/10/2021	1,25	140,15	1.220,15	165,80	3.466,46	5.557,21	18/10/2021	5.493,55
198	20/11/2021	0,95	143,16	1.246,35	167,12	3.537,85	5.654,80	22/11/2021	5.520,84
199	20/12/2021	0,73	145,47	1.266,46	168,46	3.600,09	5.737,15	14/12/2021	5.683,16
200	20/01/2022	0,54	147,26	1.282,05	169,80	3.655,20	5.807,85	28/01/2022	5.768,65
201	20/02/2022	1,01	148,59	1.293,62	171,15	3.704,06	5.868,28	16/02/2022	5.740,11
202	20/03/2022	1,62	151,10	1.315,48	172,51	3.771,21	5.957,29	17/03/2022	5.768,90
203	20/04/2022		155,17	1.350,91	173,87	3.862,54	6.084,05	19/04/2022	6.084,05
TOTAIS:				86.507,52		208.183,01	381.750,53		386.292,92



ACOMPANHAMENTO DE ACORDO DE PARCELAMENTO

9. DISCRIMINATIVO DE PARCELAS E VALORES PAGOS EM ATRASO (Juros e multa em caso de mora)

Nº	VENCIMENTO	VALOR	PAGAMENTO	VARIAÇÃO	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC.	JUROS	MULTA	VALOR DEVIDO	VALOR PAGO
104	20/01/2014	2.243,20	21/01/2014	68,08	13,97	103,00	35,52		2.292,69	2.222,68
105	20/02/2014	2.266,62	21/02/2014	67,16	8,25	102,00	20,94		2.295,81	2.254,34
107	20/04/2014	2.326,52	23/04/2014	64,50	13,73	100,00	35,01		2.375,26	2.305,24
108	20/05/2014	2.353,76	21/05/2014	63,41	9,89	99,00	25,23		2.388,88	2.338,17
109	20/06/2014	2.376,37	23/06/2014	62,66	6,82	98,00	17,35		2.400,54	2.365,49
110	20/07/2014	2.397,89	22/07/2014	62,01	5,95	97,00	15,07		2.418,91	2.388,30
111	20/08/2014	2.410,17	21/08/2014	61,99	0,19	96,00	0,48		2.410,84	2.409,86
112	20/09/2014	2.428,20	22/09/2014	61,59	3,73	95,00	9,29		2.441,22	2.422,15
113	20/10/2014	2.454,19	21/10/2014	60,67	8,40	94,00	20,91		2.483,50	2.440,35
115	20/12/2014	2.501,96	23/12/2014	59,19	7,46	92,00	18,46		2.527,88	2.489,35
118	20/03/2015	2.622,82	23/03/2015	54,14	17,06	89,00	43,23		2.683,11	2.591,31
119	20/04/2015	2.670,66	22/04/2015	52,13	18,15	88,00	46,61		2.735,42	2.635,84
121	20/06/2015	2.736,78	22/06/2015	49,95	10,04	86,00	25,93		2.772,75	2.716,67
124	20/09/2015	2.823,50	21/09/2015	47,54	2,90	83,00	7,48		2.833,88	2.817,39
126	20/11/2015	2.890,77	21/12/2015	45,55	1.316,75	2,00	84,15		4.291,67	5.781,54
127	20/12/2015	2.934,54	20/01/2016	44,09	12,87	80,00	33,66		2.981,07	2.905,34
138	20/11/2016	3.310,69	21/11/2016	34,93	3,01	69,00	8,03		3.321,73	3.302,06
140	20/01/2017	3.359,98	20/02/2017	34,28	0,00	2,00	0,00		3.359,98	3.359,98
147	20/08/2017	3.529,00	21/08/2017	32,39	2,74	60,00	6,73		3.538,47	3.520,53
150	20/11/2017	3.609,80	21/11/2017	31,38	4,77	57,00	11,38		3.625,95	3.594,60
151	20/12/2017	3.637,95	19/01/2018	31,01	7,88	56,00	18,64		3.664,47	3.612,55



ACOMPANHAMENTO DE ACORDO DE PARCELAMENTO

<u>Nº</u>	<u>VENCIMENTO</u>	<u>VALOR</u>	<u>PAGAMENTO</u>	<u>VARIAÇÃO</u>	<u>ATUALIZAÇÃO</u>	<u>JUROS PERC.</u>	<u>JUROS</u>	<u>MULTA</u>	<u>VALOR DEVIDO</u>	<u>VALOR PAGO</u>
153	20/02/2018	3.701,39	21/03/2018	30,06	6,18	2,00	0,53		3.708,10	3.721,94
168	20/05/2019	4.212,40	21/05/2019	23,16	5,52	39,00	11,44		4.229,36	4.188,58
169	20/06/2019	4.238,90	10/07/2019	23,00	1,25	38,00	2,54		4.242,69	4.233,47
184	20/09/2020	4.694,25	21/09/2020	19,70	2,22	23,00	3,10		4.699,57	4.682,99
189	20/02/2021	5.007,81	24/02/2021	15,04	1,88	18,00	2,58		5.012,27	4.995,34
192	20/05/2021	5.190,73	15/07/2021	12,66	26,89	3,00	7,18		5.224,80	5.403,11
194	20/07/2021	5.314,14	11/08/2021	11,14	17,64	2,00	3,52		5.335,30	5.472,46
198	20/11/2021	5.654,80	22/11/2021	6,55	8,77	9,00	12,85		5.676,42	5.520,84
200	20/01/2022	5.807,85	28/01/2022	4,78	1,87	7,00	2,87		5.812,59	5.768,65
TOTAIS:		101.707,64			1.546,78		530,71		103.785,13	104.461,12



ACOMPANHAMENTO DE ACORDO DE PARCELAMENTO

10. DISCRIMINATIVO DE PARCELAS EM ABERTO ATÉ O PRÓXIMO VENCIMENTO

Nº	VENCIMENTO	ÍNDICE(%)	VARIAÇÃO	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC.	JUROS	VALOR PARCELA
095	20/04/2013	0,55	48,37	421,11	59,81	772,57	2.064,28
096	20/05/2013	0,37	49,19	428,25	60,61	787,23	2.086,08
097	20/06/2013	0,26	49,74	433,04	61,41	800,57	2.104,21
098	20/07/2013	0,03	50,13	436,43	62,22	813,23	2.120,26
099	20/08/2013	0,24	50,17	436,78	63,03	824,04	2.131,42
100	20/09/2013	0,35	50,53	439,91	63,85	836,76	2.147,27
101	20/10/2013	0,57	51,06	444,53	64,67	850,49	2.165,62
102	20/11/2013	0,54	51,92	452,02	65,49	866,18	2.188,80
103	20/12/2013	0,92	52,74	459,15	66,32	881,89	2.211,64
204	20/05/2022	0,47	157,88	1.374,50	175,24	3.934,31	6.179,41
205	20/06/2022	0,67	159,09	1.385,04	176,62	3.983,91	6.239,55
206	20/07/2022		160,82	1.400,10	178,00	4.041,85	6.312,55
TOTAIS:				8.110,86		19.393,03	37.951,09



ACOMPANHAMENTO DE ACORDO DE PARCELAMENTO

11. DISCRIMINATIVO DE PARCELAS VENCIDAS E NÃO PAGAS (Juros e Multa em caso de Mora) ATUALIZADAS ATÉ 15/07/2022

Nº	VENCIMENTO	VALOR	VARIAÇÃO	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC.	JUROS	MULTA	VALOR DEVIDO
095	20/04/2013	2.064,28	74,62	1.540,37	112,00	4.037,21		7.641,86
096	20/05/2013	2.086,08	73,67	1.536,82	111,00	4.021,42		7.644,32
097	20/06/2013	2.104,21	73,03	1.536,70	110,00	4.005,00		7.645,91
098	20/07/2013	2.120,26	72,58	1.538,88	109,00	3.988,46		7.647,60
099	20/08/2013	2.131,42	72,53	1.545,92	108,00	3.971,53		7.648,87
100	20/09/2013	2.147,27	72,11	1.548,40	107,00	3.954,37		7.650,04
101	20/10/2013	2.165,62	71,51	1.548,63	106,00	3.937,11		7.651,36
102	20/11/2013	2.188,80	70,54	1.543,98	105,00	3.919,42		7.652,20
103	20/12/2013	2.211,64	69,63	1.539,96	104,00	3.901,66		7.653,26
204	20/05/2022	6.179,41	0,47	29,04	3,00	186,25		6.394,70
205	20/06/2022	6.239,55	0,00	0,00	2,00	124,79		6.364,34
TOTAIS:		31.638,54		13.908,70		36.047,22		81.594,46



Tribunal de Contas
Mato Grosso

4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7668 / 7653 / 7667

E-mail: quartasecex@tce.mt.gov.br

APÊNDICE - F - CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA - CRP

APÊNDICE - F

CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA - CRP



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA
Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social

Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP

Ente Federativo: São José do Povo UF: MT
CNPJ Principal: 32.972.424/0001-04

É CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 9º DA LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998, NO DECRETO Nº 3.788, DE 11 DE ABRIL DE 2001, E NA PORTARIA Nº 204, DE 10 DE JULHO DE 2008, QUE O MUNICÍPIO ESTÁ EM SITUAÇÃO REGULAR EM RELAÇÃO A LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998.

FINALIDADE DO CERTIFICADO

Os órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união deverão observar, previamente, a regularidade dos estados, do Distrito Federal e dos municípios quanto ao seu regime Próprio de Previdência Social, nos seguintes casos, conforme o disposto no art 7º da lei nº 9.717, de 1998:

- i. Realização de transferências voluntárias de recursos pela união;
- ii. Celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união;
- iii. Liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais;

Certificado emitido em nome do Ente Federativo e válido para todos os órgãos e entidades do município

A aceitação do presente certificado está condicionada à verificação, por meio da internet, de sua autenticidade e validade no endereço: <http://www.previdencia.gov.br>, pois está sujeito a cancelamento por decisão judicial ou administrativa.

Este certificado deve ser juntado ao processo referente ao ato ou contrato para o qual foi EXIGIDO.



EMITIDO EM 21/12/2021
VÁLIDO ATÉ 19/06/2022

N.º 986087 -
205228



Tribunal de Contas
Mato Grosso

4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone: (65) 3613-7668 / 7653 / 7667

E-mail: quartasecex@tce.mt.gov.br

APÊNDICE - G - Repasse Câmara - Anexo 15

APÊNDICE - G

Repasse Câmara - Anexo 15

ANEXO 15 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
EXERCÍCIO: 2021

Variações Patrimoniais Quantitativas	Valores Expressos em Reais (R\$)
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	902,862.24
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	902,862.24
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	902,862.24
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	859,404.78
PESSOAL E ENCARGOS	619,927.40
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	521,195.85
ENCARGOS PATRONAIS	98,731.55
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	235,159.95
SERVIÇOS	227,407.21
DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	7,752.74
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	4,317.43
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	4,317.43
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	43,457.46